

Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público Federal

no exercício de 2016



Ministério Público Federal

Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público Federal

no exercício de 2016

Brasília - DF
MPF
2017

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Vice-Procurador-Geral da República

José Bonifácio Borges de Andrada

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Corregedor-Geral do Ministério Público Federal

Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho

Ouvidora-Geral do Ministério Público Federal

Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Secretário-Geral do Ministério Público da União

Blal Yassine Dalloul

Secretário-Geral Adjunto do Ministério Público da União

Wilson Rocha de Almeida Neto

Prestação de Contas Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2016

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

Unidades Consolidadas: O MPF, como unidade consolidadora, é composto em sua estrutura pelas seguintes Unidades Gestoras: a Procuradoria-Geral da República (sede), cinco Procuradorias Regionais da República e vinte sete Procuradorias da República nos Estados e Distrito Federal.

Brasília, março de 2017.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Amge – Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
APGE – Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
APGEs – Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica
Assad – Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas
Astec/SG – Assessoria Técnica da Secretaria-Geral
ATIE – Assessoria de Transparência e Informações Estratégicas
ATS – Assessoria Técnica de Segurança
Audin-MPU – Auditoria Interna do Ministério Público da União
Bacen – Banco Central do Brasil
BSC – Metodologia *Balanced Scorecard*
CCRs – Câmaras de Coordenação e Revisão
CGE – Comitê de Gestão Estratégica
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
Conjur – Consultoria Jurídica
CPD – Comissão Permanente Disciplinar
CRP – Centro Regional de Perícia
CSC – Centro de Serviços Compartilhados
CSMPF – Conselho Superior do Ministério Público Federal
CVE – Central de Viagens e Eventos
DEC – Diagnóstico Estratégico de Capacitações
Dirf – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
DQVT – Vinculada à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional, a Divisão de Qualidade de Vida no Trabalho
EPO – Escritório de Processos Organizacionais
LAI – Lei de Acesso à Informação
LCP – Lei Complementar
LOA – Lei Orçamentária Anual
MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade
Mogab – Projeto de Modernização dos Gabinetes
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF – Ministério Público Federal
MPM – Ministério Público Militar
MPT – Ministério Público do Trabalho
MPU – Ministério Público da União
Naop-PFDC – Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
NF – Notícias de Fatos Criminais
Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCO – Pesquisa de Clima Organizacional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEC – Planejamento Estratégico de Capacitação
PEC – Plano Estratégico de Capacitação
PEI – Planejamento Estratégico Institucional
PEN – Planejamento Estratégico Nacional
Peti – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PGEA – Processo de Gestão Administrativa
PGR – Procuradoria-Geral da República

PIC – Procedimentos Investigatórios Criminais
PR-AC – Procuradoria da República no Acre
PR-AL – Procuradoria da República em Alagoas
PR-AM – Procuradoria da República no Amazonas
PR-AP – Procuradoria da República no Amapá
PR-BA – Procuradoria da República na Bahia
PR-CE – Procuradoria da República no Ceará
PR-DF – Procuradoria da República no Distrito Federal
PR-ES – Procuradoria da República no Espírito Santo
PR-GO – Procuradoria da República em Goiás
PR-MA – Procuradoria da República no Maranhão
PR-MG – Procuradoria da República em Minas Gerais
PR-MS – Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul
PR-MT – Procuradoria da República em Mato Grosso
PR-PA – Procuradoria da República no Pará
PR-PB – Procuradoria da República na Paraíba
PR-PE – Procuradoria da República em Pernambuco
PR-PI – Procuradoria da República no Piauí
PR-PR – Procuradoria da República no Paraná
PR-RJ – Procuradoria da República no Rio de Janeiro
PR-RN – Procuradoria da República no Rio Grande do Norte
PR-RR – Procuradoria da República em Roraima
PR-RS – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
PR-SC – Procuradoria da República em Santa Catarina
PR-SE – Procuradoria da República em Sergipe
PR-SP – Procuradoria da República em São Paulo
PR-TO – Procuradoria da República em Tocantins
PRR1 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região
PRR2 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região
PRR3 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região
PRR4 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região
PRR5 – Procuradoria Regional da República da 5ª Região
PRRs – Procuradorias Regionais da República
PRs – Procuradorias da República
PSI – Plano de Segurança Institucional
PSO – Plano de Segurança Orgânica
PwC – PricewaterhouseCoopers
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
Rais – Relação Anual de Informações Sociais
RAOs – Reuniões de Acompanhamento Operacional
RFB – Receita Federal do Brasil
SA – Secretaria de Administração
SAC – Salas de Atendimento ao Cidadão
SAC MPF – Aplicativo para dispositivos móveis que permite o acesso à Sala de Atendimento ao Cidadão
SAJ – Secretaria de Apoio Jurídico
SCI – Secretaria de Cooperação Internacional
SCP – Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP)
SEA – Secretaria de Engenharia e Arquitetura
Seap – Secretaria de Apoio Pericial

Secom – Secretaria de Comunicação Social
Sedep – Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional
SEGP – Subcomitê de Gestão de Pessoas
Sejud – Secretaria Jurídica e de Documentação
Senarc – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
Seti – Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação
SGA – Subcomitê de Gestão Administrativa ou Sistema de Gestão Administrativo (SGA)
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGT – Subcomitê Gestor de Tabelas
Sicom – Subcomitê de Comunicação Social
SIG-EOF – Sistema de informações Gerenciais da Execução Orçamentária e Financeira
SIGE – Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança
Sigov – Sistema de Governança Institucional do MPF
Sisobinet – Sistema de Óbitos
Spea – Secretaria de Pesquisa e Análise
SPF – Subcomitê de Projetos Finalísticos
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO – Secretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRI – Secretaria de Relações Institucionais
SSI-Saúde – Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
Ssin – Secretaria de Segurança Institucional
STF – Supremo Tribunal Federal
Stic – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SUBCEO – Subsecretaria de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira
SUBGDP – Subsecretaria de Gestão Documental e Processual
TACs – Termos de Ajustamento de Conduta
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TRF2 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região
TRF3 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TRF5 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UGEs – Unidades Gestoras Executoras
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Organograma do MPF
- Figura 2 – Mapa Estratégico do Ministério Público Federal
- Figura 3 – Organograma da AUDIN-MPU
- Figura 4 – Modelo de atuação nacional da TIC do MPF
- Figura 5 – Relação entre PEI, PETI e PDTI.
- Figura 6 – Mapa estratégico de TI
- Figura 7 – Evolução da medição do indicador consolidado de acompanhamento do PETI
- Figura 8 – Processo de elaboração do PDTI

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Indicador de desempenho 34: Percepção da Imagem do MPF
- Quadro 2 – Indicador de desempenho 35: Ressarcimento de danos monetários
- Quadro 3 – Indicador de desempenho 36: Quantitativo de condenações
- Quadro 4 – Indicador de desempenho 37: Proximidade física com o cidadão
- Quadro 5 – Indicador de desempenho 9: Cumprimento da Lei Orçamentária Anual (LOA)
- Quadro 6 – Indicador de desempenho 10: Planejamento Orçamentário
- Quadro 7 – Indicador de desempenho 11: Repercussão na mídia
- Quadro 8 – Indicador de desempenho 12: Comunicação interna
- Quadro 9 – Indicador de desempenho 13: Gestão ambiental
- Quadro 10 – Indicador de desempenho 14: Transparência
- Quadro 11 – Indicador de desempenho 15: Apoio à pesquisa e análise à investigação
- Quadro 12 – Indicador de desempenho 16: Segurança Institucional
- Quadro 13 – Indicador de desempenho 17: Demandas periciais reprimidas
- Quadro 14 – Indicador de desempenho 18: Acessibilidade
- Quadro 15 – Indicador de desempenho 19: Quantitativo de membros
- Quadro 16 – Indicador de desempenho 20: Quantitativo de servidores
- Quadro 17 – Indicador de desempenho 21: Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão
- Quadro 18 – Indicador de desempenho 22: Arquivamento definitivo
- Quadro 19 – Indicador de desempenho 23: Acatamento de Recomendações
- Quadro 20 – Indicador de desempenho 24: Percentual de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) cumpridos
- Quadro 21 – Indicador de desempenho 25: Prescrição de procedimentos extrajudiciais
- Quadro 22 – Indicador de desempenho 26: Recebimento de denúncias
- Quadro 23 – Indicador de desempenho 27: Favorabilidade das ações judiciais
- Quadro 24 – Indicador de desempenho 28: Favorabilidade das ações de improbidade
- Quadro 25 – Indicador de desempenho 29: Favorabilidade das ações criminais
- Quadro 26 – Indicador de desempenho 30: Favorabilidade das ações cíveis/tutela
- Quadro 27 – Indicador de desempenho 31: Favorabilidade das ações eleitorais

- Quadro 28 – Indicador de desempenho 32: Prescrição em processos judiciais
- Quadro 29 – Indicador de desempenho 33: Participação Legislativa
- Quadro 30 – Indicador de desempenho 1: Implantação do planejamento estratégico
- Quadro 31 – Indicador de desempenho 2: Cumprimento da estratégia
- Quadro 32 – Indicador de desempenho 3: Capacitação estratégica
- Quadro 33 – Indicador de desempenho 4: Rotatividade de membros
- Quadro 34 – Indicador de desempenho 5: Rotatividade de servidores (evasão)
- Quadro 35 – Indicador de desempenho 6: Satisfação institucional (membros)
- Quadro 36 – Indicador de desempenho 7: Satisfação institucional (servidores)
- Quadro 37 – Indicador de desempenho 8: Planejamento Estratégico de TI
- Quadro 38 – Critérios para atribuição de selos
- Quadro 39 – Produtividade dos membros do MPF
- Quadro 40 – Inquéritos Cíveis do MPF
- Quadro 41 – Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Recomendações do MPF
- Quadro 42 – Quantidade de Procedimentos Extrajudiciais Criminais do MPF
- Quadro 43 – Demonstrativo dos assuntos em destaque – Atuação civil
- Quadro 44 – Demonstrativo dos assuntos em destaque – Atuação criminal
- Quadro 45 – Comitê e Subcomitês do SIGE
- Quadro 46 – Unidades Descentralizadas da Corregedoria
- Quadro 47 – Panorama das Atividades Correicionais
- Quadro 48 – Quantidade de processos instruídos
- Quadro 49 – Demonstrativo de tipo e quantidade de decisão quanto a penalidades
- Quadro 50 – Força de Trabalho do MPF no período de 01/07/2015 a 31/12/2015
- Quadro 51 – Força de Trabalho do MPF no período de 01/01/2016 a 30/06/2016
- Quadro 52 – Força de Trabalho do MPF no Período de 01/07/2016 a 31/12/2016
- Quadro 53 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2015 a 31/12/2015
- Quadro 54 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/01/2016 a 30/06/2016
- Quadro 55 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2016 a 31/12/2016
- Quadro 56 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MPF no período de 01/07/2015 a 31/12/2015
- Quadro 57 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MPF no período de 01/01/2016 a 30/06/2016
- Quadro 58 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MPF no período de 01/07/2016 a 31/12/2016
- Quadro 59 – Quantidade efetiva de pessoal do MPF
- Quadro 60 – Quantidade de ingressos de pessoal do MPF
- Quadro 61 – Quantidade de egressos de pessoal do MPF
- Quadro 62 – Demonstrativo das pessoas com pessoal do MPF – 2015/2016
- Quadro 63 – Comparativo do número de vagas de estágio autorizadas conforme a política anterior e a atual
- Quadro 64 – Número de contratações de estagiários por semestre
- Quadro 65 – Quantidade de estagiários por nível de escolaridade na área meio e área fim
- Quadro 66 – Despesas com o Programa de Estágio

- Quadro 67 – Despesas com o Programa Adolescente Aprendiz
- Quadro 68 – Evolução do quantitativo de estagiários
- Quadro 69 – Evolução das despesas com estagiários
- Quadro 70 – Capacitação por subprograma
- Quadro 71 – Ações de capacitação realizada pelo EaD MPF, de 2013 a 2016
- Quadro 72 – Comparativo de ações presenciais e a distância, de 2013 a 2016
- Quadro 73 – Participação nos programas educacionais
- Quadro 74 – Relação de competências técnicas e comportamentais
- Quadro 75 – Avaliação de Desempenho
- Quadro 76 – Distribuição de veículos nas unidades do MPF por tipo
- Quadro 77 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos de veículos nas unidades do MPF
- Quadro 78 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos por tipo de veículo
- Quadro 79 – Veículos em processo de desfazimento
- Quadro 80 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações próprias por estado
- Quadro 81 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações cedidas ou emprestadas por estado
- Quadro 82 – Quantidade, custo mensal de aluguel e valor gasto com manutenção de edificações locadas de terceiros por estado
- Quadro 83 – Notas técnicas publicadas até 2016 pela SEA
- Quadro 84 – Cargos de provimento efetivo na área de TI do MPU
- Quadro 85 – Principais atribuições dos cargos de provimento efetivo na área de TI
- Quadro 86 – Distribuição da Força de Trabalho em TIC no MPF em 2016.
- Quadro 87 – Indicadores do PETI 2012/2020 relacionados à capacitação
- Quadro 88 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo
- Quadro 89 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo de Finalização
- Quadro 90 – Assuntos mais recorrentes
- Quadro 91 – Percentual de manifestações por meio de recebimento
- Quadro 92 – Avaliação de desempenho
- Quadro 93 – Distribuição das salas de atendimento ao cidadão instaladas em 2016
- Quadro 94 – Panorama da produtividade das Salas de Atendimento ao Cidadão
- Quadro 95 – Manifestações finalizadas nas Salas de Atendimento ao Cidadão por categoria
- Quadro 96 – Distribuição das edificações adequadas para atendimento da etapa 1
- Quadro 97 – Acessos ao Portal do MPF
- Quadro 98 – Acessos ao site Turminha do MPF
- Quadro 99 – Número de usuários nos sites
- Quadro 100 – Variação Patrimonial
- Quadro 101 – Unidades gestoras executoras cadastradas no SIAFI
- Quadro 102 – Unidade Gestora: 200022 – Procuradoria da República – SE
- Quadro 103 – Unidade Gestora: 200023 – Procuradoria da República – DF
- Quadro 104 – Unidade Gestora: 200031 – Procuradoria da República – BA
- Quadro 105 – Unidade Gestora: 200035 – Procuradoria da República – MG

Quadro 106 – Unidade Gestora: 200038 – Procuradoria da República – ES
Quadro 107 – Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República – MS
Quadro 108 – Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República – RJ
Quadro 109 – Unidade Gestora: 200045 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região – RJ
Quadro 110 – Unidade Gestora: 200046 – Procuradoria da República – RO
Quadro 111 – Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria da República – SP
Quadro 112 – Unidade Gestora: 200053 – Procuradoria da República – PR
Quadro 113 – Unidade Gestora: 200058 – Procuradoria da República – SC
Quadro 114 – Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria da República – RS
Quadro 115 – Unidade Gestora: 200064 – Procuradoria da República – MT
Quadro 116 – Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República – GO
Quadro 117 – Unidade Gestora: 200069 – Procuradoria da República – AC
Quadro 118 – Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República – AM
Quadro 119 – Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República – PA
Quadro 120 – Unidade Gestora: 200078 – Procuradoria da República – MA
Quadro 121 – Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República – PI
Quadro 122 – Unidade Gestora: 200082 – Procuradoria da República – CE
Quadro 123 – Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República – RN
Quadro 124 – Unidade Gestora: 200087 – Procuradoria da República – PB
Quadro 125 – Unidade Gestora: 200090 – Procuradoria da República – PE
Quadro 126 – Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República – AL
Quadro 127 – Unidade Gestora: 200097 – Secretaria Geral do MPF
Quadro 128 – Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF
Quadro 129 – Unidade Gestora: 200102 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região – RS
Quadro 130 – Unidade Gestora: 200201 – Procuradoria da República - TO
Quadro 131 – Unidade Gestora: 200204 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região – SP
Quadro 132 – Unidade Gestora: 200208 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região – DF
Quadro 133 – Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Recursos Humanos do MPF
Quadro 134 – Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República – AP
Quadro 135 – Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República – RR
Quadro 136 – Unidade Gestora: 200035 – Procuradoria da República – MG
Quadro 137 – Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República – MS
Quadro 138 – Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República – RJ
Quadro 139 – Unidade Gestora: 200046 – Procuradoria da República – RO
Quadro 140 – Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria da República – SP
Quadro 141 – Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria República – RS
Quadro 142 – Unidade Gestora: 200064 – Procuradoria República – MT
Quadro 143 – Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República - GO
Quadro 144 – Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República – AM
Quadro 145 – Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República – PA
Quadro 146 – Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República – PI
Quadro 147 – Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República – RN

Quadro 148 – Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República – AL
Quadro 149 – Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF
Quadro 150 – Unidade Gestora: 200102 – Procuradoria Regional da República – 4ª Região/RS
Quadro 151 – Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF
Quadro 152 – Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República – AP
Quadro 153 – Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República – RR
Quadro 154 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento
Quadro 155 – Demonstrativo de Processo–MPF/PGR Nº 1.00.000.002653/2016-43 - Dano ao Erário
Quadro 156 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.00.000.002749/2016-10 - Dano ao Erário
Quadro 157 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.00.000.010378/2016-31 - Dano ao Erário
Quadro 158 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.00.000.003941/2016-15 - Dano ao Erário
Quadro 159 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.15.000.002204/2016-72 - Dano ao Erário
Quadro 160 – Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.15.000.002199/2016-06 - Dano ao Erário

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo ao item 2.3 Organograma

Anexo ao item 2.4 Macroprocessos Finalísticos

Anexo A ao item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo B ao Item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo C ao item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo D ao Item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo ao Item 3.12 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Anexo ao item 3.13 Outras Informações da Gestão Estratégica

Anexo A ao item 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

Anexo B ao item 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

Anexo ao item 3.9 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Anexo A ao Item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Anexo A ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Anexo A ao Item 8 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Anexo B ao item 8 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Anexo ao Item 8.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Anexo A ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo B ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo C ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo D ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo E ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo A ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Anexo ao item 11.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Anexo ao item 11.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

2 VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- 2.1 Finalidade e Competências Institucionais
- 2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento do MPF
- 2.3 Organograma
- 2.4 Macroprocessos Finalísticos

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

- 3.1 Planejamento Organizacional
- 3.2 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício
- 3.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos
- 3.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos
- 3.5 Desempenho Orçamentário
- 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade
- 3.7 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário
- 3.8 Obrigações Assumidas sem o Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento
- 3.9 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas
- 3.11 Desempenho Operacional
- 3.12 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho
- 3.13 Outras Informações da Gestão Estratégica
- 3.14 Outras Informações de Resultados da Atuação Finalística

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- 4.1 Descrição das Estruturas de Governança
- 4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 4.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos
- 4.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

5. GESTÃO DE PESSOAS

- 5.1 Estrutura de Pessoal do Ministério Público Federal
- 5.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal
- 5.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal
- 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários
- 5.5 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais
- 5.6 Gestão do Desenvolvimento Profissional
- 5.7 Outras Informações da Gestão de Pessoas

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

- 6.1 Gestão da Frota de Veículos
- 6.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais Sobre Veículos Nessas Condições
- 6.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
- 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas
- 6.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros
- 6.6 Outras Informações da Gestão da Infraestrutura

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 7.1 Principais Sistemas de Informações
- 7.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI
- 7.3 Processo Judicial Eletrônico – PJE

8. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

- 8.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 9.1 Canais de Acesso do Cidadão
- 9.2 Carta de Serviços ao Cidadão
- 9.3 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade
- 9.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações
- 9.5 Comunicação com a Sociedade em Números

10. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 10.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.
- 10.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade
- 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

11. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 11.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU
- 11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno
- 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário
- 11.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º Da Lei 8.666/1993
- 11.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos

ANEXOS E APÊNDICES

1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém a Prestação de Contas Anual do Ministério Público Federal (MPF) ao Tribunal de Contas da União, do exercício de 2016, estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017. O documento apresenta informações que permitirão o acompanhamento e a fiscalização da atuação do MPF pelo cidadão, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública.

O MPF, no exercício de 2016, pautou seus trabalhos pelo aprimoramento do diálogo institucional e pela realização de ações que favoreceram o aprimoramento da gestão, a efetividade e a transparência.

A atuação institucional alcançou resultados expressivos. Houve decisões favoráveis ao encaminhamento do MPF em 77,53% das ações judiciais criminais e 74,26% das ações judiciais de improbidade, revelando um bom nível de eficácia no combate à criminalidade e à corrupção. No tocante à atuação em feitos extrajudiciais, o MPF, no exercício de 2016, atingiu 89,32% de suas recomendações acatadas.

Houve significativo aprimoramento da gestão, notadamente no uso da tecnologia e na profissionalização do processo de planejamento, demonstradas pelo alcance de 77,27% das metas propostas no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e pelo percentual de 93,75% de unidades do MPF com ferramental completo de planejamento implantado.

Vale destacar, ainda, que no exercício de 2016, em relação à execução das despesas, a modalidade de licitação mais empregada no âmbito do MPF foi o pregão, com aproximadamente 95% da despesa discricionária e, quanto às contratações diretas (dispensa e inexigibilidade), houve redução de aproximadamente 5% em relação ao exercício anterior. Na classificação por grupos e elementos de despesa, além da redução do montante de diárias, em 42% em relação ao exercício anterior, evidenciando o resultado do esforço para racionalização de despesas com viagens a trabalho, também houve impactante redução nos itens passagens e despesas com locomoção (-34,5%) e outros serviços de terceiros – pessoa física (-14,3%).

O diálogo permanente e qualificado com a sociedade e com os poderes da República está revelado na participação em 80% das audiências públicas no Congresso Nacional em que o MPF foi convidado. A Carta de Serviços ao Cidadão do MPF, publicada em 2016, reforça o compromisso de atender às demandas de promoção da cidadania. As Salas de Atendimento ao Cidadão em unidades do MPF chegaram ao número de 208 em 2016, das quais 180 já contemplam os padrões de acessibilidade estabelecidos.

A evolução das manifestações recebidas na Ouvidoria do MPF, de 5.718 em 2014, para 15.901 em 2016, aponta para uma elevação da visibilidade e da repercussão institucional no exercício. O Portal da Transparência do MPF obteve evolução significativa no Ranking da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público, partindo da 10ª para a 2ª colocação, no período de outubro de 2015 a outubro de 2016.

No ano de 2017, a Instituição pretende dar seguimento em empreendimentos iniciados em 2016, a exemplo da implantação da gestão de riscos, do projeto de Qualidade de Vida no Trabalho, da implantação integral do Processo Eletrônico, para que possa avançar no cumprimento de sua missão e corresponder às complexas e dinâmicas demandas que lhe aportam diariamente.

2 VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Ministério Público Federal integra o Ministério Público brasileiro, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. O Ministério Público brasileiro é formado pelos Ministérios Públicos dos Estados e pelo Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O MPF, assim como o Ministério Público brasileiro, não faz parte de nenhum dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e tem independência funcional assegurada pela Constituição Federal.

O procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República, com autorização da maioria absoluta do Senado Federal, chefia tanto o MPU quanto o MPF, cuja sede administrativa é a Procuradoria-Geral da República.

Ao MPF cabe a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, da ordem jurídica e do regime democrático. O órgão é responsável pela fiscalização da aplicação das leis, pela defesa do patrimônio público e por zelar pelo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição.

O MPF atua em causas de interesse federal, por iniciativa própria ou mediante provocação, em todo o Brasil e em cooperação com outros países. A atuação pode ser judicial como fiscal da lei, cível e criminal, mas também pode ser extrajudicial, quando atua por meio de recomendações e promove acordos por meio dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). A instituição ingressa com ações em nome da sociedade, oferece denúncias criminais e deve ser ouvida em todos os processos em andamento na Justiça Federal que envolvam o interesse público relevante, mesmo que não seja parte na ação.

A atuação do MPF ocorre perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais federais, os juízes federais e os juízes eleitorais, nos casos regulamentados pela Constituição e pelas leis federais.

As intervenções em todas as fases do processo eleitoral são de responsabilidade do MPF, que age com os Ministérios Públicos Estaduais, que oficiam perante a Justiça Eleitoral de primeira instância. Por isso, o Ministério Público Eleitoral está vinculado ao MPF, sendo o procurador-geral da República o responsável pela atuação do MP na área eleitoral, como procurador-geral Eleitoral.

Os instrumentos de atuação do Ministério Público estão previstos no art. 129 da Constituição Federal, dentro do capítulo "Das funções essenciais à Justiça". As funções e atribuições do MPU estão insertas na Lei Complementar nº 75/1993.

2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MPF

Os arts. 127 a 130-A da Constituição Federal de 1988 fixam os princípios e prerrogativas institucionais do Ministério Público, sua abrangência de atuação, suas funções institucionais e as garantias e vedações relativas aos seus membros.

Mais especificamente, o art. 128, § 5º, da Carta Magna, estabelece que cabe à Lei Complementar, cuja iniciativa é facultada ao procurador-geral da República, estabelecer a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União (MPU).

Nesse sentido, foi editada a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que “dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União”.

Relativamente ao Ministério Público Federal (MPF), a LCP nº 75/1993 estabelece que o funcionamento de diversos de seus órgãos serão disciplinados em Regimentos Internos Específicos aprovados pelo Conselho Superior do MPF.

Quanto à organização administrativa da instituição, o art. 49, incisos XX e XXII, da LCP nº 75/1993 estabelece que é atribuição do procurador-geral da República, como chefe do MPF, a prática de atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal e a coordenação das atividades da instituição. Essa diretriz fundamentou a edição do Regimento Interno Diretivo do MPF, cujos arts. 101 e 103 estabelecem que compete ao secretário-geral a edição de Regimento Interno Administrativo e a realização de alterações na estrutura administrativa no âmbito do MPF.

Fundamentado nesse contexto normativo, o procurador-geral da República, o secretário-geral do MPF e o Conselho Superior do MPF editaram diversos atos, a seguir discriminados, para normatizar a estrutura administrativa da instituição e o funcionamento de suas unidades.

Regimento Interno Diretivo do MPF

Portaria PGR/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, alterada pelos seguintes atos:

- Portaria PGR/MPF nº 1.016, de 1º de dezembro de 2015;
- Portaria PGR/MPF nº 194, de 21 de março de 2016;
- Portaria SG/MPF nº 168, de 2 de março de 2016; e
- Portaria SG/MPF nº 362, de 11 de maio de 2016.

Regimento Interno do Gabinete do Procurador-Geral da República

Portaria nº 556, de 13 de agosto de 2014, alterada pelos seguintes atos:

- Portaria PGR/MPF nº 84, de 23 de fevereiro de 2015;
- Portaria PGR/MPF nº 336, de 30 de abril de 2015;
- Portaria PGR/MPF nº 957, de 13 de novembro de 2015;
- Portaria PGR/MPF nº 1.012, de 1º de dezembro de 2015;
- Portaria PGR/MPF nº 300, de 29 de abril de 2016;
- Portaria PGR/MPF nº 377, de 30 de maio de 2016; e
- Portaria PGR/MPF nº 76, de 30 de janeiro de 2017.

Regimento Interno Administrativo

Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, alterada pelos seguintes atos:

- Portaria SG /MPF nº 1.121, de 1º de dezembro de 2015;
- Portaria SG/MPF nº 284, de 15 de abril de 2016; e
- Portaria SG/MPF nº 363, de 11 de maio de 2016.

Regimento Interno do Conselho Superior do MPF

Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016.

Regimento Interno do Conselho Institucional do MPF

Resolução CSMPF nº 165, de 6 de maio de 2016.

Regimento Interno da Corregedoria do MPF

Resolução CSMPF nº 100, de 3 de novembro de 2009, alterada pelos seguintes atos:

Resolução CSMPF nº 123, de 6 de dezembro de 2011; e

Resolução CSMPF nº 137, de 10 de dezembro de 2012.

Regimento Interno das Câmaras de Coordenação e Revisão

1ª Câmara – Resolução CSMPF nº 164, de 6 de maio de 2016;

2ª Câmara – Resolução CSMPF nº 128, de 8 de maio de 2012;

3ª Câmara – Resolução CSMPF nº 145, de 5 de agosto de 2013, alterada pela Resolução nº 158, de 19 de agosto de 2015;

4ª Câmara – Resolução CSMPF nº 20, de 6 de fevereiro de 1996, alterada pelas Resoluções nº 23, de 23 de abril de 1996, nº 26, de 4 de junho de 1996, nº 31, de 27 de junho de 1997, nº 40, de 31 de março de 1998, nº 119, de 4 de outubro de 2011, nº 148, de 1º de abril de 2014, e nº 163, de 5 de abril de 2016;

5ª Câmara – Resolução CSMPF nº 171, de 6 de setembro de 2016;

6ª Câmara – Resolução CSMPF nº 136, de 10 de dezembro de 2012; e

7ª Câmara – Resolução CSMPF nº 166, de 6 de maio de 2016.

Regimento Interno do Colégio de Procuradores da República

Resolução CSMPF nº 56, de 21 de fevereiro de 2000.

2.3 ORGANOGRAMA

Figura 1 – Organograma do MPF



As competências, os titulares, os cargos e os períodos de atuação das Unidades Estratégicas do MPF são informadas no **Anexo ao item 2.3 Organograma**.

2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos correspondem aos grandes conjuntos de processos de trabalho pelos quais o Ministério Público Federal (MPF) cumpre a sua missão e cuja operação tem impactos significativos na forma de funcionamento do órgão. São os processos mais gerais da instituição e todos os outros decorrem deles. O macroprocesso finalístico do Ministério Público Federal é o de defesa dos interesses da sociedade.

De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O MPF atua nas áreas cível, criminal e eleitoral como parte ou como fiscal da correta aplicação da lei. Na área eleitoral, o MPF pode intervir em todas as fases do processo e age em parceria com os Ministérios Públicos estaduais.

A atuação do MPF ocorre perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Federais, os juízes federais e os juízes eleitorais, nos casos regulamentados pela Constituição e pelas leis federais.

Como função precípua, a Instituição é a única legitimada a dar início às ações penais públicas, principal instrumento de sua atuação na persecução penal. Além disso, é responsável por ingressar com ações em defesa da sociedade e deve ser ouvida em todos os processos em andamento na Justiça Federal que envolvam interesse público relevante, mesmo que não seja parte na ação.

Além da atuação judicial, também atua na esfera extrajudicial, sobretudo na defesa de direitos difusos, como meio ambiente e segurança pública, por meio de instrumentos como inquéritos civis públicos, recomendações, termos de ajustamento de conduta e audiências públicas.

O MPF exerce suas competências em todo o território nacional e atua por iniciativa própria ou mediante provocação nas seguintes temáticas:

- a) direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral;
- b) criminal;
- c) consumidor e ordem econômica;
- d) meio ambiente e patrimônio cultural;
- e) combate à corrupção;
- f) populações indígenas e comunidades tradicionais;
- g) controle externo da atividade policial e sistema prisional;
- h) direitos do cidadão;
- i) eleitoral; e
- j) cooperação internacional.

As Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) do MPF são os órgãos setoriais que coordenam, integram e revisam o exercício profissional dos membros da instituição. Elas são organizadas por função ou por matéria. A tabela a seguir demonstra a atuação das CCRs, com a descrição sucinta dos temas sob sua responsabilidade e os principais produtos e serviços prestados no ano de 2016.

Na temática de direitos do cidadão, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) atua na interlocução e interação com órgãos de Estado, organismos nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos. Entre os temas de atuação direta da PFDC estão questões referentes a Acessibilidade, Acesso à Informação, Alimentação Adequada, Comunicação, Criança e Adolescente, Direito à Moradia Adequada, Direito à Memória e à Verdade, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Discriminação, Educação, Idoso, Inclusão de Pessoas com Deficiência, Previdência e Assistência Social, Populações Atingidas pelas Barragens, Reforma Agrária, Saúde, Saúde Mental, Segurança pública, Sistema Prisional, Tortura, Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas, entre outros.

SUBPROCESSO FINALÍSTICO – ATUAÇÃO COMO FISCAL DA LEI

Quando um processo em andamento na Justiça Federal envolve interesse público relevante, como um direito coletivo ou individual indisponível, o MPF deve ser ouvido, mesmo que não seja autor da ação.

Essa é a atuação como fiscal da correta aplicação da lei (*custos legis*), obrigatória, também, nos mandados de segurança contra ato de autoridade pública federal ou equiparada e nos processos de competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo não sendo parte no processo, o MPF pode recorrer na condição de *custos legis*.

SUBPROCESSO FINALÍSTICO – ATUAÇÃO NA ÁREA CÍVEL

Na área cível, o MPF atua na defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Nesses casos, o ele age por meio da ação civil pública, da ação civil coletiva ou da ação de improbidade administrativa.

Antes de propor as ações perante o Judiciário, o MPF pode se valer de instrumentos extrajudiciais, como o inquérito civil público ou o procedimento administrativo cível, usados para coletar provas. Comprovada a existência de irregularidades, pode propor, antes de ingressar com a ação, a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que, no entanto, não pode ser usado nas ações de improbidade administrativa.

Quando atuam na tutela coletiva, os membros do MPF defendem direitos referentes a temas como ordem econômica e consumidores; meio ambiente e patrimônio cultural; criança, adolescente, idoso e portador de deficiência; comunidades indígenas; educação e saúde; previdência e assistência social; patrimônio público e social; cidadania; direitos humanos e violência policial.

As ações de improbidade administrativa são ajuizadas pelo MPF contra agentes públicos que lesam a União, inclusive quando o fato ocorre em âmbito estadual ou municipal, desde que haja patrimônio da União envolvido. As ações de improbidade também podem ser propostas contra todos os que contratam com a Administração Pública (pessoas físicas ou jurídicas).

São exemplos de atos que podem gerar ação de improbidade: enriquecimento ilícito, dispensa ilegal de licitação, operações financeiras ilícitas, fraude em concurso público, superfaturamento e uso particular de bens públicos. Todos os casos estão descritos nos arts. 8º, 9º e 10º da Lei 8.429/1992.

Por meio da ação de improbidade, são aplicadas apenas sanções civis e políticas. Por isso, cópias da ação são encaminhadas aos procuradores da área criminal, para que estes analisem a eventual prática de infrações penais pelos envolvidos.

SUBPROCESSO FINALÍSTICO – ATUAÇÃO NA ÁREA CRIMINAL

Na área criminal, compete somente ao MPF promover a ação penal pública quando a competência para o julgamento é da Justiça Federal. O MPF também propõe ações nos casos que envolvem autoridades com foro por prerrogativa de função, que só podem ser julgadas pelos Tribunais Federais ou pelos Tribunais Superiores, conforme o caso.

Também cabe ao MPF o controle externo da atividade policial. Por isso, a prisão de qualquer pessoa deve ser comunicada ao MPF quando feita pela Polícia Federal ou quando se tratar da prisão de autoridade com foro no Supremo Tribunal Federal (STF) ou no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

As ações de planejamento no Ministério Público Federal (MPF) foram definidas para o horizonte de 2011 a 2020 e têm como base o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2011-2020), instituído pela Portaria PGR/MPF nº 687, de 20 de dezembro de 2011. O MPF utiliza metodologia adaptada do *Balanced Scorecard*. Dessa forma, o mapa estratégico do órgão compõe-se de 25 objetivos estratégicos, atendendo às perspectivas: sociedade, processos internos e aprendizado e crescimento. A estratégia pode, assim, ser acompanhada por meio das ações vinculadas a essas perspectivas. A seguir, demonstra-se o Mapa Estratégico:

Figura 2 – Mapa Estratégico do Ministério Público Federal



Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do PEI 2011-2020, foram definidos indicadores e metas que mensuram o desenvolvimento da estratégia. Os indicadores permitem desdobrar as metas de uma ação e repensar formas de melhoria contínua dos processos organizacionais. São, portanto, importantes fontes de informação para o processo de tomada de decisão.

O estabelecimento de uma meta para cada indicador é primordial para comunicar a todos os membros e servidores a velocidade de implementação da estratégia e a amplitude do desafio a ser superado pelo MPF no alcance da Visão Institucional. Vale destacar que as metas representam um pacto com os gestores responsáveis de cada órgão, unidade administrativa, unidade gestora e áreas de atuação. A Portaria PGR nº 687/2011, que institui o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal, traz, também, as áreas gestoras dos 37 indicadores relacionados aos 25 objetivos

estratégicos. Compete às áreas assegurar a efetivação de ações necessárias para o correto monitoramento dos indicadores sob sua responsabilidade e responder pelo seu desempenho. Na hipótese de o indicador apresentar resultado inferior a 70% da meta estabelecida, o gestor responsável deverá apresentar as justificativas ao Secretário-Geral.

3.2 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

A Portaria PGR nº 57, de 2 de fevereiro de 2016, alterou o normativo que instituiu o Planejamento Estratégico Institucional, aumentando, de 32 para 37 o número de indicadores estratégicos. Os indicadores de cada um dos objetivos estratégicos, distribuídos segundo a perspectiva do mapa estratégico, estão dispostos a seguir:

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Define os resultados que o MPF deve gerar para maximizar o cumprimento de sua missão institucional e atender às expectativas da sociedade no combate à corrupção, na proteção do regime democrático e dos direitos fundamentais, na atuação preventiva e no trabalho em grupo e na elaboração de parcerias.

Os indicadores e as metas referentes à perspectiva Sociedade estão dispostos a seguir:

Objetivos 21 (Combate à criminalidade e à corrupção); 22 (Proteção ao regime democrático dos direitos fundamentais); 23 (Atuação preventiva); 24 (Aproximação com o cidadão) e 25 (Trabalho em grupo e parcerias).

Indicador de desempenho 34: Percepção da Imagem do MPF

O indicador Percepção de Imagem do MPF tem o objetivo de capturar a percepção da sociedade acerca da atuação do MPF. A medição não foi realizada em 2016, pois não houve pesquisa de imagem do MPF em 2015.

Quadro 1 – Indicador de desempenho 34: Percepção da Imagem do MPF

Propósito	Capturar a percepção da sociedade acerca da atuação do MPF.
Descrição	Mensurar a percepção da sociedade acerca da atuação do MPF.
Forma de medição	(Número de respondentes satisfeitos / Número de respondentes) * 100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	70% até 2015 e 90% até 2020.
Medição	Sem medição.
Frequência de mensuração	Bienal.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Indicador de desempenho 35: Ressarcimento de danos monetários

O indicador aufere o quantitativo de danos monetários ressarcido ao erário por meio da ação do MPF. É necessário esclarecer que os números aqui apresentados são somente aqueles recolhidos à conta única do Tesouro Nacional por meio de GRU. Não estão contemplados os valores recuperados e que são transmitidos diretamente pela Justiça Federal à conta das empresas públicas lesadas (como, por exemplo, a Petrobras no âmbito da operação Lava Jato).

Quadro 2 – Indicador de desempenho 35: Ressarcimento de danos monetários

Propósito	Avaliar a eficácia da atuação do MPF nas ações civis.
Descrição	Aferir o quantitativo de danos monetários ressarcidos ao erário.
Forma de medição	Valor total do montante recuperado pelo MPF.
Unidade de medida	Quantidade.
Meta	Em estudo.
Medição	R\$ 8.510.297,86 em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 36: Quantitativo de condenações

O indicador tem a proposta de avaliar o quantitativo de condenações. A mensuração está em reformulação. Haverá tratativas para reformular o indicador de forma a refletir a diminuição da criminalidade.

Quadro 3 – Indicador de desempenho 36: Quantitativo de condenações

Propósito	Avaliar a efetividade da atuação do MPF nas condenações.
Descrição	Aferir o número de condenações alinhadas ao posicionamento do MPF.
Forma de medição	Quantidade de condenações.
Unidade de medida	Quantidade.
Meta	Em estudo.
Medição	Mensuração em reformulação.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 37: Proximidade física com o cidadão

O indicador mensura o estreitamento de vínculo com a sociedade, no sentido de atender a consultas, denúncias, representações, solicitações e requerimentos provenientes de cidadãos, inclusive de advogados.

Quadro 4 – Indicador de desempenho 37: Proximidade física com o cidadão

Propósito	Fomentar a criação, em todas as unidades, de Salas de Atendimento ao Cidadão (SAC), dotadas de quantitativo próprio e adequado de servidores capacitados.
Descrição	Medir o percentual de unidades que possuem Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC).
Forma de medição	(Número de unidades com SAC / Número de unidades) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	100% até 2020.
Medição	81,7% em 2016.
Frequência de mensuração	Anual.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA).

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Retrata os processos internos prioritários do MPF, a fim de buscar excelência, concentrar esforços e maximizar resultados. Define o modo de operação para implementação da estratégia institucional.

Os indicadores e as metas referentes à perspectiva Processos Internos estão dispostos a seguir:

Objetivos 5 (Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária) e 6 (Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos).

Indicador de desempenho 9: Cumprimento da Lei Orçamentária Anual (LOA)

O indicador tem a proposta de avaliar a relação entre o executado e o provisionado.

Quadro 5 – Indicador de desempenho 9: Cumprimento da Lei Orçamentária Anual (LOA)

Propósito	Aprimorar o planejamento.
Descrição	Relação entre executado e provisionado.
Forma de medição	(Despesa Liquidada + Restos a pagar / Provisão recebida) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	95% ao ano.
Medição	98,96% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO).

Indicador de desempenho 10: Planejamento orçamentário

O intuito desse indicador é aprimorar a programação da despesa, a fim de que haja equilíbrio entre o planejado e o provisionado.

Quadro 6 – Indicador de desempenho 10: Planejamento Orçamentário

Propósito	Aprimorar a programação da despesa.
Descrição	Relação entre o provisionado e o planejado.
Forma de medição	(Provisionado / Planejado) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	95% até 2020.
Medição	98,61% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO).

Objetivo 7 – Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa.

Indicador de desempenho 11: Repercussão na mídia

A repercussão na mídia da atuação do MPF tem apresentado resultados positivos. O *clipping* capta informações de mídias nacionais e locais. Estão incluídas no rol de revistas: Exame, Veja,

Carta Capital, IstoÉ, IstoÉ Dinheiro, Época; e, no rol de jornais nacionais: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Gazeta Mercantil, Valor Econômico, O Globo, Jornal do Brasil. O indicador em questão mede o cumprimento da institucionalização de política que aperfeiçoa a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e com a imprensa.

Quadro 7 – Indicador de desempenho 11: Repercussão na mídia

Propósito	Monitorar e avaliar a visibilidade do MPF na mídia, como indicador de tendência.
Descrição	Medir o total de matérias veiculadas de forma espontânea pelas diversas mídias.
Forma de medição	(Número de publicações espontâneas na mídia que citam o MPF ou suas unidades no período / Número total de publicações) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	90% ao ano.
Medição	100% em 2016.
Frequência de mensuração	Trimestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Indicador de desempenho 12: Comunicação interna

O indicador, implementado com a execução do projeto de pesquisa de clima organizacional do MPF em 2013, objetiva mensurar a satisfação com os canais de comunicação interna do MPF. A medição do indicador deve ser colhida anualmente, por meio dos dados da dimensão (Comunicação Interna) obtidos na Pesquisa de Clima Organizacional (PCO), realizada pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep). A pesquisa de clima organizacional, da qual é extraída a medição do indicador, foi realizada pela última vez em 2015.

Quadro 8 – Indicador de desempenho 12: Comunicação interna

Propósito	Aprimorar a comunicação interna.
Descrição	Mensurar a satisfação com os canais de comunicação interna do MPF (sentido amplo, não apenas Secom).
Forma de medição	(Nº de membros e servidores satisfeitos com as ações de comunicação / Nº de membros e servidores que avaliaram as ações) * 100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	80% ao ano.
Medição	44% em 2015.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Objetivo 8 (Implementar o processo de Gestão do Conhecimento); 9 (Fomentar relacionamento com públicos de interesse) e 10 (Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável).

Indicador de desempenho 13: Gestão ambiental

O indicador pretende aferir a adequação das unidades aos níveis de gestão ambiental estabelecidos. Busca-se melhorar a eficiência no uso de recursos para minimizar, assim, o impacto ambiental. A mensuração, no entanto, está em reformulação.

Quadro 9 – Indicador de desempenho 13: Gestão ambiental

Propósito	Melhorar a eficiência no uso de recursos para minimizar o impacto ambiental.
Descrição	Adequação das unidades aos níveis de gestão ambiental estabelecidos.
Forma de medição	(Número de unidades adequadas / Número de unidades) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	100% até 2020.
Medição	Medição em reformulação.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto menor, melhor.
Área gestora	Secretaria de Administração (SA).

Indicador de desempenho 14: Transparência

O indicador transparência coaduna-se com os preceitos da Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação –, e, também, com o dever de prestar contas. Trata-se de importante ferramenta, que incentiva a participação do cidadão na fiscalização e avaliação das ações do Ministério Público Federal.

Quadro 10 – Indicador de desempenho 14: Transparência

Propósito	Possibilitar o amplo acesso às informações da Instituição pela sociedade.
Descrição	Medir o grau de transparência das Unidades do MPF em relação à atividade fim e à execução orçamentária.
Forma de medição	(Nº de usuário satisfeitos com a transparência / Nº de respondentes da pesquisa) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	100% em 2017.
Medição	95,80% em 2016.
Frequência de mensuração	Trimestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge).

Objetivo 11 – Fortalecer as estruturas de apoio à investigação

Indicador de desempenho 15: Apoio de pesquisa e análise à investigação

O indicador mensura o conjunto de ações de desenvolvimento de sistemas, da coleta de informações e do processamento e análise de dados, que subsidiam as apurações, os procedimentos e os processos que estão sob responsabilidade do Ministério Público Federal.

Quadro 11 – Indicador de desempenho 15: Apoio à pesquisa e análise à investigação

Propósito	Adequar a estrutura das unidades Spea/MPF.
Descrição	Adequação aos critérios de apoio à investigação estabelecidos.
Forma de medição	(Número de unidades adequadas / Número de unidades) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	100% até 2020.
Medição	84% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Pesquisa e Análise (Spea).

Objetivo 12 – Fortalecer a segurança institucional

Indicador de desempenho 16: Segurança Institucional

Trata-se de importante indicador, que tem como foco, entre outras atividades, o planejamento, a organização, a direção e o monitoramento das atividades de segurança, bem como o gerenciamento de avaliações de risco de membros e servidores quando ameaçados em razão de sua atuação institucional. A Assessoria Técnica de Segurança (ATS) identifica as vulnerabilidades reais e potenciais, avalia ameaças e impactos. O Plano de Segurança Orgânica (PSO) dita normas específicas para cada unidade de acordo com a realidade local. O Plano de Segurança Institucional (PSI), por sua vez, contém diretrizes de segurança a serem seguidas pelas unidades, contemplando todos os grupos de medidas de segurança definidos na política.

Quadro 12 – Indicador de desempenho 16: Segurança Institucional

Propósito	Implementar e unificar as medidas de segurança institucional no âmbito do MPF.
Descrição	Adequação das unidades aos níveis de segurança institucional estabelecidos.
Forma de medição	$(ATS \text{ realizadas} \times 100 / \text{Total de Unidades PRs, PRRs, PRMs}) + (\text{PSO em conformidade com o PSI} \times 100 / \text{Total de unidades PRs, PRRs e PRMs}) / 2$.
Meta	100% até 2020.
Medição	50,75% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Segurança Institucional (Ssin).

Objetivo 13 – Assegurar corpo pericial flexível às demandas.

Indicador de desempenho 17: Demandas periciais reprimidas

O indicador tem ampla abrangência e engloba demandas de: fiscalização de atos administrativos, consumidor e ordem econômica, meio ambiente e patrimônio cultural, combate à corrupção, populações indígenas e comunidades tradicionais, modular (temas cíclicos de acordo com a estratégia de atuação do MPF).

Quadro 13 – Indicador de desempenho 17: Demandas periciais reprimidas

Propósito	Reduzir o passivo número de demandas periciais não atendidas.
Descrição	Identificar o percentual de demandas periciais aguardando perícia.
Forma de medição	$(\text{Quantidade de perícias pendentes há 6 meses} / \text{Perícias solicitadas}) * 100$.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	25%.
Medição	10,17% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto menor, melhor.
Área gestora	Secretaria de Apoio Pericial (Seap).

Objetivo 14 – Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura.

Indicador de desempenho 18: Acessibilidade

O objetivo do indicador é fazer com que as unidades do MPF sejam acessíveis do ponto de vista físico e adequadas ao desempenho das atribuições. Em uma primeira etapa, os requisitos de

acessibilidade compreendem a criação de uma rota acessível da calçada externa da edificação até a Sala de Atendimento ao Cidadão, com a adequação de calçadas, rampas, escadas externas, estacionamentos, circulações, portas, sanitários públicos e balcões de atendimento. Também serão atendidos nessa etapa os servidores, em exercício, com deficiência que trabalham no órgão.

Quadro 14 – Indicador de desempenho 18: Acessibilidade

Propósito	Fazer com que todas as Unidades do MPF sejam acessíveis do ponto de vista físico e adequadas ao desempenho das atribuições.
Descrição	Medir a quantidade de Unidades adequadas aos requisitos de acessibilidade estabelecidos.
Forma de medição	(Nº de unidades adequadas / Nº total de unidades) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	63% em 2017 e 100% até 2020.
Medição	4,95% em 2016.
Frequência de mensuração	Anual.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA).

Indicador de desempenho 19: Quantitativo de membros

O indicador objetiva mensurar o quantitativo de procuradores existentes com relação ao quantitativo fixado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Quadro 15 – Indicador de desempenho 19: Quantitativo de membros

Propósito	Buscar a adequação da alocação de membros em função do percentual de ocupação dos cargos.
Descrição	Mensurar quantitativo de procuradores existentes com relação ao quantitativo fixado pelas instâncias competentes.
Forma de medição	(Quantidade de cargos ocupados / Total de cargos do MPF) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	90% até 2020.
Medição	98,04% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Se for igual, melhor.
Área gestora	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Indicador de desempenho 20: Quantitativo de servidores

O indicador objetiva mensurar o quantitativo de servidores existentes com relação ao quantitativo de membros. Busca-se, assim, adequar a força de trabalho. Visando ao aprimoramento do processo decisório de alocação de servidores efetivos, está em curso no MPF, com suporte de consultoria especializada contratada, estudo acerca da implantação de metodologia de gestão da alocação de servidores, considerando aspectos qualitativos (melhor adequação entre as especialidades de cargos disponíveis e as atividades desempenhadas no órgão) e quantitativos (melhor adequação do dimensionamento das equipes).

Quadro 16 – Indicador de desempenho 20: Quantitativo de servidores

Propósito	Buscar a adequação da alocação de servidores em função de critérios fixados pelas instâncias competentes.
Descrição	Mensurar quantitativo de servidores existentes com relação ao quantitativo fixado pelas instâncias competentes.
Forma de medição	(Número de servidores existente / Número de servidores definido a partir dos critérios fixados pelas instâncias competentes)*100
Unidade de medida	Percentual.
Meta	90% até 2014 e 95% até 2020.
Medição	96,37% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Se for igual, melhor.
Área gestora	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Objetivo 15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada.

Indicador de desempenho 21: Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão

O objetivo do indicador é promover uma atuação integrada, coordenada e regionalizada do MPF.

Quadro 17 – Indicador de desempenho 21: Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão

Propósito	Aprimorar a integração entre as instâncias.
Descrição	Mensurar quantitativo de enunciados elaborados pelas Câmaras.
Forma de medição	Número de enunciados aprovados pelo Colegiado da Câmara, publicados e divulgados.
Unidade de medida	Quantidade.
Meta	40 em 2017.
Medição	36 em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge).

Objetivo 16 – Fortalecer a atuação extrajudicial.

Indicador de desempenho 22: Arquivamento definitivo

O indicador tem o fito de buscar a finalização dos feitos de forma extrajudicial, ou seja, sem a conversão em procedimento judicial, excluídos os declínios de competência e os em virtude de prescrição.

Quadro 18 – Indicador de desempenho 22: Arquivamento definitivo

Propósito	Estimular a finalização dos feitos extrajudiciais de competência do MPF pela resolução extrajudicial do problema.
Descrição	Aferir a finalização dos feitos extrajudiciais de competência do MPF sem conversão em procedimento judicial, excluídos os declínios de competência e os em virtude de prescrição.
Forma de medição	(Número de arquivamentos por solução do problema / Número de processos extrajudiciais no período, excluídos arquivamentos por declínio de competência e os em virtude de prescrição) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	Mensuração em reformulação.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 23: Acatamento de Recomendações

O indicador monitora um importante instrumento de atuação extrajudicial utilizado pelo Ministério Público, a Recomendação, o qual, não obstante a ausência de força coercitiva ao Poder Público, tem o objetivo de conformar a conduta do agente com os direitos constitucionalmente assegurados. Nesse contexto, essa prerrogativa Ministerial, que decorre da Constituição, e está prevista expressamente no plano infraconstitucional, poderá ser dirigida ao Poder Público em geral, a fim de que sejam respeitados os direitos acima destacados.

Quadro 19 – Indicador de desempenho 23: Acatamento de Recomendações

Propósito	Estimular a busca pela efetividade dos meios de atuação extrajudicial.
Descrição	Mensurar a efetividade de Recomendações.
Forma de medição	(Recomendações acatadas no período / Total de recomendações expedidas no período) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	89,32% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 24: Percentual de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) cumpridos

O percentual de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) cumpridos busca a efetividade dos meios de atuação extrajudicial.

Quadro 20 – Indicador de desempenho 24: Percentual de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) cumpridos

Propósito	Estimular a busca pela efetividade dos meios de atuação extrajudicial.
Descrição	Mensurar o percentual de cumprimento dos TACs.
Forma de medição	(TACs cumpridos no período / Total de TACs expedidos no período) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	Mensuração em reformulação.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 25: Prescrição de procedimentos extrajudiciais

O indicador prescrição em processos judiciais tem o objetivo de aferir o percentual de PICs, IPLs e ICPs extintos em razão da prescrição.

Quadro 21 – Indicador de desempenho 25: Prescrição de procedimentos extrajudiciais

Propósito	Diminuir a prescrição nos procedimentos extrajudiciais.
Descrição	Aferir o percentual de prescrição nos procedimentos extrajudiciais finalizados.
Forma de medição	(Número de PICs, IPLs e ICPs prescritos / Número de PICs, IPLs e ICPs finalizados) *100
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	Mensuração em reformulação.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto menor, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Objetivo 17 – Aperfeiçoar a atuação judicial.

Indicador de desempenho 26: Recebimento de denúncias

Com o intuito de aperfeiçoar a atuação judicial, mede-se o percentual de denúncias oferecidas pelo MPF e aceitas pelo Judiciário.

Quadro 22 – Indicador de desempenho 26: Recebimento de denúncias

Propósito	Estimular a busca pela eficácia da atuação do MPF em relação às denúncias feitas.
Descrição	Aferir o quantitativo de denúncias iniciadas pela instituição e aceitas pelo Judiciário.
Forma de medição	(Denúncias aceitas pelo Judiciário / Denúncias encaminhadas ao Judiciário) *100.
Unidade de medida	Percentual
Meta	Em estudo.
Medição	94,11% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 27: Favorabilidade das ações judiciais

No combate à criminalidade e à corrupção, merece destaque o indicador que avalia o percentual de decisões judiciais favoráveis ao MPF.

Quadro 23 – Indicador de desempenho 27: Favorabilidade das ações judiciais

Propósito	Avaliar a eficácia da atuação do MPF nas ações judiciais.
Descrição	Aferir as ações judiciais favoráveis ao encaminhamento do MPF.
Forma de medição	(Número de ciências favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	76,67% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 28: Favorabilidade das ações de improbidade

No tocante à improbidade, destaca-se o indicador que avalia o percentual de decisões judiciais favoráveis ao MPF.

Quadro 24 – Indicador de desempenho 28: Favorabilidade das ações de improbidade

Propósito	Avaliar a eficácia da atuação do MPF nas ações de improbidade.
Descrição	Aferir o percentual de ações de improbidade favoráveis ao encaminhamento do MPF.
Forma de medição	(Número de ciências em ações de improbidade favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações de improbidade favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	74,26% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 29: Favorabilidade das ações criminais

O indicador favorabilidade das ações criminais afere o percentual de ações criminais favoráveis ao encaminhamento do Ministério Público Federal.

Quadro 25 – Indicador de desempenho 29: Favorabilidade das ações criminais

Propósito	Avaliar a eficácia da atuação do MPF nas ações criminais.
Descrição	Aferir o percentual de ações criminais favoráveis ao encaminhamento do MPF.
Forma de medição	(Número de ciências em ações criminais favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações criminais favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	77,53% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 30: Favorabilidade das ações cíveis/tutela

O indicador favorabilidade das ações cíveis/tutela, cujo objetivo é estimular a busca pela efetividade da atuação do MPF, afere o percentual de ações cíveis/tutela favoráveis ao encaminhamento do Ministério Público Federal.

Quadro 26 – Indicador de desempenho 30: Favorabilidade das ações cíveis/tutela

Propósito	Avaliar a eficácia da atuação do MPF nas ações cíveis/tutela.
Descrição	Aferir o percentual das ações cíveis-tutela favoráveis ao encaminhamento do MPF.
Forma de medição	(Número de ciências em ações cíveis e de tutela favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações cíveis e de tutela favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	72,56% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 31: Favorabilidade das ações eleitorais

O indicador favorabilidade das ações eleitorais, cujo objetivo é estimular a busca pela efetividade da atuação do MPF em relação ao número total de ações eleitorais, afere o percentual de ações eleitorais favoráveis ao encaminhamento do Ministério Público Federal.

Quadro 27 – Indicador de desempenho 31: Favorabilidade das ações eleitorais

Propósito	Avaliar a eficácia da atuação do MPF nas ações eleitorais.
Descrição	Aferir o percentual das ações eleitorais favoráveis ao encaminhamento do MPF.
Forma de medição	Número de ciências em ações eleitorais favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF / Total de ciências em ações eleitorais favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	85,89% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Indicador de desempenho 32: Prescrição em processos judiciais

O indicador tem o propósito de avaliar o percentual de ações judiciais extintas em razão da prescrição.

Quadro 28 – Indicador de desempenho 32: Prescrição em processos judiciais

Propósito	Diminuir a prescrição em processos judiciais.
Descrição	Aferir o percentual de ações judiciais extintas em razão da prescrição.
Forma de medição	(Número de ações judiciais extintas pela prescrição / Número de ações encaminhadas ao MPF pelo Judiciário) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Em estudo.
Medição	1,26% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto menor, melhor.
Área gestora	Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).

Objetivos 19 (Fomentar e acompanhar a produção de proposições legislativas no interesse da realização da Missão) e 20 (Buscar maior protagonismo da Instituição perante a sociedade civil em temas relevantes para o MPF).

Indicador de desempenho 33: Participação Legislativa

O indicador tem o propósito de avaliar o grau de participação da instituição nas proposições de interesse do MPF.

Quadro 29 – Indicador de desempenho 33: Participação Legislativa

Propósito	Participar das atividades do Congresso Nacional que sejam interesse do MPF.
Descrição	Avaliar o grau de participação da instituição nas proposições legislativas de interesse do MPF.
Forma de medição	(Participações em audiências públicas de interesse do MPF / Total de audiências públicas com convite de participação do MPF) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	80%.
Medição	80% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Essa perspectiva oferece as bases para a consecução dos objetivos definidos nas perspectivas superiores. Os indicadores e as metas referentes à perspectiva Aprendizado e Crescimento estão dispostos a seguir:

Objetivo 1 – Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados

Indicador de desempenho 1: Implantação do planejamento estratégico

O indicador pretende mensurar o número de unidades com planejamento estratégico ou

painel de contribuição implantados. O Projeto Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional foi instituído por meio da Portaria PGR nº 725/2011 e finalizado em dezembro de 2012, contemplando a construção de planejamentos temáticos de órgãos do MPF, bem como de painéis de contribuição para suas unidades gestoras.

Até o 2º semestre de 2016, apenas 4 das 64 unidades (considerando Secretarias do MPF, Órgãos Superiores, Procuradorias da República e Procuradorias Regionais da República) não possuíam instrumento de planejamento (painel de contribuição, planejamento temático ou painel de governança) formalizado, a saber: Corregedoria; Função Eleitoral; Conselho Superior do MPF; e Ouvidoria.

Quadro 30 – Indicador de desempenho 1: Implantação do planejamento estratégico

Propósito	Estimular a gestão estratégica no MPF.
Descrição	Mensurar o número de unidades com planejamento estratégico ou painel de contribuição implantado.
Forma de medição	(Nº de unidades gestoras, Câmaras, PFDC e Secretarias com Painel de Contribuição ou Acordo de Resultados implementado / Nº total de unidades) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	100% até 2017.
Medição	93,75% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge).

Indicador de desempenho 2: Cumprimento da estratégia

É um dos indicadores mais desafiantes, pois retrata o percentual de cumprimento das metas traçadas por todas as unidades de gestão administrativas do MPF, que possuem Planejamentos Estratégicos Temáticos e Painéis de Contribuição alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional.

Quadro 31 – Indicador de desempenho 2: Cumprimento da estratégia

Propósito	Fazer com que todos orientem suas atividades ao cumprimento da estratégia.
Descrição	Avaliar o grau de cumprimento das metas estratégicas.
Forma de medição	(Nº de metas cumpridas / Nº de metas do Planejamento Estratégico Institucional) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	100% até 2020.
Medição	61,11% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge).

Objetivo 2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores

Indicador de desempenho 3: Capacitação estratégica

Este indicador mensura o percentual de ações de capacitação diretamente relacionadas à gestão do conhecimento. A partir de 2016, para a medição do indicador, foram consideradas capacitações estratégicas previstas no Plano Estratégico de Capacitação (PEC), com exceção das voltadas ao desenvolvimento de competências não técnicas.

Quadro 32 – Indicador de desempenho 3: Capacitação estratégica

Propósito	Priorizar as ações de capacitação alinhadas à gestão do conhecimento no MPF.
Descrição	Mensurar o percentual de ações de capacitação diretamente relacionadas ao planejamento estratégico.
Forma de medição	(Número de ações relacionadas ao planejamento estratégico / Número de ações realizadas)*100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	50% em 2016.
Medição	40% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep).

Objetivo 3 – Assegurar a atratividade das carreiras do MPF

Indicador de desempenho 4: Rotatividade de membros (evasão)

A rotatividade mede o percentual de desligamento, contabilizando-se o valor do mês de referência e dos 11 meses anteriores. Para efeito da rotatividade, não se contabilizam os desligamentos naturais por aposentadoria, sinistro ou promoção.

Quadro 33 – Indicador de desempenho 4: Rotatividade de membros

Propósito	Reduzir o percentual de desligamento de membros (desconsiderar a taxa de desligamento natural por aposentadoria e sinistro) da Instituição.
Descrição	Medir o percentual de desligamento de membros da Instituição.
Forma de medição	(Nº de membros que se desligaram do MPF / Nº de membros do quadro efetivo do MPF no final do período) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Manter abaixo de 1% ao ano.
Medição	0,18% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto menor, melhor.
Área gestora	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Indicador de desempenho 5: Rotatividade de servidores (evasão)

A rotatividade mede o percentual de desligamento, contabilizando-se o valor do mês de referência e dos 11 meses anteriores. Para efeito da rotatividade, não se contabilizam os desligamentos naturais por aposentadoria, sinistro ou remoção para outro ramo do MPU.

Quadro 34 – Indicador de desempenho 5: Rotatividade de servidores (evasão)

Propósito	Reduzir o percentual de desligamento de servidores (desconsiderar a taxa de desligamento natural por aposentadoria e sinistro).
Descrição	Medir o percentual de desligamento de servidores da Instituição.
Forma de medição	(Nº de servidores que se desligaram do MPF / Nº de servidores do quadro efetivo do MPF no final do período) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	Manter abaixo de 5% ao ano.
Medição	1,52% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto menor, melhor.
Área gestora	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Indicador de desempenho 6: Satisfação institucional (membros)

O intuito do indicador é medir o nível de satisfação dos membros com a instituição.

Quadro 35 – Indicador de desempenho 6: Satisfação institucional (membros)

Propósito	Melhorar o nível de satisfação dos membros com a instituição, contribuindo para melhoria de resultados e redução da evasão.
Descrição	Medir o nível de satisfação dos membros com a Instituição.
Forma de medição	Pesquisa de satisfação com os membros.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	80% até 2020.
Medição	Sem medição (depende da realização de pesquisa de clima organizacional, que não ocorreu em 2016).
Frequência de mensuração	Anual.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep).

Indicador de desempenho 7: Satisfação institucional (servidores)

O intuito do indicador é medir o nível de satisfação dos servidores com a instituição.

Quadro 36 – Indicador de desempenho 7: Satisfação institucional (servidores)

Propósito	Melhorar o nível de satisfação dos servidores com a instituição, contribuindo para a melhoria de resultados e a não evasão.
Descrição	Medir o nível de satisfação dos servidores com a Instituição.
Forma de medição	Pesquisa de satisfação com os servidores.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	80% até 2020.
Medição	Sem medição (Depende da realização de pesquisa de clima organizacional, que não ocorreu em 2016).
Frequência de mensuração	Anual.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep).

Objetivo 4 – Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia

Indicador de desempenho 8: Planejamento Estratégico de TI

O indicador Planejamento Estratégico de TI busca estimular o alcance das metas propostas no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti).

Quadro 37 – Indicador de desempenho 8: Planejamento Estratégico de TI

Propósito	Estimular o alcance das metas propostas no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti).
Descrição	Medir o alcance das metas propostas no Planejamento Estratégico de TI do MPF.
Forma de medição	(Número de metas cumpridas / Número de metas do Peti) *100.
Unidade de medida	Percentual.
Meta	75% em 2016 e 100% em 2020.
Medição	77,27% em 2016.
Frequência de mensuração	Semestral.
Polaridade	Quanto maior, melhor.
Área gestora	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Stic).

3.3 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

Para cumprir de modo mais efetivo sua missão constitucional, foi iniciado em 2010 o processo de modernização do MPF, como proposta de inovar a forma de trabalho e tornar o órgão uma estrutura sistêmica e integrada.

A modernização da gestão administrativa do Ministério Público Federal (MPF) teve início com a publicação da Portaria PGR/MPF nº 472, de 24 de setembro de 2010, que instituiu o Projeto de Modernização da Gestão Administrativa. O normativo teve como objetivos, entre outros, a implementação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI); o desenvolvimento da cultura organizacional voltada para o modelo de gestão estratégica; a normalização de processos organizacionais; a promoção da aprendizagem contínua; o estímulo à adoção de boas práticas e de inovações. Em momento posterior, foi publicada a Portaria PGR/MPF nº 687, de 20 de novembro de 2011, que instituiu o Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPF para o decênio 2011-2020, e a Portaria PGR/MPF nº 725, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu o desdobramento do PEI.

O projeto de desdobramento teve dois objetivos principais: proporcionar aos órgãos do MPF a elaboração de planejamentos que contemplem as demandas das unidades e, no nível tático, disseminar a cultura da gestão estratégica e viabilizar a sua execução. Dessa forma, todas as unidades da Instituição serão capazes de empenhar seus esforços ao objetivo final de atender as necessidades e os interesses da sociedade.

O desdobramento do PEI abrangeu 33 unidades em todo o território brasileiro, contando com a procuradoria-geral da República, e envolveu vertentes voltadas à elaboração de:

- a) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;
- b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- c) Planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- d) Painéis de contribuição para as Secretarias do MPF, as Procuradorias Regionais da República, Procuradorias da República nos estados;
- e) Planos de ação para a função eleitoral e a Corregedoria do MPF;

No momento atual, a disseminação do planejamento estratégico em todo o MPF envolve a elaboração de:

- f) Planos diretores temáticos;
- g) Plano de gestão.

Nos planos diretores do MPF são temáticos, ou seja, a elaboração envolve várias áreas que tenham afinidade ao tema abordado. Eles possuem a vigência de 4 anos (de 2016 a 2020, quando finda o Planejamento Estratégico Institucional do MPF) e são estruturados na forma de projetos institucionais.

Nos projetos de planos diretores, há quatro marcos: gestão do projeto; diagnóstico; planejamento; e elaboração do plano diretor.

A gestão do projeto consiste na elaboração da proposta e do plano de projeto; dos relatórios de acompanhamento; e dos termos de aceite e de encerramento.

A fase de diagnóstico engloba as atividades de levantamento da estrutura e análise das políticas, normas e diretrizes vigentes; construção da matriz SWOT; e realização de inventário de necessidades dos setores envolvidos na elaboração do plano. O intuito da referida fase é compreender a situação atual dos serviços do MPF para, com base no cenário avaliado, identificar as necessidades de atuação e, assim, embasar as decisões a serem tomadas na fase posterior, a de planejamento.

A etapa de planejamento compreende a revisão dos processos de trabalho e definição dos indicadores e de metas; a elaboração do portfólio de ações, com previsão orçamentária; e a gestão de riscos das ações elencadas no portfólio.

Nessa etapa do plano diretor, são elaborados os objetivos de contribuição, que refletem a contribuição das áreas para a consecução dos objetivos estratégicos. Fazem, portanto, a ligação dos níveis operacional e tático com o nível estratégico institucional.

A última etapa consiste na consolidação do plano diretor, cuja minuta é submetida ao Subcomitê temático que tenha pertinência com ele, reforçando, assim, os mecanismos de governança da instituição e ratificando as informações deste instrumento de planejamento.

Ao final de 2016, iniciou-se a elaboração dos Plano Diretor de Saúde e do Plano Diretor de Gestão de Pessoas.

Cabe esclarecer que, no MPF, fazem parte do plano diretor o painel de contribuição das unidades envolvidas com a temática e o portfólio de ações. O plano diretor e o painel representam o nível tático; e o portfólio, o operacional. O plano diretor e o painel fazem, pois, a ligação do planejamento estratégico com o planejamento operacional.

Os painéis de contribuição e planejamentos temáticos constituem ferramenta que permite visualizar e identificar, de forma clara e direta, as iniciativas que as unidades terão que desenvolver e os indicadores que serão monitorados para o alcance dos objetivos estratégicos. Refletem, portanto, as prioridades das áreas para determinado biênio. Os planos de ação, por sua vez, elencam as atividades a serem desenvolvidas por determinada área. Eles são os instrumentos para acompanhamento das unidades.

O plano de gestão, por seu turno, é instrumento de planejamento no nível operacional, que tem o escopo de alinhar o planejamento com o orçamento. Com a implantação do plano de gestão, iniciada em 2017, haverá:

- a) maior adequação do orçamento;
- b) maior agilidade na execução do orçamento;
- c) maior detalhamento do gastos;
- d) maior alinhamento entre os níveis de gestão;
- e) apoio à tomada de decisão do Secretário-Geral;
- f) maior alinhamento entre o nível tático (painel de contribuição) e nível operacional (execução do painel de contribuição).

O produto final do trabalho de todas as Unidades será traduzido em uma Portaria contendo:

- a) as ações previstas (projetos, iniciativas, contratos, aquisições, entre outras);
- b) responsável pela execução;
- c) prazo de empenho;
- d) prazo de pagamento;
- e) dotação.

O processo de modernização do MPF, com a integração dos planos e projetos das unidades, indicam um caminho de reconhecimento do MPF como instituição promotora da cidadania e imprescindível ao Estado Democrático de Direito. Corroboram, ainda, com a construção de um Ministério Público Federal mais moderno, célere e efetivo no atendimento das necessidades da sociedade.

3.4 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

As Secretarias do MPF, as Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadão (PFDC), as Procuradorias da República (PRs) e as Procuradorias Regionais da República (PRRs) possuem seus respectivos painéis de contribuição ou planejamentos temáticos e são responsáveis por alimentar periodicamente o Sistema de Governança Institucional do MPF (Sigov) com as medições atualizadas dos indicadores e das iniciativas, bem como com o acompanhamento de seus projetos.

As áreas fornecem esses dados consolidados, a cada três ou seis meses, à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge), a qual submete as informações em relatório executivo à Secretaria-Geral para conhecimento e adoção de medidas corretivas.

No início de cada biênio, a fim de obter melhor consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico Institucional (PEI), faz-se a revisão dos painéis de contribuição das Secretarias, das PRs e das PRRs e dos planejamentos temáticos das CCRs e da PFDC. Em 2016, os painéis de contribuição das unidades mencionadas foram revisados, com vigência para o biênio em curso (2016 e 2017).

Monitorar o desempenho da estratégia é um processo dinâmico e incremental de avaliação institucional. Visando à modernização contínua do MPF, a cultura de planejamento e monitoramento de resultados está sendo fortalecida, entre outros instrumentos, por meio da realização do processo de certificação de desempenho dos painéis de contribuição das PRs e das PRRs e das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia.

Em 2014, a Amge recomendou indicadores de excelência para serem incluídos nos painéis de contribuição das PRs e PRRs, por sugestão das Secretarias Nacionais, responsáveis por estabelecer as políticas e diretrizes de abrangência nacional relativas à respectiva área de atuação. No entanto, o monitoramento do desempenho das unidades está em constante aprimoramento, evidenciado pelo processo de certificação de desempenho dos painéis de contribuição.

No primeiro ciclo da certificação, realizado em setembro de 2016, foram avaliados os resultados do desempenho das unidades, aferidos por meio das iniciativas e dos indicadores do Painel de Contribuição, bem como a adequação da ferramenta às diretrizes estratégicas. As PRs e as PRRs foram avaliadas quanto a 14 critérios de certificação.

O processo de certificação de desempenho dos painéis foi facultativo, por adesão. Das 32 unidades do MPF localizadas fora da PGR, 22 ganharam selo ouro; 8, prata; 1, bronze; e apenas 1 não participou do processo de certificação. A lógica da atribuição dos selos está disposta na tabela a seguir.

Quadro 38 – Critérios para atribuição de selos

SELO OURO	Painel de Contribuição que atendeu a, no mínimo, 85% da pontuação total.
SELO PRATA	Painel de Contribuição que atendeu de 70% a 84,99% da pontuação total
SELO BRONZE	Painel de Contribuição que atendeu de 50% a 69,99% da pontuação total.
Oportunidade de melhoria	Painel de Contribuição que atendeu a menos de 50% da pontuação total.

A pontuação média das unidades que aderiram foi de 86,55%. Ou seja, nacionalmente, a gestão estratégica nas PRs e PRRs, considerando os critérios da certificação de desempenho, ganhou simbolicamente Selo Ouro. Esse resultado denota o alinhamento das unidades às políticas e diretrizes nacionais.

De forma a adequar-se à Resolução CNMP nº 147, de 21 de junho de 2016, o Ministério Público Federal implementou o ciclo das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia. O objetivo é apresentar os resultados dos instrumentos de planejamento e discutir oportunidades de melhoria

para viabilizar o alcance das metas definidas para os indicadores, bem como o cumprimento dos prazos e a promoção da qualidade das iniciativas e dos projetos.

Por meio desses instrumentos de monitoramento e controle, pretende-se, ainda, fomentar a consecução dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e alinhados às diretrizes do Planejamento Estratégico Nacional (PEN), determinadas pelo CNMP. As Reuniões de Acompanhamento da Estratégia dividem-se em três tipos.

REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL

Apresentam-se internamente os resultados dos indicadores, dos projetos e das iniciativas presentes nos respectivos painéis de contribuição, assim como a evolução da execução orçamentária. A periodicidade é trimestral, e os participantes variam conforme a esfera de atuação.

Durante o 1º ciclo, as áreas tiveram, também, a oportunidade de revisar os seus Painéis de Contribuição.

Participantes:

- a) Secretarias Nacionais – Secretários e Secretários Adjuntos com as respectivas equipes;
- b) Órgãos Superiores – Coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Secretários Executivos com as respectivas equipes;
- c) Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias Regionais da República (PRRs) – áreas responsáveis pelos indicadores e pelas iniciativas dos painéis com as respectivas equipes.

Visando à disseminação da metodologia das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia, a Secretaria-Geral participou de todas as reuniões do 1º ciclo das RAOs.

REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO TÁTICO

Apresentam-se os resultados dos indicadores, dos projetos e das iniciativas de maior relevância (a qual pode advir de transversalidade, dificuldade de execução, sucesso na concretização, entre outros). A periodicidade é trimestral, e os participantes variam conforme a esfera e a área de atuação (meio ou fim):

Participantes:

- a) Área-meio do MPF:
 - Na PGR – Secretários Nacionais, com apoio e assessoria da Amge;
 - Nas PRs e PRRs – Procuradores-Chefes e Secretários Estaduais com os chefes das áreas responsáveis pelos indicadores e pelas iniciativas dos painéis de contribuição, com apoio e assessoria dos Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica (APGEs);
- b) Área-finalística do MPF:
 - Coordenadores e Secretários Executivos das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com apoio e assessoria da Amge.

REUNIÕES DE ANÁLISE ESTRATÉGICA

Monitoramento dos indicadores e projetos estratégicos pela alta cúpula do MPF em cada esfera de atuação.

Participantes:

- a) Nacional – Comitê de Gestão Estratégica, com o apoio e assessoria da Amge;
- b) PRs e PRRs – Realizada pelo Colégio de Procuradores, com apoio e dos APGEs.

3.5 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

De maneira geral, as Leis Orçamentárias Anuais têm atendido as necessidades do Ministério Público Federal (MPF). Os recursos disponibilizados possibilitaram que os objetivos elencados na Proposta Orçamentária fossem atingidos de maneira satisfatória.

Isso se deve, sobretudo, aos esforços na priorização das despesas essenciais à atuação funcional e à busca ininterrupta pela melhoria da programação de despesas, bem como da otimização da execução, tanto no aspecto qualitativo como no quantitativo.

Nesse sentido, o MPF realiza Avaliação de Desempenho Orçamentário de suas unidades gestoras, que consiste em acompanhar e avaliar a execução orçamentária, por meio de indicadores específicos, classificando as unidades quanto a seu distanciamento em relação a um ponto de excelência.

Quanto à execução consolidada do MPF, no que tange às despesas discricionárias, em que a instituição tem uma maior margem de manobra, mas, por outro lado, também sofre a incidência de eventuais limitações de gastos (limitação de empenho), o MPF atingiu, no exercício de 2016, a marca de 96,8% de execução (despesa empenhada).

Esse percentual de execução de despesas está marginalmente abaixo do que ocorreu no exercício de 2015 (97,4%) e superior a 2014 (95,9%). No entanto, é importante destacar que, comparativamente ao exercício de 2015, em 2016 houve sensível redução na inscrição de despesas em restos a pagar não processados, de 17,8% contra 27,1% (redução de 9,3 pp.).

A diminuição gradativa da inscrição de despesas em restos a pagar não processados é um dos objetivos do MPF. Destarte, em decorrência de trabalho contínuo de conscientização de gestores, a instituição vem conseguindo melhorar o índice de pagamento de despesas dentro do exercício financeiro em que foram empenhadas, reduzindo a necessidade de inscrição em restos a pagar. Os percentuais de despesas efetivamente pagas, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 foi de, respectivamente, 68,2%, 69,7% e 78,8%.

3.6 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

O MPF não possui ações da Lei Orçamentária vinculadas a programas temáticos. No entanto, apresentamos, de forma individualizada, a execução física e financeira de todas as ações sob a responsabilidade da unidade orçamentária (UO), referentes aos programas de gestão e manutenção e de operações especiais. Os quadros também evidenciam a inscrição em restos a pagar processados e não processados do exercício de 2016, bem como a situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Também é disponibilizada a execução (parcial) de ações não pertencentes à LOA da instituição. Outrossim, foram detalhadas, em quadros específicos, as ações de responsabilidade da UO que não constaram da LOA do exercício de referência do relatório, ou seja, ações de leis orçamentárias anteriores a 2016 que ainda permanecem válidas.

3.7 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Pode-se apontar como fator interveniente no desempenho orçamentário o cancelamento, no Congresso Nacional, do percentual de 27,5% sobre as despesas discricionárias do MPF. Ainda que várias emendas aditivas houvessem recomposto parte significativa desse valor, tal medida obrigou o MPF a revisar, no início do exercício financeiro de 2016, toda a sua programação orçamentária.

Essa revisão consistiu em esforços, na forma de um grupo de trabalho, para racionalizar e diminuir despesas de custeio, notadamente no que se refere a contratos de terceirização de mão de obra, locação de imóveis, diárias e passagens. Como resultado, conseguiu-se significativa economia de recursos, o que foi imprescindível para o atingimento dos objetivos elencados no planejamento.

3.8 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM O RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

Não se verifica no âmbito do MPF.

3.9 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A inscrição e reinscrição de restos a pagar no âmbito do MPF obedece estritamente às regras disciplinadas na legislação pertinente. Ademais, a instituição mantém permanente controle sobre tais despesas, inclusive por meio de Avaliação de Desempenho Orçamentário, realizada anualmente e por unidade gestora, em que a inscrição de restos a pagar tem peso importante.

O montante dos restos a pagar processados de exercícios anteriores não é expressivo, e tem se mantido nos mesmos patamares. Quanto aos restos a pagar não processados, nota-se variação mais significativa quanto aos saldos a pagar em 31 de dezembro de 2016. Por exemplo, dos restos a pagar cujos empenhos foram emitidos em 2014, foram pagos 74%. Já os relativos ao exercício de 2013 tiveram aproximadamente 13% de execução. Essa disparidade dá-se em virtude de peculiaridades de cada ação orçamentária, notadamente nos projetos de construção ou aquisição de sedes próprias que, não raramente, são projetos mais complexos e plurianuais.

3.10 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Sob a ótica das modalidades de contratação, fica evidente que a despesa mais representativa consta na rubrica Pagamento de Pessoal – Pagamento em folha. Destaque deve ser dado, nessa mesma classificação, ao item Diárias, o qual, em 2016, obteve uma redução de 42% em relação ao exercício anterior, evidenciando o resultado do esforço para racionalização de despesas com viagens a trabalho. Quanto às Contratações Diretas (dispensa e inexigibilidade), houve redução de aproximadamente 5% em relação ao exercício anterior.

A modalidade de licitação mais empregada no âmbito do MPF é o pregão, com aproximadamente 95% da despesa discricionária, seguida pela concorrência, com 5%. As outras modalidades não são representativas.

Na classificação por grupos e elementos de despesa, além da redução em diárias demonstrada acima, também houve impactante redução nos itens passagens e despesas com locomoção (-34,5%), despesas de exercícios anteriores (-71%) e outros serviços de terceiros – pessoa física (-14,3%).

Também não pode deixar de ser mencionado o contido aumento em despesas com locação de mão de obra (terceirização), componente de grande peso no orçamento do órgão. No exercício de 2016, o acréscimo percentual ficou em 4,6% em relação a 2015. A título de comparação, o acréscimo do exercício de 2015 em relação a 2014 foi de 17,8%.

Por fim, em relação aos grupos de natureza de despesa investimento e inversões financeiras (despesas de capital), a redução comparativamente ao orçamento anterior foi de 59%, com as mais fortes reduções nos elementos de despesa: obras e instalações; e equipamentos e material permanente.

3.11 DESEMPENHO OPERACIONAL

Não se aplica. As informações sobre o desempenho operacional do MPF estão suficientemente explanadas nos outros itens do Capítulo: Planejamento Organizacional e Resultados.

3.12 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Conforme explanado, o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal (MPF) foi construído com base na metodologia BSC. A capilaridade do MPF exige um alinhamento entre os níveis de planejamento estratégico e táticos, estes de responsabilidade das administrações regionais e estaduais, e aquele, da alta administração central.

Assim, todas as unidades (PRs e PRRs), Secretarias Nacionais, Secretarias vinculadas ao Gabinete do Procurador-Geral da República, Câmaras de Coordenação e Revisão e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão são responsáveis por fornecer dados consolidados à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge), área que possui a atribuição, entre outras, de monitorar a estratégia do órgão.

As Câmaras de Coordenação e Revisão e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão monitoram seus Planos Temáticos, de acordo com a atuação, conforme abaixo:

- a) 1ª CCR: Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral;
- b) 2ª CCR: Criminal;
- c) 3ª CCR: Consumidor e Ordem Econômica;
- d) 4ª CCR: Meio Ambiente e Patrimônio Cultural;
- e) 5ª CCR: Combate à Corrupção;
- f) 6ª CCR: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- g) 7ª CCR: Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional;
- h) PFDC.

Os órgãos restantes utilizam o Painel de Contribuição para realizar o acompanhamento dos seus planejamentos, conforme a seguir:

- a) Secretarias Nacionais: Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge), Consultoria Jurídica (Conjur), Central de Viagens e Eventos (CVE), Secretaria de Administração (SA), Secretaria de Comunicação Social (Secom), Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud), Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SSI-Saúde), Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep), Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Stic), Secretaria de Segurança Institucional (Ssin);
- b) Secretarias vinculadas ao procurador-geral da República: Secretaria de Apoio Jurídico (SAJ), Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), Secretaria de Apoio Pericial (Seap), Secretaria de Pesquisa e Análise (Spea), Subsecretaria de Gestão Documental e Processual (SUBGDP);
- c) PRRs: PR-AC, PR-AL, PR-AM, PR-AP, PR-BA, PR-CE, PR-DF, PR-ES, PR-GO, PR-MA, PR-MG, PR-MS, PR-MT, PR-PA, PR-PB, PR-PE, PR-PI, PR-PR, PR-RJ, PR-RN, PR-RO, PR-RR, PR-RS, PR-SC, PR-SE, PR-SP, PR-TO;
- d) PRs: PRR1ª Região, PRR2ª Região, PRR3ª Região, PRR4ª Região, PRR5ª Região.

Assim, cada unidade ou órgão contribui, direta ou indiretamente, para a consecução dos objetivos estratégicos contratualizados por meio do BSC do MPF. Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do PEI 2011-2020, foram definidos indicadores e metas que deverão mensurar o desenvolvimento da estratégia. Os indicadores permitem desdobrar as metas de uma ação e repensar formas de melhoria contínua dos processos organizacionais, sendo importantes fontes de informação para o processo de tomada de decisão.

O estabelecimento de uma meta para cada indicador é primordial para comunicar a todos os membros e servidores a velocidade de implementação da estratégia e a amplitude do desafio a ser

superado pelo MPF no alcance da Visão. Vale destacar que as metas representam um pacto com os gestores responsáveis de cada órgão, unidade administrativa, unidade gestora e áreas de atuação. A Portaria PGR nº 687/2011, que institui o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal traz, também, as áreas gestoras dos, até então, 32 indicadores relacionados aos 25 objetivos estratégicos. Compete às áreas assegurar a efetivação de ações necessárias para o correto monitoramento dos indicadores sob sua responsabilidade e responder pelo seu desempenho. Na hipótese de o indicador apresentar resultado inferior a 70% da meta estabelecida, o gestor responsável deverá apresentar as justificativas ao Secretário-Geral. Com a edição da Portaria PGR nº 57, de 2 de fevereiro de 2016, passaram a ser mensurados 37 indicadores estratégicos. Observe-se, no **Anexo ao item 3.12 Apresentação e análise de indicadores de desempenho**, o rol completo dos indicadores estratégicos de desempenho específicos do MPF.

O Planejamento Estratégico do MPF encontra-se hoje no meio do seu primeiro ciclo de execução (2011-2020). Vários foram os avanços e resultados alcançados pela Instituição. Isso comprova-se pelos objetivos e indicadores estratégicos elencados. Há, no entanto, um ponto de melhoria necessário: a definição de indicadores para alguns objetivos estratégicos que ainda não possuem. Esse assunto foi pautado, em novembro de 2016, na reunião do Comitê de Gestão Estratégica (órgão colegiado máximo da governança do MPF) que deliberou pela criação de um grupo de trabalho que revisará os indicadores estratégicos.

O MPF possui 37 indicadores estratégicos, com situações conforme abaixo descrito:

- a) 30 estão com monitoramento implementado;
- b) 23 atingiram as metas preconizadas para o período;
- c) 7 não atingiram o planejado, e existem oportunidades de melhoria/aperfeiçoamento;
- d) 7 estão com a mensuração em reformulação.

RESULTADO SATISFATÓRIO

Obtiveram resultado satisfatório em relação à meta os seguintes indicadores estratégicos do MPF:

- a) Apoio de pesquisa e análise à investigação;
- b) Comunicação Interna;
- c) Cumprimento da Lei Orçamentária Anual – LOA;
- d) Acatamento de recomendações;
- e) Favorabilidade das ações criminais;
- f) Favorabilidade das ações eleitorais;
- g) Favorabilidade das ações judiciais;
- h) Recebimento de denúncias;
- i) Planejamento Estratégico de TI;
- j) Participação Legislativa;
- k) Planejamento Orçamentário;
- l) Prescrição em processos judiciais;
- m) Proximidade física com o cidadão;
- n) Percentual de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) cumpridos;
- o) Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs);
- p) Quantitativo de membros;
- q) Quantitativo de servidores;
- r) Repercussão na Mídia;
- s) Rotatividade de Membros (evasão);
- t) Rotatividade de Servidores (evasão);

- u) Segurança institucional;
- v) Transparência.

INDICADOR COM MEDIÇÃO, PORÉM COM META EM ESTUDO

- a) Acatamento de recomendações;
- b) Ressarcimento de danos monetários.

MEDIÇÃO ABAIXO DA META OU INDICADOR COM OPORTUNIDADE DE MELHORIA/APERFEIÇOAMENTO

- a) Acessibilidade;
- b) Capacitação Estratégica;
- c) Cumprimento da Estratégia;
- d) Demandas periciais reprimidas;
- e) Favorabilidade das ações cíveis/tutela;
- f) Favorabilidade das ações de improbidade;
- g) Implantação do Planejamento Estratégico.

MEDIÇÃO EM REFORMULAÇÃO

- a) Arquivamento definitivo;
- b) Gestão ambiental;
- c) Percepção de imagem do MPF;
- d) Prescrição em procedimentos extrajudiciais;
- e) Quantitativo de condenações;
- f) Satisfação institucional (membros);
- g) Satisfação institucional (servidores).

Os indicadores “Satisfação institucional (membros)” e “Avaliação institucional (servidores)” não foram medidos em 2016, pois dependem da realização da pesquisa de clima organizacional realizada pela última vez em 2015. A Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (Sedep), área responsável pela manutenção dos dois indicadores, solicitou alteração do escopo, tendo em vista a elaboração da Política e do Programa Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Para que o indicador “Arquivamento definitivo” seja mensurado é necessário implementar no Sistema Único, do MPF, os campos com os motivos de finalização dos processos. A proposta já está em fase de avaliação pelos responsáveis pelo sistema.

O indicador “Quantitativo de condenações”, por sua vez, está em fase de estudo. Caso o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) aprove, será elaborada proposta de substituição por outro que meça a efetividade de quesito ligado à diminuição da criminalidade. Uma segunda hipótese é a proposta de inclusão de indicador social.

O indicador “Prescrição de procedimentos extrajudiciais” está em fase de estudo e aprimoramento. Existe proposta, ainda não submetida ao CGE, para que a medição tenha em conta o campo resultado do julgamento, do Sistema Único.

O indicador “Percepção de imagem” não foi medido porque a pesquisa de imagem do MPF não foi realizada no ano de 2016.

O indicador “Gestão ambiental” está em processo de estudo. O escopo precisa ser redefinido, assim como as variáveis necessárias para a construção do indicador.

3.13 OUTRAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO ESTRATÉGICA

MODERNIZAÇÃO DOS GABINETES

Em outubro de 2014, o Ministério Público Federal (MPF) deu início ao Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab). O projeto foi dividido em 10 etapas e executado com o apoio da consultoria especializada PricewaterhouseCoopers (PwC), por meio do Contrato nº 51 de 2014.

Em fevereiro de 2016, a PwC entregou os produtos das fases 9 e 10, sobre Sistemática de Captura de Resultados dos Membros e Monitoramento da Implementação dos Gabinetes Pilotos, respectivamente, finalizando o objeto da consultoria e dando início aos desdobramentos internos do projeto.

Na fase em que se contou com o apoio da consultoria, o MPF mapeou e manualizou as rotinas dos gabinetes nas Procuradorias da República (PRs), nas procuradorias regionais da República (PRRs) e na procuradoria-geral da República, identificando as boas práticas realizadas por membros e servidores nos processos de trabalhos realizados nos gabinetes. Essa etapa foi responsável pela construção da Cadeia de Valor dos Ofícios do MPF, que organiza as atividades realizadas nos gabinetes para geração de valor com foco na eficiência e efetividade da atuação dos membros.

Também nesse período, após estudos realizados pela consultoria, houve a criação da Secretaria de Apoio Pericial, unidade administrativa vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral da República, responsável por gerenciar o corpo pericial e as demandas de perícia de todo o órgão.

Continuando o trabalho iniciado com a PwC, desde fevereiro de 2016, o órgão tem se debruçado em desenvolver projetos e iniciativas relacionados a temas indicados pela consultoria como sensíveis para o aprimoramento da atuação finalística do MPF.

Assim, até 2020, a modernização da atuação finalística está alicerçada em 5 (cinco) temas:

- a) **Gestão do Conhecimento:** aplicação de boas práticas e aprimoramento das ferramentas de suporte de Gestão do Conhecimento com objetivo de proporcionar a geração de valor a partir do conhecimento produzido internamente;
- b) **Modelos de Organização do Trabalho:** revisão dos modelos de organização do trabalho e construção de novos modelos adaptados às inovações tecnológicas e às necessidades da sociedade. Especialização de equipes por temática, atuação por projetos e compartilhamentos de equipes são algumas das iniciativas que deverão ser implementadas no MPF;
- c) **Sistema de Informações Gerenciais:** utilização estratégica do conhecimento gerado no MPF, com foco no fortalecimento da confiabilidade dos dados produzidos nos sistemas de informação e avaliação e melhoria do processo de reporte de informações;
- d) **Sistemática de Captura de Resultados dos Membros:** revisão das métricas atuais de mensuração dos resultados dos membros, alterando o foco da mensuração de quantitativo para qualitativo e utilizando novas métricas que promovam novas formas de atuação e o alcance de resultados mais efetivos para o cidadão;
- e) **Certificação dos Gabinetes:** disseminação da Cadeia de Valor dos Ofícios – implementação dos mapeamentos e boas práticas identificados nas etapas iniciais do projeto Mogab – em todos os gabinetes do Ministério Público Federal, com foco na capacitação de servidores e membros, fortalecendo a confiabilidade dos dados ao promover a capacitação dos sistemas e, assim, sua correta alimentação.

ESCRITÓRIO DE PROCESSOS

O Escritório de Processos Organizacionais (EPO), instituído em abril de 2013, está sob a coordenação da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (Amge) da Secretaria-Geral.

Os esforços do EPO estão voltados para a capacitação, o aperfeiçoamento da gestão do conhecimento, a promoção da memória institucional, a organização de métodos e técnicas de melhoria de processos e a gestão do portfólio dos processos mapeados. Assim, a gestão de processos converge para a mudança organizacional, promovendo melhorias nos processos de trabalho e garantindo maior cooperação e integração entre as diversas áreas do MPF.

Durante o ano de 2016, o Escritório de Processos atuou no mapeamento e na melhoria de processos de trabalho da área meio, com as Secretarias Nacionais ligadas à Secretaria-Geral, e da área finalística. Também foram empregados esforços na revisão dos mapeamentos realizados pelas unidades nos estados. No total, em 2016, foram publicados 117 manuais de processos de trabalho, em conjunto com os escritórios de processos locais, nas PRs e PRRs, e com áreas ligadas tanto à área meio quanto à área fim.

O Escritório também tem investido na melhoria contínua e na gestão da qualidade dos processos do MPF. Desde de 2015, buscou-se a certificação de processos nos padrões da norma ISO 9001. Em 2015, foram certificados dois processos de trabalho do Gabinete do Procurador-Geral da República, três processos da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e três processos da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF nos padrões da Norma ISO 9001:2008. Em 2016, foram certificados dois processos de trabalho da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e um processo da Ouvidoria do MPF nos padrões da Norma ISO 9001:2015.

A certificação dos processos na norma ISO 9001 concretiza a confiabilidade da instituição perante a sociedade e induz à manutenção do compromisso dos gestores com os princípios da qualidade na condução de suas áreas.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS

O Escritório de Projetos do MPF dissemina e incentiva a cultura de planejamento, coordenação institucional e de gestão por projetos, com foco em resultados efetivos para a sociedade. Em consequência dessa atuação, a adesão à metodologia de gestão de projetos do MPF pelas secretarias nacionais e os órgãos superiores e de coordenação e revisão do MPF tem aumentado a cada ano.

Em estudo que compara a maturidade organizacional em gerenciamento de projetos entre os tribunais superiores, ramos do Ministério Público da União e conselhos, realizado em 2014, com base no modelo de avaliação de maturidade elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a servidora Cristina Almeida Bueno e Silva Vilela comparou o nível de maturidade do escritório do MPF com escritórios de tribunais superiores, de ramos do MPU e conselhos. O nível medido do MPF foi de 3,37 numa escala de 5 pontos, posicionando-o entre os dois mais maduros entre os órgãos federais avaliados.

No período de julho de 2015 a dezembro de 2016, foram iniciados, executados ou encerrados 162 projetos, apresentados na lista abaixo, sendo 69 classificados como finalísticos, ou seja, que produzem resultados na área fim do Ministério Público Federal. Todos esses projetos envolveram um custo planejado de R\$ 11.720.000,00 e contabilizaram 245 participações de membros e 1.582 participações de servidores.

A situação, duração e custo total planejado dos projetos constam do **Anexo ao item 3.13 Outras informações da gestão estratégica.**

3.14 OUTRAS INFORMAÇÕES DE RESULTADOS DA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

Em relação à produtividade dos membros do Ministério Público Federal (MPF) no exercício de 2016, a tabela a seguir resume a movimentação total de processos e de manifestações nas três instâncias do MPF. A análise quantitativa da atuação finalística se refere ao número de manifestações, quantidade de processos em trâmite, processos judiciais que entraram e saíram da instituição e procedimentos extrajudiciais instaurados/distribuídos e finalizados no Ministério Público Federal, retratando a dimensão da atuação do MPF e seu empenho em otimizar os recursos institucionais.

Quadro 39 – Produtividade dos membros do MPF

Membros		1º grau	2º grau	PGR	Procedimentos Extrajudiciais
		1582	432	148	2.016
Manifestações	Quantidade	1.428.629	317.606	313.180	-
	Média por membro	1.806	1.470	4.232	-
Processos em trâmite	Quantidade	85.340	16.311	38.106	230.621
	Média por membro	108	76	515	229
Entradas/ Distribuições no período	Quantidade	625.216	202.817	218.664	243.062
	Média por membro	790	939	2.955	241
Saídas/ Finalizados no período	Quantidade	608.415	200.060	210.526	235.156
	Média por membro	769	926	2.845	233

Foram tomados para análise tanto dados da atuação extrajudicial quanto da judicial, entre esses, o número de inquéritos e de processos nas áreas criminal e cível, o total de denúncias oferecidas, de Termos de Ajustamento de Conduta, de recomendações e o total de manifestações dos membros do MPF.

Importante destacar que o número de manifestações proferidas nos procedimentos extrajudiciais já estão incluídas nos campos de manifestações de 1º e 2º graus e da PGR. Por essa razão, tais campos encontram-se sem valor registrado.

No âmbito da atuação extrajudicial, há 1008 membros, o que corresponde à soma de 791 de primeiro grau, 216 de 2º grau e de apenas 1 na PGR, por ser atribuição exclusiva do procurador-geral da República.

Os dados apresentados por meio da produção de estatísticas na atuação finalística refletem não apenas o empenho, mas também o acesso da população ao MPF, fruto dos esforços institucionais que facilitam o acesso à informação com a elevação do número de Salas de Atendimento ao Cidadão, conforme será demonstrado abaixo, melhorias no Portal do Cidadão e apoio às inovações, como o aplicativo para dispositivos móveis: SAC MPF.

INQUÉRITOS CIVIS DO MPF

Quadro 40 – Inquéritos Civis do MPF

Assunto	1º Semestre de 2016			2º Semestre de 2016		
	Instaurados	Finalizados	Em andamento	Instaurados	Finalizados	Em andamento
Acessibilidade	101	153	447	99	227	446

Assunto	1º Semestre de 2016			2º Semestre de 2016		
	Instaurados	Finalizados	Em andamento	Instaurados	Finalizados	Em andamento
Concurso Público	409	550	618	223	313	678
Controle Externo da Atividade Policial	110	171	196	169	207	253
Direito da Criança e do Adolescente	106	174	321	117	146	364
Direito do Consumidor	392	596	783	354	464	828
Direito Eleitoral	10	13	22	4	9	26
Direito Militar	2	3	3	1	1	6
Direitos Indígenas	518	860	1.854	593	842	1.907
Domínio Público	654	939	1.905	636	752	2.146
Educação	470	665	1.425	614	786	1.790
Improbidade Administrativa	2.612	5.616	8.910	4.084	4.465	11.087
Licitações	445	873	1.111	541	585	1.329
Meio Ambiente	1.161	1.784	4.620	1.117	1.640	4.300
Ordem Urbanística	13	13	32	18	21	38
Patrimônio Público	1.499	2.396	3.763	1.658	1.806	4.474
Pessoas com Deficiência	67	107	228	91	127	251
Pessoa Idosa	128	203	415	181	262	551
Repasse Verbas Públicas	310	592	977	370	395	1.166
Repasse Verbas SUS	22	48	100	23	27	101
Responsabilidade Civil	320	462	1.362	388	604	1.586
Saúde	625	1.029	1.998	718	938	2.521
Servidor Público Civil	380	634	763	383	432	1.142
Total	10.354	17.881	31.853	12.382	15.049	36.990

A tabela anterior apresenta os movimentos dos autos de acordo com a Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011, observando-se que procedimentos que tratam de mais de um assunto são contabilizados uma vez para cada assunto.

Entre os resultados alcançados, observa-se a efetividade positiva, considerando que o quantitativo de finalizações de Inquérito Civil supera a instauração de novos procedimentos. Dessa forma, é demonstrado que o MPF está conseguindo diminuir o acervo sob sua responsabilidade e assim, proporciona uma atuação mais qualitativa.

Destacam-se, ainda, os procedimentos que tratam de improbidade administrativa e patrimônio público que representam os maiores volumes, bem como o quantitativo de resolutividade maior que o de instauração.

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TACs) E RECOMENDAÇÕES DO MPF

Quadro 41 – Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Recomendações do MPF

Assunto	1º Semestre 2016		2º Semestre 2016	
	TAC	Recomendação	TAC	Recomendação
Acessibilidade	3	12	1	20
Concurso Público	-	32	-	39
Controle Externo da Atividade Policial	1	27	-	29
Direito da Criança e do Adolescente	-	8	1	105
Direito do Consumidor	-	38	4	55
Direito Eleitoral	-	13	-	8
Direito Militar	-	2	-	-
Direitos Indígenas	-	195	20	72
Domínio Público	10	79	6	95
Educação	5	283	2	174
Improbidade Administrativa	51	960	95	4.442
Licitações	-	39	-	19
Meio Ambiente	39	78	20	85
Ordem Urbanística	-	12	-	1
Patrimônio Público	14	121	7	162
Pessoas com Deficiência	-	6	1	99
Pessoa Idosa	-	78	1	24
Repasse Verbas Públicas	-	27	1	382
Responsabilidade Civil	25	45	32	36
Saúde	3	330	30	267
Servidor Público Civil	-	59	1	257
Total	151	2.444	222	6.371

A tabela anterior apresenta os movimentos dos autos, de acordo com a Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011, observando-se que procedimentos que tratam de mais de um assunto são contabilizados uma vez para cada assunto.

Em relação aos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Recomendações do MPF, destaca-se a alta quantidade de recomendações expedidas pelo MPF em relação à Improbidade Administrativa, o que se deveu à execução do Projeto Raio-X–Bolsa Família. Tal projeto, nas palavras da Secretaria de Comunicação do MPF, serviu para identificar “a partir de ferramenta de inteligência desenvolvida pela própria instituição, grupos de beneficiários com indicativos de renda incompatíveis com o perfil de pobreza ou extrema pobreza exigido pelas normas do Programa Bolsa Família para a concessão do benefício. O levantamento, de abrangência nacional, é inédito porque não parte da autodeclaração de renda do cidadão, mas sim, da análise do cruzamento de dados públicos fornecidas por diversas instituições, como o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Receita Federal (RFB) e o próprio Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc).”

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS CRIMINAIS DO MPF

Quadro 42 – Quantidade de Procedimentos Extrajudiciais Criminais do MPF

Procedimento	1º semestre de 2016	2º semestre de 2016
	Total	Total
Arquivamento PIC	945	962
Denúncia PIC/NF	2.325	1.877

Sobre a quantidade de denúncias provenientes de Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC) e Notícias de Fatos Criminais (NF), há de se destacar a proatividade do MPF, uma vez que tais denúncias são fruto de trabalho exclusivo do Ministério Público Federal, diferentemente do que ocorre com as denúncias provenientes de Inquéritos Policiais.

RECEPTIVIDADE DA ATUAÇÃO JUDICIAL

Quadro 43 – Demonstrativo dos assuntos em destaque – Atuação civil

Assunto	Receptividade 1º sem/2016	Receptividade 2º sem/2016
Agentes Políticos	76%	68%
Atos Administrativos, exceto Improbidade Administrativa	73%	75%
Direito do Consumidor	82%	67%
Direito Processual Civil e do Trabalho	82%	80%
Ensino Superior e Ensino Fundamental e Médio	75%	78%
Garantias Constitucionais	75%	73%
Improbidade Administrativa	82%	84%
Meio Ambiente	73%	81%
Militar	67%	71%
Ordem Urbanística	70%	85%
Patrimônio Público	71%	74%
Recursos Minerais	85%	85%
Responsabilidade da Administração	75%	75%
Saúde	78%	80%
Servidor Público Civil	75%	75%
Sistema Nacional do Desporto	0%	100%
Demais assuntos	73%	73%

O índice de receptividade é calculado da seguinte forma: somam-se as ciências favoráveis e parcialmente favoráveis e o seu resultado é dividido pelo total de ciências favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis, em relação às decisões judiciais. Como resultado para o período destacado e sobre os assuntos referenciados, as manifestações apresentam índices de favorabilidade superiores a 73%.

Quadro 44 - Demonstrativo dos assuntos em destaque – Atuação criminal

Assunto	Receptividade 1º sem/2016	Receptividade 2º sem/2016
Crimes Agrários	33%	64%
Crimes contra a Administração da Justiça	81%	72%
Crimes contra a Administração Pública	86%	86%
Crimes contra a Dignidade Sexual	77%	86%
Crimes contra a Economia Popular	67%	71%
Crimes contra a Fé Pública	86%	86%
Crimes contra a Honra	88%	95%
Crimes contra a Incomunidade Pública	86%	87%
Crimes contra a Ordem Econômica	80%	84%
Crimes contra a Ordem Tributária	85%	83%
Crimes contra a Organização do Trabalho	78%	82%
Crimes contra a Paz Pública	86%	84%
Crimes contra a Propriedade Intelectual	91%	88%
Crimes contra a vida	85%	92%
Crimes contra as Finanças Públicas	73%	76%
Crimes contra as Relações de Consumo	57%	75%
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	81%	78%
Crimes contra o Patrimônio	84%	84%
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	83%	80%
Crimes contra a Liberdade Pessoal	83%	76%
Crimes da Lei de Licitações	75%	73%
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	81%	85%
Crimes de Responsabilidade	73%	69%
Crimes de Tortura	67%	0%
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	90%	89%
Crimes de Trânsito	100%	93%
Crimes do Sistema Nacional de Armas	89%	91%
Crimes Eleitorais	76%	75%
Crimes Militares	83%	91%
Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente	90%	88%
Crimes resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	86%	79%
Lesão Corporal	83%	94%
Demais assuntos	84%	82%

Infere-se da tabela acima que, em relação à atuação judicial criminal, a receptividade do Judiciário é ainda maior que na esfera cível, ou seja, o MPF convence o Judiciário, em seus posicionamentos, em cerca de 80% dos principais crimes julgados no País.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

4.1.1 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) é órgão previsto no artigo 43, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93. Presidido pelo Procurador-Geral da República, é o órgão máximo de deliberação do Ministério Público Federal (MPF). Compõem o Conselho oito subprocuradores-gerais da República, quatro eleitos pelo Colégio de Procuradores, e quatro eleitos pelos subprocuradores-gerais da República, além do Procurador-Geral da República e do Vice-Procurador-Geral da República, que o integram como membros natos.

Compete ao Conselho, entre outras atribuições, elaborar e aprovar: as normas e as instruções para o concurso de Procurador da República; as regras sobre as designações dos Procuradores para cada uma das áreas em que o Ministério Público Federal atua; os critérios para distribuição de inquéritos e procedimentos; os critérios de merecimento para promoção na carreira; e aprovar a proposta orçamentária do MPF.

O Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público Federal foi editado por meio da Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016.

4.1.2 CONSELHO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Conselho Institucional é órgão do Ministério Público Federal, previsto no artigo 43, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75/93 e no Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR/MPF nº 357/2015), integrado pela reunião das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Compete ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal: julgar os recursos interpostos das decisões proferidas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão; decidir os conflitos de atribuições entre órgãos institucionais vinculados a Câmaras distintas ou a uma das Câmaras e à PFDC; deliberar, mediante provocação dos interessados, sobre matérias que demandem providências dos órgãos institucionais com atuação em cargos vinculados a Câmaras distintas e aprovar pelo voto da maioria absoluta de seus membros, no exercício da atribuição de revisão, enunciados que expressem sua jurisprudência sobre determinada questão e, no exercício da atribuição de coordenação, orientações para melhor eficiência da execução da atividade-fim.

As sessões do Conselho Institucional serão organizadas separadamente em sessões de coordenação e sessões de revisão, com pautas distintas, e realizar-se-ão mensalmente, sempre na segunda quarta-feira de cada mês, exceto nos meses de janeiro e julho e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, do Procurador-Geral da República ou da maioria de seus membros.

O Regimento Interno do Conselho Institucional do Ministério Público Federal foi editado por meio da Resolução CSMPF nº 165, de 6 de maio de 2016.

4.1.3 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA

O Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (SIGE), regulamentado pelas portarias PGR/MPF nº 733/2011 e nº 357/2015, é responsável pela organização e alinhamento estratégico do Ministério Público Federal (MPF), por meio do Comitê de Gestão Estratégica (CGE) e de seus subcomitês temáticos. Ele representa um modelo de governança que visa ao alinhamento estratégico de todas as ações do MPF, auxiliando o Procurador-Geral da República na tomada de decisão. Entre julho de 2015 e dezembro de 2016 foram realizadas 33 reuniões, incluídas reuniões do CGE e dos seguintes subcomitês temáticos que o compõem: Subcomitê de Gestão

Administrativa (SGA), Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF), Subcomitê de Gestão de Pessoas (SEGP), Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI), Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP); Subcomitê de Comunicação Social (SICOM) e Subcomitê Gestor de Tabelas (SGT).

O CGE tem como objetivo assessorar as atividades relativas à modernização da gestão administrativa do MPF e promover o alinhamento dos subcomitês e das unidades ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e aos Planejamentos Temáticos do MPF. O Comitê é coordenado pelo Procurador-Geral da República.

O SGA, constituído pelos procuradores-chefes das unidades gestoras do MPF e coordenado pelo Secretário-Geral, foi criado com objetivo de fomentar o desenvolvimento das unidades do MPF, além de promover o alinhamento e a convergência entre o Planejamento Estratégico Institucional e os Planejamentos Temáticos.

O SPF foi criado com objetivo de atuar como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a gestão de projetos da área finalística. Ao SPF compete analisar as propostas de projetos voltados ao aperfeiçoamento da atividade finalística, visando à coordenação, integração e potencialização das atividades. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE e dois membros indicados pelo SGA.

O SCP atua como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a gestão de projetos estratégicos. Ao SPC incumbem atividades voltadas à análise das propostas e solicitações de mudanças dos projetos administrativos e finalísticos. Conta com a participação dos secretários nacionais do MPF, do Assessor-Chefe de Modernização e Gestão Estratégica e do Chefe da Central de Viagens e Eventos.

O SEGP acompanha as deliberações sobre as políticas de gestão de pessoas, avalia a efetividade de seus resultados, atua como instância consultiva de assuntos interdepartamentais nessa temática, estimula a implantação de melhores práticas e promove a integração da gestão de pessoas com os outros processos de gestão do MPF. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário de Gestão de Pessoas e o Secretário de Educação e Desenvolvimento Profissional.

Ao SETI compete propor as políticas e diretrizes de tecnologia da informação e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, emitir parecer sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, sobre investimentos em tecnologia da informação, sobre as prioridades para execução de projetos de tecnologia da informação, sobre as propostas de padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança para os serviços e produtos de tecnologia da informação e sobre as propostas de diretrizes para a aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, um representante indicado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, dois representantes de procuradorias regionais da República distintas e cinco representantes de procuradorias da República nos estados, localizadas em cada uma das cinco regiões geográficas.

O SGT tem como objetivo uniformizar tabelas processuais, taxonomia e terminologia de classes, assuntos e movimentações judiciais e extrajudiciais. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário Jurídico e de Documentação, um representante indicado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, dois representantes de procuradorias regionais da República distintas e cinco representantes de procuradorias da República nos estados, localizadas em cada uma das cinco regiões geográficas.

O SICOM tem por competência fomentar uma atuação integrada entre a Secretaria de Comunicação Social e as assessorias de comunicação das unidades gestoras do MPF e propor ao CGE políticas nacionais, regionais e locais relacionadas ao tema. É composto por um membro indicado pelo Procurador-Geral da República, quatro membros ou servidores indicados pelo CGE, um membro indicado pelo SGA, o Secretário de Comunicação Social e cinco assessores de comunicação de procuradorias da República nos estados, localizadas em cada uma das cinco regiões geográficas.

Quadro 45 – Comitê e Subcomitês do SIGE

Comitê e Subcomitês	Número de reuniões realizadas	
	2º semestre de 2015	2016
Comitê de Gestão Estratégica (CGE)	1	1
Subcomitê de Gestão Administrativa (SGA)	2	2
Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP)	3	6
Subcomitê de Comunicação Social (Sicom)	0	0
Subcomitê Gestor de Tabelas (SGT)	4	2
Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Seti)	1	3
Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF)	2	3
Subcomitê de Gestão de Pessoas (SEGP)	1	2
TOTAL	14	19

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O ambiente de atuação de um órgão de controle é complexo, dinâmico e demanda adentrar em várias áreas dos saberes humanos, para aferir a conformidade e, em última análise, o atendimento do interesse público. Não se limita apenas aos aspectos legais, mas também tem como propósito de suas ações o aperfeiçoamento da gestão na obtenção de melhores resultados e na busca contínua pela excelência e plena otimização dos processos de trabalho. Nesse aspecto, as atribuições da Auditoria Interna do MPU decorrem diretamente dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e visa dotar o Poder Público de mecanismos de proteção do interesse público tutelado. Corroborar esse *múnus* público o § 2º do art. 23 da Lei Complementar nº 75, de 1993.

Nesse sentido, a Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU), órgão de controle interno do Ministério Público da União, dirigida pelo Auditor-Chefe, diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República, é responsável pelas fiscalizações e auditorias realizadas no Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Militar e, ainda, Escola Superior do MPU, consoante o art. 1º da Portaria PGR nº 200, de 28 de abril de 2009 (Regimento Interno da Audin-MPU)¹.

Nesse prisma, a Audin-MPU tem as seguintes finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desse mister constitucional, a Audin-MPU está diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República (art. 1º, *caput*, do Regimento Interno da Audin-MPU), fato este que lhe confere independência para o desempenho de seu papel no tocante às auditorias e fiscalizações realizadas.

No tocante ao processo de auditoria propriamente dito, vale ressaltar que os trabalhos são desenvolvidos segundo as diretrizes estabelecidas no Plano Geral de Auditoria e no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT)². Os escopos são previamente definidos segundo critérios de materialidade, relevância, criticidade, e também estão baseados em gestão de riscos e na avaliação dos mecanismos de controles internos das unidades jurisdicionadas. Nesse ítem, a governança das atividades de controle interno do MPU e o posicionamento hierárquico da Audin-MPU consagram os quesitos objetividade e independência do órgão de controle interno, em plena harmonia com os princípios aplicáveis.

Nesse horizonte, no PAINT, são evidenciadas as prioridades nas ações de fiscalização, o planejamento e a execução das auditorias, os itens requeridos pelo Tribunal de Contas da União e outros elementos de análise que irão compor os Relatórios de Auditoria de Gestão. Nesse documento também são elencados a descrição das ações de auditoria, o objetos, os itens, o escopo, o local de realização, bem como a Secretaria e a coordenação à qual se vincula a equipe de auditoria que realizará a inspeção por meio de fiscalização a distância ou *in loco*. Por fim, é apresentado o cronograma das atividades de auditoria e, após, as unidades jurisdicionadas escolhidas segundo os critérios técnicos preestabelecidos. O cronograma das unidades selecionadas para receber a visita técnica dos auditores também é divulgado na página www.auditoria.mpu.mp.br.

Para facilitar a compreensão dos trabalhos de auditoria, a Audin-MPU disponibiliza em seu sítio eletrônico o Manual de Auditoria³. Esse instrumento de trabalho serve também de apoio ao gestor que tem a possibilidade de saber, de antemão, os métodos e técnicas aplicáveis aos trabalhos de auditoria, bem como as regras de conduta que pautam a atuação do auditor.

1 Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/regimento.pdf>.

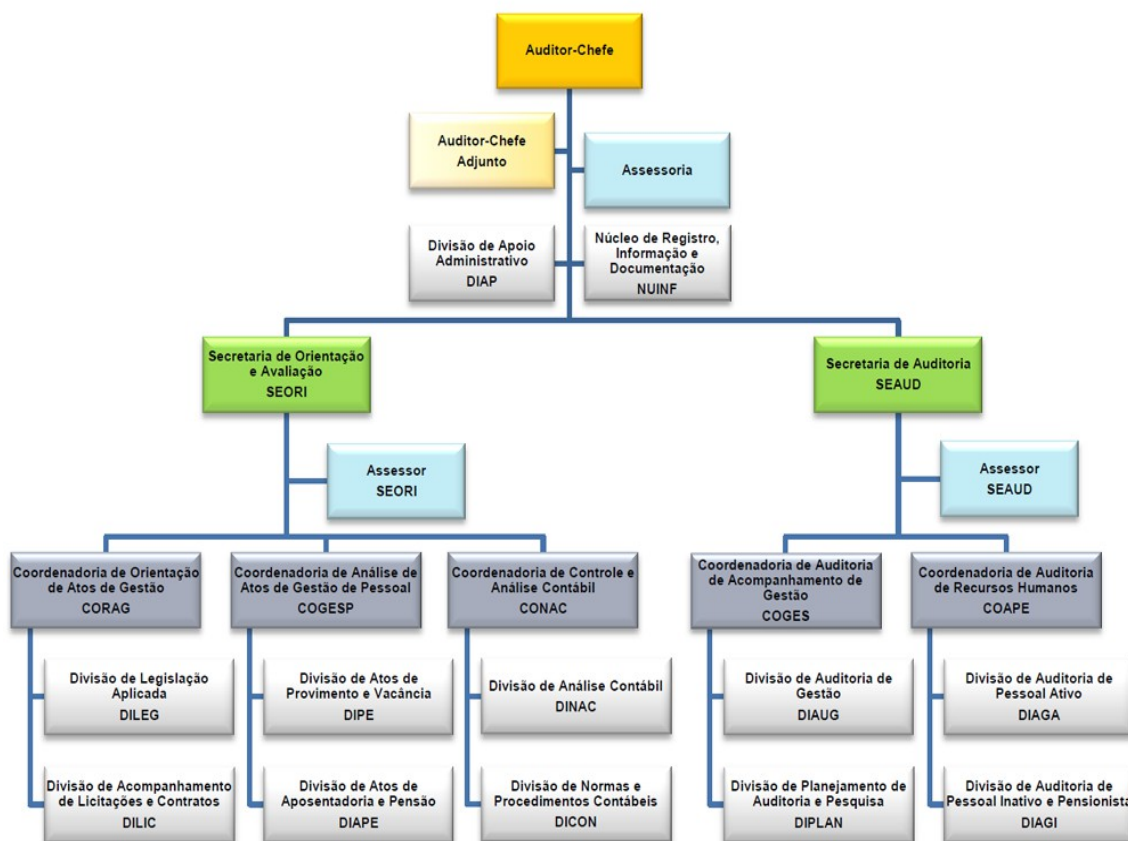
2 Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/paint/paint.php>.

3 <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/MANUAL-DE-AUDITORIA-AUDIN-MPU-2016.pdf>.

A Audin-MPU está estruturada em duas secretarias. À Secretaria de Orientação e Avaliação compete coordenar o exame dos atos relativos a licitações e contratos; coordenar e supervisionar estudos com o objetivo de estabelecer parâmetros e indicadores financeiros a serem introduzidos nas contratações; coordenar as ações, visando avaliar e verificar a exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão, ao desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões; orientar e instruir tecnicamente os dirigentes e gestores de recursos na execução contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal; coordenar as atividades de tomada e de prestação de contas e a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras do Ministério Público da União e propor as medidas necessárias à correção ou à impugnação de qualquer ato considerado irregular; propor normas, rotinas e procedimentos, objetivando a melhoria dos controles internos a cargo das unidades gestoras e atuar em consonância e nos limites da competência da Auditoria Interna do Ministério Público da União. À Secretaria de Auditoria compete coordenar as atividades de auditoria nas Unidades Gestoras do Ministério Público da União; coordenar a realização de auditorias sobre os sistemas contábil, financeiro, patrimonial, de execução orçamentária, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais; coordenar estudos com vistas à normalização, sistematização e padronização de procedimentos de auditoria e atuar em consonância e nos limites da competência da Auditoria Interna do Ministério Público da União. A Audin-MPU tem ainda em sua estrutura uma divisão de apoio administrativo e um Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A estrutura organizacional (organograma) da Audin-MPU está a seguir discriminada:

Figura 3 – Organograma da Audin-MPU



Ademais, são expedidos Relatórios de Auditoria que evidenciam os achados e recomendações do controle interno. Após a manifestação dos gestores das unidades auditadas, são expedidas Notas de Auditoria, contendo a avaliação deste órgão de controle interno sobre a

manifestação das unidades. Tais documentos e recomendações são de conhecimento da alta administração, que são os chefes administrativos das unidades e, a depender do grau de importância e impacto no órgão, são levados também ao conhecimento do Procurador-Geral da República, chefe do MPU.

Anualmente, o Procurador-Geral da República emite pronunciamento atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno do Ministério Público da União sobre o desempenho e a regularidade da gestão da unidade do Ministério Público que foi escolhida pelo TCU para ter o processo de contas constituído. Nesse prisma, de uma forma bastante integrada e sistemática, há boa comunicação, célere e eficiente, inclusive quanto às recomendações expedidas, entre a Audin-MPU e a Secretaria-Geral do MPU, assim como essa situação se repete em relação aos demais ramos do Ministério Público da União. Nesse contexto, vale frisar que as recomendações do Órgão de Controle Interno, via de regra, costumam ser observadas pelos gestores do MPU e são cumpridas a contento.

Os resultados das ações de controle da Audin-MPU durante o exercício de 2015 estão disponibilizadas no sítio eletrônico www.audin.mpu.mp.br⁴. Os resultados de 2016 serão divulgados junto com o Relatório Anual de Atividades, a ser encaminhado ao Procurador-Geral da República até 30 de abril de 2017.

4 http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/relatorio_atividades/RELATORIO_DE_ATIVIDADES_2015.pdf

4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

4.3.1 CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A Corregedoria do Ministério Público Federal possui a atribuição legal de fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público Federal (art. 63 da Lei Complementar nº 75, de 1993), tarefa que se desenvolve por meio, especialmente, de correições ordinárias e extraordinárias e, se o caso exigir, sindicâncias e inquéritos administrativos disciplinares.

Ao tomar conhecimento de fatos que possam sugerir o cometimento de infração disciplinar por parte de membro do Ministério Público Federal, o Órgão pode instaurar sindicâncias, destinadas à coleta sumária de elementos de prova (art. 246 da Lei Complementar nº 75, de 1993) ou inquéritos administrativos disciplinares. Neste último caso, os trabalhos são realizados por comissão designada pelo Corregedor-Geral, que encaminha relatório geral ao Conselho Superior da Instituição, com proposta de arquivamento ou de instauração de processo administrativo disciplinar (arts. 247 a 251 da Lei Complementar nº 75, de 1993).

No ano de 2016, a Corregedoria apreciou 121 (cento e vinte e um) feitos de natureza disciplinar. Desses, 108 (cento e oito) foram arquivados e 11 (onze) receberam despacho pela determinação da instauração de inquéritos administrativos. Além disso, o Órgão realiza anualmente correições ordinárias em todos os ofícios titularizados pelos membros do MPF, conforme previsto na Resolução nº 100, de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, destinadas à apuração da regularidade do serviço, da eficiência e da pontualidade dos membros do *Parquet* Federal.

Os trabalhos são realizados por comissão designada pelo Corregedor-Geral, que procede à análise de autos de processos, documentos, estatísticas etc., bem como à entrevista do membro correicionado, servidores e, caso necessário, autoridades judiciais e administrativas. Ao final, produz os relatórios gerais de correição ordinária, que são submetidos ao Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A execução das correições ordinárias, no âmbito da primeira instância, ocorre com o apoio de Unidades Descentralizadas da Corregedoria em funcionamento nas Procuradorias Regionais da República. Tais unidades são coordenadas por procuradores regionais da República, designados para a função de corregedores auxiliares coordenadores, aos quais compete prestar auxílio no planejamento, na supervisão e na execução das correições das unidades de sua respectiva área de abrangência, conforme o quadro que se segue:

Quadro 46 – Unidades Descentralizadas da Corregedoria

Unidade Descentralizada	Base Territorial
1ª Região	DF/AM/AP/GO/MA/PA/PI/RR/TO
2ª Região	RJ/BA/ES/MG
3ª Região	SP/MS/MT/AC/RO
4ª Região	RS/PR/SC
5ª Região	PE/AL/CE/PB/RN/SE

No caso das procuradorias regionais da República e da Procuradoria-Geral da República, os trabalhos encontram-se sob a responsabilidade direta da Corregedoria do Ministério Público Federal.

As correições ordinárias, no ano de 2016, ocorreram tão somente no âmbito da primeira instância do Ministério Público Federal – 26 (vinte e seis) estados e o Distrito Federal - conforme Calendário Geral de Correições Ordinárias, Biênio 2016/2017 (Memo nº 94/2016/CMPF, de 3 de

novembro de 2016), aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal na 10ª sessão ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2016.

Até o momento foram finalizados e aguardam ciência do Conselho Superior do Ministério Público Federal os trabalhos correicionais realizados nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Piauí. Com exceção dos relatórios do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Tocantins, os procedimentos relacionados aos demais estados foram concluídos pelas unidades descentralizadas e encontram-se em fase de análise pela Corregedoria.

O controle de recomendações expedidas por ocasião das correições ordinárias foi dividido por estado e contabilizado por membro e ofício. As recomendações foram subdivididas em “com prazo” e “a ser averiguada nos trabalhos correicionais de 2017”.

Dos estados até então apurados, foram visitados 561 (quinhentos e sessenta e um) ofícios, dos quais 502 (quinhentos e dois) estavam providos, 38 (trinta e oito) providos com designação suspensa (titular afastado por período prolongado) e 21 (vinte e um) ofícios vagos.

Em razão de restrições orçamentárias, a correição ordinária deu-se remotamente em 21 (vinte e uma) procuradorias das Repúblicas em municípios, via extração de relatórios e contato com membros e servidores, quando necessário, o que não impediu a expedição de recomendações em casos pontuais. Apenas a Procuradoria da República no município de Bacabal/MA não foi correicionada.

O quadro a seguir retrata o panorama mencionado:

Quadro 47 – Panorama das Atividades Correicionais

PR	Período Correição	Quant. Prms	Quant. Ofícios	Quant. Membros	Afastados	Vagos Correicionados	Correição Remota	Não Correicionadas	Recomendações Expedidas com Prazo	Recomendações Expedidas Sem Prazo
GO	07 a 11/03/16	3	22	22	1	1	0	0	14	1
MS	07 a 11/03/16	6	22	22	1	1	0	0	19	0
ES	04 a 08/04/16	4	19	19	3	3	1	0	14	5
PR	04/04 a 03/05/16	16	54	55	0	4	6	0	52	3
MA	25 a 29/04/16	4	18	18	0	0	0	1	11	3
PI	25 a 29/04/16	5	12	12	0	0	3	0	9	2
PB	25 a 29/04/16	5	18	17	2	1	0	0	16	0
SP	02 a 25/05/16	32	127	121	3	6	6	0	47	54
PE	16 a 25/05/16	7	28	23	6	1	0	0	21	6
RJ	13 a 24/06/16	13	85	87	3	1	1		40	38
PA	20 a 24/06/16	7	24	21	2	0	3	0	18	1
AP	20 a 24/06/16	0	6	6	0	0	0	0	6	0
SE	22 a 25/08/16	2	13	11	1	0	0	0	5	0
AL	22 a 25/08/16	1	16	14	2	0	0	0	11	1

PR	Período Correição	Quant. Prms	Quant. Ofícios	Quant. Membros	Afastados	Vagos Correicionados	Correição Remota	Não Correicionadas	Recomendações Expedidas com Prazo	Recomendações Expedidas Sem Prazo
MT	29/08 a 02/09/16	5	22	22	3	0	0	0	10	9
CE	12 a 16/09/16	5	27	24	3	1	0	0	18	12
RO	19 a 23/09/16	3	12	10	0	2	0	0	10	2
AC	19 a 23/09/16	1	6	6	0	0	1	0	1	4
DF	26 a 30/09/16	0	30	30	8	0	0	0	21	0
TOTAL		119	561	540	38	21	21	1	343	141

Do total das recomendações expedidas, estão pendentes de cumprimento apenas aquelas cujo prazo não se encontra expirado.

Cabe a estes órgãos, com base no diagnóstico fornecido pelos respectivos relatórios que identificam as dificuldades enfrentadas pelos membros, especialmente os que se encontram em estágio probatório, a adoção de providências no âmbito de suas respectivas atribuições.

4.3.2 COMISSÃO PERMANENTE DISCIPLINAR

A Comissão Permanente Disciplinar (CPD) é unidade de assessoramento da Secretaria Geral e possui a atribuição de apurar os ilícitos ou faltas administrativas praticadas por servidores públicos no âmbito do Ministério Público Federal (MPF). O Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, estabelece que à CPD compete: apurar a responsabilidade de servidor nos casos de irregularidades no âmbito do MPF, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar; auxiliar e orientar as demais unidades do MPF sobre os procedimentos a serem tomados em casos de ocorrência de irregularidades praticadas por servidor, bem como compor comissões no âmbito do Ministério Público da União, desde que requerido pelas chefias das respectivas unidades e designado pelo Procurador-Geral da República ou Secretário-Geral; verificar, mediante inspeção ou por determinação da autoridade superior, a regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do MPF e dar cumprimento às decisões exaradas nos processos disciplinares pelo Procurador-Geral da República ou Secretário-Geral, desde que um dos membros da CPD tenha atuado no feito.

A CPD atua por meio de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares, nos termos da Lei nº 8.112/90. As irregularidades ou impropriedades ocorridas no âmbito do MPF são noticiadas ao Secretário-Geral pelas mais diversas autoridades ou servidores, ou mesmo por particulares. Ao tomar conhecimento dos fatos e após análise da Consultoria Jurídica, o Secretário-Geral decide pela instauração do competente procedimento, sejam sindicâncias ou processos administrativos disciplinares. Após a publicação da portaria de instauração do procedimento, compete à CPD executar todos os atos administrativos necessários à realização das investigações. Encerrada toda a fase de instrução do feito, a CPD, embasada nas provas carreadas aos autos, emite um relatório conclusivo que é encaminhado ao Secretário-Geral do MPF para a conclusão quanto a aplicação ou não de penalidades aos indiciados.

A CPD, no ano de 2016, instruiu um total de 26 procedimentos disciplinares entre os quais 8 foram de sindicância e 18 foram de processos administrativos disciplinares, tendo concluído 8 e 14, respectivamente.

Quadro 48 – Quantidade de processos instruídos

Sindicância		PAD	
Concluídas	Em andamento	Concluídos	Em andamento
8	0	14	4
TOTAL GERAL		26	

Neste exercício, após a instrução processual e relatório conclusivo expedido, a autoridade administrativa concluiu por aplicação de 11 (onze) penalidades e 6 (seis) arquivamentos.

Quadro 49 – Demonstrativo de tipo e quantidade de decisão quanto a penalidades

PENALIDADE/DECISÃO	2016
Advertência	2
Suspensão	7
Demissão	2
Destituição de cargo em comissão	0
Cassação de aposentadoria	0
Total de penalidades	11
Arquivamento	6
Aguardando decisão	5

4.3.3 OUTRAS INFORMAÇÕES DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O órgão de controle interno do Ministério Público Federal (MPF) é a Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU). A Audin-MPU, no exercício das competências previstas nos arts. 70 e 74 da Constituição Federal, utiliza diversas técnicas de auditoria, seguindo padrões internacionais, atuando à distância e também mediante inspeções *in loco*, com vista a aferir a conformidade dos atos praticados face ao regramento legal.

Uma das principais atividades da Audin-MPU é verificar a existência, pertinência e suficiência de controles internos administrativos, com o fito de mitigar a possibilidade de ocorrência de eventos indesejáveis. Detectada deficiência nos controles internos administrativos, a Audin-MPU recomenda o aperfeiçoamento destes com vistas a minimizar a ocorrência de risco de dano e de ilícitos administrativos.

As recomendações expedidas pela Audin-MPU e o próprio rito do processo de auditoria já funcionam como instrumento de prevenção de ilícitos, promovendo o aprimoramento da gestão, com impacto direto na diminuição da possibilidade de ocorrência de desvios. Como exemplo dos resultados dessa atuação, pode-se citar a edição de portarias, criação de normas, criação de novos sistemas eletrônicos de controle, regulação de acesso a setores sensíveis da administração, nomeação de fiscais de contrato, alteração do fluxo de processos com vistas a garantir maior segurança, segregação do exercício de funções, implantação de diversos mecanismos de controles internos administrativos, a implantação de recadastramentos, aplicação de penalidades, restituições e ressarcimentos ao erário, todos com efeito pedagógico de prevenção à repetição das ocorrências e melhoramento das rotinas administrativas.

Em outra vertente, tão importante quanto a fiscalização, a Audin-MPU tem envidado esforços no incremento da atividade de orientação prévia às unidades jurisdicionadas, também com o propósito de prevenir a ocorrência de ilícitos administrativos. A Audin-MPU responde aos gestores de todo o país sobre as mais diversas dúvidas suscitadas na aplicação da legislação sobre a prática de atos de gestão administrativa. No sítio <http://www.auditoria.mpu.mp.br> são

disponibilizadas informações de cunho preventivo e orientativo para os gestores.

Apesar dos esforços preventivos, quando constatada eventual falha nos atos de gestão, é feita recomendação para que a unidade jurisdicionada adote providências para regularizar a situação apresentada e para aperfeiçoar os mecanismos de controles administrativos. Se grave a situação encontrada, a Audin-MPU representa ao Tribunal de Contas da União, de ofício, em harmonia com o §1º do art. 74 da Constituição Federal de 1988. Ademais, recomenda a instauração de processo administrativo e acompanha os atos praticados até a conclusão final, com a responsabilização dos envolvidos, aplicação de penalidades ou ressarcimento do dano ao erário.

No tocante à Tomada de Contas Especial (TCE), insta destacar que não houve instauração de TCE no exercício de 2016 no âmbito do MPF.

4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Alinhado com as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU), o Ministério Público Federal (MPF) iniciou a implantação de um sistema de gestão de riscos, cujas providências estão documentadas no Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.007553/2016-11. Os esforços para a implantação do sistema têm sido conduzidos pela Assessoria Técnica da Secretaria-Geral (Astec/SG) desde o segundo semestre do exercício passado, após a posse do atual Secretário-Geral do Ministério Público Federal.

A Astec/SG iniciou seus trabalhos com uma pesquisa documental sobre o tema em diversos órgãos públicos, culminando com visitas a três deles: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Banco Central do Brasil (Bacen).

Os órgãos escolhidos para o aprofundamento presencial do levantamento adotam modelos de implementação da gestão de riscos diversos entre si e estão em estágios diferentes de implantação do referido sistema.

Posteriormente, entre os dias 5 e 9/12/2016, foi promovida capacitação de 40 horas em “Gestão de Riscos e Auditoria Baseada na Avaliação de Risco”, ministrada pela Escola Nacional de Governo, com participação de quatro servidores da Audin/MPU, cinco servidores da Astec/SG, um servidor da Secretaria de Segurança Institucional, um servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, um servidor da Procuradoria Regional da República da 1ª Região e um servidor da Procuradoria da República no Distrito Federal.

O conteúdo programático abrangeu os conceitos, os princípios, a estrutura e o processo para gerenciamento de riscos em organizações públicas, incluindo o desenvolvimento de políticas, ferramentas e arranjos organizacionais para implementação e avaliação da gestão de riscos, considerando os avanços mais recentes e significativos na matéria, com vistas a fornecer a gestores, unidades de auditoria interna e de controle interno uma metodologia para implantar e avaliar a maturidade da gestão de riscos.

Ao término do exercício de 2016, constavam no programa de trabalho da Astec/SG a elaboração de proposta de ações imediatas para a implantação do sistema de gestão de riscos no MPF a ser submetida ao Secretário-Geral, com os seguintes itens:

- Criação de um Grupo de Trabalho, coordenado pela Astec/SG, com representantes da Audin/MPU, da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica/SG/MPF e dos demais ramos do MPU, para que no prazo de 30 dias, a contar da data de criação do Grupo de Trabalho, elabore a Política de Gestão de Riscos Organizacionais do Ministério Público da União;
- Publicação da Política de Gestão de Riscos Organizacionais do Ministério Público da União por portaria do Procurador-Geral da República;
- Desenvolvimento de Metodologia de Implementação da Gestão de Riscos no Ministério Público Federal;
- Implantação do Sistema de Gestão de Riscos no Ministério Público Federal com base na metodologia desenvolvida, contemplando: a incorporação da visão de riscos à tomada de decisão; a identificação, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação de riscos que afetem a consecução dos objetivos institucionais; o fortalecimento das decisões em resposta aos riscos e o aprimoramento dos controles internos.

Por fim, cabe destacar que está em análise na Secretaria-Geral uma proposta de reestruturação que inclui transformar a Astec/SG em Consultoria Administrativa, composta por três áreas subordinadas, das quais uma será denominada Assessoria de Gestão de Riscos, cuja principal atribuição será a de propor e disseminar a política e os instrumentos de gestão de riscos.

5. GESTÃO DE PESSOAS

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Seguem informações sobre a estrutura da força de trabalho à disposição do Ministério Público Federal (MPF).

5.1.1 FORÇA DE TRABALHO DO MPF

Quadro 50 – Força de Trabalho do MPF no período de 01/07/2015 a 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	12.224	10.456	518	378
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1.165	1.082	5	4
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11.059	9.374	513	374
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	10.782	9.097	510	374
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	10	10	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	263	263	3	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	721	721	85	54
4. Total de Servidores (1+2+3)	12.945	11.177	603	432

São considerados como ingressos todos os membros com exercício no MPF e os que reverteram à atividade a partir de 1º/7/2015 até 31/12/2015 e, como egressos, todos os desligamentos. São considerados como ingressos todos os servidores com exercício no ramo a partir de 01/07/2015 até 31/12/2015 e, como egressos, todos os desligamentos.

Quadro 51 – Força de Trabalho do MPF no período de 01/01/2016 a 30/06/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	12.240	10.456	145	200
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1.165	1.081	1	2
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11.075	9.375	144	198
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	10.782	9.082	144	198
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	11	11	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	278	278	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	711	711	66	74
4. Total de Servidores (1+2+3)	12.951	11.167	211	274

São considerados como ingressos todos os membros com exercício no MPF e os que reverteram à atividade a partir de 1º/1/2016 até 30/6/2016 e, como egressos, todos os desligamentos. São considerados como ingressos todos os servidores com exercício no ramo a partir de 1º/1/2016 até 30/06/2016 e, como egressos, todos os desligamentos.

Quadro 52 – Força de Trabalho do MPF no Período de 01/07/2016 a 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	12.266	10.487	264	287
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1.172	1.149	72	4

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11.094	9.338	192	283
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	10.782	9.026	189	279
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	12	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	296	296	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	710	710	61	62
4. Total de Servidores (1+2+3)	12.976	11.197	325	349

São considerados como ingressos todos os membros com exercício no MPF e os que reverteram à atividade a partir de 1º/7/2016 até 31/12/2016 e, como egressos, todos os desligamentos. São considerados como ingressos todos os servidores com exercício no ramo a partir de 1º/7/2016 até 31/12/2016 e, como egressos, todos os desligamentos.

5.1.2 DISTRIBUIÇÃO DE LOTAÇÃO EFETIVA

Quadro 53 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2015 a 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	5.492	3.882
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	5.492	3.882
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.354	3.743
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	4
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	128	135
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	115	606
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.607	4.488

No item 1.1.2 não foi somado o quantitativo de agentes políticos, que são os membros do MPF, considerando que todos atuam na área fim.

Quadro 54 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/01/2016 a 30/06/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	5.492	3.883
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	5.492	3.883
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5349	3.733
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	4
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	132	146
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	103	608
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.595	4.491

No item 1.1.2 não foi somado o quantitativo de agentes políticos, que são os membros do MPF, considerando que todos atuam na área fim.

Quadro 55 – Distribuição de Lotação Efetiva no Período de 01/07/2016 a 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	5.452	3.886
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	5.452	3.886
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5298	3.728
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	4
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	142	154
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	104	606
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.556	4.492

No item 1.1.2 não foi somado o quantitativo de agentes políticos, que são os membros do MPF, considerando que todos atuam na área fim.

A saber, considerou-se como área fim as unidades internas a seguir listadas, tendo sido tratadas as demais como área meio:

- a) Gabinete do Procurador-Geral da República;
- b) Secretaria de Apoio à Função Eleitoral;
- c) Secretaria de Relações Institucionais;
- d) Secretaria de Cooperação Internacional;
- e) Secretaria de Pesquisa e Análise;
- f) Gabinete do Membro junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
- g) Secretaria de Apoio Pericial;
- h) Gabinete do Vice-Procurador-Geral da República;
- i) Gabinetes de Subprocuradores-Gerais da República;
- j) Gabinete do Procurador-Geral Eleitoral;
- k) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- l) Câmaras de Coordenação e Revisão;
- m) Corregedoria do MPF;
- n) Conselho Superior do MPF;
- o) Setor de Perícia dos Estados; e
- p) Centros Regionais de Perícia.

Outrossim, as unidades internas listadas referem-se à Procuradoria-Geral da República (PGR). Nas Procuradorias Regionais da República, nas Procuradorias da República e nas Procuradorias da República nos Municípios, aplica-se a mesma classificação, uma vez que a estrutura é semelhante à da PGR.

5.1.3 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MPF

Quadro 56 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MPF no período de 01/07/2015 a 31/12/2015

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5.766	4.216	1.332	481
1.1. Cargos de natureza especial	0	0	0	0
1.2. Grupo direção e assessoramento superior	2.883	2.108	666	481
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.076	1.301	480	355
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	104	104	34	36

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.2.4. Sem vínculo	702	702	152	90
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	3.142	2.887	803	839
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.980	2.725	772	797
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	138	138	30	35
2.4. Sem vínculo	19	19	1	7
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	8.908	7.103	2.135	1.320

São consideradas as alterações resultantes de portarias que designam/nomeiam, dispensam/exoneram e as de apostilamentos. No item 1.2.1 são considerados os analistas, técnicos, bem como os agentes políticos, que são os membros do MPF. No que se refere ao item 2.4, a Portaria PGR/MPU nº 287/2007, que regulamenta o exercício de função de confiança e cargo em comissão no âmbito do MPU, resguardou as situações de servidores sem vínculo, ocupantes de função de confiança, que foram constituídas até o dia anterior à publicação da Lei nº 11415, ou seja, 14 de dezembro de 2006.

Quadro 57 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MPF no período de 01/01/2016 a 30/06/2016

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	2.886	2.085	362	396
1.1. Cargos de natureza especial	0	0	0	0
1.2. Grupo direção e assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.089	1.288	246	273
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	1	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	102	102	20	22
1.2.4. Sem vínculo	693	693	95	101
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	3.143	2.900	670	661
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.972	2.729	640	640
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	148	148	28	18
2.4. Sem vínculo	18	18	2	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	6.029	4.985	1.032	1.057

São consideradas as alterações resultantes de portarias que designam/nomeiam, dispensam/exoneram e as de apostilamentos. No item 1.2.1 são considerados os analistas, técnicos, bem como os agentes políticos, que são os membros do MPF. No que se refere ao item 2.4, a Portaria PGR/MPU nº 287/2007, que regulamenta o exercício de função de confiança e cargo em comissão no âmbito do MPU, resguardou as situações de servidores sem vínculo, ocupantes de função de confiança, que foram constituídas até o dia anterior à publicação da Lei nº 11415, ou seja, 14 de dezembro de 2006.

Quadro 58 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do MPF no período de 01/07/2016 a 31/12/2016

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

1. Cargos em Comissão	2.862	2.102	395	362
1.1. Cargos de natureza especial	0	0	0	0
1.2. Grupo direção e assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.063	1.303	272	244
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	3	1	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	103	103	21	17
1.2.4. Sem vínculo	693	693	101	101
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	3.120	2.909	636	620
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.949	2.738	611	594
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	149	149	25	25
2.4. Sem vínculo	17	17	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	5.982	5.011	1.031	982

São consideradas as alterações resultantes de portarias que designam/nomeiam, dispensam/exoneram e as de apostilamentos. No item 1.2.1 são considerados os analistas, técnicos, bem como os agentes políticos, que são os membros do MPF. No que se refere ao item 2.4, a Portaria PGR/MPU nº 287/2007, que regulamenta o exercício de função de confiança e cargo em comissão no âmbito do MPU, resguardou as situações de servidores sem vínculo, ocupantes de função de confiança, que foram constituídas até o dia anterior à publicação da Lei nº 11415, ou seja, 14 de dezembro de 2006.

5.1.4 EVOLUÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAL

Seguem quadros que demonstram a evolução da quantidade efetiva dos ingressos e egressos de pessoal do MPF, comparando-se o 2º semestre de 2015, o 1º semestre de 2016 e o 2º semestre de 2016.

Vale registrar que, em 2016, tendo em vista o comprometimento do limite orçamentário do exercício de 2016, face à publicação do Anexo V da LOA-2016, o qual eliminou todo o saldo de ingressos do MPU, não houve aumento do quadro de pessoal. Os ingressos ocorridos foram oriundos de reposições sem impacto.

Quadro 59 – Quantidade efetiva de pessoal do MPF

Quantidade Efetiva	2º sem/2015	1º sem/2016	2º sem/2016
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1.082	1.081	1.149
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9.097	9.082	9.026
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	11	11	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	263	268	296
2. Servidores sem vínculo com a administração pública	721	711	710

Quadro 60 – Quantidade de ingressos de pessoal do MPF

Ingressos	2º sem/2015	1º sem/2016	2º sem/2016
1.1. Membros de poder e agentes políticos	5	1	72
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	510	144	189
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	2
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	85	66	61

Quadro 61 – Quantidade de egressos de pessoal do MPF

Egressos	2º sem/2015	1º sem/2016	2º sem/2016
1.1. Membros de poder e agentes políticos	4	2	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	374	198	279
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	1
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	54	74	62

Em relação à “quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade”, há dois indicadores estratégicos que representam o monitoramento da necessidade do MPF, respeitada a sua disponibilidade orçamentária e financeira referente a provimento do quadro de pessoal. Trata-se dos seguintes indicadores: 1) Quantitativo de servidores; e 2) Quantitativo de membros, mencionados no relatório de prestação de contas às fls. 16/17. Cabe registrar que tais indicadores se encontram em processo de revisão pelo Grupo de Trabalho – Indicadores Estratégicos. Foram propostas alterações de modo a aprimorar os seus atributos, o que, por outro lado, não influenciará os quantitativos mensurados no ano de 2016. Ressalta-se que a efetivação das mudanças depende de deliberação, prevista para julho de 2017, do Comitê de Gestão Estratégica, instância de governança responsável por avaliar as iniciativas relativas à modernização do MPF.

Sobre o tema, insta, ainda, ratificar a iniciativa do painel de contribuição da Secretaria de Gestão de Pessoas-SGP referente ao dimensionamento da força de trabalho, mencionada no relatório de prestação de contas à fl. 16. Trata-se de aplicação de metodologia, baseada em critérios objetivos, que visa a alocação de recursos humanos do órgão conforme necessidades da unidade. A saber, estão programadas ações de dimensionamento da força de trabalho em todo o MPF no período de junho/2017 a janeiro/2018.

Em atenção ao tópico “possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento de aposentadoria”, cabe o registro de que a não reposição das vagas de aposentados impacta sobremaneira as atividades do órgão. A saber, no âmbito do MPF, há, 65 (sessenta e cinco) vagas decorrentes de aposentadorias desprovidas nos anos de 2016 e 2017, sem a devida autorização de reposição.

Trata-se, na verdade, de impacto advindo da não reposição da totalidade das vagas com impacto orçamentário e financeiro, quais sejam: falecimento; aposentadoria; e demais vacâncias não repostas até março do ano anterior ao da Lei Orçamentária Anual-LOA.

Esse fato acaba por gerar uma perda gradual da força de trabalho do órgão e impactos irreparáveis sobre a renovação do quadro de pessoal, o que vai de encontro à oxigenação do órgão e ao processo de inovação da instituição, indispensável para aplicação de boas práticas para enfrentamento, inclusive, das diversas dificuldades advindas da crise financeira do país.

Ainda, há de se destacar a capilaridade do MPF, cuja estrutura é composta Procuradorias da República nos Municípios. A não reposição de vaga pode impactar, inclusive, o ofício da unidade. Por fim, referente ao tópico “eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível no MPF, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC”, por meio dos Anexos A, B, C e D, do subitem 1.5, relativo ao item Estrutura de Pessoal da Unidade, foram retratados os tipos e a quantidade de afastamentos de pessoal por semestre, considerando os anos de 2015 e de 2016.

Depreende-se dos quantitativos informados, a média semestral de afastamentos de 18,32% sobre o quadro de pessoal do MPF. Trata-se de valor considerável, que, quando conjugado com a não reposição integral do quadro pessoal em virtude de limitações orçamentárias e financeiras, culminam em dificuldades ao órgão para suprir eventuais afastamentos legais.

5.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Segue quadro com visão gerencial das despesas relacionadas ao pessoal do MPF.

Quadro 62 – Demonstrativo das despesas com pessoal do MPF - 2015/2016

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis - Valores em R\$						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
1 - Membros de Poder e Agentes Políticos											
2015	2º Sem.	225.774.343,16	14.009.334,23	33.944.124,64	10.100.149,27	42.979.681,31	3.266.442,27	15.251.642,20	5.228.615,68	6.300,00	350.560.632,76
2016	1º Sem.	160.087.880,49	9.311.295,79	1.629,28	11.509.209,23	28.244.705,70	2.135.163,46	12.206.702,52	427.823,77	4.500,00	223.928.910,24
	2º Sem.	226.271.443,02	15.962.646,85	34.979.588,27	9.080.260,06	50.246.295,74	3.548.358,76	10.660.537,66	12.950.095,66	6.300,00	363.705.526,02
2 - Servidores de carreira vinculados ao MPF											
2015	2º Sem.	529.463.702,49	53.688.985,21	86.665.121,59	47.692.373,01	60.137.045,02	3.191.946,27	728.461,59	3.417.294,63	33.843,49	785.018.773,30
2016	1º Sem.	389.388.087,28	39.344.291,82	490.059,99	45.967.622,41	43.498.464,71	1.979.282,57	308.371,30	1.063.368,67	26.325,41	522.065.874,16
	2º Sem.	589.512.729,84	59.766.892,05	101.514.002,64	59.443.964,23	71.721.013,89	3.387.973,29	2.292.321,97	3.294.426,55	39.641,30	890.972.965,76
3 - Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
2015	2º Sem.	10.849.887,99	343.798,52	1.733.803,47	962.286,76	1.170.252,70	82.928,64	19.894,58	104.511,86	0,00	15.267.364,52
2016	1º Sem.	8.056.108,92	410.627,75	2.171,38	837.860,48	884.700,79	65.541,72	53.602,52	31.732,61	0,00	10.342.346,17
	2º Sem.	14.495.193,17	1.036.282,12	3.741.162,66	1.232.687,22	1.820.011,04	117.381,65	74.650,25	220.244,78	0,00	22.737.612,89
4 - Servidores de carreira SEM VÍCULO com o MPF (Requisitados)											
2015	2º Sem.	0,00	4.121.001,72	632.651,22	283.200,24	1.186.907,84	0,00	98.854,81	5.396,77	0,00	6.328.012,60
2016	1º Sem.	0,00	2.888.478,95	11.048,50	255.065,79	861.546,83	591,32	26.929,16	6.353,47	0,00	4.050.014,02
	2º Sem.	3.767,17	4.695.851,56	702.571,87	680.548,72	1.423.314,57	591,32	61.490,15	8.406,13	0,00	7.576.541,49
5 - Servidores SEM VÍCULO com a Administração Pública (Contratados)											
2015	2º Sem.	10.539,83	22.964.608,79	3.160.356,25	842.589,37	4.521.887,56	18.357,65	324.257,84	34.349,99	0,00	31.876.947,28
2016	1º Sem.	0,00	16.977.935,43	37.895,03	871.409,57	3.272.149,18	0,00	214.486,33	33.893,07	0,00	21.407.768,61
	2º Sem.	0,00	26.670.822,77	3.910.571,58	1.299.387,96	5.305.738,14	21.340,12	492.625,54	24.032,88	0,00	37.724.518,99
6 - Servidores com contrato temporário											
Não existem.											

5.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

O Ministério Público Federal (MPF) trata os riscos relacionados à gestão de pessoal por meio de diversos controles internos administrativos, destacando-se os esforços para a automação dos processos de trabalho, no sentido de minimizar aqueles realizados manualmente, os quais são mais passíveis de erros.

Há compreensão por parte dos servidores responsáveis pela execução das atividades, tarefas e funções da Secretaria de Gestão de Pessoas de que os controles internos são inerentes às suas próprias unidades. Tais controles sucedem-se previamente, concomitantemente ou, até mesmo, posteriormente à execução das atividades.

A atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas, no âmbito do MPF, com base na gestão de riscos, determina a criação de métodos e de controles que visam evitar intercorrências, de modo a impedir danos que possam prejudicar o andamento dos processos de trabalho.

A seguir são destacados os principais controles adotados em alguns dos processos de trabalho da área de gestão de pessoas:

NOMEAÇÃO DE SERVIDORES

Em relação à nomeação de servidores, que contempla a reposição de nomeações tornadas sem efeito, informa-se que o processo de trabalho encontra-se automatizado. Um cuidado essencial nesta etapa, em prol da gestão de riscos, consiste em analisar se o sistema está atuando em conformidade com a ordenação de posições de convocação dos candidatos, o que envolve a disponibilização de percentual de vagas a candidatos com deficiência. Para tanto, dispõe-se de controle paralelo por meio de planilha específica, que permite uma visão panorâmica das nomeações e histórico de vagas. Registra-se, inclusive, que, quando da nomeação dos candidatos, o prazo para posse, o qual pode ser objeto de prorrogação, é controlado pela Secretaria de Gestão de Pessoas por meio de emissão de relatórios periódicos.

A saber, desde o 7º Concurso Público para provimento de cargos de analista e técnico do Ministério Público da União (MPU), adota-se a consulta aos candidatos, prévia à elaboração do ato de nomeação, para que a Administração conheça, em ordem de preferência, as cidades de interesse de nomeação. Esse processo visa garantir uma melhor alocação dos futuros servidores de modo a minimizar riscos de insatisfação de lotação.

Ainda, a partir do 8ª Concurso Público para provimento de cargos de analista e técnico do MPU, fora possibilitada a convocação nacional. Essa inovação visa ao provimento de vagas que surgiram na vigência do concurso, após a publicação de edital de abertura, naquelas unidades da federação onde não foi realizada prova. Nesse contexto, aos candidatos aprovados é possibilitada a nomeação em unidade da federação diversa da qual foi aprovado, mediante manifestação de interesse. Tal processo vai ao encontro do princípio da eficiência, tendo em vista o aproveitamento do concurso em vigor para provimento de vagas imprevisíveis, atuando com vistas a minimizar riscos de falta de pessoal.

MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

No que se refere a concurso de remoção interno, efetuado no âmbito do MPU, é realizado controle orçamentário das vagas a serem ofertadas, visto que as vagas remanescentes desses concursos são disponibilizadas para provimento. Os concursos de remoção ensejam publicação de ato de resultado final, nesse sentido, como forma de gerenciamento de riscos, além da conferência manual das movimentações geridas pelo sistema, busca-se um trabalho cooperativo junto aos setores de comunicação de todos os ramos do MPU para que seja feito um trabalho de divulgação

em massa, visando evitar eventuais pedidos de retificação de resultados. Ainda, para cada edital de concurso de remoção, é aberto prazo para impugnação.

Em relação às requisições, cessões e lotações provisórias, é realizado o monitoramento do prazo de vigência dos atos por meio de controle no próprio Sistema de Gerenciamento de Pessoal, em tela exclusiva, além de controle paralelo por meio de planilha específica. Cabe registrar que a Secretaria de Gestão de Pessoas atua com antecedência de dois meses do prazo final da validade da requisição, cessão ou lotação provisória no intuito de providências necessárias, para uma possível renovação do ato, serem tomadas tempestivamente.

As reservas e bloqueio de vagas no Sistema de Gerenciamento de Pessoal também são alvos de controle da Secretaria de Gestão de Pessoas, objetivando o provimento do quantitativo máximo de vagas disponíveis, de conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do MPF, o que demanda, inclusive, consulta constante ao setor jurídico quando envolve retenção de vaga em virtude de decisão judicial.

ATIVIDADES CADASTRAIS

No que se refere às atividades cadastrais e de provimento, são emitidos relatórios previamente ao envio das informações à área de pagamento de pessoal, a fim de serem constatadas ausências ou incorreções de informação que podem prejudicar a folha de pagamentos do órgão.

Ainda, procede-se ao acompanhamento da entrega das declarações de bens e rendas/autorização de acesso, por meio da emissão de relatórios periódicos, para cobrança e solução de pendências.

Os cadastros de pessoal, que englobam servidores sem vínculo, requisitados e removidos, também passam por processo de conferência, o que, inclusive, é adotado para a instrução do pagamento de gratificações, no sentido de ser verificado o atendimento dos critérios autorizadores da percepção.

Especificamente em relação à licença para acompanhamento de cônjuge, há de se ressaltar que, anualmente, é feito o controle daquelas licenças por prazo indeterminado, a fim de verificar a manutenção dos requisitos autorizadores, quais sejam, manutenção do casamento/união estável, mediante solicitação de documentação atualizada, bem como a permanência do cônjuge no local para onde fora deslocado. Referente à licença para atividade política, em suma, é realizado acompanhamento do deferimento do registro das candidaturas dos servidores perante o Tribunal Regional Eleitoral e a prestação de contas. Ainda, em relação à licença para capacitação/competição desportiva/curso de formação/estudo no exterior, realiza-se acompanhamento da apresentação dos certificados, comprovantes de participação, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

Há de se ressaltar a realização de recadastramento anual de membros e servidores ativos e de aposentados e pensionistas, com vistas a obstar acumulações ilegais de cargos, proventos e pensões; detectar óbitos não informados; conhecer possível descaracterização da condição de beneficiário, entre outros. Trata-se de ações diretamente intencionadas à gestão de riscos de pessoal do MPF. Realiza-se, inclusive, recadastramento anual de auxílio-transporte, almejando evitar duplicidade de recebimento desse auxílio.

No que se refere à detecção de óbitos, cabe ressaltar que a Secretaria de Gestão de Pessoas fechou tratativas com a Secretaria de Pesquisa e Análise para utilizar os recursos da ferramenta disponibilizada para aquela Secretaria (Sistema de Óbitos – Sisobinet). Acresce-se que, bimestralmente, haverá o batimento entre a base de dados dos servidores do quadro deste MPF com os dados constantes do Sisobinet, com a finalidade de evitar a ocorrência de pagamentos indevidos.

PAGAMENTOS

No que concerne ao pagamento do adicional de insalubridade/periculosidade, anualmente é certificado, junto aos responsáveis designados em cada setor de saúde do MPF, a manutenção das condições e da organização do trabalho, aptas a manter a concessão da vantagem. Nesses casos, os responsáveis devem informar imediatamente a ocorrência de qualquer alteração para análise de repercussão no pagamento dos adicionais.

Em relação ao pagamento da ajuda de custo para moradia, é realizado controle via planilha de todos os servidores que percebem o benefício no âmbito do MPF, acompanhando a vigência das despesas com moradia/hospedagem para manutenção do benefício, bem como a continuidade do exercício de cargo em comissão de CC-4 a CC-7, fora do local de residência da época da nomeação.

Ademais, em relação a membros/servidores ocupantes de FC/CC em usufruto de licença prêmio, informa-se que é emitido relatório mensal dos membros para envio ao setor de pagamento para os devidos descontos. No caso dos servidores, o controle é feito no processo de concessão. Tal medida se deve ao fato de não ser permitida a percepção financeira decorrente de função ou cargo em comissão durante o afastamento.

GESTÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Atinente à gestão do quadro de pessoal, são realizadas entrevistas com servidores que ingressam na Procuradoria-Geral da República e com aqueles que estão à disposição da área de gestão de pessoas dessa unidade por motivos diversos, com o objetivo de buscar a adequação entre o perfil do servidor e o da vaga na unidade de lotação, de forma a minimizar o risco de insatisfação com a lotação.

O recrutamento interno também é prática na Procuradoria-Geral da República, pelo qual se objetiva a correção de eventuais discrepâncias entre os perfis dos servidores e das vagas, além de permitir a movimentação na unidade a partir do interesse do servidor. Tal processo de trabalho minimiza o risco de estagnação no trabalho. Pretende-se, no ano de 2017, a institucionalização da prática e repasse de orientações a todas as unidades do MPF, de forma a expandir o uso dessa ferramenta de gestão.

Cabe mencionar, também, que a Secretaria de Gestão de Pessoas promove o acompanhamento funcional do servidor, que é utilizado quando existe a necessidade de adequação entre o perfil do servidor e o solicitado pela área, porém existindo algum problema de desempenho ou questões relativas a saúde, relacionamento interpessoal, entre outros, de forma a minimizar o risco de problemas de desenvolvimento por motivos diversos. Pretende-se, igualmente, no ano de 2017, a institucionalização da prática e repasse de orientações a todas as unidades do MPF, de forma a expandir o uso dessa ferramenta de gestão.

De forma a proporcionar maior credibilidade às informações divulgadas pelo órgão, registra-se que os relatórios do Portal de Transparência são previamente conferidos pelas áreas responsáveis pelos dados, tida essa conferência como atuação frente à gestão de riscos do órgão.

FREQUÊNCIA DE SERVIDORES

No que pertine à frequência de servidores, informa-se que os dados são tratados de forma automatizada, por meio de sistema exclusivo, o qual culmina no envio automático para a folha de pagamento das informações de descontos financeiros dos servidores relativas às faltas injustificadas, entradas tardias e saídas antecipadas e banco de horas não compensado; bem como estornos/descontos financeiros de retificação de frequência de meses anteriores. A fim de evitar descontos e estornos indevidos, no quarto dia útil de cada mês, a Secretaria de Gestão de Pessoas

emite relatório para conferência por servidor das informações enviadas pelo sistema de frequência à folha de pagamento.

Ainda no que se refere ao sistema de frequência, a Secretaria de Gestão de Pessoas, periodicamente, verifica se os parâmetros do sistema estão observando as regras estabelecidas em lei e portarias para usufruto de férias. Caso seja detectada alguma inconsistência, providências são tomadas, prontamente, junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do órgão.

PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM

Acerca dos programas de aprendizagem, especificamente em relação ao programa de estágio, atuando frente à gestão de riscos, são emitidos relatórios diversos a fim de serem acompanhados prazos, como é o caso dos convênios firmados com instituições de ensino, o que possibilita a inscrição de seus estudantes em processos seletivos de estágio realizados pelas unidades do MPF.

Assim como ocorre no processo de posse dos servidores, de forma a atender aos requisitos da Lei nº 8112/90, o processo de contratação de estudantes é composto por declarações e exigências de documentos probatórios para atendimento aos requisitos da Lei nº 11.788/08.

Outro risco gerenciado está na convocação de estagiários segundo a realidade orçamentária e financeira do MPF, isto é, não se convoca além do valor orçamentário previsto, o que envolve a instrução de pedidos, por exemplo, de conversão de recesso em pecúnia e de extensão de jornada de estágio, que geram impacto orçamentário e financeiro. Neste caso, é exigida justificativa plausível para extensão, conforme limite máximo de horas de estágio por dia, disposto na Lei nº 11.788/08. O controle do limite orçamentário, no que tange às vagas de estágio, é realizado por meio de sistema.

No que se refere à frequência dos estagiários, promove-se a conferência das folhas de frequência, buscando verificar, entre outras situações: a não sobreposição de jornada; o intervalo mínimo entre jornadas quando estagiário-servidor e a percepção de valores indevidos.

Promove-se, também, a adequação do perfil do estudante com a lotação, o que contempla averiguação de necessidades especiais de candidatos com deficiência.

GESTÃO DOCUMENTAL

Em relação à gestão documental de pessoal do MPF, sabe-se que, atualmente, a informação, nas suas mais variadas formas, é um dos bens mais valiosos e estratégicos de qualquer instituição. Diante disso, a Secretaria de Gestão de Pessoas iniciou a implantação do projeto de organização, digitalização e disponibilização dos assentamentos funcionais, que objetiva implantar ferramentas de gestão de documentos e promover um acesso seguro, controlado e célere às informações funcionais e administrativas que permeiam os diversos processos de trabalho da Secretaria.

Desta forma, objetiva-se mitigar os riscos e vulnerabilidades inerentes ao processo de gestão da informação, constituindo aspectos determinantes para a escolha das ações e controles de segurança a implementar para a garantia da manutenção da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

ANÁLISES DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O trabalho realizado pela Assessoria Técnica e de Conformidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio das atividades de planejamento e orçamento, abarca a avaliação de todas as atividades de gestão de pessoas no início de cada exercício.

Após o levantamento das atividades a serem realizadas no ano, as informações são utilizadas para subsidiar o planejamento orçamentário e financeiro, o que inclui, atualmente, as preferências e prioridades de contratação, com listagem a ser disponibilizada para a Secretaria de Administração.

Esse planejamento orçamentário também engloba, entre outras atividades: o calendário de

concurso de remoção e consequente nomeação para provimento de vagas, com base no Anexo V da Lei Orçamentária Anual; a definição do quantitativo de estagiários e adolescentes aprendizes em função do recurso disponibilizado; e a distribuição de recursos entre as unidades administrativas de gestão para fins de recrutamento e seleção de estudantes. Adicionalmente, há a realização da programação de pessoal, em que serão definidos os gastos, inclusive, com pessoal requisitado.

Portanto, a partir do planejamento, são detalhados os gastos em relação ao orçamentário, ao financeiro, ao material e ao pessoal, no intuito de orientar e facilitar as atividades inerentes à área de gestão de pessoas.

Há de se registrar que a Assessoria Técnica e de Conformidade da Secretaria de Gestão de Pessoas também realiza o acompanhamento e a realização da avaliação das execuções orçamentárias e financeiras, de acordo com o padrão adotado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento, o que demanda, de forma rotineira, análises de disponibilidade de recursos previamente às execuções.

Ressalta-se que todas as medidas expostas visam assegurar, direta ou indiretamente, a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária do MPF, buscando o alcance das metas do planejamento estratégico.

Por fim, registra-se haver a previsão no Plano Estratégico de Capacitação de 2017, gerenciado pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional, da realização de curso sobre gestão de riscos e de controle interno, objetivando, ainda mais, uma atuação, com vigilância e prudência, em prol da eficiência operacional.

5.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

5.4.1 LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO E DO PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ

O programa de estágio no âmbito do Ministério Público da União (MPU) é regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010, bem como por dispositivos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e pelas Resoluções nº 42, nº 52 e nº 62 do Conselho Nacional do Ministério Público.

O programa de estágio objetiva propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades próprias da atividade profissional, o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, a contextualização curricular, mediante aplicação de conhecimentos teóricos e a participação em atividades de cunho social. Nesse sentido, o estágio é realizado em setores que tenham condições de proporcionar experiência prática, mediante a efetiva participação em serviços, programas, planos e projetos cuja estrutura programática guarde estrita correlação com a respectiva área de formação acadêmica do estagiário.

No sentido de garantir o cumprimento deste quesito, a normatização do programa estabelece que, entre as atribuições do órgão, deve haver a indicação de servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para atuar como supervisor do estudante.

O Programa Adolescente Aprendiz, no âmbito do MPU, tem como diretriz normativa a Portaria PGR/MPU nº 625, de 9 de dezembro de 2010, e a Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 76, de 9 de agosto de 2011.

O Programa Adolescente Aprendiz objetiva assegurar ao adolescente aprendiz formação técnico-profissional metódica, mediante atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho. Podem ser admitidos no programa adolescentes inscritos em programa de aprendizagem voltado para a formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, promovido por serviços nacionais de aprendizagem, escolas técnicas ou instituições de ensino sem fins lucrativos inscritas no Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego, que tenham por finalidade a assistência ao adolescente e sua formação, mediante atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho e, ainda, que possuam, preferencialmente, atividades de formação/educação voltadas para o público de baixa renda familiar.

5.4.2 NORMA INTERNA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS E ADOLESCENTES APRENDIZES

No tangente à normatização interna para o procedimento de contratação dos estagiários, destaca-se o disposto no art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010, transcrito abaixo:

Art. 5º A inclusão no Programa de Estágio de estudante aprovado no processo seletivo de que trata o art. 4º obedecerá rigorosamente a ordem de classificação divulgada em edital e ocorrerá mediante assinatura e apresentação dos seguintes documentos:

I – Ficha Cadastral, na qual deverá constar uma fotografia 3x4 (Anexo IV);

II – Termo de Compromisso de Estágio acompanhado do plano de atividades a serem desenvolvidas no estágio (Anexo V e VI e VII);

III – Declaração para Inclusão (Anexo VIII);

IV – Histórico Escolar;

V – Declaração de matrícula emitida pela instituição de ensino;

VI – Cópia dos seguintes documentos pessoais, que deverão ser conferidas com o original:

a) Carteira de Identidade e CPF; e

b) Comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais (se maior de 18 anos).

VII – Atestado médico comprovando a aptidão clínica para realização do estágio;

VIII – Certidões dos distribuidores criminais das Justiças Federal e Estadual ou do Distrito Federal dos lugares em que haja residido nos últimos cinco anos, expedidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver.

Parágrafo único. O Termo de Compromisso de Estágio deverá ser firmado em 3 (três) vias assinadas pelo estagiário, se maior, ou seu representante ou assistente legal, se menor de 18 (dezoito) anos, pela instituição de ensino e pelo chefe da respectiva unidade gestora ou administrativa, ficando cada um dos subscritores com uma via do referido termo.

A contratação do adolescente aprendiz é feita de forma indireta, tendo em vista que a seleção é responsabilidade da entidade formadora contratada. Para tanto, deve-se observar o disposto no art. 2º e parágrafos da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 76, de 9 de agosto de 2011:

- aprendiz deve ter menos de 18 anos;
- pelo menos 70% dos adolescentes do programa deverão ser oriundos de família com renda *per capita* inferior a dois salários mínimos e/ou ser egressos do sistema de cumprimento de medidas socioeducativas e/ou estar em cumprimento de liberdade assistida ou semiliberdade, bem como estar cursando no mínimo o 5º ano do ensino fundamental ou o ensino médio;
- pelo menos 10% das vagas do Programa deverão ser reservadas para portadores de deficiência.

No que se refere aos limites para as contratações de estagiários e adolescentes aprendizes, estes decorrem da limitação física e orçamentária, em consonância com o referencial monetário destinado para esta finalidade em cada exercício.

5.4.3 QUANTITATIVO DE VAGAS DE ESTÁGIO E DE VAGAS DE ADOLESCENTE APRENDIZ

A priori, cabe descrever o histórico acerca da mudança na política de distribuição de vagas de estágio no âmbito do MPF, o que servirá como base para justificar as variações quantitativas e orçamentárias identificadas no programa de estágio durante os anos de 2015 e de 2016.

A regra anterior, definida por meio do Ofício-Circular MPF/PGR/SG nº 18, de 14 de fevereiro de 2013, em consonância com o que dispõe o parágrafo único da Portaria nº 378/2010; o art. 11 da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 42, de 16 de junho de 2009 e o art. 17, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, definiu a seguinte distribuição de vagas:

- o limite de estagiários em cada unidade gestora compreende o triplo do número de membros em exercício – considerando as vacâncias decorrentes de promoção, aposentadoria ou exoneração, correspondente, em regra, a 2 estagiários para a área jurídica e 1 para a área administrativa;
- o terceiro estagiário para a área jurídica deve ser contratado por ato fundamentado do Procurador-Chefe, nos termos do art. 21, § 1º, inciso II, letra “a”, da Portaria PGR/MPU nº 378/2010, de 9/8/2010, alterada pela Portaria PGR/MPU nº 539, de 4/10/2011, dentro do limite estabelecido no item anterior;
- os membros que atuam, em regime de acumulação, nas funções eleitoral e defesa do cidadão, têm direito ao acréscimo de até 3 estagiários, na forma dos itens anteriores;
- o quadro de estagiários definido para as unidades deve ser ajustado à medida da expiração dos contratos vigentes.

Entretanto, em decorrência do cenário de contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício de 2016, ensejaram-se providências quanto à redução mínima de 25% de despesas com estagiários, demandando-se a alteração do critério de distribuição de vagas de estágio, que a partir

de março de 2016 passou a ficar disposta da seguinte forma:

- o limite de estagiários em cada unidade gestora compreende ao dobro do número de membros em exercício;
- os membros que atuam, em regime de acumulação, nas funções eleitoral e defesa do cidadão, têm direito ao acréscimo de 2 estagiários;
- o Procurador-Chefe faz jus a 2 estagiários para atuação na área jurídica e/ou administrativa;
- cada Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (NAOP) faz jus a 2 estagiários.
- cada Centro Regional de Perícia (CRP) tem direito ao acréscimo de 2 estagiários.

Complementarmente, no exercício de 2016, houve a realocação do recurso destinado ao Programa Adolescente Aprendiz para o programa de estágio, possibilitando o acréscimo de 263 vagas de estágio para atendimento da área administrativa das unidades do MPF.

Nesse sentido, segue quadro com o comparativo do número de vagas no âmbito do MPF existentes entre as regras supramencionadas.

Quadro 63 – Comparativo do número de vagas de estágio autorizadas conforme a política anterior e a atual

Regra adotada para definição do quantitativo de estagiários no âmbito do MPF	Regra Anterior Ofício Circular nº 18/2013	Regra Atual Ofício Circular nº 32/2016
Nº total de vagas autorizadas	3.542	2.821

No que se refere aos adolescentes aprendizes, no período de 01/07/2015 a 31/12/2015, a quantidade autorizada totalizava 209 (duzentas e nove) vagas. A partir de 2016, fora autorizada apenas a manutenção dos contratos vigentes, sem a possibilidade de renovação desses contratos quando da finalização das respectivas vigências, restando um montante aproximado de 49 vagas. Houve, portanto, um decréscimo no quantitativo de vagas do programa.

5.4.4 NÚMERO DE CONTRATAÇÕES DE ESTAGIÁRIOS

O número de contratações agregadas no período de referência foi de 2.910 estagiários, considerando-se tanto os ingressos que encerraram o contrato dentro deste período, quanto aqueles que permaneceram com vínculo ativo após 31/12/2016.

O quadro a seguir discrimina a quantidade de contratações de estagiários, separada por semestre.

Quadro 64 – Número de contratações de estagiários por semestre

Período	2º Semestre/2015	1º Semestre/2016	2º Semestre/2016	Total
Quantitativo	1.017	802	1.091	2.910

5.4.5 QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS NA ÁREA MEIO E ÁREA FIM

Para a realização desta segmentação, adotou-se como referencial a tipificação dos cursos, considerando-se como estagiários da área fim aqueles vinculados ao curso de direito e, como estagiários da área meio, aqueles vinculados aos demais cursos registrados.

Ainda, é mister salientar que no cômputo do quantitativo de estagiários da área meio, incluem-se tanto estagiários de nível superior quanto estagiários de nível médio.

A quantidade de estagiários, por níveis de escolaridade e áreas de atuação, pode ser verificada no quadro a seguir.

Quadro 65 – Quantidade de estagiários por nível de escolaridade na área meio e área fim

Estagiários por área e nível de escolaridade				
Nível de Escolaridade por área		2º/2015	1º/2016	2º/2016
Nível Superior	Área Fim	2.446	2.075	1.900
	Área Meio	531	388	253
Nível Médio	Área Fim	0	0	0
	Área Meio	96	54	47
Total		3.073	2.517	2.200

5.4.6 DESPESAS COM CONTRATAÇÕES

Conforme explanado anteriormente, as despesas com as contratações dos estagiários e dos adolescentes aprendizes no âmbito do MPF tiveram uma redução significativa a partir do 1º semestre de 2016, em decorrência do cenário de restrição orçamentária e da consequente redução do número de vagas.

Os dados apresentados foram obtidos a partir do somatório das despesas mensais informadas nos relatórios gerenciais de pagamento e nos relatórios gerenciais advindos do Tesouro Gerencial/SIAFI.

Quadro 66 – Despesas com o Programa de Estágio

Período	2º Semestre/2015	1º Semestre/2016	2º Semestre/2016
Valor em R\$	17.658.775,52	14.945.974,46	12.480.469,85

Verifica-se uma redução da despesa de cerca de 16% do último semestre de 2015 para o primeiro semestre de 2016 e de 30% do segundo semestre de 2015 para o segundo semestre de 2016. Comparando-se os semestres de 2016, houve uma redução de 16% na despesa.

Quadro 67 – Despesas com o Programa Adolescente Aprendiz

Período	2º Semestre/2015	1º Semestre/2016	2º Semestre/2016
Valor em R\$	1.180.934,01	706.396,42	774.890,00

Verifica-se uma redução da despesa de cerca de 40% do último semestre de 2015 para o primeiro semestre de 2016 e de 34% do segundo semestre de 2015 para o segundo semestre de 2016. Comparando-se os semestres de 2016, houve um aumento de 10% na despesa. Deve-se ater ao fato de que, em relação aos semestres de 2016, ocorreram empenhos no primeiro semestre que só foram liquidados e pagos no semestre seguinte.

5.4.7 EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO E DAS DESPESAS NOS ÚLTIMOS ANOS

Para a realização de comparativo da evolução do quantitativo de estagiários e das despesas com as contratações nos últimos anos, adotou-se como marco inicial o ano de 2014.

Pertinente à evolução do quantitativo de contratos vigentes nos exercícios de 2014 a 2016, verifica-se uma linearidade no quantitativo de estagiários nos anos de 2014 e 2015, com uma subseqüente redução a partir do ano de 2016. Tal cenário se justifica pelo fato de que a política de distribuição de vagas nos exercícios de 2014 e 2015 fora mantida, enquanto no ano de 2016 houve alteração da norma, promovendo um decréscimo do quantitativo das vagas de estágio.

Quadro 68 – Evolução do quantitativo de estagiários

Exercício	2014	2015	2016
Quantitativo	2.993	3.042	2.359

Observa-se uma redução percentual do quantitativo de estagiários de cerca de 21% e 22% comparando-se os exercícios de 2014 e 2015 com o exercício de 2016, respectivamente.

Diante da redução do número de vagas de estágio ocorrida no exercício de 2016, detecta-se a redução reflexa das despesas com as contratações deste exercício quando comparado ao valor gasto no segundo semestre de 2015.

Quadro 69 – Evolução das despesas com estagiários

Exercício	2014	2015	2016
Valor em R\$	31.792.876,90	33.816.478,98	27.426.444,31

Observa-se uma redução percentual da despesa de cerca de 14% e 19% comparando-se o exercício de 2014 e 2015 com o exercício de 2016, respectivamente. Destaca-se que no segundo semestre de 2015 houve aumento do valor da bolsa de estágio, contribuindo para o acréscimo da despesa no exercício.

5.4.8 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO

As 33 unidades gestoras do Ministério Público Federal (MPF) possuem 399 contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da instituição. Para realizar o monitoramento das contratações realizadas pelo órgão, em agosto de 2016, foi lançado o Sistema de Gestão Administrativo (SGA) utilizado para cadastro de informações acerca dos contratos administrativos, gestão de terceirizados e licitações do Ministério Público Federal. A ferramenta propicia às unidades do MPF acesso a informações gerenciais de forma rápida e segura, aumentando a qualidade da informação e mais agilidade nas consultas e nas publicações de relatórios, bem como o controle mais efetivo dos contratos com mão de obra de colaboradores terceirizados. As informações detalhadas dos contratos de terceirizados constam no **Anexo ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.**

5.5 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES COM BASE EM PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais no exercício de 2016.

5.6 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

No Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, a área de educação e desenvolvimento ganhou destaque em três objetivos estratégicos: desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e servidores e assegurar a atratividade das carreiras do Ministério Público Federal (MPF).

No intuito de atender com mais eficiência e eficácia a esses objetivos estratégicos, em outubro de 2014, foi criado o Centro de Educação e Desenvolvimento Profissional, que em junho de 2015 foi transformado em Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (SEDEP), com o objetivo de proporcionar aos membros e servidores do MPF ações mais efetivas de treinamento e desenvolvimento.

O orçamento total executado nas ações de educação e desenvolvimento profissional no ano de 2016 foi de R\$ 5.304.629,00. O investimento realizado em ações de capacitação em 2016 foi de R\$ 3.715.106,05, dos quais R\$ 1.096.267,98 em ações de instrutoria interna, demonstrando a preocupação do órgão em valorizar o capital humano e a preservação do conhecimento na Instituição. As bolsas de pós-graduação e idiomas utilizaram R\$ 721.788,87 e as ações de qualidade de vida no trabalho e bem-estar R\$ 98.026,98.

5.6.1 CAPACITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

No ano de 2015, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (SEDEP) inovou na metodologia utilizada para o levantamento e análise das necessidades de capacitação criando o Diagnóstico Estratégico de Capacitações (DEC). Para isso foram realizadas reuniões presenciais e virtuais, agendadas com todas as unidades, por temas específicos e por secretaria, prezando pela representatividade de membros e servidores, bem como pela interação entre as unidades do Ministério Público Federal (MPF).

Por meio do DEC foram diagnosticadas, para o biênio 2016/2017, as necessidades de capacitação de cada área que demandam ações específicas de modo a melhorar o desempenho de suas atividades, o qual deu origem ao Planejamento Estratégico de Capacitação (PEC).

Vale ressaltar que o foco da SEDEP é implantar a educação corporativa, ou seja, o aprimoramento contínuo dos servidores e membros, com enfoque na gestão estratégica e nas capacitações técnicas e jurídicas.

Seguem os números relativos às capacitações realizadas no MPF nos anos de 2015 e 2016.

Quadro 70 - Capacitação por subprograma

CAPACITAÇÃO POR SUBPROGRAMA - 2015			
Tipo de Subprograma	Nº de ações realizadas	Nº vagas ocupadas por servidores	Nº vagas ocupadas por membros
Atualização Profissional	641	8.904	205
Desenvolvimento gerencial	30	1.036	29
Integração	47	892	9
Estratégico	19	324	2
Total de Capacitações	737	11.156	245
CAPACITAÇÃO POR SUBPROGRAMA - 2016			
Tipo de Subprograma	Nº de ações realizadas	Nº vagas ocupadas por servidores	Nº vagas ocupadas por membros
Atualização Profissional	763	14.783	178
Desenvolvimento gerencial	36	1.367	22

CAPACITAÇÃO POR SUBPROGRAMA - 2016			
Tipo de Subprograma	Nº de ações realizadas	Nº vagas ocupadas por servidores	Nº vagas ocupadas por membros
Integração	45	1.167	0
Estratégico	38	765	3
Total de Capacitações	882	18.082	203

ACÇÕES A DISTÂNCIA E PRESENCIAIS

Lançado em 2013, o ambiente de Educação a Distância do MPF (EaD MPF) tem ofertado uma quantidade relevante de ações de capacitação para membros e servidores do MPF, conforme observa-se abaixo.

Quadro 71 – Ações de capacitação realizada pelo EaD MPF, de 2013 a 2016

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO NO EaD MPF POR EXERCÍCIO				
Ações de EaD MPF	2013	2014	2015	2016
Quantidade	10	25	21	38

As ações presenciais, entretanto, representam a maior parte das capacitações da instituição, conforme observa-se abaixo.

Quadro 72 – Comparativo de ações presenciais e a distância, de 2013 a 2016

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO POR EXERCÍCIO				
Quantidade de Ações	2013	2014	2015	2016
Presencial	968	724	842	933
Educação a Distância	25	58	118	145

A quantidade de ações em EaD informada na tabela acima contempla, além dos cursos realizados na plataforma EaD do MPF, as contratações de vagas em cursos disponibilizados no mercado. Destacamos que nas ações presenciais utiliza-se com frequência a tecnologia de transmissão ao vivo, bem como a gravação e disponibilização de cursos na plataforma de publicação de conteúdo audiovisual do MPF (TVMPF), de modo a atender ao maior número possível de pessoas.

EDUCAÇÃO GERENCIAL

Criada em 2014, a Divisão de Educação Gerencial, vinculada à SEDEP, tem como objetivo planejar, acompanhar e executar ações que promovam a formação e a qualificação de gestores públicos no âmbito do Ministério Público Federal; fomentem o compartilhamento de boas práticas gerenciais entre as secretarias nacionais e as unidades nos estados; e estabeleçam práticas de gestão do conhecimento, propiciando a criação de administração gerencial no âmbito do Ministério Público Federal.

Nesse contexto, iniciou-se em 2015 a capacitação da equipe da SEDEP para a implantação do Programa de Desenvolvimento Gerencial do *Líder Coach*, cujo fim é o desenvolvimento contínuo das competências gerenciais identificadas a partir da metodologia *Coaching* e com o uso da aprendizagem experiencial, em conformidade com o PEC.

Em 2016, no âmbito do programa acima descrito, foram capacitados 452 gestores em 17 procuradorias da República. Em 2017, estima-se que serão capacitados 975 gestores na

Procuradoria-Geral da República e nas demais procuradorias não contempladas em 2016.

Ainda em 2016, foram realizadas 2 turmas de capacitação do Programa de Desenvolvimento de Liderança para membros do MPF, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), e finalizadas 2 turmas fechadas de pós-graduação em Gestão Pública para membros e gestores do MPF na Fundação Getúlio Vargas.

Houve um aumento de aproximadamente 34,5% na quantidade de servidores e membros capacitados em temas gerenciais, de 983 em 2015 para 1.322 em 2016.

5.6.2 PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Entre as ações implementadas pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (SEDEP), no sentido da motivação e retenção do capital intelectual do Ministério Público Federal (MPF), ressalta-se o Programa de Bolsas de Pós-graduação, no qual membros e servidores do MPF podem concorrer a bolsas para participar de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* realizados no país, na modalidade turma aberta de livre escolha. Há também o Programa de Bolsas de Idiomas para membros e servidores, no qual a instituição subsidia a realização de curso presencial de livre escolha realizado no país, em nível básico ou extensivo, incluindo a opção por curso de LIBRAS.

Quadro 73 – Participação nos programas educacionais

Programa	Vagas Ofertadas	Nº de servidores contemplados	Nº de membros contemplados
Bolsa de Idiomas	142	34	29
Bolsas de pós-graduação turma aberta	28	23	3

5.6.3 GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

A gestão por competências está em fase de implementação no Ministério Público Federal (MPF), em conformidade com a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) em seu Acórdão 3.023/2013.

Como principais resultados observados nos anos de 2015 e 2016 estão:

- o lançamento do Dicionário de Competências;
- o desenvolvimento do Sistema de Avaliação Gerencial, por meio do qual foi realizada a primeira Avaliação Gerencial do MPF, entre maio e junho de 2015.
- a produção de relatórios para auxiliar atividades de recrutamento interno, lotação interna e capacitação;
- a construção das trilhas de aprendizagem, em 2016.

O Sistema de Avaliação Gerencial, desenvolvido com base no Dicionário de Competências, permite que gestores recebam *feedback* sobre as competências gerenciais que são consideradas essenciais para o desempenho de seu trabalho. A partir das informações dos *gaps* de competências, os quais consistem nas lacunas entre as competências existentes na organização e as competências necessárias, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (SEDEP) pode trabalhar no planejamento de ações de capacitação e desenvolvimento de modo alinhado às necessidades dos gestores na implementação do Programa de Desenvolvimento Gerencial.

As próximas ações da gestão por competências incluem o mapeamento das competências técnicas, a partir da identificação das competências necessárias ao desempenho dos principais macroprocessos de trabalho da instituição.

TRILHAS DE APRENDIZAGEM

Conforme definição elaborada pela empresa contratada para capacitar a equipe responsável pela implementação da gestão por competências no MPF, as trilhas de aprendizagem “são uma estratégia pedagógica da organização para a promoção do desenvolvimento de competências profissionais, tomando-se como referência não só as expectativas da instituição em termos de competências, mas também as conveniências, necessidades, preferências e aspirações dos próprios empregados”.

As trilhas de aprendizagem são, portanto, caminhos alternativos e flexíveis para o desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, cada trilha pode conter não apenas cursos formais, mas diversas outras soluções de aprendizagem disponíveis no ambiente social, como, por exemplo, estágios, viagens de estudo, treinamentos *online*, treinamentos em serviço, cursos externos, palestras e aulas gravadas, reuniões de trabalho, seminários, livros, jornais, revistas, vídeos instrucionais, filmes, publicações formativas, grupos de discussão, sistemas de compartilhamento de conhecimentos, *sites* na Internet, entre outros.

Em 2016 iniciou-se o trabalho de elaboração de trilhas de aprendizagem, as quais contemplaram tanto competências técnicas quanto comportamentais, conforme abaixo.

Quadro 74 – Relação de competências técnicas e comportamentais

Competências Comportamentais	Competências Técnicas
Administração do Tempo	Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos
Comunicação	Criminal
Foco no Cliente	Consumidor e Ordem Econômica
Foco no Resultado	Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
Gestão do Conhecimento	Combate à Corrupção e Transparência
Trabalho em Equipe	Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais
Ferramentas de Gestão	Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional
Gestão do Conhecimento	Direitos do Cidadão
Gestão do Desempenho	Assédio Moral
Gestão do Tempo	Cooperação Internacional
Gestão Pública	Consultoria e Apoio Jurídico
Negociação	Apoio à Função Eleitoral
Planejamento	Cadeia de Valor dos Gabinetes
	Sistema Único Extrajudicial
	Sistema Único Judicial

5.6.4 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Em 2016, foi contratada empresa de consultoria com o objetivo de diagnosticar a percepção coletiva dos colaboradores (membros, servidores do quadro, servidores sem vínculo e requisitados, estagiários, adolescentes aprendizes e terceirizados) do Ministério Público Federal (MPF) em relação:

- aos fatores estruturantes de Qualidade de Vida no Trabalho (condições, organização e relações socioprofissionais de trabalho; reconhecimento e crescimento profissional; uso da informática; práticas de gestão e desgaste no trabalho);
- ao conceito coletivo de Qualidade de Vida no Trabalho dos participantes da pesquisa; e
- às principais fontes de bem-estar e de mal-estar no trabalho.

Adicionalmente, a empresa contratada deverá elaborar, em parceria com Grupo de Trabalho do MPF estruturado especificamente para este fim, a Política e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) da Instituição.

A Política de QVT do MPF explicitará os fundamentos normativos e, quando for o caso, as diretrizes institucionais, governamentais e outros documentos de referência porventura existentes, bem como o conceito de QVT e os valores norteadores de ações e projetos em QVT no MPF.

O Programa de QVT do MPF, por sua vez, explicitará as práticas de QVT e os projetos de QVT a serem operacionalizados pela Instituição.

AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Entende-se por ações de Qualidade de Vida no Trabalho aquelas orientadas para a promoção do bem-estar, otimização das condições de trabalho, das relações sócio profissionais, do reconhecimento, e das práticas de gestão organizacional, voltadas para o trabalho, além de aspectos ligados à cultura organizacional.

Vinculada à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional, a Divisão de Qualidade de Vida no Trabalho (DQVT) é a unidade administrativa responsável por planejar, coordenar e executar ações que promovam bem-estar e qualidade de vida no trabalho para membros, servidores, estagiários e terceirizados do MPF.

No exercício de 2016 a DQVT desenvolveu diversas atividades relacionadas à qualidade de vida no trabalho e bem-estar no âmbito da Procuradoria-Geral da República, dentre as quais, destacam-se:

- Dia Internacional da Mulher;
- Semana da Educação Financeira;
- Curso de Qualidade de Vida no Trabalho e Bem-Estar;
- Curso de Educação Financeira e Curso Prático de Investimentos; e
- Semana do Servidor com o tema: Inspiração.

5.6.5 GESTÃO DO DESEMPENHO

AVALIAÇÃO GERENCIAL POR COMPETÊNCIAS

A avaliação gerencial é uma forma sistematizada que os gestores possuem para receber opiniões sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes que são considerados essenciais para o desempenho de seu trabalho. O método utilizado em 2015 e 2016 foi o 360°, que consiste na avaliação da chefia, dos pares, dos subordinados e de si próprio.

Na primeira avaliação gerencial, realizada entre maio e junho de 2015, foram avaliadas 16 competências de 1.889 gestores, o que corresponde a 95% da população de gestores elegíveis. Já no ano de 2016, foram avaliados 1.995 gestores, ou 96,5% da população elegível. São considerados elegíveis para a avaliação gerencial os gestores que possuem pelo menos um subordinado, conforme art. 6º, da Instrução Normativa nº 3, de 11 de dezembro de 2015.

Apesar das lacunas, a avaliação apontou que em todas as competências o percentual de gestores dos três níveis que “demonstram e compartilham” ou apenas “demonstram” é acima de 50%. Os dados diagnosticaram que o Ministério Público Federal (MPF) tem um grande capital intelectual na instituição e que os *gaps* são menores na medida em que os gestores se estabelecem na carreira, ou seja, num crescente do nível operacional para o tático até se estabilizar no nível estratégico.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Periodicamente, os servidores do MPF são avaliados em suas atribuições com os objetivos de detectar as necessidades de desenvolvimento, adequações na lotação e desempenho individual. A avaliação de desempenho serve de base para as progressões e promoções na carreira

Quadro 75 – Avaliação de Desempenho

Tipo de ação	2º Semestre/2015	1º Semestre/2016	2º Semestre/2016
Avaliações realizadas	4.852	2.682	5.163
Progressões efetivadas	3.086	1.428	3.213
Promoções efetivadas	1.060	86	1.135

Existe, ainda, a avaliação do estágio probatório, a qual busca acompanhar a aptidão e capacidade do servidor nos três primeiros anos de atuação na Instituição. Durante esse processo, os servidores em estágio probatório contam com a ferramenta de desenvolvimento individual.

Em 2015, 472 servidores tiveram o estágio probatório homologado. As homologações se referem a servidores que completaram o estágio no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. No que se refere ao ano de 2016, os 865 servidores que terminaram o estágio probatório naquele ano terão as homologações efetivadas no 1º semestre de 2017.

5.7 OUTRAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2016 ficou marcado pelas melhorias nos sistemas de informação que dão suporte à área de gestão de pessoas. No âmbito do concurso público, possibilitou-se o processamento de toda a convocação nacional por meio do Sistema Hórus, evitando erros humanos inerentes a controles manuais que antes eram feitos por sistemas paralelos. No tocante ao concurso de remoção de servidores, deu-se continuidade ao projeto do concurso de remoção, com previsão de implantação em abril de 2017. Por meio dele, será possível a integração de dados entre os ramos do Ministério Público da União (MPU), automatizando e dando celeridade ao processo e evitando lançamentos errados de histórico de vagas e de dados de servidores. Ressalta-se, ainda, a possibilidade de automatização do controle orçamentário de vagas na sua oferta em concurso de remoção. Nas atividades com interferência direta no pagamento de pessoal, registra-se o desenvolvimento de ações para automatização dos processos de pagamento referentes a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e referentes a Gratificação de Perícia. Quanto ao programa de estágio, está em andamento o projeto de implementação do ponto eletrônico dos estagiários do Ministério Público Federal (MPF).

No âmbito da gestão documental, a Secretaria de Gestão de Pessoas estabeleceu parâmetros e diretrizes que definiram as regras e procedimentos para gerir os documentos arquivísticos relacionados aos assentamentos funcionais, aprovados pelas portarias PGR/MPU nº 41/2016, para servidores, e PGR/MPF nº 358/2016, para membros. Deu-se início à digitalização, conferência e migração das pastas funcionais de membros e servidores inativos para o Sistema VITAE, que suportará todas as informações funcionais e disponibilizará os assentamentos de forma organizada, segura, controlada e rápida para o próprio servidor ou membro e para os usuários que precisem destas informações para executarem suas atribuições.

Há de se ressaltar os esforços dispendidos no ano de 2016 para elaborar o Código de Ética do MPU; a Política Nacional de Gestão de Pessoas do MPF e o Plano Diretor de Gestão de Pessoas do MPF. A proposta de minuta de código de ética para servidores do MPU encontra-se em análise final pela comissão instituída para a sua elaboração; a minuta da Política Nacional de Gestão de Pessoas está em fase de revisão e a elaboração do Plano Diretor de Gestão de Pessoas encontra-se na fase de construção do portfólio de ações.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A Portaria PGR nº 70, de 29 de setembro de 2015, regulamenta a aquisição e a utilização dos veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União (MPU) e, em seu Art. 3º, §§ 2º e 3º, relaciona os critérios para ampliação e renovação da frota:

- a) composição e qualidade da frota atual;
- b) necessidade de serviço;
- c) compatibilidade do dispêndio com o planejamento estratégico institucional;
- d) dotação orçamentária disponível;
- e) condições e custos de utilização e manutenção da frota;
- f) avanços tecnológicos;
- g) segurança dos usuários;
- h) uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa da frota;
- i) quilometragem média da frota e quilometragem aferida no momento da proposta de renovação;
- j) sinistro com perda total;
- k) histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, com brevidade, percentual antieconômico.

Visando à prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o referido ato normativo estabelece que a utilização dos veículos oficiais será feita por requisição, mediante preenchimento do formulário de Solicitação de Saída de Veículo (SSV) ou, caso adotado, pelo formulário de Solicitação de Saída de Veículo eletrônica (e-SSV).

Devido a critérios de segurança, objetivando-se a redução de vulnerabilidades, optou-se pela aquisição da frota de representação e especial. Há estudo em andamento para a comprovação do modelo mais econômico para a frota de serviço. A classificação dos veículos está prevista na portaria, a qual define que os automóveis de representação e especial são destinados ao transporte de autoridades em ambiente urbano.

Seguem quadros com informações relevantes acerca da gestão da frota do Ministério Público Federal (MPF) em 2016.

Quadro 76 – Distribuição de veículos nas unidades do MPF por tipo

UG	Tipo											Total
	Especial I	Especial II	Serviço I	Serviço II	Serviço III	Serviço IV	Serviço V	Serviço VI	Serviço Médico	Representação I	Representação II	
PGR	105	0	20	16	3	0	9	6	2	1	3	165
PRR1	7	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	13
PRR2	10	0	0	7	1	4	2	0	0	0	0	24
PRR3	20	0	0	14	2	0	6	0	0	0	0	42
PRR4	0	6	0	2	0	3	0	0	0	0	0	11
PRR5	5	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	9
PR-AC	0	4	0	4	0	0	4	0	0	0	0	12
PR-AL	5	2	0	4	0	0	5	0	0	0	0	16
PR-AP	3	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	8
PR-AM	0	4	0	4	2	0	4	1	0	0	0	15
PR-BA	12	1	0	14	2	0	13	0	0	0	0	42
PR-CE	9	0	0	1	0	0	8	1	0	0	0	19
PR-DF	8	0	0	5	2	0	3	0	0	0	0	18

UG	Tipo											Total
	Especial I	Especial II	Serviço I	Serviço II	Serviço III	Serviço IV	Serviço V	Serviço VI	Serviço Médico	Representação I	Representação II	
PR-ES	8	0	0	2	0	3	0	2	0	0	0	15
PR-GO	6	0	0	5	1	0	6	2	0	0	0	20
PR-MA	9	0	0	5	0	0	6	1	0	0	0	21
PR-MG	31	0	0	23	3	0	13	1	0	0	0	71
PR-MS	4	0	0	8	1	0	12	0	0	0	0	25
PR-MT	7	4	2	2	0	6	0	0	0	0	0	21
PR-PA	6	0	0	3	0	0	17	1	0	0	0	27
PR-PB	5	0	0	2	1	0	11	1	0	0	0	20
PR-PE	11	3	0	13	3	1	1	1	0	0	0	33
PR-PI	11	0	0	2	0	0	6	1	0	0	0	20
PR-PR	30	1	0	6	2	0	12	0	0	0	0	51
PR-RJ	27	0	0	20	2	0	8	2	0	0	0	59
PR-RN	9	5	0	8	0	1	0	0	0	0	0	23
PR-RO	8	0	0	3	1	0	7	1	0	0	0	20
PR-RR	5	1	0	3	0	0	1	1	0	0	0	11
PR-RS	16	7	0	4	1	3	16	1	0	0	0	48
PR-SC	2	14	4	15	6	1	12	2	0	0	0	56
PR-SE	6	1	0	4	0	0	4	0	0	0	0	15
PR-SP	57	2	0	43	6	9	3	0	0	0	0	120
PR-TO	2	1	0	2	1	0	7	0	0	0	0	13
Total	444	56	26	251	44	32	199	25	2	1	3	1.083

Quadro 77 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos de veículos nas unidades do MPF

Unidade	Média em 2016			
	Quilômetros rodados	Gasto com manutenção	Idade dos veículos em anos	Gasto com combustível
PGR	2.514,10	6.306,00	3,67	1.666,56
PRR1	1.511,31	1.563,82	4,08	1.019,29
PRR2	1.648,92	1.116,93	3,83	1.062,95
PRR3	1.845,62	0,00	6,05	3.386,71
PRR4	2.065,09	845,57	4,45	925,41
PRR5	2.586,33	188,02	3,67	1.900,98
PR-AC	2.391,25	1.459,30	4,50	1.315,08
PR-AL	6.059,06	1.324,73	4,25	2.522,81
PR-AP	2.802,88	1.823,50	4,75	1.351,17
PR-AM	2.483,07	1.487,11	5,27	1.846,64
PR-BA	5.429,42	1.259,54	4,67	1.961,47
PR-CE	5.901,74	2.119,13	5,11	2.903,58
PR-DF	5.687,39	721,70	5,17	1.465,52
PR-ES	3.517,40	985,88	4,60	1.743,20
PR-GO	9.975,00	1.721,39	0,60	3.422,55
PR-MA	5.026,81	574,13	4,19	2.665,69

Unidade	Média em 2016			
	Quilômetros rodados	Gasto com manutenção	Idade dos veículos em anos	Gasto com combustível
PR-MG	3.339,49	1.197,59	1,68	1.479,53
PR-MS	5.549,32	1.344,95	4,04	2.344,26
PR-MT	6.856,14	8.210,88	3,29	2.570,14
PR-PA	6.079,52	1.922,22	3,30	3.916,89
PR-PB	6.085,00	1.449,56	3,50	3.673,84
PR-PE	6.786,06	1.564,35	4,94	3.193,43
PR-PI	3.984,85	946,23	4,00	2.226,91
PR-PR	3.251,14	820,70	4,51	1.353,95
PR-RJ	3.638,37	1.112,95	4,46	2.069,59
PR-RN	5.936,42	933,06	4,26	2.350,40
PR-RO	6.770,90	3.711,05	4,75	964,10
PR-RR	2.505,27	533,27	3,64	2.006,60
PR-RS	3.168,65	433,86	4,35	1.501,17
PR-SC	3.115,57	1.141,17	4,93	1.117,93
PR-SE	4.858,20	181,69	3,13	2.503,71
PR-SP	4.751,04	650,85	4,47	1.832,53
PR-TO	9.708,69	3.642,28	4,54	3.122,24

Quadro 78 – Médias de gasto com manutenção e combustível, quilômetros rodados e idade em anos por tipo de veículo

Tipo de veículo	Média em 2016			
	Quilômetros rodados	Gasto com manutenção	Idade dos veículos em anos	Gasto com combustível
Especial I	3.465,63	1.012,00	3,93	1.919,05
Especial II	5.336,75	1.518,97	4,52	2.388,26
Serviço I	1.412,46	30.784,51	1,15	535,67
Serviço II	3.799,88	835,33	4,19	1.702,20
Serviço III	3.547,40	1.321,48	5,20	1.364,78
Serviço IV	4.991,88	1.720,72	4,78	2.313,06
Serviço V	6.165,75	1.929,56	3,97	2.732,88
Serviço VI	3.335,60	1.496,37	5,20	1.833,32
Serviço Médico	35,50	2.870,00	14,50	423,93
Representação I	202,00	1.985,42	2,00	2.334,72
Representação II	4.576,33	3.806,08	3,00	1.530,72

6.2 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

No âmbito do Ministério Público Federal (MPF), os procedimentos inerentes ao recebimento, controle, padronização, distribuição, alienação e baixa dos bens integrantes do patrimônio são disciplinados pela Instrução Normativa MPF/SG/SA nº 001/93, aprovada pela Portaria SG nº 383, de 19 de agosto de 1993.

Tal instrumento normativo define que, na verificação do estado de conservação de cada bem móvel, será adotada a seguinte classificação:

- a) ocioso – quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- b) recuperável – quando sua recuperação for possível e orçar no máximo 50% (cinquenta por cento) de seu valor de mercado;
- c) antieconômico – quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;
- d) irrecuperável – quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

Acrescenta-se que, conforme o ato normativo citado, os bens móveis de posse do MPF estão sujeitos a baixa patrimonial, transferência, cessão ou doação. Os seguintes veículos estão em processo de desfazimento.

Quadro 79 – Veículos em processo de desfazimento

Unidade	Marca	Modelo	Ano	Placa	Quilômetros rodados
PR-AP	FIAT	PALIO WEEKEND ATTRAC 1.4	2010	QLN-2809	7.330
PR-AP	FIAT	HILUX SW4	2010	NEO 2285	52.497
PR-MG	FIAT	PALIO WEEKEND ELX	2007	GMF-5017	48.518
PR-MG	FIAT	PALIO WEEKEND ELX	2007	GMF-5015	38.829
PR-MG	FIAT	PALIO WEEKEND ELX	2007	GMF-5142	44.163
PR-MG	FIAT	PALIO WEEKEND ELX	2007	GMF-5031	40.457
PRR2	PEUGEOT	BOXER	2010	LLC4392	6.267
PRR4	NISSAN	X TERRA 2.8 SE	2006	IMY 1165	41.093
PRR4	FIAT	LINEA HLX 1.9	2010	IQS 3909	28.418
PRR4	MITSUBISHI	L200 OUTDOOR	2009	IPO 7306	19.228
PR-AC	NISSAN	X-TERRA SE 2.8 4X4	2008	MZY – 6232	41.800
PR-AC	FIAT	LÍNEA HLX 1.9 16V	2010	MZW 4271	18.500
PR-AC	FIAT	PALIO WEEK ELX 1.4	2010	MZT- 3281	46.800
PR-SE	FIAT	LINEA HLX 1.9	2010	IAI 8251	15.990
PR-SE	FIAT	LINEA HLX 1.9	2010	IAI 8281	21.315
PR-SE	FIAT	LINEA HLX 1.9	2010	IAK 6791	19.508
PR-SE	MITSUBISHI	L200 TRITON FLEX	2013	OEM 4482	44.033
PR-SE	MITSUBISHI	L200 TRITON FLEX	2013	OEM 4502	49.787
PR-RO	FIAT	LINEA	2011	NCY-1073	7.042
PR-RO	PEUGEOT	BOX/FURGÃO	2011	NDB-3705	13.648
PR-RO	GM	BLAZER	2009	NDY-8184	77.201
PR-RO	FIAT	LINEA	2012	NBS-4113	8.832
PR-RO	PEUGEOT	307	2008	NDH-1514	12.717

6.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

No âmbito do Ministério Público Federal (MPF), cabe à Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) planejar, organizar, dirigir e monitorar a execução das atividades de obras, projetos e serviços de engenharia, de arquitetura e de manutenção das instalações prediais necessárias à execução e à conservação da estrutura física, às reformas e ampliações e à manutenção das instalações das sedes das unidades do Ministério Público Federal e dos imóveis por ele administrados.

A SEA realiza, anualmente, o “Levantamento Nacional de Edificações em Uso pelo MPF” por meio de um questionário onde são recolhidas informações relevantes ao gerenciamento imobiliário das edificações em uso exclusivo para as atividades administrativas e finalísticas do MPF.

A última pesquisa foi realizada em dezembro de 2016 por meio do questionário eletrônico Levantamento Nacional de Edificações em Uso pelo MPF 2016, segundo o qual o MPF dispõe de 230 edificações sob sua responsabilidade, sendo 71 edificações próprias, 12 edificações cedidas ou emprestadas de outros órgãos e 147 edificações locadas de terceiros.

Sobre as despesas com manutenção, a SEA monitora as informações também por meio do Levantamento Nacional de Edificações, segundo o qual 52% das edificações próprias do MPF possuem contratos continuados relacionados a manutenção predial, as demais realizam manutenções sob demanda.

Quadro 80 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações próprias por estado

Estado	Quantidade de Edificações Próprias em uso pelo MPF	Valor anual gasto com manutenção predial informado pelas Unidades
Acre	1	R\$ 130.000,00
Alagoas	2	R\$ 180.000,00
Amazonas	2	R\$ 229.167,93
Bahia	4	R\$ 667.568,56
Brasília	5	R\$ 1.229.215,56
Ceará	1	R\$ 287.700,00
Espírito Santo	1	R\$ 45.816,00
Goiás	1	R\$ 14.700,00
Maranhão	1	R\$ 263.290,00
Mato Grosso do Sul	4	R\$ 373.381,24
Minas Gerais	6	R\$ 154.807,00
Paraíba	3	R\$ 415.241,76
Paraná	3	R\$ 568.884,00
Pernambuco	7	R\$ 189.736,21
Piauí	2	R\$ 311.112,82
Rio de Janeiro	8	R\$ 1.505.424,67
Rio Grande do Norte	2	R\$ 105.193,00
Rio Grande do Sul	6	R\$ 1.881.447,36
Roraima	1	R\$ 72.061,49
Santa Catarina	3	R\$ 7.000,01
São Paulo	8	R\$ 2.051.287,28
Total	71	R\$ 10.683.034,89

Quadro 81 – Quantidade e valor gasto com manutenção de edificações cedidas ou emprestadas por estado

Estado	Quantidade de edificações cedidas ou emprestadas para uso do MPF	Valor anual gasto com manutenção predial informado pelas Unidades
Acre	1	-
Bahia	1	R\$ 6.936,00
Ceará	1	-
Mato Grosso	1	R\$ 60.000,00
Paraíba	2	R\$ 60.456,00
Paraná	1	R\$ 4.000,00
Rio de Janeiro	1	-
Rio Grande do Norte	1	-
Rio Grande do Sul	1	-
Santa Catarina	1	R\$ 5.000,00
Sergipe	1	R\$ 116.910,00
Total	12	R\$ 253.302,00

O levantamento tornou-se também uma fonte comparativa para a verificação de inconsistências de informações no sistema SPIUNet, que permitiu a constatação de informações ausentes, desatualizadas ou incorretas. Tendo em vista que grande parte das informações no sistema refere-se à área de engenharia, a SEA foi incluída no acesso ao sistema para ter condições de gerenciamento e monitoramento das informações cadastradas no sistema, passando a assumir a responsabilidade pela completude dos dados.

6.4 CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Há cessão de 32 espaços físicos no MPF, conforme **Anexo ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.**

6.5 INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Das 230 edificações em uso pelo Ministério Público Federal (MPF) no Brasil, 64% são alugadas de terceiros. É importante ressaltar que, dessas, 85% localizam-se em cidades no interior dos estados.

Quadro 82 – Quantidade, custo mensal de aluguel e valor gasto com manutenção de edificações locadas de terceiros por estado

Estado	Quantidade de edificações locadas para uso do MPF	Custo mensal gasto com aluguel	Valor anual gasto com manutenção predial informado pelas Unidades
Amapá	1	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00
Amazonas	2	R\$ 158.480,64	R\$ 110.838,19
Bahia	7	R\$ 51.827,79	R\$ 70.961,70
Ceará	4	R\$ 17.522,61	R\$ 29.240,00
Distrito Federal	1	R\$ 195.000,00	R\$ 0,00
Espírito Santo	4	R\$ 42.457,46	R\$ 4.000,00
Goiás	3	R\$ 104.000,00	R\$ 0,00
Maranhão	4	R\$ 21.565,55	R\$ 150.376,44
Mato Grosso	4	R\$ 162.351,76	R\$ 300.000,00
Mato Grosso do Sul	3	R\$ 61.489,80	R\$ 64.284,00
Minas Gerais	12	R\$ 159.354,71	R\$ 8.153,28
Pará	8	R\$ 239.355,29	R\$ 91.514,67
Paraíba	1	R\$ 30.799,44	R\$ 36.035,28
Pernambuco	1	R\$ 22.000,00	R\$ 0,00
Piauí	4	R\$ 27.050,00	R\$ 0,00
Paraná	16	R\$ 305.255,71	R\$ 127.344,00
Rio de Janeiro	8	R\$ 176.291,58	R\$ 0,00
Rio Grande do Norte	4	R\$ 101.658,00	R\$ 0,00
Rondônia	1	R\$ 83.803,98	R\$ 0,00
Roraima	1	R\$ 71.311,84	R\$ 72.061,00
Rio Grande do Sul	15	R\$ 240.732,34	R\$ 3.107,69
Santa Catarina	12	R\$ 306.362,30	R\$ 20.070,00
Sergipe	3	R\$ 46.247,89	R\$ 0,00
São Paulo	23	R\$ 833.015,30	R\$ 27.064,92
Tocantins	3	R\$ 119.727,29	R\$ 274.845,33
Total	147	R\$ 3.647.661,28	R\$ 1.389.896,5

A implantação de uma procuradoria da República em um município se inicia quando é definido nova vara da Justiça Federal e o MPF designa um procurador para atender aquela localidade. Nesse momento, ocorre uma consulta à Secretaria de Patrimônio da União para verificar a disponibilidade de imóvel na região pertencente à união para abrigar a unidade. O resultado dessa consulta geralmente é desfavorável e, sendo assim, é comum a unidade ser instalada provisoriamente em sala cedida pela Justiça Federal ou acomodada em imóvel alugado para atender a demanda no curto prazo.

Para a decisão de uma transferência de unidade para sede própria, seja por meio de construção ou aquisição de edifício pronto, são levados em consideração alguns critérios:

- a) quanto tempo a unidade está implantada no município;
- b) quantidade de membros lotados;
- c) se há opções de terreno ou de edifício pronto à venda que atendem plenamente à necessidade de uma procuradoria.

Em muitos municípios existe uma grande dificuldade de encontrar edificações para locação adequadas para atender o MPF. Quando a necessidade é de transferência para edificação própria, o desafio é ainda maior, pois como é um investimento de longo prazo, é preciso atender pelo menos os seguintes critérios:

- a) existir disponibilidade orçamentária para aquisição ou construção da unidade;
- b) o imóvel deve prever o funcionamento de instituição pública pelo código de edificações municipal;
- c) atender em 100% os requisitos de acessibilidade estipulados pelo Decreto nº 5296/2004, Resolução CNMP nº 81/2012 e a NBR 9050/2015;
- d) equipe técnica (arquitetos e engenheiros) disponível para viabilizar a execução de projeto executivo e posterior construção da obra, seja elaborando os projetos ou fiscalizando a execução por empresa contratada.

No caso das edificações locadas de terceiros, os gastos com manutenção são assumidos pelo MPF. Quanto a reformas, melhorias e adequações nesses imóveis, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) determina que devem ser custeadas, sempre que possível, pelo locador, principalmente para novas locações. Outra orientação importante da SEA para novas locações é para que só se inicie a execução de despesas com aluguel após a entrega do imóvel já reformado e adequado pelo proprietário. Quando o locador se recusa a realizar as adequações solicitadas, nos casos em que não há obrigação contratual, o MPF pode custear as intervenções em casos que sejam essenciais à execução dos trabalhos na unidade.

A SEA disponibiliza o apoio em âmbito nacional para a construção de novas sedes ou aquisições de edifícios para abrigar as procuradorias. A transferência das unidades locadas para sedes próprias está ocorrendo de forma gradativa, de acordo com a capacidade técnica e orçamentária do MPF.

6.6 OUTRAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

Ainda relacionado às ações da Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA), cabe destaque para as publicações de notas técnicas que tem o objetivo de orientar gestores e fiscais em todo o Ministério Público Federal (MPF) quanto aos assuntos relacionadas à engenharia e arquitetura.

Quadro 83 – Notas técnicas publicadas até 2016 pela SEA

Nº	Assunto	Versão
SEA 001/2014	Procedimento para análise de pleito de alteração contratual para acréscimo de quantidades devido a erro de projeto em empreitada por preço global	002 – 2015
SEA 002/2015	Requisitos obrigatórios para elaboração de projeto básico para licitar obras de edificações	002 – 2015
SEA 003/2014	Critérios para aceitação de consórcios em licitações de obras e serviços de engenharia	001 – 2014
SEA 004/2014	Procedimento para cálculo estimativo de área para novas construções	002 – 2014
SEA 005/2014	Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva em grupos geradores de sistemas elétricos	001 – 2014
SEA 006/2017	Acessibilidade – etapas e cartilha	003 – 2017
SEA 007/2014	Análise de preço inexequível em licitações de obras e serviços de engenharia	001 – 2014
SEA 008/2014	Orientação para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva em fontes de alimentação ininterrupta (No breaks) com potência nominal acima de 10KVA	001 – 2014
SEA 009/2015	Custos de administração local em obras	001 – 2015
SEA 010/2015	Orientação para obtenção de terreno e projeto para construção de novo edifício-sede para Procuradorias do Ministério Público Federal	002 – 2015
SEA 011/2015	Procedimento para estimar preço para contratar projetos de engenharia e arquitetura	001 – 2015
SEA 012/2015	Orientação para especificação de fontes de alimentação ininterrupta (No breaks) para Procuradorias Regionais (PRRs), Estaduais (PRs) e Municipais (PRMs)	001 – 2015
SEA 013/2015	Procedimento para medição e pagamento de equipamentos em obras.	001 – 2015
SEA 014/2016	Procedimentos a serem adotados na fiscalização técnica de obras e serviços de engenharia e arquitetura	001 – 2016
SEA 015/2016	Orientação para confecção de placas de obra do Ministério Público Federal	001 – 2016
SEA 016/2016	Requisitos técnicos para implementação de Sala de Telecomunicações e de Equipamentos para Procuradorias Regionais (PRRs), Estaduais (PRs) e Municipais (PRMs) do Ministério Público Federal.	001 – 2016
SEA 017/2016	Recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura	002 – 2016

Destacam-se, ainda, os seguintes esforços empreendidos para a melhoria da qualidade das edificações do MPF: a conclusão de novas sedes nos municípios de Uberlândia, Mossoró e Serra Talhada e a continuidade da construção de novas sedes em 11 municípios distribuídos em 10 estados da federação.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No Ministério Público Federal (MPF) a área responsável pela tecnologia da informação e comunicação (TIC) nacionalmente é a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), situada na Procuradoria-Geral da República. Cada procuradoria regional da República e procuradoria da República possui em sua estrutura uma área dedicada ao tema TIC, denominada Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Este capítulo apresenta as informações mais relevantes sobre o planejamento, a estrutura organizacional e de cargos, principais sistemas e ferramentas de gestão de TIC. Estão contempladas a descrição da estrutura e organização da TIC do MPF, a atuação do Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI), o conceito de Tecnologia da Informação Nacional (TI Nacional), principais processos e projetos, capacitação e medidas de mitigação de dependência tecnológica.

O quadro de pessoal do Ministério Público da União (MPU) dispõe de 4 (quatro) cargos de provimento efetivo, cujas áreas de atividade ou especialidade estão relacionadas à atuação na área de TIC, conforme Portaria PGR/MPU nº 302/2013, que fixa as atribuições comuns e básicas dos cargos das carreiras de Analista e Técnico do MPU, conforme indicado abaixo.

Quadro 84 – Cargos de provimento efetivo na área de TI do MPU

Abreviatura	Cargo	Área de atividade	Especialidade
Analista – Desenvolvimento	Analista do MPU	TIC	Desenvolvimento de Sistemas
Analista – Infraestrutura	Analista do MPU	TIC	Suporte e Infraestrutura
Analista – Perícia	Analista do MPU	Perícia	TIC
Técnico de Informática	Técnico do MPU	Apoio Técnico-Administrativo	TIC

Além disso, acredita-se pertinente compreender em linhas gerais a distinção e complementariedade entre esses perfis profissionais, uma vez que as contribuições de TIC passíveis de serem ofertadas pelas unidades do MPF estão diretamente associadas à existência local de servidores com os respectivos cargos citados. Abaixo, as principais atribuições dos cargos de TIC.

Quadro 85 – Principais atribuições dos cargos de provimento efetivo na área de TI

Cargo Abreviado	Principais atribuições básicas
Analista – Desenvolvimento	Realizar a gestão de projetos de desenvolvimento de sistemas de informação finalísticos e corporativos; Identificar necessidades da organização e prospectar soluções tecnológicas no mercado; Acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; Estabelecer e monitorar processos, normas e padrões para o desenvolvimento de sistemas; Estabelecer e assegurar os níveis de qualidade dos sistemas de informação e comunicação; Disponibilizar informações de apoio a decisões estratégicas; Realizar a gestão e a implementação da governança de TI.
Analista – Infraestrutura	Realizar a gestão de projetos de instalação, configuração e manutenção de serviços de rede, banco de dados e ambientes operacionais, monitorando os níveis de qualidade; Identificar necessidades da organização e prospectar soluções tecnológicas disponíveis no mercado; Acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; Estabelecer e monitorar processos, normas e padrões para a infraestrutura tecnológica; Estabelecer e assegurar os níveis de qualidade dos serviços de suporte e infraestrutura; Disponibilizar informações de apoio a decisões estratégicas; Realizar a gestão e a implementação da governança de TI; Elaborar e gerenciar ações de contingência dos serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Cargo Abreviado	Principais atribuições básicas
Analista – Perícia	Realizar vistorias, perícias, avaliações e estudos técnicos; Coletar e analisar dados e pesquisas; Prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; Atuar em processos administrativos e judiciais quando indicado pela autoridade competente, bem como em projetos, convênios e programas, em conjunto com outras instituições; Realizar trabalhos que exijam conhecimentos básicos ou específicos de TIC.
Técnico de Informática	Realizar trabalho de apoio no desenvolvimento de sistemas de informação finalísticos e corporativos; Apoiar atividades de planejamento, instalação, implantação, configuração e gerenciamento de soluções de tecnologia da informação e comunicação; Apoiar atividades de prospecção de soluções tecnológicas disponíveis no mercado, elaborando e validando especificações técnicas para contratação; Acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; Prestar apoio tecnológico às unidades da organização em tarefas relacionadas à TIC; Contribuição para a implementação de processos de segurança da informação e comunicação.

A área de TIC no MPF, assim como na maioria das organizações, pode ser vista como prestadora de serviços. Tendo em vista que estes serviços diferem entre si quanto ao objetivo e/ou natureza, tem-se que a atuação dos profissionais de TIC pode ser dividida nas seguintes categorias:

a. Gerencial

- Área de Coordenação
Compreende as atividades necessárias para o exercício das atribuições de direção e chefia das áreas técnicas de TIC.

b. Técnico

- Área de Assessoria
Abrange as atividades de assessoramento técnico aos ocupantes da área de coordenação no desempenho de suas funções.
- Área de Desenvolvimento
Compreende a construção de novos sistemas de informação ou novas funcionalidades em sistemas já existentes. Atualmente, cerca de 34 sistemas de informação estão em funcionamento no MPF, entre eles: Sistema Único, Sistema de Gestão de Pessoas (GPS/Hórus) e Sistema de Informações Gerenciais (SIG).
- Área de Sustentação
Responsável por manter os serviços em condições normais de operação.
 - i. Prover internet: requer gestão de contrato, monitoramento do serviço prestado em termos técnicos, implementação e monitoramento relacionados à segurança, entre outros.
 - ii. Prover e-mail, *website*, Portal de Intranet, entre outros.
 - iii. Manter a rede de comunicação e armazenamento de arquivos.
 - iv. Manter os sistemas de informação: requer atividades para garantir a disponibilidade dos sistemas para uso, resolução de erros reportados e implementação de pequenas melhorias.
 - v. Outros.
- Relacionamento
Engloba os serviços de suporte técnico aos usuários, desde dúvidas até problemas em equipamentos, como impressoras e computadores.

Importante observar que as áreas técnicas de sustentação e relacionamento abarcam o conjunto de serviços essenciais ao funcionamento do órgão, absorvendo grande parte da mão de obra disponível.

Contudo, destaca-se que as áreas de TIC também são responsáveis por entregar valor e diferencial ao MPF, através de projetos com inovação e alinhamento estratégico. Alguns exemplos são:

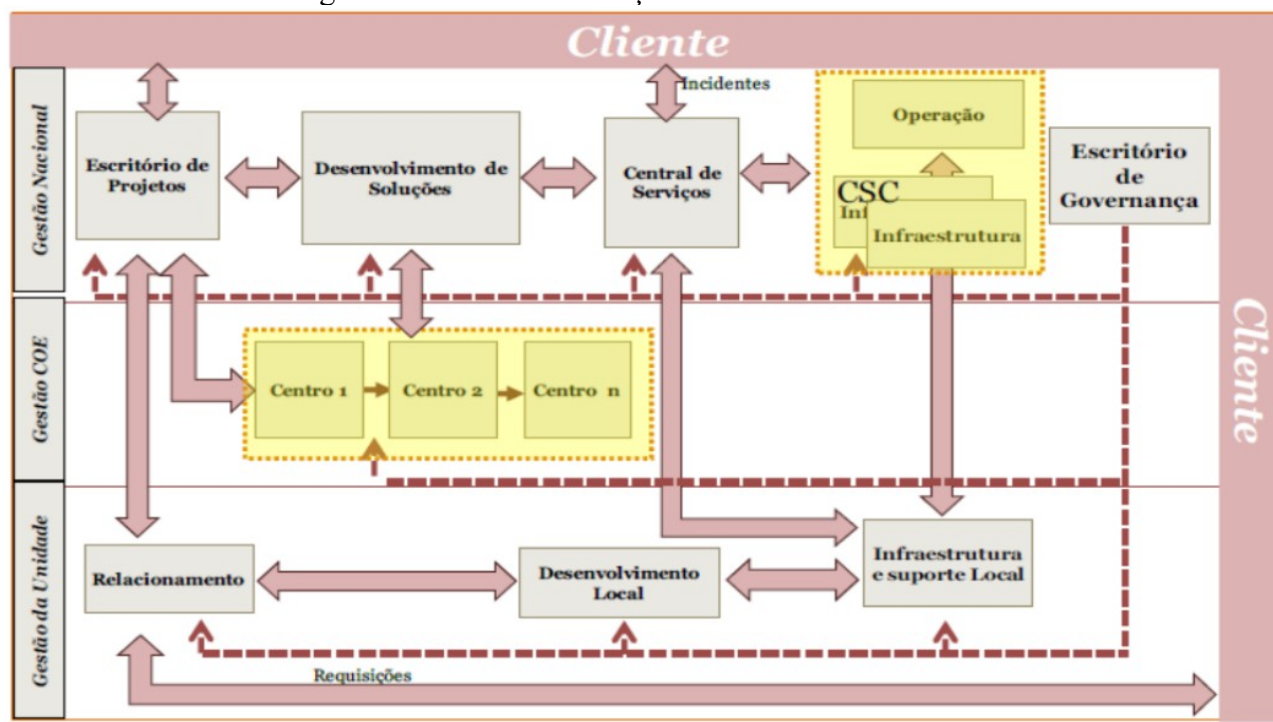
- Centralização do domínio e correio eletrônico: resultou em economia e otimização da mão de obra e de recursos físicos como equipamentos servidores, superando desafios técnicos através de colaboração nacional;
- Aquisição e entrega de plataforma móvel: projeto que provê mobilidade e acesso aos membros, através de equipamento leve, moderno e integrado aos serviços já existentes no MPF, como o acesso a alguns sistemas de informação, acesso ao e-mail, impressão, entre outros;
- Sistema de Informações Gerenciais: projeto que permite a extração de dados consolidados provendo informações gerenciais (sob as formas gráfica e tabular) acerca das atuações judicial e extrajudicial do MPF bem como das informações ligadas às áreas administrativa e de pessoal do órgão; e
- MPF em números: projeto fundamentado nos objetivos estratégicos de transparência e comunicação.

Quando da construção coletiva do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), uma das principais preocupações apontadas pela área de tecnologia da informação do MPF foi a de conceber um modelo de atuação que aproveitasse ao máximo os recursos humanos e tecnológicos da Instituição.

Este maior aproveitamento seria possível, conforme se concluiu, por meio do foco no aumento da sinergia entre as equipes de tecnologia da informação das diversas unidades do MPF, trazendo maior contribuição de todos os profissionais, promovendo a uniformização do parque tecnológico, fomentando a utilização das melhores práticas de uso da tecnologia e de governança de TI e desenhando uma perspectiva que privilegia uma atuação voltada para o âmbito nacional, em vez de atuações locais distribuídas e, por vezes, redundantes.

Esse trabalho coletivo resultou no modelo apresentado abaixo, também conhecido como TI Nacional.

Figura 4 – Modelo de atuação nacional da TIC do MPF



O modelo de atuação está organizado por meio de 3 dimensões principais:

- **Gestão Nacional**

O modelo proporciona para toda a instituição políticas nacionais para desempenho uniforme dos profissionais da TI, gestão segura e democrática de projetos que agreguem valor no âmbito nacional, central de serviços unificada que propicie a gestão do atendimento, processo contínuo de saneamento de problemas e um centro de serviços compartilhado (CSC) que consolide a infraestrutura tecnológica de toda a instituição no menor número possível de localidades, propiciando redução de custos e continuidade da operação nos casos de contingências.

- **Centros de Excelência**

Estrutura com especialização em diferentes segmentos de TIC, propiciando a sinergia dos profissionais da área e agilidade no desenvolvimento de soluções inovadoras relacionadas às competências de cada centro.

- **Unidades**

Autonomia de atuação das unidades, por meio dos coordenadores de TIC, mas em consonância com as políticas estabelecidas pela Gestão Nacional.

São muitos os desafios para a implantação desse modelo. Ao mesmo tempo em que existe a preocupação de se atender o todo, não se pode deixar de lado as especificidades de cada unidade.

Abaixo segue o quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TIC, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TIC da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TIC de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 86 - Distribuição da Força de Trabalho em TIC no MPF em 2016.

Força de trabalho de TIC/MPF	
Servidores da carreiras de TIC/MPF lotados em unidades de TIC/MPF	611
Servidores de outras carreiras lotados em unidades de TIC/MPF	42
Servidores da carreira de TI de outros órgãos lotados na TIC/MPF	7
Servidores de outras carreiras de outros órgãos lotados na TIC/MPF	0
Terceirizados	0
Estagiários	49
Servidores da carreira de TIC/MPF atuando no MPF em outras áreas	90
Servidores da carreira de TIC/MPF cedidos para outros órgãos	25

O desenvolvimento e a manutenção de sistemas é um dos serviços prestados pela TIC do MPF. Na seção 7.1 são destacados os principais sistemas, com seus objetivos, funcionalidades, responsáveis técnico e de negócio, dentre outras informações.

Em seguida, na seção 7.2 deste capítulo, estão destacadas as informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), assim como a descrição das atividades do Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI), com sua composição e principais decisões tomadas.

A capacitação dos servidores de TIC está regulada pela Portaria PGR nº 198/2011, que regulamenta o programa de treinamento, desenvolvimento e educação do MPU. Em 2016 foi

lançado o Planejamento Estratégico de Capacitação (PEC) pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional (SEDEP), com o propósito de alinhar o planejamento das diversas áreas, incluindo a TIC, com a estratégia do órgão.

Podemos destacar o alinhamento da capacitação de TIC com os seguintes objetivos estratégicos do Plano Estratégico Institucional (PEI):

- OE 2. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores;
- OE 3. Assegurar a atratividade das carreiras do MPF; e
- OE 6. Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos.

Os investimentos em capacitação também estão alinhados com objetivos estratégicos claros e relevantes de TIC, conforme demonstrado no quadro abaixo. Desde o início de sua medição, os indicadores têm se mantido positivos.

Quadro 87 - Indicadores do PETI 2012/2020 relacionados à capacitação

Código	Nome do Indicador	Fórmula	Meta	Medição em Dez/2016
OETI 15.2	Média de horas oferecidas de treinamento por servidor de TI.	Número total de horas de treinamento/número total de servidores de TI.	15 horas por servidor em 2013, + 5 horas a cada ano, alcançando 50 horas em 2020.	47,74 horas
OETI 16.2	Percentual de horas de treinamento com instrutoria interna realizada.	(Número total de horas de treinamento realizadas com instrutoria interna/número total de horas de treinamento)*100.	22,5% em 2013, +2,5 pp a cada ano, alcançando 40% em 2020.	60,54%

No **Anexo ao item 7. Gestão da Tecnologia da Informação** apresenta-se a especificação dos treinamentos efetivamente realizados em 2016 por servidores de Tecnologia da Informação.

O processo de gerenciamento de serviços de tecnologia da informação tem como princípio a atuação pró-ativa, no sentido de monitorar e gerar estatísticas dos serviços elencados no catálogo nacional de serviços de tecnologia da informação. Ainda assim, também é necessária a previsão de atuação em casos de eventos não previstos, oriundos, por exemplo, de chamados técnicos. Ou seja, a atuação é motivada por eventos autogerados pelo sistema de gerência ou por chamados técnicos:

- Autogerados: sistema de gerência pró-ativa detecta uma ocorrência e já aciona a respectiva área de suporte responsável pela atuação; e
- Sistema de chamados: ao receber um evento de usuário que tenha como possível causa algum aspecto da infraestrutura, o respectivo chamado é encaminhado para a área competente para solução.

Relevante também mencionar o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), criado pela Instrução Normativa SG/MPF nº 8/2014, é a área responsável na estrutura de TIC para, de forma descentralizada, promover a atuação nacional de suporte e gerência para serviços selecionados que atendam a todo o MPF. Dessa forma, o CSC, além de também utilizar o sistema de gerência pró-ativa, originando, portanto, eventos autogerados, também recebe chamados relacionados com o ambiente de infraestrutura sob a sua responsabilidade, mas atua com servidores de TIC que não necessariamente estão lotados na Procuradoria-Geral da República.

As atuações motivadas por eventos autogerados ou por chamados técnicos são contabilizadas para fins estatísticos. Para o caso dos eventos autogerados, que são o foco e objetivo principal da gerência de serviços, há duas abordagens: uma orientada à infraestrutura de sistemas, e outra orientada à infraestrutura dos serviços. Com isso, tem-se um ambiente de gerência de serviços abrangente e completo, abordando as duas frentes relevantes para a saúde da infraestrutura de TIC.

A frente de gerência de serviços de TI que se concentra nos sistemas é basicamente a ferramenta de monitoração do ambiente de nuvem privada do MPF. Foca no ambiente que provê os serviços, e não nos serviços em si. É fundamental para identificar precocemente qualquer problema,

e também para prever comportamentos importantes.

No MPF, utiliza-se agora o *vRealize Operations* – VROps, que é um conjunto de ferramentas da *VMware* que permite o gerenciamento de operações em plataformas virtuais e infraestruturas de nuvem. Ele correlaciona métricas e dados de aplicações para análise em uma ferramenta de gerenciamento que permite analisar desempenho, capacidade e configuração, de forma preditiva para ações pró-ativas, além de permitir automação de operações baseadas em políticas. O vROps contém:

- Ferramentas de autoaprendizagem, análise preditiva e alertas inteligentes sobre a aplicação e a saúde da infraestrutura, de forma a permitir a identificação proativa e remediação de problemas de desempenho, capacidade e configuração;
- Automação baseada em políticas personalizáveis para operações críticas de TI, associação com alertas inteligentes, solução guiada de problemas, e padrões de conformidade para fornecer recomendações, ou acionar ações, que otimizam o desempenho e capacidade e fazem cumprir as normas de configuração; e
- Uma plataforma aberta e extensível que proporciona visibilidade completa em um único console entre aplicativos, armazenamento e dispositivos de rede.

Com o vROps, a área de TI pode melhorar o desempenho, promover a continuidade dos negócios, e se tornar mais eficiente com uma visibilidade abrangente de toda a infraestrutura virtualizada numa única ferramenta.

Já para a frente de gerência de serviços de TI, focada nos serviços em si, faz-se uso do *Zabbix*, que possui uma arquitetura de monitoramento distribuído com gerenciamento centralizado, o que permite a disponibilidade das informações sobre o ambiente de TI em um portal único. O *Zabbix* provê as 4 funcionalidades básicas esperadas de um sistema de monitoramento:

- Coleta de Dados: vários métodos disponíveis como SNMP, IPMI, *Zabbix Agent's* e outros.
- Notificação: dados coletados são comparados com limites de normalidade estabelecidos e alertas são enviados por meio de SMS, e-mail, Jabber e outros;
- Armazenamento de Dados: os dados coletados são armazenados para análises posteriores, geração de *baselines*, etc.; e
- Visualização: sua interface *web* centralizada é customizável por perfil e disponibiliza gráficos, *slideshows*, mapas, eventos alarmados, acordo de nível de serviço (SLA), além da própria configuração dos itens de monitoramento.

No MPF, existe um Escritório de Projetos Institucionais ligado à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE), cuja atuação é normatizada pela Portaria PGR/MPF nº 734, de 28/12/2011, que determina os procedimentos a serem seguidos para os projetos estratégicos, com base nas práticas e conhecimentos do *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) e Portaria PGR/MPU nº 61/2016, que estabeleceu regras para a criação e execução de projetos no âmbito do MPU.

O normativo traz as informações necessárias para cada etapa do projeto: iniciação (proposta de projeto), autorização, planejamento, execução, controle, encerramento e monitoramento. Mais detalhes e informações podem ser encontradas no sítio <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/escritorio-de-projetos>.

Por conta do volume de trabalho e da natureza especializada, destacou-se parte da equipe da Assessoria Técnica da STIC para atuar como o Escritório de Projetos da TI, com as seguintes competências:

- Estabelecer as diretrizes para a gestão de projetos táticos e operacionais de âmbito nacional da área de TIC;
- Acompanhar, avaliar e informar sobre a execução dos projetos do PDTI, emitindo relatórios de acompanhamento;

- Auditar, validar e classificar os projetos constantes no PDTI quanto aos trabalhos de gestão efetuados pelos gerentes de projetos;
- Aferir os indicadores relacionados com a área de projetos, conforme a Portaria PGR/MPF nº 560 de 2013;
- Solicitar, analisar e avaliar estudos de viabilidade de projetos;
- Receber, analisar, avaliar e encaminhar propostas de projetos;
- Emitir parecer sobre projetos de TIC; e
- Promover a negociação com as áreas envolvidas para indicação do gerente do projeto.

O quadro constante no **Anexo ao item 7. Gestão da Tecnologia da Informação** mostra a descrição dos projetos de TI iniciados ou finalizados em 2016, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Por fim, seguem algumas medidas tomadas, no âmbito da área de TIC do MPF, para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI:

- Para todos os contratos vigentes e aquisições, é sempre planejada a transferência de tecnologia ou treinamento de servidores. Assim, a inteligência/gestão das soluções de infraestrutura é sempre realizada por servidores do MPF, seja da PGR, ou do MPF, via Centro de Serviço Compartilhado (CSC).
- Quando há alguma atuação de terceirizado, é apenas operacional e sempre com supervisão de servidor do MPF responsável, além de estar estabelecido um sistema de auditoria para registrar todas as intervenções realizadas.

7.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Conforme o Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ministério Público Federal (MPF), existiam, em 2016, 34 (trinta e quatro) sistemas nacionais, subdivididos da seguinte forma:

- Sistemas da Secretaria de Administração
- Sistemas da Secretaria de Pesquisa e Análise
- Sistemas da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Sistemas da Secretaria Jurídica e de Documentação
- Sistemas do Plan-Assiste
- Sistemas da Alta Administração
- Sistemas Gerais

A seguir estão detalhados alguns dos sistemas mais relevantes do MPF.

SISTEMA ÚNICO

Objetivo: o Sistema Único foi desenvolvido para agilizar e unificar o trâmite de documentos judiciais e administrativos. O sistema contempla o cadastro e trâmite dos expedientes judiciais, extrajudiciais e administrativos do MPF, seja em seu formato físico ou eletrônico.

Principais funcionalidades: além da integração nacional do MPF, o sistema provê uma série de ferramentas para suas atividades institucionais. Documentos eletrônicos produzidos pelo editor de textos dentro do sistema, certificação digital, assinatura eletrônica, indexação textual, pautas informatizadas, integração com o sistema de processos eletrônicos do judiciário e o acesso ao sistema remotamente, são algumas das funcionalidades do sistema.

Responsável técnico: Tiago Cesar Moronte – tiagomoronte@mpf.mp.br.

Responsável negocial: A governança do Sistema Único foi instituída por meio da Portaria MPF/PGR nº 358/2015. A governança é exercida por meio da interação de duas instâncias distintas: a) comissão composta por membros do Ministério Público Federal; b) a Secretaria-Geral por meio da Secretaria Jurídica e de Documentação e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Atualmente a comissão é constituída por: I - Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República; II - Mônica Nicida Garcia, Subprocuradora-Geral da República; III - Paulo José Rocha Júnior, Procurador da República; IV - Flávia Cristina Tavares Torres, Procuradora da República.

Criticidade: alta.

Manutenção: Manutenção própria. Sistema em constante evolução, sem prazo de término.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: atualmente existem 3 riscos identificados que podem causar indisponibilidade: problemas na aplicação (defeitos), problemas nos servidores de aplicação e problemas no banco de dados. Medidas: Aplicação (defeitos) - possibilidade de recuperar a versão anterior. Todas as versões são armazenadas. Servidores de aplicação: existem 12 servidores de aplicação que atendem o ambiente de produção. A equipe monitora o ambiente e atua em caso de defeitos, seja no MPF ou remotamente. Banco de dados: A equipe monitora o ambiente e atua em caso de defeitos, seja localmente ou remotamente.

SISTEMA NACIONAL DE PEDIDOS DO MPF / SNP 2.0

Objetivo: implementar e informatizar os catálogos nacionais de serviços das secretarias e assessorias nacionais para uma melhor gestão dos pedidos efetuados pelos usuários do MPF às respectivas secretarias e assessorias nacionais. Padronizar a forma de solicitação de

serviços das secretarias e assessorias nacionais, padronizando os tipos de serviços disponíveis aos membros e servidores do MPF, com base nos catálogos nacionais, buscando a redução do tempo de resolução de incidentes e problemas, por meio do uso de uma base de conhecimentos, possibilitar a implantação de política de acordo de nível de serviço.

Principais funcionalidades: catálogos nacionais eletrônicos. Controle de demandas e atendimento de pedidos. Módulo para nacionalização de atendimento de demandas. Controle de acordo de nível de serviço. Funcionalidade para apuração de nível de satisfação de atendimento (avaliação de pedidos). Painel nacional de estatísticas de serviços por secretaria/catálogo/grupos de atendimento/técnicos, etc.

Responsável técnico: Cléber de Araújo – cleber@mpf.mp.br e André Luiz Heath Henriques.

Responsável negocial: Mauro César Sobrinho – maurosobrinho@mpf.mp.br.

Criticidade: média.

Manutenção: somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada no *datacenter* da PGR, rodando em máquinas virtuais com redundância de fontes, discos. Há procedimento diário de *backup* de bancos de dados e roteiro impresso e eletrônico para restabelecimento de serviço em caso de indisponibilidade.

SISTEMA DE CONTROLE DE TELEFONIA / CONTEL

Objetivo: apoiar a gerência dos contratos de telefonia fixas e móveis do ministério público federal junto às respectivas operadoras, controlando as linhas telefônicas e dispositivos adquiridos ou fornecidos em regime de comodato dos contratos. Permite ainda a auditoria das contas telefônicas verificando a conformidade contratual, rateio das despesas de telefonia entre os membros e servidores usuários do serviço bem como a geração de informação para subsidiar glosas em faturas, em caso de cobranças indevidas.

Principais funcionalidades: cadastrar contrato com a operadoras; cadastrar cláusulas contratuais; baixar eletronicamente contas das operadoras e retarifamento de contas; comparar valores cobrados com a simulação; gerar relatório para subsidiar contestação e glosas de valores indevidamente cobrados; identificar ligações particulares e não autorizadas; enviar contas para rateio, caso haja ligações particulares e/ou não autorizadas ou valores excedido em contas; cadastrar titularidade dos usuários; imprimir GRU para pagamentos; e registrar e acompanhar pagamentos de GRU.

Responsável técnico: Berchris Moura Requiaio Neto – berchrisrequiao@mpf.mp.br e Cléber de Araújo – cleber@mpf.mp.br.

Responsável negocial: Mauro César Sobrinho – maurosobrinho@mpf.mp.br.

Criticidade: média

Manutenção: somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está em fase de migração para o *datacenter* da PGR. Há procedimento diário de backup de bancos de dados e roteiro impresso e eletrônico para restabelecimento de serviço em caso de indisponibilidade do serviço.

SISTEMA CIDADÃO

Objetivo: o Sistema Cidadão é um canal único de comunicação do cidadão com o MPF. Ele visa simplificar o registro de manifestações (elogios, denúncias, reclamações, pedido de informação, entre outros) de responsabilidade da Ouvidoria do MPF e da Sala de Atendimento ao Cidadão.

Principais funcionalidades: cadastro de manifestação; acompanhamento do andamento da manifestação; complemento de informações solicitadas pelo atendente; cadastro do cidadão (visa facilitar o cadastro e acompanhamento das manifestações do cidadão); acompanhamento processual de documento do Sistema Único (sistema *push*); módulo interno do atendente; consulta das manifestações dos setores; funcionalidades em lote (assumir, designar, encaminhar); encaminhamento interno para outros setores que utilizam o Sistema Cidadão; solicitação de informação ao manifestante; envio de *e-mails* ao manifestante; geração de documento no Sistema Único; manutenção de algumas tabelas utilizadas pelo sistema.

Responsável técnico: Estêvão Helou Amoresee – estevao@mpf.mp.br e Aroldo Rique Júnior – aroldoj@MPF.mp.br.

Responsável comercial: Secretaria Jurídica e de Documentação (SEJUD) e Ouvidoria do MPF.

Criticidade: alta.

Manutenção: em caso de erros estes deverão ser encaminhados à SEJUD que deverá fazer a devida triagem a fim de verificar o devido encaminhamento para a solução. Já as solicitações de alterações do sistema deverão ser encaminhadas às áreas negociais para análise e posterior solicitação à equipe de desenvolvimento do sistema. As manutenções são realizadas em data previamente agendadas, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada no datacenter da PGR, rodando em máquinas virtuais com redundância de fontes, discos. Há procedimento diário de backup de bancos de dados e roteiro impresso e eletrônico para restabelecimento de serviço em caso de indisponibilidade do serviço.

APTUS

Objetivo: O APTUS é uma aplicação desenvolvida para implementar o processo de gestão do conhecimento, permitindo maior flexibilidade e celeridade na realização de pesquisas textuais, gerando subsídios para atuação de membros e servidores, em todas as áreas. A busca é realizada de forma intuitiva e o usuário pode criar seus marcadores, filtros e consultas específicas, compartilhando com outros usuários, grupos ou tornando pública. Também, possibilita a identificação e mapeamento de informações em base de dados não estruturadas (íntegras).

Principais funcionalidades: Prover solução de gestão de conhecimento. Poder facilmente interagir com diversas fontes de dados (SGBDs de sistemas diversos, *Feeds* RSS, arquivos .doc, odt, xls, pdf e outros). Realizar pesquisa textual. Permitir a criação de marcadores e filtros personalizados, salvando e compartilhando pesquisas/consultas criadas pelos usuários. Gerar arquivo OCR a partir de imagens quando da indexação dos documentos.

Criticidade: média.

Responsável Negocial: Dr. Marcos Antônio da Silva Costa, Procurador Regional da República e Luiz Armando Campião.

Responsável Técnico: Sandra Verônica Alves Rodrigues e Paulo André da Silva Matos.

Manutenção: Somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não

causem prejuízo às funções institucionais, e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: A informação é réplica da existente nos diversos sistemas, assim, sempre é possível o acesso aos sistemas originais em caso de indisponibilidade. A infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada na PGR.

EXTRACTUS/GCONS

Objetivo: O EXTRACTUS/GCONS é a solução do MPF para elaboração de relatórios operacionais, de forma intuitiva, pelos usuários. Permite a criação ou modificação de relatórios já existentes, possibilitando ao usuário definir as informações a serem apresentadas e o agrupamento de acordo com as suas necessidades. Os relatórios criados podem ser publicados nacionalmente e localmente atendendo às demandas específicas dos setores e das unidades do MPF. A aplicação independe de sistemas, podendo ser integrada a eles, o que garante a navegabilidade ao usuário.

Principais funcionalidades: Agilidade na disponibilização da informação para o usuário. Interface amigável com o usuário para criação de relatórios. Compartilhamento dos relatórios com outros usuários e publicação nacional ou local. Integração com os sistemas do MPF que utilizem o banco de dados ORACLE.

Criticidade: média.

Responsável Negocial: Luiz Armando Campião.

Responsável Técnico: Sandra Verônica Alves Rodrigues e José Gleison Maranhão.

Manutenção: Somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não causem prejuízo às funções institucionais, e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: A informação é réplica da existente nos diversos sistemas, assim, sempre é possível o acesso aos sistemas originais em caso de indisponibilidade. A infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada na PGR.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Objetivo: O SIG – EOF disponibiliza as informações da execução orçamentária e financeira do MPF no Portal da Transparência e para o Sistema de Gestão Administrativa do MPF. As informações do SIAFI são extraídas do sítio do Tesouro Gerencial transformadas e carregadas em banco de dados do MPF, ficando disponíveis para criação de relatórios e painéis que auxiliam a tomada de decisão.

Principais funcionalidades: Agilidade na disponibilização da informação para o usuário. Apresentar informações exigidas pelo CNMP no Portal da Transparência. Disponibilizar as informações do SIAFI para o Sistema de Gestão Administrativa do MPF (SGA). Criar relatórios operacionais e painéis que sustentem as atividades rotineiras das áreas, bem como painéis gerenciais para subsidiar a tomada de decisão.

Criticidade: média.

Responsável Negocial: Lúcio Mário Mendonça de Góis.

Responsável Técnico: Sandra Verônica Alves Rodrigues e Cristiano César Leite.

Manutenção: Somente em caso de atualizações das regras negociais que resultem em novas versões. As manutenções são realizadas em data previamente agendada, de maneira que não

causem prejuízo às funções institucionais, e com ampla divulgação do período de indisponibilidade.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: A informação é réplica da existente no SIAFI e no Sistema de Gestão Administrativa do MPF, assim, sempre é possível o acesso aos sistemas originais em caso de indisponibilidade. A infraestrutura de servidores de aplicação e banco de dados está instalada na PGR.

VITAE

Objetivo: possibilita o armazenamento e recuperação digital das informações e documentos referentes a assentamentos funcionais, conforme especificados e categorizados na legislação, agilizando o acesso e preservação das informações neles constantes.

Principais funcionalidades: permite cadastramento, classificação e consulta de documento digitalizado de assentamento funcional (eliminando a necessidade de guarda de cópia física); permite elaboração de certidão funcional de membro; permite acesso fácil, através do ambiente Hórus, a membros e servidores, ao conjunto de documentos que compõem seus assentamentos funcionais.

Responsável Técnico: coordenadora da CD-02 e equipe do NUDDS6.

Responsáveis negociais: I. Corregedoria – Márcia Azeredo Thome e Rogério Favaretto. II. Coordenadoria de Educação – Angelina Vieira da Silva. III. Secretaria de Gestão de Pessoas – 1. Adna Alves de Jesus, 27114. 2. Carolina Brandão de Sousa, 26041. 3. Danielle Cezar da Silva. 4. Jacqueline Cirino da Silva.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

ARGUS

Objetivo: Controle dos procedimentos administrativos autuados na Corregedoria do Ministério Público Federal referentes às seguintes naturezas: acompanhamento de estágio probatório, disciplinares, correições ordinárias e extraordinárias e gestão administrativa.

Principais funcionalidades: permite o registro das várias providências tomadas em relação a cada um dos procedimentos, sendo possível, em relação a cada uma destas providências, a especificação do documento correspondente no Sistema Único; auxilia no cálculo da data final do estágio probatório de membros; permite lançamento automático de documentos de membros referentes a procedimentos disciplinares no Sistema Vitae; emissão de fichas cadastrais com dados funcionais de membros para auxílio nos concursos de promoção.

Responsáveis Técnicos: coordenadora da CD-02 e equipe do NUDDS4.

Responsáveis negociais: Márcia Azeredo Thomé e Rogério Favaretto.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

FIPOL

Objetivo: Patrocinado pela 7ª Câmara, a ferramenta FIPOL objetiva fornecer ao controle externo da atividade policial, nas modalidades difusa e concentrada, um mecanismo e uma metodologia eficiente de inspeção e análise individual e global dos Inquéritos Policiais – IPLs. A FIPOL conjuga os dados temporais dos IPLs, como a data de entrada da notícia crime na Polícia, o dia da instauração do inquérito policial, os intervalos das prorrogações até a conclusão da investigação, com as provas produzidas pela investigação policial e aquelas decorrentes da atividade administrativa de diversos órgãos da administração pública.

Principais funcionalidades: Integração com a base de dados do Sistema Único, importando dados e assim facilitando, e diminuindo, o trabalho dos usuários na entrada de dados; flexibilidade para adicionar no inquérito tipificações além das importadas do Sistema Único; vinculação de apreensões de materiais com as tipificações; geração de relatórios dos inquéritos, concluídos ou não, permitindo uma análise da efetividade da investigação, fornecendo indicativos da destinação dada ao inquérito (denunciado, declinado, arquivado), além de apontar se houve baixa para complementação de investigação e cumprimento de cota ministerial.

Responsáveis Técnicos: Centro de Excelência e equipe do NUDDS4.

Responsáveis negociais: 1. Daniel Ricken, Procurador da República. 2. Marcelo Godoy, Procurador da República. 3. Maurício Eing.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

SISTEMA DE MARCAÇÃO DE FÉRIAS

Objetivo: o sistema visa permitir que servidores e membros solicitem e acompanhem o atendimento de suas solicitações dos períodos de férias; permitir também que tais solicitações sejam autorizadas pelos responsáveis, eliminando a necessidade de tramitação de documentos físicos.

Principais funcionalidades: operação de solicitação de período de férias; operação de solicitação de acumulação de férias; operação de autorização de solicitação de férias; consulta de todos os períodos de férias.

Manutenção: Em caso de atualizações das regras negociais e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades que resultem em novas versões.

Responsáveis técnicos: equipe do NUDDS5.

Responsáveis negociais: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: O sistema não pode sofrer descontinuidade. Para mitigar o risco, são realizadas cópias de segurança regulares, tanto do banco de dados quanto do aplicativo.

SISTEMA GPS/HÓRUS

Objetivo: processar, organizar e armazenar dados afetos à gestão de pessoas, emitir relatórios transacionais e integrar módulos relacionados aos temas gestão de pessoas, treinamento e desenvolvimento funcional.

Principais funcionalidades: concurso de servidores; cadastro de pessoal; registros da vida funcional (atos, afastamentos, designações, substituições, exercício cumulativo de cargos,

declarações e certidões); folha de pagamento (membros, servidores e estagiários); contracheque; dirf (declaração de imposto de renda retido na fonte); rais (relação anual de informações sociais); cálculo de progressão e promoção; empréstimos consignados e associações; gestão de teletrabalho; aposentadoria; retroatividades; concurso de remoção; controle de vagas; averbação de tempo de serviço; gestão de adicionais (qualificação, treinamento), gratificações (projeto, segurança), benefícios (auxílio alimentação, transporte, pré-escolar, natalidade) e incentivos (bolsa de idiomas, pós-graduação); gestão do funpresp; gestão de treinamentos institucionais/participantes; provimento de informações aos órgãos de controle (TCU, CNMP, previdência social); gestão de unidades; processos de escolha (áreas de atuação, assentos e gabinetes); emissão de carteiras funcionais; gestão de dependentes e pensionistas; banco de talentos; gestão de acessos.

Responsável técnico: Fábio Ronan Gugeler e Bruno Lopes Cotrim.

Responsável negocial: Eloá Todarelli Junqueira e Nadya Rodrigues Gomes de Souza.

Criticidade: alta.

Manutenção: de acordo com mudanças na legislação, mudanças nos processos de trabalho, corretivas ou evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA (GRIFO)

Objetivo: gestão da frequência de servidores.

Principais funcionalidades: consolidação de marcações de ponto; contabilização de horas trabalhadas/pendentes; manutenção de jornadas; registro de ocorrências; fechamento; tabelas de parâmetros.

Responsável técnico: Alexandre Salustino de Almeida e Bruno Lopes Cotrim.

Responsável negocial: Cila de Castro Silva.

Criticidade: alta.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

SISTEMA DE GESTÃO DE VIAGENS (SGV)

Objetivo: gestão das viagens, diárias, bilhetes e deslocamentos dos membros, servidores e colaboradores eventuais.

Principais funcionalidades: solicitação, devolução e prorrogação de viagens. Revisão e autorização de viagens; gestão orçamentária de bilhetes e diárias por unidades administrativas gestoras; pagamento e publicação de viagens; comprovação de deslocamento; cadastro de colaboradores eventuais.

Responsável técnico: Alexandre Salustino de Almeida e Bruno Lopes Cotrim.

Responsável negocial: Cássio Silva.

Criticidade: alta.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação, de processos de trabalho ou evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

SISTEMA SAÚDE

Objetivo: gestão de atendimentos e exames médicos, odontológicos e psicossociais.

Principais funcionalidades: exame periódico de saúde, agenda; escala; profissionais; lista de espera; exames laboratoriais; perícias; junta médica; relatórios transacionais; gestão de usuários; administração do sistema.

Responsável técnico: Fábio Ronan Gugeler e Bruno Lopes Cotrim.

Responsável negocial: Adérito Guedes da Cruz Filho.

Criticidade: média.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação, de processos de trabalho ou evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

SISTEMA DE CONCURSO DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

Objetivo: automatizar e sistematizar as fases do processo seletivo de procuradores da República.

Principais funcionalidades: inscrição; gestão de locais de prova; controle da distribuição de candidatos; gestão de colaboradores; consulta de notas e espelhos; escolha de lotação; gestão do processo seletivo; relatórios.

Responsável técnico: Walter Soares Malta e Bruno Lopes Cotrim.

Responsável negocial: Marcos Rogério Silvestre.

Criticidade: alta.

Manutenção: decorrentes de mudanças na legislação, corretivas e evolutivas.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

MPEDUC – Ministério Público pela Educação

Objetivo: subsidiar o controle da qualidade da educação básica brasileira pelo ministério público brasileiro.

Principais funcionalidades: questionários avaliativos, parametrizações de questionários; gestão de usuários; relatórios gerenciais; telas administrativas.

Responsável técnico: Lúbia Mara de Jesus e Bruno Lopes Cotrim.

Responsável negocial: Luana Garcez Stein.

Criticidade: alta.

Manutenção: corretiva e evolutiva.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no *datacenter* da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO GERENCIAL

Objetivo: possibilitar a avaliação 360 graus de chefias e colaboradores do MPF.

Principais funcionalidades: questionários avaliativos, parametrizações de questionários; gestão de usuários; relatórios gerenciais; telas administrativas.

Responsável técnico: Luiz Otávio Lumba de Oliveira e Bruno Lopes Cotrim.

Responsável negocial: Nadya Rodrigues Gomes de Souza.

Criticidade: baixa.

Manutenção: corretiva e evolutiva.

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade: a infraestrutura de servidores, de aplicação e banco de dados, está instalada no datacenter da PGR, em máquinas virtuais com redundância de fontes e discos.

7.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PETI E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

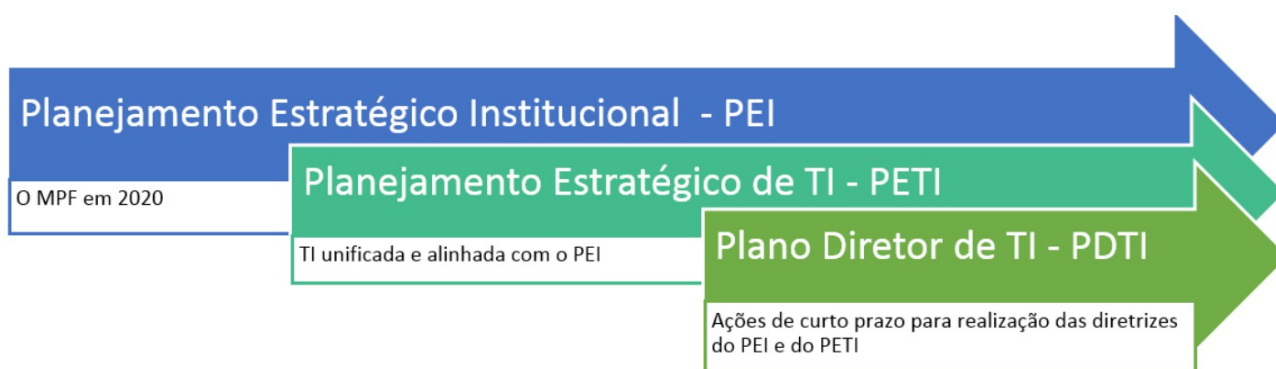
7.2.1 HISTÓRICO

O 1º Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2011-2020 do Ministério Público Federal (MPF) foi construído a partir do debate entre membros e servidores de todas as unidades do país. Foram 10 meses de trabalhos intensos, quando foram discutidos a missão e os valores da instituição, além de terem sido construídos, de forma conjunta, a visão de futuro e os objetivos estratégicos do MPF.

A construção do planejamento teve como base metodológica o sistema gerencial conhecido como *Balanced Scorecard* (BSC), além da realização de seminários específicos, buscando proporcionar um ambiente favorável para a exposição da diversidade e variedade de ideias, experiências e funções. A metodologia utilizada teve como finalidade traduzir os direcionamentos estratégicos, explicitados pela missão e pela visão, em objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

O projeto de desdobramento do PEI foi apoiado pela empresa *PricewaterhouseCoopers* (PWC), vencedora da Concorrência Pública nº 02/2011 para contratação de consultoria especializada. O projeto foi dividido em nove etapas, das quais as etapas 7 e 8 eram especificamente dedicadas à área de tecnologia da informação (TI). Tais etapas consistiam na elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Figura 5 – Relação entre PEI, PETI e PDTI.



7.2.2 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Ministério Público Federal (MPF) foi construído segundo o mesmo princípio básico que norteou a elaboração da estratégia institucional: a construção coletiva. Durante quatro eventos realizados em Brasília, os coordenadores e chefes de divisão da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, juntamente com os coordenadores de informática das unidades gestoras, participaram de dinâmicas e discussões que conduziram à elaboração do mapa estratégico de tecnologia da informação (TI), consolidando os principais objetivos para a área até 2020.

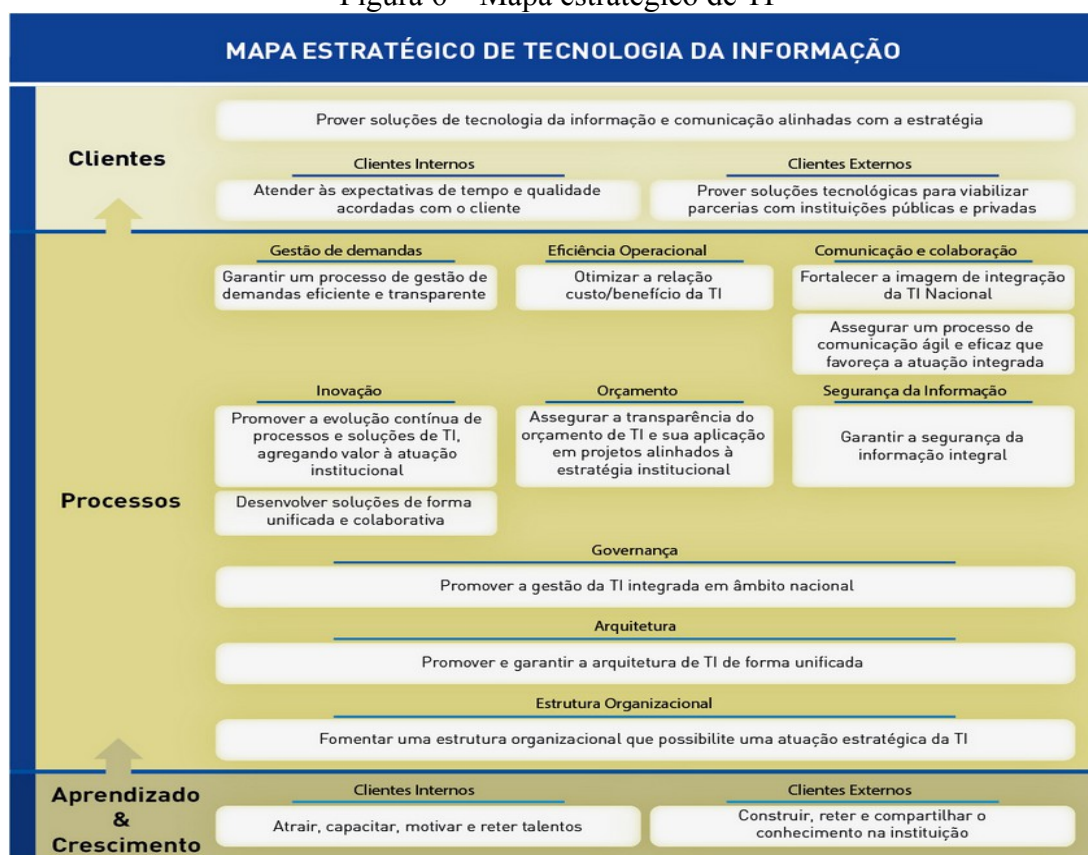
Da mesma forma que no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), a elaboração do PETI utilizou a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC).

Para entender melhor o mapa, serão apresentados a seguir alguns conceitos:

- Mapa estratégico – descreve a estratégia da empresa, através de objetivos relacionados entre si e distribuídos em quatro dimensões (perspectivas).
- Objetivo estratégico – corresponde àquilo que deve ser alcançado e que é crítico para o sucesso da organização.
- Indicador – é uma ferramenta que auxiliará na medição e no acompanhamento do alcance do objetivo.
- Meta – é o nível de desempenho almejado ou a taxa de melhoria necessária.
- Perspectivas – o BSC decompõe a estratégia de uma maneira lógica, baseando-se em relações de causa e efeito, vetores de desempenho e relação com fatores financeiros. É constituído de objetivos, indicadores, metas e iniciativas, nas quatro dimensões (perspectivas) de negócio, quais sejam:
 - Financeira – Como a maioria absoluta das instituições públicas, o Ministério Público Federal não visa ao lucro financeiro, razão pela qual a perspectiva financeira não aparece em seu mapa estratégico, tampouco no mapa estratégico de TI.
 - Clientes – Na maioria dos mapas estratégicos de instituições públicas, a perspectiva cliente recebe o nome de sociedade, que é a destinatária final dos serviços prestados. Assim está no mapa estratégico institucional do MPF. Já no mapa estratégico de TI, o termo clientes foi mantido, tendo em vista ser esta uma designação perfeitamente adequada para os destinatários dos serviços de TI do MPF.
 - Processos internos – Constitui-se na análise dos processos internos da organização, incluindo a identificação dos recursos e das capacidades necessárias para elevar o nível interno de qualidade. O BSC considera os processos internos de toda a cadeia de valor da empresa. O desempenho de qualquer organização perante os clientes é determinado pelos processos, decisões e ações desenvolvidas no seu interior.
 - Aprendizado e crescimento – O objetivo desta perspectiva é oferecer uma infraestrutura que possibilite a consecução de objetivos ambiciosos nas outras perspectivas. A habilidade de uma organização de inovar, melhorar e aprender relaciona-se diretamente com seu valor. Essa perspectiva apresenta objetivos voltados à capacidade dos funcionários, dos sistemas de informação e à motivação e ao alinhamento.

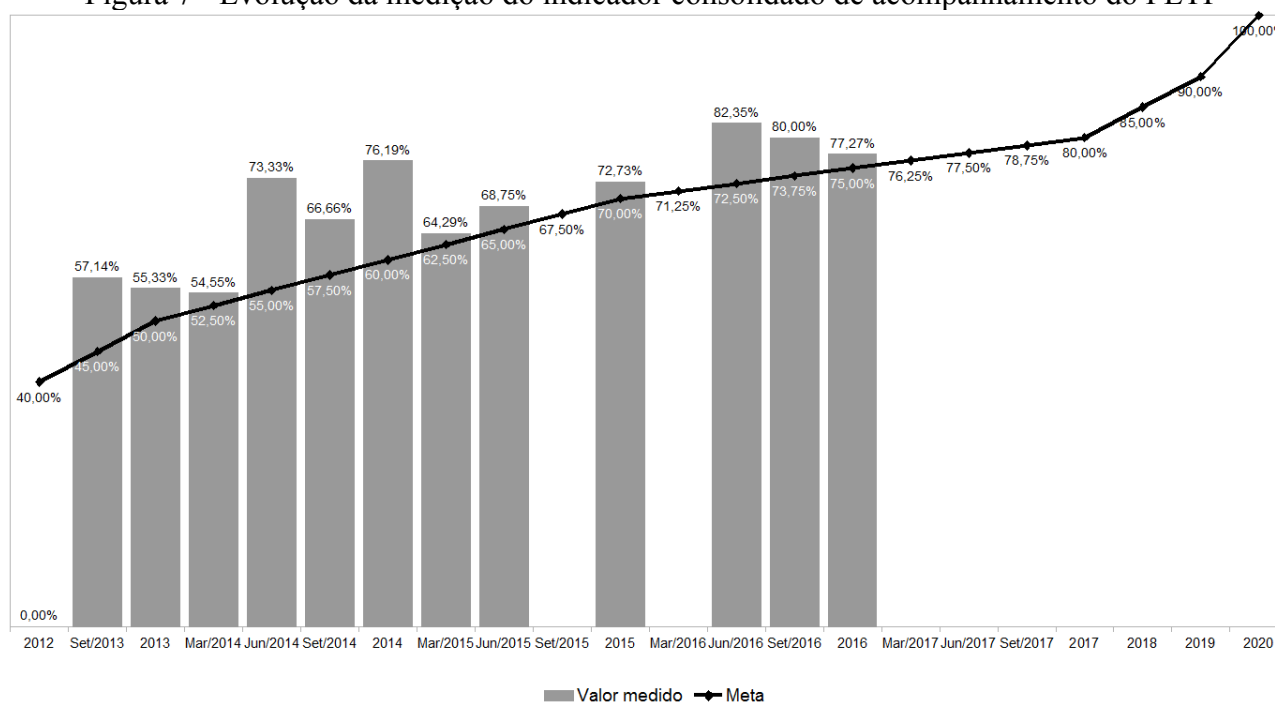
O mapa estratégico de TI do MPF, assim como o resultado consolidado do PETI, podem ser consultados na internet, no endereço <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-peti>.

Figura 6 – Mapa estratégico de TI



Cada um dos objetivos de TI possui um ou mais indicadores. Esses indicadores foram elaborados em 2011, em uma conjuntura diferente da vivenciada em 2017. Por isso, já está previsto um processo de revisão e atualização deles. O gráfico a seguir apresenta a evolução da medição do indicador consolidado de acompanhamento do PETI.

Figura 7 - Evolução da medição do indicador consolidado de acompanhamento do PETI



7.2.3 O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

No Ministério Público Federal (MPF), o instrumento que desdobra o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o nível tático é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

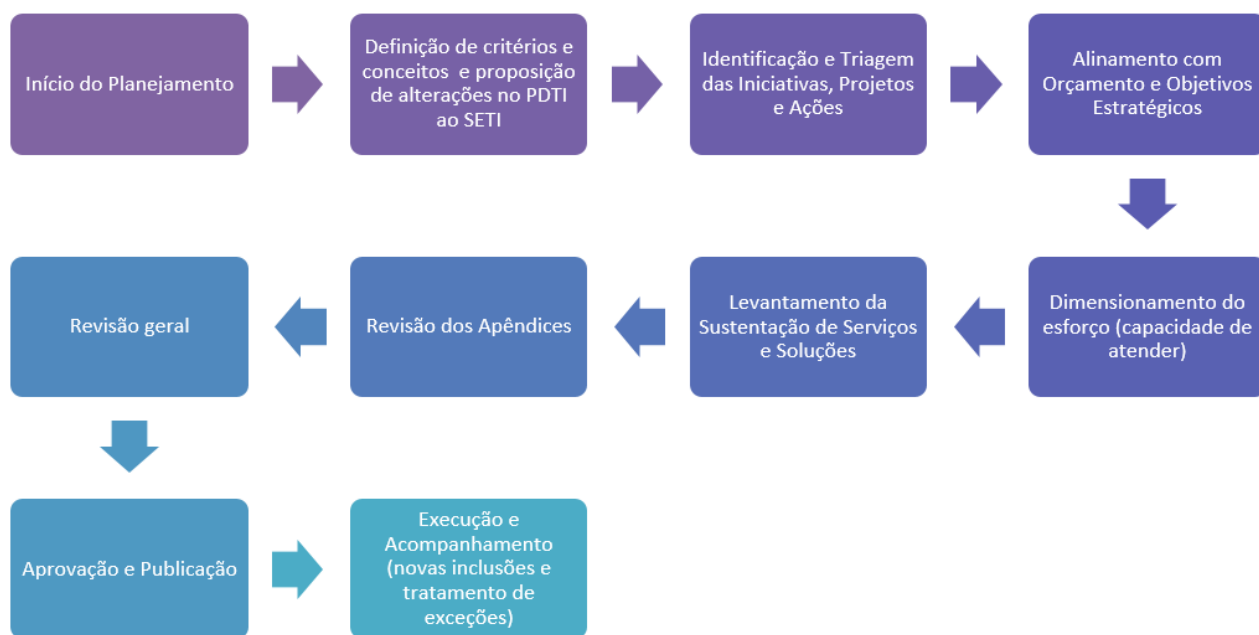
O PDTI para o biênio 2016/2017 foi organizado em seis capítulos, sendo que os dois primeiros tratam da apresentação e metodologia, que servem de embasamento teórico para o entendimento do documento. Os capítulos seguintes detalham o planejamento de projetos, iniciativas e ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC), a sustentação de serviços e soluções de TIC, o planejamento orçamentário TIC e os resultados dos planos anteriores.

Em seguida, são apresentados os apêndices com informações complementares, como a lista de aquisições e contratações nacionais, o quadro de pessoal, informações sobre as estruturas de TIC Nacional e ações de governança.

A última versão publicado do PDTI do MPF encontra-se em <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-peti/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdti>.

O Processo de elaboração do PDTI observa algumas etapas e procura um alinhamento direto com a gestão de demandas de TIC do MPF, descrita a seguir.

Figura 8 – Processo de elaboração do PDTI



Cada edição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação contempla um biênio, com previsão de atualização anual. As revisões e alterações no documento são publicadas na Internet diretamente como apêndices, onde constam as assinaturas das autoridades competentes, conforme aprovação e priorização, seguindo o fluxo de demandas. As prioridades são alinhadas com as instâncias de governança definidas no Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança do MPF (SIGE) relacionadas à gestão de projetos, uma vez que todos os projetos institucionais do MPF devem passar pela avaliação de tais instâncias. Sendo assim, as revisões ocorrem após as reuniões do Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP) e do Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF).

7.2.4 SUBCOMITÊ ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETI)

O Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI) atua como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a tecnologia da informação.

O SETI é constituído pelos seguintes integrantes:

- Um membro indicado pelo Procurador-Geral da República;
- Quatro membros ou servidores indicados pelo Comitê de Gestão Estratégica;
- Um membro indicado pelo Subcomitê de Gestão Administrativa; e
- O Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A configuração do subcomitê pode ser consultada na Internet em <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/governanca/subcomite-estrategico-de-tecnologia-da-informacao/subcomite-estrategico-de-tecnologia-da-informacao>.

No mesmo endereço também é possível acessar as atas e editais das reuniões do subcomitê. Em 2016 foram realizadas 3 (três) reuniões ordinárias, incluindo a participação por videoconferência de forma a otimizar os custos de deslocamentos e diárias para o órgão. Dentre as deliberações, destacam-se a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), a avaliação da Pesquisa de Satisfação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), revisão e novas políticas de TIC, anuência da instrução normativa acerca das contratações de soluções de TIC.

Cabe ao SETI, conforme o art. 20 da Portaria PGR/MPF nº 733/2011, alterada pela Portaria PGR/MPF nº 865/2013:

I - propôr as políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais;

II - propor o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;

III - emitir parecer sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação proposto pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos;

IV - emitir parecer sobre as recomendações de prioridades dos investimentos em tecnologia da informação, propostas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos;

V - emitir parecer sobre as prioridades sugeridas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos para execução de projetos de tecnologia da informação;

VI - emitir parecer sobre as propostas de padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança para os serviços e produtos de tecnologia da informação emitidas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos; e

VII - emitir parecer sobre as propostas de diretrizes para a aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação emitidas pela STIC ou eventuais Grupos Técnicos.

7.3 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE

Conforme disposto no sítio do Processo Judicial Eletrônico (PJE) (http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/P%C3%A1gina_principal), o PJE é um sistema de tramitação de processos judiciais cujo objetivo é atender às necessidades dos diversos segmentos do Poder Judiciário brasileiro (Justiça Militar da União e dos Estados, Justiça do Trabalho e Justiça Comum, Federal e Estadual). O projeto é resultado da união de requisitos definidos pela Justiça Federal com as revisões empreendidas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fim de assegurar a possibilidade de utilização nos diversos segmentos. É um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros.

Como o Ministério Público Federal (MPF) e outros órgãos do Ministério Público brasileiro possuem soluções próprias para o trâmite de processos, foi definido o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário e do Ministério Público. Criado para facilitar a interação entre os sistemas informatizados do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Advocacia e da Defensoria Pública, essa interligação reduz custos e torna mais célere a tramitação dos processos judiciais. O MNI foi instituído pelo Acordo de Cooperação n.º 58/2009 e tornado compulsório pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP n.º 03.

No MPF a implantação do Processo Judicial Eletrônico por meio da integração do Sistema Único pelo MNI tem sido tratada sob a forma de projetos, sendo que, em 2016, o **projeto P0125 - Processo Eletrônico – Fase 4** foi realizado. O objetivo desse projeto foi dar celeridade ao trâmite dos processos judiciais junto aos tribunais regionais federais e superiores, proporcionando agilidade na instrução processual, diminuição do retrabalho com o uso apenas do Sistema Único e, conseqüentemente, otimização do fluxo de trabalho.

O escopo desse projeto foi a integração entre o Sistema Único do MPF e os sistemas dos tribunais federais, para trânsito eletrônico dos processos judiciais, utilizando o protocolo estabelecido no MNI. O projeto abarcou também a evolução da solução de processo eletrônico existente no que diz respeito à remodelagem de uma infraestrutura centralizada, mais detalhadamente:

- **Infraestrutura do Processo Eletrônico:** Adequação da infraestrutura de integração com os tribunais, de forma a proporcionar mais escalabilidade a essa infraestrutura;
- **Integração TRF1:** Integração com as unidades do TRF1, as quais tenham implementado o sistema de Processo Judicial Eletrônico. Entre as atividades, será realizado um levantamento preliminar das informações necessárias para a integração, acompanhado da codificação, implantação da solução e a estabilização e acompanhamento da solução;
- **Integração TRF2:** Integração com as unidades do TRF2, as quais tenham implementado o protocolo MNI. Entre as atividades, será realizado um levantamento preliminar das informações necessárias para a integração, acompanhado da codificação, implantação da solução e a estabilização e acompanhamento da solução;
- **Integração TRF3:** Integração com as unidades do TRF3, as quais tenham implementado o sistema de Processo Judicial Eletrônico. Entre as atividades, será realizado um levantamento preliminar das informações necessárias para a integração, acompanhado da codificação, implantação da solução e a estabilização e acompanhamento da solução;
- **Integração TRF4:** Integração com as unidades do TRF4, as quais tenham implementado o protocolo MNI. Entre as atividades, será realizado um levantamento preliminar das informações necessárias para a integração, acompanhado da codificação, implantação da solução e a estabilização e acompanhamento da solução;
- **Integração TRF5:** Integração com as unidades do TRF5, as quais tenham implementado o sistema de Processo Judicial Eletrônico. Entre as atividades, será realizado um levantamento preliminar das informações necessárias para a integração, acompanhado da codificação, implantação da solução e a estabilização e acompanhamento da solução;

- **Integração STF:** Integração com a solução de Processo Eletrônico do Supremo Tribunal Federal (via MNI) que, entre as atividades, será realizado um levantamento preliminar das informações necessárias para a integração, acompanhado da codificação, implantação da solução e a estabilização e acompanhamento da solução; e
- **Migrações:** Migrações de todas as soluções existentes atualmente para uma plataforma centralizada na Procuradoria-Geral da República, compatíveis com a solução de processo eletrônico do Sistema Único.

Conforme apontado no plano de riscos do projeto, alguns tribunais federais não cumpriram o cronograma de implantação das soluções de processo eletrônico, com isso, não foi possível o cumprimento integral do escopo do projeto. Algumas implantações não se concretizaram:

- TRF2;
- TRF5; e
- STF.

No tocante à infraestrutura do PJE, todas as entregas ocorreram conforme o planejado. Também já foram realizadas e homologadas as integrações com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A integração da Procuradoria da República na Bahia e da Procuradoria da República em Minas Gerais não estavam previstas inicialmente, em razão de não haver compatibilidade dos calendários de implantação do projeto do MPF e dos tribunais, mas foram realizadas posteriormente. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encontra-se plenamente integrado. Quanto a integração com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), apesar do atraso por parte do tribunal, o escopo foi plenamente atendido. As entregas referentes ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), com a exceção da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, também tiveram o escopo atendido.

Quanto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a integração não foi finalizada devido a uma instabilidade identificada pelo tribunal. Devido a essa instabilidade, o tribunal desabilitou as operações de Remessa de Manifestações e de Intimação Eletrônica. A operação de Recebimento de Processos está parcialmente desabilitada. O risco se concretizou e o tribunal não corrigiu esses problemas em tempo. Entretanto, ressalte-se que todas as implementações das operações por parte do MPF foram finalizadas.

Na integração com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), o tribunal está com um problema técnico impeditivo nas operações e está resolvendo paulatinamente. Com isso, apenas a integração junto à Procuradoria da República em Pernambuco foi finalizada. Ressalte-se que todas as implementações das operações por parte do MPF foram finalizadas.

Quanto ao STF, a implementação já estava sendo realizada por parte do MPF, conforme o planejamento. Entretanto, no decorrer das atividades de implantação, o tribunal informou que não disponibilizaria as operações por solicitação de sua área negocial. Com isso, a implantação não foi concluída.

No que tange às entregas de migrações, foram finalizadas aquelas referentes ao TRF1, TRF4 e TSE. Elas ocorreram conforme o planejado. Com relação à migração do Superior Tribunal de Justiça (STJ), está quase implementada, faltando apenas a disponibilização de espaço em disco na nova infraestrutura do processo eletrônico para sua efetivação, com previsão de resolução para o final do primeiro semestre de 2017. As duas outras migrações, referentes ao STF e ao TRF2, serão implementadas a partir do momento em que os tribunais ativarem as operações, conforme estabelecido no MNI.

8 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O tema sustentabilidade socioambiental é iniciativa de destaque no âmbito do Ministério Público Federal (MPF) desde 2004.

A partir de então, mesmo que não haja vinculação do MPF com as normas pertinentes editadas no nível do Poder Executivo, haja vista a autonomia garantida no art. 127, § 2º, da CF/1.988 e na Lei Complementar nº 75/1993, a instituição vem envidando esforços no sentido de adotar a integralidade das práticas preconizadas nas normas legais e técnicas vigentes, objetivando definir requisitos mínimos de atuação para o estabelecimento de um modelo compatível com as boas práticas da administração sustentável, o que foi assegurado ao acolher a sustentabilidade como um dos pilares fundamentais da sua gestão estratégica. Por conta disso, as responsabilidades socioambientais estão previstas e devidamente atribuídas no Regimento Interno Administrativo do MPF.

Em razão desse compromisso, visando assegurar a aplicação do Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a coleta seletiva nos órgãos da Administração direta, indireta e autárquica, foi editada a Portaria PGR/MPF nº 599/2010, disciplinando a matéria no âmbito do MPF. Dessa forma, a separação de resíduos e a destinação dos recicláveis às cooperativas e associações de catadores é prática corrente.

Um marco importante foi a assinatura do Termo de Adesão 27-MMA-A3P 2010, ocasião em que foi firmado o compromisso da Procuradoria-Geral da República, entre outras coisas, de cumprir as diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública, inspirada nos princípios que norteiam a boa gestão social, econômica e ambiental, com destaque para as políticas do desenvolvimento nacional sustentável, em acordo com o que dispõem: os arts. 23, inciso VI, 170, inciso VI, e 225 da Constituição Federal de 1988; a Agenda 21; os arts. 2º e 4º, inciso I, da Lei nº 6.938/1.981 (Política Nacional do Meio Ambiente); a Lei nº 10.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais instrumentos de estímulo às ações sustentáveis. Essa iniciativa foi seguida individualmente por outras unidades do MPF.

Para unificar as iniciativas e práticas do gerenciamento sustentável e dar efetividade ao previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, foi instituído o Sistema de Gestão Socioambiental do MPF. Até abril de 2017 está prevista a regulamentação do referido sistema, com a publicação do "Manual de Gestão Socioambiental do MPF", recentemente submetido à consulta pública. Destacam-se nessa publicação as orientações necessárias à elaboração dos Programas de Gestão Socioambiental das Unidades, que equiparam-se ao instrumento estabelecido pelo Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 16 e disciplinado pela IN SLTI/MPOG nº 10/2012.

As diretrizes socioambientais especialmente relacionadas à promoção de campanhas de educação destinadas à conscientização e à sensibilização temática, ao diagnóstico socioambiental, às questões relacionadas à acessibilidade, ao consumo consciente e métricas de indicadores de desempenho já estão em andamento.

Por fim, cumpre ressaltar, ainda, que o MPF já adota as iniciativas necessárias para o cumprimento do que dispõem o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, com a edição do "Guia de Contratações Sustentáveis do MPF" e com a implantação do Sistema de Compras Compartilhadas do MPF, que adotam os princípios e diretrizes das normas retrocitadas.

Ademais, de acordo com a análise dos dados, 30 Unidades do MPF observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, e 26 realizam a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006, e pode ser observado no **Anexo A ao item 8 Gestão ambiental e sustentabilidade** e no **Anexo B ao item 8 Gestão ambiental e sustentabilidade**.

8.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Depreende-se da análise dos dados que todas as unidades do Ministério Público Federal adotam critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, perfazendo um total de 363 contratos realizados em 2016, com tais critérios, conforme **Anexo ao item 8.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.**

9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

9.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Os dois principais canais de acesso ao cidadão que o Ministério Público Federal (MPF) oferece são as Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs) e a Ouvidoria do MPF.

As SACs, coordenadas pela Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud), sob a supervisão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), foram instituídas pela Portaria PGR/MPF nº 412/2013 e têm como principais atribuições: receber notícias de irregularidades, representações, solicitações de informação, requerimentos, entre outras demandas formuladas pelo cidadão, realizando a triagem e o encaminhamento aos órgãos competentes do MPF; realizar as atribuições inerentes ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); fornecer informações a respeito de distribuição e localização de procedimentos e processos aos advogados e cidadãos interessados; emitir certidões de existência ou não de autos extrajudiciais e processos administrativos em que aparece o nome do interessado, mediante requerimento e apresentação de documento pessoal e/ou procuração, em caso de pessoa física, e contrato social e/ou procuração, em caso de pessoa jurídica; e receber os pedidos de vista e/ou a cópia de autos em trâmite na unidade e encaminhar ao gabinete ou setor responsável.

A Ouvidoria do MPF, por sua vez, é um órgão de controle interno integrante da Administração Superior do MPF, com assento no Comitê de Gestão Estratégica da Instituição, ao qual se atribuiu a missão de promover a qualidade das atividades desempenhadas pelos órgãos, membros, servidores e serviços auxiliares do MPF, bem como de fomentar a participação dos cidadãos e cidadãs, de organismos da sociedade civil e de outras entidades no dia a dia da Instituição.

Os *sites* institucionais também mostram-se como um canal para viabilizar o acesso do cidadão aos serviços, produtos e informações prestados pelo MPF. Nesse contexto, a título exemplificativo, podemos citar o Portal MPF, o site da Turminha do MPF e o Portal da Transparência.

O Portal MPF é um importante canal de comunicação, pois reúne em um ambiente único diversas informações institucionais, por exemplo, as páginas das unidades administrativas do MPF. A arquitetura do conteúdo foi desenvolvida para facilitar o acesso do cidadão aos serviços prestados pela Instituição.

O site da Turminha do MPF, por sua vez, é um canal dirigido a um público diferenciado: o público infantojuvenil. Por meio da página, os usuários, especialmente as crianças, podem encaminhar perguntas à Instituição. Não se trata de um canal para recebimento de denúncias, mas sim um espaço com conteúdo de cunho educativo.

Já o Portal da Transparência tem como objetivo principal dar cumprimento à Lei nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação. Nessa página é possível acessar documentos e dados relacionados à atuação funcional, compras, contratos, licitações, despesas com pessoal, gastos com diárias e passagens, servidores, previsão orçamentária e aplicação dos recursos financeiros, entre outros.

9.1.1 OUVIDORIA

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS, FINALIZADAS E ENCAMINHADAS

No ano de 2016, a Ouvidoria do Ministério Público Federal (MPF) recebeu e processou 15.901 manifestações. Desse total, 2.693 foram finalizadas na Ouvidoria e 13.177 foram encaminhadas às Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs), setor responsável por distribuir às unidades do MPF as manifestações que tenham por objeto a atividade-fim da Instituição. Entre as manifestações processadas na Ouvidoria no exercício de 2016, restaram 31 manifestações pendentes de providências para 2017.

Quanto à evolução anual das manifestações recebidas na Ouvidoria, levando-se em conta a criação da Ouvidoria do MPF em meados de outubro de 2012, naquele ano foram recebidas 478 manifestações; em 2013, houve um aumento considerável, culminando em 5.127 manifestações, seguidas de 5.718 em 2014, 9.075 em 2015 e uma evolução exponencial no ano de 2016, com o quantitativo de 15.901 manifestações recebidas.

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NA OUVIDORIA

Cada manifestação recebida é classificada em um determinado tipo conforme seu conteúdo. Sendo assim, do total de manifestações finalizadas na Ouvidoria, ressalta-se que grande parte refere-se a “Solicitação de providências e/ou Informação”, com 906 ocorrências (33,6%); a “Reclamação”, com 767 ocorrências (28,5%); a “Denúncia”, com 574 ocorrências (21,3%); a “Elogios”, com 190 (7,1%) ocorrências; a “Crítica”, com 141 (5,2%); e a “Sugestão”, com 115 (4,3%) ocorrências.

Quadro 88 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo

Tipo	Quantidade	Percentual
Solicitação de providências e/ou Informação	906	33,6%
Reclamação	767	28,5%
Denúncia	574	21,3%
Elogio	190	7,1%
Crítica	141	5,2%
Sugestão	115	4,3%
Total	2.693	100%

MANIFESTAÇÕES FINALIZADAS NA OUVIDORIA

Entre as 2.693 manifestações de 2016, 1.370 (50,8%) versaram sobre matérias de atribuição da Ouvidoria (diz respeito às manifestações acerca das atividades desenvolvidas pelos órgãos, membros, servidores e serviços auxiliares do MPF, conforme os termos da Portaria PGR/MPF nº 519/2012); 724 (26,9%) foram classificadas como “arquivamento sumário” (diz respeito às seguintes manifestações: em duplicidade, impossíveis de compreensão dos fatos narrados e aquelas com uso de linguagem imprópria e ofensiva); 514 (19,1%) como “falta de atribuição” (são aquelas manifestações alheias às atribuições da Ouvidoria e do Ministério Público Federal) e 85 (3,2%) como “atribuição do MPF” (diz respeito às manifestações que não são de atribuição da Ouvidoria, mas que ensejam a atuação do MPF).

Quadro 89 – Quantidade e Percentual de Manifestações por Tipo de Finalização

Tipo	Quantidade	Percentual
Atribuição da Ouvidoria	1.370	50,8%
Arquivamento sumário	724	26,9%
Falta de atribuição	514	19,1%
Atribuição do MPF	85	3,2%
Total	2.693	100%

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS NA OUVIDORIA

Do total de manifestações finalizadas na Ouvidoria, extraiu-se, conforme a taxonomia estabelecida pela Resolução nº 63/2010, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o quadro a seguir, que relaciona de forma decrescente os assuntos mais demandados:

Quadro 90 – Assuntos mais recorrentes

Assunto	Recebidas
Infração disciplinar de membro ou servidor/Inércia ou morosidade na atuação funcional	857
Outros	612
Administração e funcionamento do Ministério Público	567
Crimes/Execução Penal	198
Consumidor/Serviço Público	130
Concurso Público	129
Lei de Acesso à informação/Remuneração de membros e servidores	49
Educação/Saúde/Idoso/Pessoa com deficiência	46
Improbidade Administrativa	32
Irregularidades Trabalhistas	26
Demanda alheia à competência da Ouvidoria/Consultas e dúvidas jurídicas	16
Infância e juventude	10
Meio ambiente	9
Eleitoral	8
Controle externo da atividade policial	4
Total	2.693

Em se tratando de manifestações de atribuição da Ouvidoria, o assunto mais demandado, conforme o quadro apresentado, foi “Infração disciplinar de membro ou servidor/inércia ou morosidade na atuação funcional”. No entanto, informa-se que as irresignações quanto às promoções de arquivamento e declínio de atribuição também foram classificadas na expressão “Inércia e morosidade na atuação funcional”, embora não represente, propriamente, uma inércia ou morosidade na atuação. Conforme a Resolução CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016, que altera a Resolução CNMP nº 95, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre as atribuições das ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, tal expressão ou assunto foi excluído da taxonomia do CNMP, sendo incluído o assunto “Atuação de Membros e Servidores”, que englobará os assuntos relativos às irresignações dos manifestantes que dizem respeito à atuação de membro e que não configure inércia ou morosidade.

ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES ÀS UNIDADES DO MPF PELA OUVIDORIA

As manifestações recebidas na Ouvidoria, que não são de sua atribuição, são encaminhadas às unidades do MPF, levando em consideração a jurisdição ou o local do fato relatado pelo manifestante. Em 2016, as nove unidades do MPF que mais receberam manifestações encaminhadas pela Ouvidoria foram a Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud), com 1.344 (14,9%) demandas, seguida da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, com 798 (8,9); Procuradoria da República em São Paulo, com 704 (7,8%); Procuradoria da República em Minas Gerais, com

359 (4%); Procuradoria da República no Distrito Federal, com 284 (3,2%); Procuradoria da República na Bahia, com 267 (3%); Procuradoria da República em Pernambuco, com 249 (2,8%); Procuradoria da República no Paraná, com 174 (1,9%); e Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, com 145 (1,6%) demandas recebidas.

MEIOS DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA

O meio mais utilizado para recebimento de manifestações na Ouvidoria foi o formulário eletrônico. O formulário representou, em 2016, 98% do total de demandas recebidas. O restante, *e-mail* e carta, somam aproximadamente 2% das manifestações cadastradas.

Ressalte-se que, para evitar a falta de padronização na identificação do cidadão e na descrição dos fatos, a Ouvidoria não disponibiliza seu correio eletrônico para o recebimento de demandas. No entanto, em razão de acordo com as Ouvidorias do Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público de Santa Catarina, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público de São Paulo, Ministério Público do Paraná, Ministério Público do Rio Grande do Sul e Conselho Nacional do Ministério Público, o *e-mail* passou a ser utilizado no recebimento de demandas oriundas dessas instituições.

Quadro 91 – Percentual de manifestações por meio de recebimento

Meios de Recebimento	Percentual
Internet	98,04%
<i>E-mail</i>	1,19%
Telefone	0,04%
Carta	0,38%
Presencial	0,35%

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA

No intuito de manter a qualidade dos serviços prestados, identificar e corrigir eventuais falhas no processo de trabalho, a Ouvidoria conta com um formulário de pesquisa de satisfação implantado em seu sistema. Tal pesquisa consiste em um formulário com perguntas curtas, que ajudam a qualificar os serviços dispensados aos manifestantes, considerando a ótica do cliente/manifestante em relação a sua satisfação. Cumpre esclarecer que a pesquisa de satisfação é encaminhada ao manifestante após a finalização de sua demanda, sendo esta preenchida de forma discricionária pelo cidadão.

Em 2016, foram enviados 2.693 convites com o *link* para o preenchimento do formulário de pesquisa de satisfação, sendo recebidas apenas 370 respostas, ou seja, 14% do total.

O formulário possui cinco perguntas objetivas e um espaço livre para comentários. As perguntas avaliam a satisfação quanto à clareza e conteúdo das respostas, tempo de finalização, atendimento prestado e o resultado final da demanda, de acordo com a escala: Totalmente Insatisfeito, Insatisfeito, Satisfeito e Totalmente Satisfeito.

Na análise dos dados, considerou-se “satisfação” como a soma das respostas com resultados *satisfeito* e *totalmente satisfeito*; e “insatisfação”, a soma dos resultados *insatisfeito* e *totalmente insatisfeito*. Sendo assim, diante da tabela a seguir, podemos inferir que 61,7% dos respondentes se mostraram satisfeitos e 38,3% ficaram insatisfeitos.

Quadro 92 – Avaliação de desempenho

Grau de satisfação	Indicador					
	Prazo	Clareza	Resolutividade	Atendimento	Satisfação	Total
Totalmente insatisfeito	92	108	125	124	135	584
Insatisfeito	24	14	24	18	19	99
Satisfeito	67	69	61	72	63	332
Totalmente Satisfeito	154	167	152	156	142	771
Total	337	366	362	370	359	1.786

Mesmo diante dos resultados positivos, notamos que as insatisfações (38,3%) são indicadores importantes, pois revelam aspectos do serviço que precisam ser aperfeiçoados. No entanto, percebe-se que os resultados negativos, muitas vezes, são alcançados por fatores alheios à qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria. Como exemplo, citamos as demandas que são replicadas diversas vezes no sistema, com o mesmo teor e o mesmo manifestante que, por não se sentir satisfeito com o resultado obtido após a finalização de sua demanda, acaba por abarrotar negativamente a pesquisa.

Nesse sentido, também podemos citar como exemplo casos abarcados pela autonomia e independência funcional de membros e órgãos do MPF, como meras irresignações ou insatisfações com atos objeto de procedimentos extrajudiciais e inquéritos (declínios de atribuição, promoções de arquivamentos e conduções de investigação), contra os quais não tem atuação ou a Ouvidoria do MPF não pode interferir.

Ainda neste contexto, a utilização do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) – ISO 9001:2015, gerido pela Coordenadoria de Pesquisas e Projetos da Ouvidoria do MPF, prevê aperfeiçoamentos periódicos do formulário de avaliação da satisfação, para que os resultados possam mapear com mais objetividade e precisão a satisfação ou insatisfação do manifestante, no que tange à qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria.

9.1.2 SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

EVOLUÇÃO DAS SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O Ministério Público Federal (MPF) possuía, em 2015, 202 Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs) em funcionamento e passou a contar com 208, em 2016. Nesse quantitativo, estão incluídas a sala da Procuradoria-Geral da República (situada no DF) e as das procuradorias regionais da República (situadas no DF, RJ, SP, RS e PE). Entre as SACs em funcionamento no exercício de 2015, 156 possuíam estrutura física própria e adequada aos padrões de acessibilidade estabelecidos e, no exercício de 2016, 180 passaram a contar com tal estrutura, representando um aumento de aproximadamente 15% em relação a 2015. Considera-se como SAC “em funcionamento”, quando o serviço de atendimento começa a ser prestado à sociedade, ainda que não possua estrutura física própria e acessível; e “instalada”, quando possui uma estrutura física própria e acessível.

Quadro 93 – Distribuição das salas de atendimento ao cidadão instaladas em 2016

Estado	Total de edificações	Quantidade de edificações com Sala de Atendimento ao Cidadão Instalada
AC	2	2
AL	2	2
AM	4	3
AP	1	1
BA	12	9

Estado	Total de edificações	Quantidade de edificações com Sala de Atendimento ao Cidadão Instalada
CE	6	6
DF	6	3
ES	5	5
GO	4	4
MA	5	4
MG	18	13
MS	7	5
MT	5	4
PA	8	4
PB	6	5
PE	8	5
PI	6	6
PR	20	16
RJ	17	14
RN	7	6
RO	3	2
RR	2	1
RS	22	15
SC	16	15
SE	4	1
SP	31	26
TO	3	3
Total	230	180

PRODUTIVIDADE DAS SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Para demonstrar um panorama geral da produtividade das SACs, o quadro a seguir relaciona quantidade de manifestações recebidas, finalizadas e encaminhadas no exercício de 2016. Além disso, o quadro também mostra a quantidade de manifestações em análise e o número de pedidos de informação recebidos.

Quadro 94 – Panorama da produtividade das Salas de Atendimento ao Cidadão

Descrição	Quantidade			
	1º Semestre de 2015	2º Semestre de 2015	1º Semestre de 2016	2º Semestre de 2016
Quantidade de manifestações recebidas pelas SACs	34.195	43.303	67.635	48.513
Número de manifestações finalizadas nas SACs	33.652	42.407	67.341	47.671
Número de manifestações encaminhadas pelos SACs	1.194	974	1.159	1.472
Número de manifestações que se encontram em análise nas SACs	520	844	568	463
Número de pedidos de informação recebidos	5.429	6.155	6.617	6.961

A seguir, apresenta-se um comparativo entre as manifestações finalizadas de acordo com as categorias de manifestações, nos últimos três anos.

Quadro 95 – Manifestações finalizadas nas Salas de Atendimento ao Cidadão por categoria

Tipo de Manifestação	2014	2015	2016
Denúncia	40.148	38.378	68.682
Pedido de Informação no SIC	11.689	11.465	13.578
Pedido de Informação Processual	18.220	26.131	33.030

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS SALAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

As SACs responderam a 157.397 manifestações, das 189.075 manifestações recebidas, ou seja, 83,24% das manifestações foram respondidas no exercício. Entre os assuntos mais demandados às SACs, encontram-se: direito à informação, agentes políticos, garantias constitucionais, direito penal, atos administrativos e concurso público/edital.

Visando cada vez mais melhorar o atendimento prestado pelo MPF, as SACs contam com formulário de avaliação no qual o cidadão, após o atendimento, pode avaliar o atendimento de 1 a 5, variando de totalmente insatisfeito a totalmente satisfeito, respectivamente. O resultado no segundo semestre de 2015 foi 3,95; no primeiro semestre de 2016, foi de 3,91; e no segundo de 2016, foi de 3,89. Após análise das avaliações do atendimento das SACs, desde sua instituição pela Portaria PGR/MPF nº 412, de 5 de julho de 2013, temos a média histórica de 3,92.

9.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Foi disponibilizada pelo Ministério Público Federal (MPF) a Carta de Serviços ao Cidadão, documento que apresenta descrição, forma de acesso, prazo e padrão de qualidade dos principais serviços oferecidos à sociedade por meio da Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC) e da Ouvidoria do MPF. A carta orienta o público e reforça o compromisso da Instituição com a disponibilidade e transparência de seus serviços.

O informativo ainda diferencia a função da Ouvidoria, Corregedoria e SAC, esclarecendo que a Ouvidoria é um canal para comunicar irregularidades praticadas por servidores e membros, já as SACs recebem demandas relacionadas à atividade-fim do MPF e pedidos de acesso à informação produzida e mantida pela Instituição. Por outro lado, a Corregedoria do MPF é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do MPF.

A primeira edição contou com uma tiragem de 2.200 exemplares, que foram distribuídos para todas as unidades do MPF. Cada SAC recebeu 10 unidades do documento e cada biblioteca das procuradorias da República e das procuradorias regionais da República recebeu 2 exemplares. A versão eletrônica encontra-se disponível no site <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/sac/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

9.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O Portal do Ministério Público Federal (MPF) tem o objetivo de servir como uma ferramenta de acesso às informações sobre a atuação da Instituição e sobre a sua gestão. O cidadão pode acessá-lo por meio do endereço eletrônico www.mpf.mp.br. No menu superior da página inicial, encontram-se informações sobre a atuação judicial, extrajudicial e administrativa, bem como as áreas temáticas do órgão, sua estrutura e seu histórico, a gestão estratégica, concursos, contatos, entre outras.

No Portal, o cidadão poderá também registrar denúncias e irregularidades, acompanhar o andamento dessas e solicitar informações gerais e processuais. O caminho de acesso é de fácil visualização, podendo ser resumido pelos seguintes passos:

1. ao acessar o site mencionado anteriormente, clique no menu “Para o Cidadão”, na parte superior da página inicial;
2. entre na opção “Sala de Atendimento ao Cidadão”;
3. clique no botão “Faça a sua manifestação”;
4. preencha os dados do manifestante;
5. preencha os dados da manifestação;
6. por fim, clique no botão “Registrar manifestação”.

A cada dois anos, o MPF publica o Relatório de Resultados, apresentando os principais resultados, avanços e investimentos da gestão do período. Esse relatório pode ser encontrado na opção “Conheça o MPF”, presente no menu principal do Portal, e subnível “Gestão Estratégica” na opção “Publicações”. A última versão do referido relatório encontra-se em http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/002_15_relatorio_de_resultados_final_online-compressed.pdf.

Outra fonte disponível de informações sobre a atuação e a gestão da Instituição é o Portal da Transparência do MPF. No menu superior da primeira página do *site* do Ministério Público Federal, há a opção “Transparência”, acessível também por meio do link www.transparencia.mpf.mp.br. Nele, é possível acessar documentos e dados relacionados à atuação funcional, compras, contratos, licitações, despesas com pessoal, gastos com diárias e passagens, servidores, previsão orçamentária e aplicação dos recursos financeiros, relatórios de prestação de contas anuais, entre outros. As informações disponíveis no *site* são mantidas atualizadas pelas secretarias nacionais do MPF e acompanhadas e monitoradas pela Assessoria de Transparência e Informações Estratégicas (ATIE). Periodicamente, as informações são inspecionadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As informações do Portal da Transparência do MPF são atualizadas até o 15º dia do mês subsequente ao da competência. Durante o exercício de 2016, o referido portal foi acessado por mais de 478 mil usuários.

Esse trabalho em conjunto da ATIE com as secretarias nacionais do MPF resultou numa evolução no *Ranking* da Transparência do CNMP, no qual o Portal da Transparência do MPF evoluiu gradativamente da 10ª para a 2ª colocação no período de outubro de 2015 a outubro de 2016. Além disso, a Comissão Especial do Extrateto do Senado Federal, em seu Relatório Final nº 14/2016, citou o Portal da Transparência do MPF como uma referência a ser utilizada pelos demais Poderes da União.

Uma nova versão do Portal da Transparência foi lançada em dezembro de 2016, com uma interface mais intuitiva e de fácil utilização, demonstrando o interesse da Instituição com a observância da transparência e melhor prestação de serviço à sociedade. Ademais, a implementação do Portal da Transparência do MPF está em conformidade com Lei de Acesso à Informação (LAI), aprovada na Lei nº 12.527/2011, com as Resoluções nºs 86 e 89/2012 do CNMP e, especialmente, com o princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

9.4 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

9.4.1 ACESSIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES

O cumprimento da garantia de acessibilidade universal às edificações no âmbito do Ministério Público Federal (MPF) segue a previsão da Lei nº 10.098/2000, do Decreto nº 5.296/2004, e é regulamentado pela Resolução nº 81/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Consoante com a regulamentação, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) tomou as seguintes providências desde 2014:

- elaboração de cartilha com desenhos em perspectiva, croquis, textos explicativos, questionário de conferência, especificações e planilha orçamentária para atendimento da etapa 1 de acessibilidade, que trata do acesso ao público externo;
- publicação da Nota Técnica SEA nº 06, de julho de 2016, que estabelece as etapas e orientações para as adequações das edificações do MPF;
- elaboração de roteiro para contratação de projetos em conformidade com as normas de acessibilidade;
- todos os projetos para novas construções são analisados de acordo com as normas relacionadas a acessibilidade;
- recomendação de priorização das demandas que envolvam acessibilidade às edificações; e
- inclusão de projeto estratégico focado em acessibilidade das edificações no Planejamento Estratégico do MPF.

O plano para garantir a acessibilidade a todas as edificações do MPF foi dividido em 3 etapas, tendo em vista a necessidade de priorização orçamentária e a dimensão das intervenções técnicas. No planejamento orçamentário do MPF há um plano interno com recursos específicos para a realização das adequações nas edificações em todos os estados.

ETAPA 1 DE ACESSIBILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES

O objetivo da etapa 1 de acessibilidade às edificações é garantir o acesso ao público externo, isto é, aos cidadãos que procuram o MPF. Compreende a criação de uma rota acessível da calçada externa da edificação até a Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC), com a adequação de calçadas, rampas, escadas externas, estacionamentos, circulações, portas, sanitários públicos e balcões de atendimento. Esta etapa está descrita na cartilha “Acessibilidade – Diretrizes básicas para edificações de uso público”. Também serão atendidos nesta etapa os servidores com deficiência e em exercício na Instituição. Além disso, todas as novas sedes do MPF construídas atendem à legislação pertinente.

A etapa 1 abrange as adequações nos seguintes aspectos:

- vagas reservadas;
- calçadas;
- piso tátil (acesso);
- sinalização de escadas;
- rampas;
- plataforma elevatória;
- adequação de corrimãos e guarda-corpos;
- balcões acessíveis;
- portas acessíveis (entrada da edificação até a sala de atendimento ao cidadão);
- sala de atendimento ao cidadão;
- sanitários públicos acessíveis;
- acessibilidade para servidores em exercício.

ETAPA 2 DE ACESSIBILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES

Na etapa 2 de acessibilidade às edificações, o objetivo principal será atender – obedecendo ao percentual de pessoas com deficiência frente à população total – às necessidades de qualquer servidor e membro que venha a ser lotado na Unidade. Para isso, complementarás as adequações propostas na etapa anterior com adequação dos ambientes de uso coletivo, das demais portas, instalação de piso tátil interno onde for necessário, revisão de escadas e elevadores e aquisição de mobiliário, com percentual que atenda à legislação pertinente.

A etapa 2 abrange as adequações dos seguintes aspectos:

- lanchonetes, restaurantes e refeitórios;
- biblioteca;
- portas acessíveis em toda a edificação;
- piso tátil nos demais ambientes, quando pertinente;
- revisão de escadas;
- revisão de elevadores;
- mobiliário.

ETAPA 3 DE ACESSIBILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES

A etapa 3 de acessibilidade às edificações será a última etapa para que o MPF consiga atender completamente ao estabelecido na legislação pertinente. Esta terá por ideal tornar os edifícios acessíveis para todos os cidadãos, considerando as exceções da Norma Brasileira (NBR) 9050/2015, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para os casos de reforma.

A etapa 3 envolve todas as demais adequações necessárias para garantir a acessibilidade plena das edificações, considerando as exceções da Norma para os casos de reforma.

PROJETO ESTRATÉGICO PARA ATENDIMENTO DA ETAPA 1 DE ACESSIBILIDADE

No segundo semestre de 2015, foi aprovado pelo Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP) do MPF o projeto “Atendimento da Etapa 1 de Acessibilidade na PGR, PRRs e PRs”, que visa concretizar a implementação dos requisitos de acessibilidade nas unidades do MPF situadas nas capitais dos estados e em Brasília, com o objetivo posterior de multiplicar o conhecimento para que servidores de cada unidade atendida sejam capazes de implementar as adequações nas procuradorias da República nos municípios (PRMs).

O projeto aprovado inclui treinamento, levantamento *in loco*, elaboração de especificações para contratação de projeto, análise de projeto e elaboração de especificações para contratação de reforma para atender aos requisitos de acessibilidade.

Em 2016 foram visitadas 7 unidades do MPF: Procuradoria Regional da República da 2ª Região, Procuradoria Regional da República da 3ª Região, Procuradoria Regional da República da 5ª Região, Procuradoria da República em São Paulo, Procuradoria da República em Pernambuco, Procuradoria da República no Rio de Janeiro e Procuradoria da República em Alagoas.

O prazo estabelecido no Planejamento Estratégico do MPF como meta para que todas as edificações do MPF atendam à etapa 1 de acessibilidade é até 2020.

EVOLUÇÃO DAS ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO EXERCÍCIO DE 2016

Por meio do Levantamento Nacional de Edificações 2016, em uso pelo MPF, foi diagnosticada a evolução das adequações das edificações para atendimento da etapa 1 de acessibilidade. No levantamento são verificadas 12 exigências relacionadas à acessibilidade, cujo percentual de cumprimento das exigências nas 230 unidades está em 64,76%. Até dezembro de 2016, 45 edificações cumpriam 100% das exigências, garantindo total acesso do público externo às

edificações do MPF. Em 2015, a quantidade ficou em 10 edificações adequadas. Em relação ao total de edificações em uso pelo MPF, o índice subiu de 4,95% em 2015, para 19,57% em 2016.

Quadro 96 – Distribuição das edificações adequadas para atendimento da etapa 1

Estado	Total de edificações	Quantidade de edificações totalmente adequadas às exigências de acessibilidade	Percentual das edificações totalmente adequadas
AC	2	1	50,00%
AL	2	0	0,00%
AM	4	2	50,00%
AP	1	0	0,00%
BA	12	0	0,00%
CE	6	0	0,00%
DF	6	2	33,33%
ES	5	0	0,00%
GO	4	1	25,00%
MA	5	0	0,00%
MG	18	3	16,67%
MS	7	0	0,00%
MT	5	4	80,00%
PA	8	0	0,00%
PB	6	0	0,00%
PE	8	1	12,50%
PI	6	1	16,67%
PR	20	5	25,00%
RJ	17	2	11,76%
RN	7	7	100,00%
RO	3	0	0,00%
RR	2	0	0,00%
RS	22	3	13,64%
SC	16	0	0,00%
SE	4	4	100,00%
SP	31	8	25,81%
TO	3	1	33,33%
Total	230	45	19,57%

9.4.2 ACESSIBILIDADE DO PORTAL DO MPF

O Portal do Ministério Público Federal (MPF) é um importante ponto de contato com o cidadão e integra, em um ambiente com navegação unificada, informações antes dispersas em mais de 30 sítios do MPF.

O referido portal foi desenvolvido na plataforma Plone, amplamente adotada por diversos órgãos da esfera federal, entre outros motivos, por ter reconhecida aderência a padrões de acessibilidade para conteúdos de internet.

A reunião de informações de diferentes plataformas, ao mesmo tempo que representa um importante avanço institucional, com impacto no relacionamento com a sociedade, mostra-se também como um grande desafio, por inúmeros motivos. Especificamente, no que diz respeito à acessibilidade, destaca-se o fato de que parte do conteúdo do Portal do MPF foi migrada de sítios que originariamente não eram compatíveis em sua integralidade ao requisitos do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), o que, em casos específicos, pode reduzir o grau de acessibilidade de determinados conteúdos.

A acessibilidade do Portal do MPF é verificada periodicamente com o auxílio de software ASES 2.0, recomendado pelo e-MAG, e a Instituição trabalha ativamente para sanar os problemas específicos identificados, buscando garantir que o Portal do MPF atenda aos requisitos de acessibilidade do modelo.

9.5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE EM NÚMEROS

Ciente da relevância da participação do cidadão na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime organizado, o Ministério Público Federal (MPF) vem aperfeiçoando e ampliando os canais de comunicação para que esteja à altura dos mais elevados anseios da sociedade.

O ano de 2016 foi um marco para o MPF, que comemorou cinco anos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Criado em 2010 em âmbito nacional, o plano tem o objetivo de fortalecer o órgão e alinhar as diversas unidades do MPF na busca da melhoria dos serviços prestados à sociedade e a busca da excelência na gestão e modernização do órgão. Um processo vivo e que considera imprescindível o diálogo e a união de esforços para uma ação conjunta entre a Instituição e a sociedade. Dentre as prioridades definidas estão a aproximação com o cidadão, o fortalecimento da imagem institucional e o fomento do relacionamento com públicos de interesse.

Nesse contexto, a Comunicação Social do MPF avançou na definição de ações estratégicas com foco no cidadão e no fortalecimento da atuação do MPF, com a reformulação do Portal da Transparência para prestação de contas à sociedade e investimento no Portal do MPF, criado especialmente para integrar as informações de toda a Instituição.

O acesso ao portal tem crescido exponencialmente. Estabelecendo um comparativo entre o número de usuários que acessaram a página nos últimos dois semestres, temos que no segundo semestre de 2016 o número cresceu aproximadamente 300%, tendo sido visitado por quase 810 mil usuários.

Quadro 97 – Acessos ao Portal do MPF

Acessos	1º semestre/2016	2º semestre/2016
Sessões	422.879	1.335.161
Usuários	275.478	809.746
Visualizações de páginas	926.420	3.831.049

Outro canal que promove o contato institucional com a sociedade é o **site Turminha do MPF** (<http://www.turminha.mpf.mp.br>). Trata-se de uma página dirigida especialmente ao público infantojuvenil, na qual temas relacionados à atuação institucional são abordados em uma linguagem apropriada a esse perfil. O site recebe cerca de meio milhão de visitas semestrais, tendo superado no 1º semestre de 2016, a marca de 1 milhão de visualizações.

Por meio dessa página, os usuários podem encaminhar suas dúvidas acerca da atuação institucional. É recorrente também o pedido de materiais para a realização de pesquisas escolares.

Quadro 98 – Acessos ao site Turminha do MPF

Acessos	1º semestre/2016	2º semestre/2016
Sessões	755.710	565.067
Usuários	664.066	499.225
Visualizações de páginas	1.073.415	818.108

Ainda no que diz respeito ao relacionamento com a sociedade, percebe-se que o MPF aproxima-se cada vez mais do cidadão, com sua atuação em temas relevantes para a agenda social, a exemplo do combate à corrupção. A Instituição empreende muitos esforços nessa seara e os resultados dessa atuação podem ser conhecidos nas seguintes páginas institucionais:

- **Lava Jato** (a página, disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br>, alcançou 1.994.096 visualizações em 2016);

- **Combate à corrupção** (a página, disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/>, alcançou 1.123.559 visualizações em 2016);
- **Dez medidas de combate à corrupção** (A página, disponível em: <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/>, alcançou 903.506 visualizações no 2º semestre de 2016).

Vale registrar que a página “10 Medidas de Combate à Corrupção” originou-se de um conteúdo hospedado na página de “Combate à Corrupção”, até meados de junho de 2016, passando a ter uma página própria a partir do segundo semestre do ano passado.

Nas páginas que tratam desse assunto, o cidadão encontra também um link para acessar a Sala de Atendimento ao Cidadão (<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/sac>), facilitando, assim, o contato efetivo com a Instituição para a apresentação de denúncias.

O quantitativo de usuários alcançados por cada uma dessas páginas é apresentado a seguir.

Quadro 99 – Número de usuários nos sites

Site	Número de usuários
Lava Jato	1.031.630
Combate à Corrupção	587.760
10 Medidas de Combate à Corrupção	307.169

Outro resultado de igual importância no relacionamento com a sociedade deve-se ao esforço empregado nas redes sociais para aprimorar o diálogo institucional com os diversos públicos de interesse do MPF. A Instituição está presente nas redes Facebook, Twitter, YouTube e Flickr, possibilitando que notícias, fotos, vídeos e informações disponíveis nos *sites* institucionais possam alcançar um número maior de pessoas.

A expansão da presença do MPF nas redes sociais foi expressiva em 2016. Em dezembro de 2015, o perfil do Ministério Público no Facebook contava com 87.165 seguidores. Um ano depois, em dezembro de 2016, já somavam 384.192 seguidores, o que representa um crescimento de 440%. Em 2015, o *post* com maior alcance atingiu 727 mil contas. Em 2016, a postagem com maior repercussão foi vista por mais de 4,3 milhões de pessoas, resultado de intenso monitoramento e produção de postagens com foco no interesse público.

No Twitter, o crescimento do número de seguidores também foi expressivo: 30 mil novas contas passaram a acompanhar o perfil da Procuradoria-Geral da República (PGR) em 12 meses. Em dezembro de 2016, mais de 210 mil contas seguiam o perfil da PGR no Twitter. Se somados, os seguidores de todas as contas do MPF no Twitter (PGR e unidades nos estados) totalizam mais de 540 mil contas. Diariamente, a conta da PGR divulga pelo menos 20 tuítes, com link direto para as principais notícias publicadas no portal da Instituição na Internet.

O MPF utilizou suas contas nas redes sociais para promover campanhas e ações de mobilização para os temas e posições defendidos pela Instituição. Em maio de 2016, foi realizada a ação digital #PEC65Não, que objetivou esclarecer o público sobre os riscos para a sociedade brasileira caso fosse aprovada a PEC 65, que pretendia flexibilizar as regras de licenciamento ambiental. Um movimento de tuítes (tuitaço) sobre o tema gerou mais de 15,4 mil tuítes contra a aprovação da PEC. A *hashtag* #PEC65Não ficou em quarto lugar nos *trending topics* mundiais por mais de 40 minutos. A mobilização capitaneada pelo MPF contou com a adesão de milhares de pessoas, órgãos governamentais, Organizações Não Governamentais e até celebridades.

Outras duas ações de mobilização no Twitter foram os tuitaços #VotoConsciente, resultado de uma parceria com o Tribunal Superior Eleitoral, e #EuQuero10Medidas, que, em novembro de 2016, alcançou o primeiro lugar nos *Trending Topics* Brasil e o quinto lugar nos *Trending Topics* Mundial.

Fortalecer o diálogo com o cidadão passa, necessariamente, por fortalecer o diálogo com a

imprensa, portanto, o MPF se esforça para atender às demandas desse público com informações direcionadas, de fácil compreensão, fidedignas, transparentes e céleres. Esse relacionamento pode ser traduzido por meio de números: em 2016, foram realizados mais de 24 mil atendimentos à imprensa somando os esforços de todas as assessorias de Comunicação Social do MPF no país. Nesses atendimentos contabilizados estão presentes tanto aqueles em que a Instituição atende a determinados pedidos de informação demandados pela imprensa (reativos) quanto aqueles em que a iniciativa em estabelecer o contato, divulgando alguma pauta de interesse institucional/social, parte do próprio MPF.

Ressalta-se, ainda, a realização constante de audiências públicas. Uma oportunidade de aproximação direta com o cidadão, possibilitando que todos os interessados possam ter voz no trato de assuntos que atingem diretamente suas vidas. A audiência pública é um instrumento de atuação extrajudicial do MPF, usado para levantar subsídios para a instrução de procedimentos ou inquéritos civis públicos.

A seguir encontram-se algumas temáticas relevantes abordadas nas audiências públicas promovidas em 2016:

- Tratamento de câncer (Alagoas);
- Audiência pública debate flexibilização do processo de licenciamento ambiental proposto pela PEC 65 (Minas Gerais);
- Providências a serem tomadas pelo poder público e pela sociedade para evitar ou minimizar erosão em praia (Pará);
- Justiça Restaurativa (Paraíba);
- Violência contra mulher com foco na saúde (Pernambuco);
- Recomendação da ONU sobre povos indígenas (Brasília);
- Transgênicos e Agrotóxicos (Brasília); e
- Gerenciamento Costeiro (Brasília).

10. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O Ministério Público Federal (MPF) obedece aos dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), bem como no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e na Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações), do Manual SIAFI.

Em cumprimento ao disposto nos normativos supracitados e na Orientação Contábil nº 50/2010, da Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), foi realizada a depreciação dos bens móveis registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, observando os prazos de vida útil econômica do ativo e de valor residual, por conta contábil, definidos na referida Macrofunção.

Por sua vez, a depreciação dos bens imóveis da Unidade Prestadora de Contas (UPC), cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), foi registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Quanto ao cálculo da amortização de ativo imobilizado e intangível, informamos que foi utilizado o método das cotas constantes, observando-se a vigência contratual. Portanto, não foram amortizadas as aquisições de licenças de uso de *software* com vida útil indefinida, ou seja, que não possuem prazo contratual, em observância ao estabelecido no MCASP e na Orientação Contábil nº 20/2015, da AUDIN-MPU.

As avaliações e mensurações das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, do imobilizado e do intangível, foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC T 16.10 e no MCASP, em especial, na Parte II (tópico 4 - Mensuração de Ativos e Passivos).

Em relação ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício de 2016, destacamos as seguintes variações patrimoniais e seus respectivos valores:

Quadro 100 – Variação Patrimonial

Variação Patrimonial Diminutiva	Valor R\$
Depreciação de Bens Móveis	37.441.320,20
Depreciação de Bens Imóveis	6.120.440,28
Amortização de Imobilizado	224.842,10
Amortização de Intangível	2.487,85
Total	43.789.090,43
Variação Patrimonial Aumentativa	Valor R\$
Reavaliação de Bens Imóveis	75.408.194,52
Total	75.408.194,52

10.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), além de setorial orçamentária e financeira, funciona também como setorial de custos do Ministério Público Federal (MPF). Subordinada à SPO, a Subsecretaria de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira (SUBCEOF) é a responsável pela organização das informações de custos da instituição.

No MPF, os custos diretos são apurados a partir das Unidades Gestoras Executoras (UGEs) presentes no SIAFI, que correspondem à Procuradoria-Geral da República (PGR), procuradorias regionais da República (PRRs) e as procuradorias da República (PRs), que atualmente podem ser consideradas como centros de custos do MPF.

De forma geral, os custos no MPF são identificados e alocados a partir de uma combinação entre UGEs e planos internos. As PRRs e PRs são responsáveis pela execução de grande parte das suas despesas discricionárias, tais como limpeza e conservação, vigilância, telefonia móvel e fixa, suprimentos de informática e materiais de consumo. No caso da PGR, os custos são identificados por planos internos.

Dessa forma, dada a estrutura do orçamento do MPF no SIAFI, quando uma determinada UGE liquida a sua própria despesa, o custo já está automaticamente alocado para o centro de custos correspondente.

A exceção reside em algumas despesas que não são executadas pela própria UGE, necessitando que sejam identificadas e alocadas a partir dos planos internos e tabelas auxiliares de controle. São despesas como as de pessoal, encargos sociais e serviços de comunicação de dados nacionais, executadas pelas UGEs Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas, situadas na PGR, estando em desenvolvimento um método de rateio para que os custos sejam distribuídos de forma automatizada aos respectivos centros.

O sistema informatizado utilizado pelo MPF, para apuração e gestão de custos, é o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal/Tesouro Gerencial (SIC), disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto aos impactos observados na atuação do MPF, as decisões de planejamento e alocação de recursos são analisadas utilizando, entre outras informações, os dados de custos de períodos anteriores e comparativos entre as unidades. Como exemplo, o planejamento do custeio básico das procuradorias da República e procuradorias regionais da República se apoiam nos custos dos anos anteriores para planejamento futuro. Durante o ano de 2016, com o advento da Emenda Constitucional nº 95, que trata do Novo Regime Fiscal, foram realizadas readequações orçamentárias para o planejamento de 2016 e 2017 a partir de informações de custos disponibilizados no SIC/Tesouro Gerencial.

Os relatórios de custos padronizados são gerados no Tesouro Gerencial. Outros relatórios são elaborados de acordo com o nível de informação necessário ao gestor. No momento das reprogramações orçamentárias, os custos também são analisados para fins de planejamento. Ao fim do exercício, a SPO disponibiliza um caderno denominado “Relatório de Execução Orçamentária”, com os custos por programa, ação e unidade, assim como análise de indicadores físicos.

10.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

A organização das demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, segundo as normas de regência da matéria, e os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 438/2012 (**Anexos ao item 10.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas**).

A conformidade contábil das unidades gestoras do Ministério Público Federal foi realizada pela Setorial Contábil do Ministério Público da União (unidade gestora 200101 – Auditoria Interna do MPU), observando os princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, o plano de contas da União, a conformidade dos registros de gestão das unidades gestoras e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional. Nesse sentido, cumpre informar que os servidores responsáveis pelo registro da conformidade contábil não exerceram funções conflitantes com essa atividade, respeitando o princípio da segregação de função.

A unidade jurisdicionada Ministério Público Federal possui as seguintes unidades gestoras executoras cadastradas no SIAFI.

Quadro 101 - Unidades gestoras executoras cadastradas no SIAFI

Código	Unidade Gestora
200100	Secretaria de Administração – SA/MPF
380004	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF
200097	Secretaria Geral – SG/MPF
200069	Procuradoria da República no Acre
200093	Procuradoria da República em Alagoas
380005	Procuradoria da República no Amapá
200071	Procuradoria da República no Amazonas
200031	Procuradoria da República na Bahia
200082	Procuradoria da República no Ceará
200023	Procuradoria da República no Distrito Federal
200038	Procuradoria da República no Espírito Santo
200066	Procuradoria da República no Goiás
200078	Procuradoria da República no Maranhão
200064	Procuradoria da República no Mato Grosso
200040	Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul
200035	Procuradoria da República em Minas Gerais
200075	Procuradoria da República no Pará
200053	Procuradoria da República no Paraná
200087	Procuradoria da República na Paraíba
200090	Procuradoria da República em Pernambuco
200080	Procuradoria da República no Piauí
200043	Procuradoria da República no Rio de Janeiro
200085	Procuradoria da República no Rio Grande do Norte
200061	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul

Código	Unidade Gestora
200046	Procuradoria da República em Rondônia
380006	Procuradoria da República em Roraima
200049	Procuradoria da República em São Paulo
200058	Procuradoria da República em Santa Catarina
200022	Procuradoria da República em Sergipe
200201	Procuradoria da República no Tocantins
200208	Procuradoria Regional da República – 1ª Região – DF
200045	Procuradoria Regional da República – 2ª Região – RJ
200204	Procuradoria Regional da República – 3ª Região – SP
200102	Procuradoria Regional da República – 4ª Região – RS
200207	Procuradoria Regional da República – 5ª Região – PE

Nos demonstrativos abaixo, são evidenciadas as informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações (alerta ou ressalva) e a descrição das ocorrências não sanadas até o final do exercício de 2016, indicando as justificativas da não regularização.

DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO SIAFI – 2016

Quadro 102 - Unidade Gestora: 200022 – Procuradoria da República – SE

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	5
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
737	UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUAÇÃO CPR	1
Total		10

Quadro 103 - Unidade Gestora: 200023 – Procuradoria da República – DF

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	3
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	2
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	2
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
Total		9

Quadro 104 - Unidade Gestora: 200031 – Procuradoria da República – BA

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	4
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	3
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	3
Total		14

Quadro 105 - Unidade Gestora: 200035 – Procuradoria da República – MG

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	7
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	3
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	5
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NÃO CONFERE C/RMA	1
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBILIZ.	1
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	1
Total		18

Quadro 106 - Unidade Gestora: 200038 – Procuradoria da República – ES

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	7
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1
677	FALTA/ATRASO RETENÇÃO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
708	COMPROVANTE DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
Total		12

Quadro 107 - Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República – MS

Ocorrência		Quantidade
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	8
Total		9

Quadro 108 - Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República – RJ

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	12
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	5
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	3
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	3
708	COMPROVANTE DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	3
Total		27

Quadro 109 - Unidade Gestora: 200045 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região – RJ

Ocorrência		Quantidade
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	2
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NÃO CONFERE C/RMA	2
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZ.	5
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	4
Total		14

Quadro 110 - Unidade Gestora: 200046 – Procuradoria da República – RO

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	6
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NÃO CONFERE C/RMA	4
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	4
705	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	1
708	COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	4
737	UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUAÇÃO CPR	1
Total		21

Quadro 111 - Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria da República – SP

Ocorrência		Quantidade
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	4
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	3
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NÃO CONFERE C/RMA	1
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBILIZ.	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	2
737	UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUAÇÃO CPR	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
Total		13

Quadro 112 - Unidade Gestora: 200053 – Procuradoria da República – PR

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZ.	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	2
708	COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	2
Total		9

Quadro 113 - Unidade Gestora: 200058 – Procuradoria da República – SC

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	3
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	2
Total		6

Quadro 114 - Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria da República – RS

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	1
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	7
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	2
Total		12

Quadro 115 - Unidade Gestora: 200064 – Procuradoria da República – MT

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	4
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
708	COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
Total		10

Quadro 116 - Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República – GO

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	3
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NÃO CONFERE C/RMA	7
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBILIZ.	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	10
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	4
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	2
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
Total		32

Quadro 117 - Unidade Gestora: 200069 – Procuradoria da República – AC

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	4
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	4
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	3
Total		15

Quadro 118 - Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República – AM

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	6
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA	3
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	6
Total		17

Quadro 119 - Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República – PA

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	1
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	3
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA	9
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	10
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	9
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
Total		36

Quadro 120 - Unidade Gestora: 200078 – Procuradoria da República – MA

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	4
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	2
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
Total		7

Quadro 121 - Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República – PI

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	12
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	4
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA	8
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	10
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	9
647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	3
708	COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
Total		50

Quadro 122 - Unidade Gestora: 200082 – Procuradoria da República – CE

Ocorrência		Quantidade
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1
Total		2

Quadro 123 - Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República – RN

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	5
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	3
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NÃO CONFERE C/RMA	2
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	2
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	1
Total		13

Quadro 124 - Unidade Gestora: 200087 – Procuradoria da República – PB

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
316	FALTA/ATRASSO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	2
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NÃO CONFERE C/RMA	2
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	2
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	2
Total		11

Quadro 125 - Unidade Gestora: 200090 – Procuradoria da Republica – PE

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	1
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
708	COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
Total		3

Quadro 126 - Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República – AL

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	4
316	FALTA/ATRASSO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	2
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA	3
640	SD CONTÁBIL BENS IMÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	5
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL SEP. AT. IMOBILIZ.	1
Total		17

Quadro 127 - Unidade Gestora: 200097 – Secretaria Geral do MPF

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
Total		3

Quadro 128 - Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	9
316	FALTA/ATRASSO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	3
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	3
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	3
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	3
705	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	1
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	2
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
Total		25

Quadro 129 - Unidade Gestora: 200102 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região – RS

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	3
Total		5

Quadro 130 - Unidade Gestora: 200201 – Procuradoria da República – TO

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	3
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	3
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
Total		10

Quadro 131 - Unidade Gestora: 200204 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região – SP

Ocorrência		Quantidade
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	2
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
Total		5

Quadro 132 - Unidade Gestora: 200208 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região – DF

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
606	SLD ALONG./INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	1
Total		4

Quadro 133 - Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Recursos Humanos do MPF

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	2
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
737	UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUAÇÃO CPR	2
768	FALTA IDENTIF BENEFICIÁRIO CONTROLE AUX MORADIA	12
Total		20

Quadro 134 - Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República – AP

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	11
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	1
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA	2
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	3
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	1
705	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	1
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	1
738	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	1
Total		21

Quadro 135 - Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República – RR

Ocorrência		Quantidade
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	6
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	1
640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	4
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	2
705	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	1
708	COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	1
Total		15

DEMONSTRATIVO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS – 2016

Quadro 136 - Unidade Gestora: 200035 – Procuradoria da República – MG

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NO DIA 06, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	O REGISTRO NÃO FOI REALIZADO POR FALHA E/OU ESQUECIMENTO POR PARTE DO RESPONSÁVEL. ENTRETANTO, A DOCUMENTAÇÃO FOI ANALISADA SEM A IDENTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS QUE NECESSITASSEM DE REGISTRO NO SIAFI.
632	SALDO ALONGADO NA CONTA 12311.99.05, DESDE 17/08/2016 (REFERENTE AO DOCUMENTO 2016PA000058/2016NS002425)	NÃO RECEB. TEMPESTIVO DO INSTIT. FED. DE EDUC., CIÊNCIA E TECN. - MG - CAMPUS BAMBUÍ) DE SALDO RELATIVO À DOAÇÃO DE EQUIPTO. DE INFORM.: PROC. Nº 1.22.000.002342/2016-17, TERMO DE BAIXA Nº 2016000005 E 2016NS002425, DE 17/08/16. REGUL. EM 17/01/17 POR MEIO DA 2017NS000024.

Quadro 137 - Unidade Gestora: 200040 – Procuradoria da República – MS

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTA 123119909.	COM RELAÇÃO À DIFERENÇA ENTRE O SALDO RMB E SIAFI, INFORMAMOS QUE A REGULARIZAÇÃO ESTÁ SENDO PROVIDENCIADA, CONFORME E-MAIL ENVIADO A ESTA UG PELO CHEFE DA DIPAT/SELOG/PGR.

Quadro 138 - Unidade Gestora: 200043 – Procuradoria da República – RJ

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO NA CONFORMIDADE DE GESTÃO, NO DIA 06, E REGISTRO DE RESTRIÇÃO, NOS DIAS 15 E 20, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	FOI OCASIONADO DEVIDO A GRANDE DEMANDA DE TRABALHO E NÃO HOUVE TEMPO PARA REALIZAR A CONFERÊNCIA DE TODOS OS PROCESSOS DESTA DATA.
708	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 2016SF000035 EM 15/12/2016, FORA DO PRAZO FIXADO, DIA 25/11/2016.	O ATRASO FOI DEVIDO A AUMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇO POR ESTAR LOTADO EM GABINETE, ASSESSORANDO PROCURADOR DA REPÚBLICA E AFASTADO DAS ATIVIDADES ADMINIST. DA PRM/ANGRA DOS REIS. PROCEDIMENTOS ADMINIST. DE CONTROLE INTERNO ESTÃO SENDO ADOTADOS A FIM DE EVITAR FUTURAS OCORRÊNCIAS.

Quadro 139 - Unidade Gestora: 200046 – Procuradoria da República – RO

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NOS DIAS 07 E 09, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	A UNIDADE VEM PASSANDO NOS ÚLTIMOS MESES, POR UMA ALTA ROTATIVIDADE DE PESSOAL, QUE VEM GERANDO ACÚMULO DE TRABALHO, GARGALOS, POR CONSEQUENTE, O NÃO CUMPRIMENTO DE ALGUNS PRAZOS LEGAIS EM SUAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS. POR ISSO, O CONFORMISTA NO DIA 05/12/2016 NÃO REALIZOU A CONFORMIDADE NO PRAZO ESTIPULADO, DEVIDO TER VÁRIOS PROCESSOS URGENTES E URGENTÍSSIMOS PARA ANALISAR.

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
708	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 2016SF000022 EM 12/12/2016, FORA DO PRAZO FIXADO, DIA 29/11/2016.	CABE INFORMAR QUE A PREST. DE CONTAS É REALIZADA APÓS O SUPRIDO ENCAMINHAR TODA A DOCUMENTAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DE SUPRIMENTO, TAIS COMO NF, RECIBOS ETC. TODO ESSE PROCESSO É REALIZADO POR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FÍSICO. A PRM-VILHENA (LOTAÇÃO DO SUPRIDO) E A PR-RO (LOCAL DO ENVIO DE DOC.COMPROBATÓRIOS DOS GASTOS) APRESENTAM UMA DISTÂNCIA DE APROXIMADAMENTE 706KM. JUNTE-SE À DISTÂNCIA O ACUMULO DE TRABALHO, FALTA DE PESSOAL, SÃO OS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A NÃO PREST.DE CONTAS DO SUPRIDO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS TEMPESTIVAMENTE.

Quadro 140 - Unidade Gestora: 200049 – Procuradoria da República – SP

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
316	NÃO ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA CONTÁBIL Nº 285/2016.	CONTA CONTÁBIL 12321.06.01 - IM2000496 – REFERE-SE À REFORMA DA PRM BAURU QUE PROVAVELMENTE SERÁ PAGA EM 2017. - CONTA CONTÁBIL 12321.06.05 - IM200049D – REFERE-SE AO PROJETO DA PRM OURINHOS QUE SE ENCONTRA EM ANDAMENTO, SENDO NECESSÁRIA A MANUTENÇÃO DO SALDO; E.IM200049E – REFERE-SE AO PROJETO DA PRM SÃO JOÃO DA BOA VISTA, QUE SE ENCONTRA EM ANDAMENTO, SENDO NECESSÁRIA A MANUTENÇÃO DO SALDO. - CONTA CONTÁBIL 12321.07.00 - .IM200049F E IM2000495 – FOI REALIZADA BAIXA NO SIAFI - ITEM 4 . FOI FIRMADO EM 13/04/2011, ENTRE A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO E ESTA UG, TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIA DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, EM DECORRÊNCIA DA SUCESSÃO DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SA (RFFSA), LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE OURINHOS. A SPU INFORMA QUE SERÁ NECESSÁRIO CONSEGUIR REGISTRO DO BEM EM NOME DA UNIÃO, RAZÃO PELA QUAL SERÁ ENVIADO NOVO PEDIDO DE AVERBAÇÃO EM NOME DA UNIÃO DO IMÓVEL DA TRANSCRIÇÃO Nº 1.875. DOCUMENTOS 1 E 2, EM ANEXO.
603	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI E RMA, ITENS 07, 16, 17, 19, 21, 22 E 26.	REFERE-SE AO LANÇAMENTO DE BAIXA DOS ITENS DE ALMOXARIFADO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016. O LANÇAMENTO FOI REGULARIZADO EM JANEIRO DE 2017, CONFORME COMPROVAM OS DOCUMENTOS 2017PA000001 E 2017NS000008.
632	SALDO ALONGADO NA CONTA 12311.99.05, DESDE 24/10/2016 (DOCUMENTO 2016PA00039/2016NS005800).	FOI REALIZADA A ALTERAÇÃO DE SITUAÇÃO EM VIRTUDE DE DIFICULDADE NO RECEBIMENTO DA DOAÇÃO PELA UG BENEFICIÁRIA, CONFORME RECOMENDADO NA DILIGÊNCIA CONTÁBIL 5/2017.
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAF X RMB, CONTA 12311.02.01.	O CUMPRIMENTO DESTA DILIGÊNCIA DEMANDOU UM PERÍODO MAIS AMPLO PARA SUA EXECUÇÃO EM VIRTUDE DE SUA EXTENSÃO, COMPLEXIDADE E NECESSIDADE DE RECEBIMENTO E COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE OUTROS SETORES DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO (DOC 5).

Quadro 141 - Unidade Gestora: 200061 – Procuradoria República – RS

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAF X RMB, CONTA 12311.03.03.	JÁ JUSTIFICADA (UG NÃO INCLuíDA NA DILIG.Nº 006/2017)

Quadro 142 - Unidade Gestora: 200064 – Procuradoria República – MT

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NO DIA 22, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	DEVE-SE TAL FATO A EQUÍVOCO DE INTERPRETAÇÃO DE MINHA PARTE. SUPUS ERRONEAMENTE QUE OS DIAS DE FERIADOS FORENSE, POR SEREM FERIADOS LEGAIS (LEI N. 5.010/1966), NÃO FOSSEM COMPUTADOS COMO DIAS ÚTEIS PARA ESTA UG NO QUE TANGE AO PRAZO PARA REGISTRO DA CONFORMIDADE NO SIAFI. NÃO OBSTANTE, A ANÁLISE DO SUPORTE DOCUMENTAL FOI REALIZADA PARA CADA DOCUMENTO EMITIDO NO DIA SUPRACITADO.

Quadro 143 - Unidade Gestora: 200066 – Procuradoria da República – GO

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NO DIA 07, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	NÃO HÁ FALTA DE CONFORMIDADE NO CONCONFREG DA UG EM DEZEMBRO/2016. INFORMO QUE SEGUI OS PROCEDIMENTOS, CONFORME ORIENTAÇÃO NO PARÁGRAFO 2, MAS OBTIVE A RESPOSTA "NÃO EXISTEM DADOS PARA ESTA CONSULTA".
603	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMA, ITEM 25.	COM RELAÇÃO À OCORRÊNCIA 603, REALMENTE FOI UM ERRO DE MINHA PARTE AO FAZER OS CÁLCULOS DOS VALORES A SEREM LANÇADOS NO RMMA DE DEZEMBRO. PEÇO DESCULPAS E INFORMO QUE REALIZEI O SANEAMENTO POR MEIO DA 2016NS000059 (2016PA000018).
632	SALDO ALONGADO NA CONTA 12311.99.05, DESDE 29/08/2016 (DOCUMENTO 2016PA000023/2016NS000963).	FUI INFORMADO PELO SR. TEN. SILVA, DA BASE AÉREA DE ANÁPOLIS, DE QUE EFETUARAM AGORA HÁ POUCO O RECEBIMENTO DO VEÍCULO NO SIAFI.
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMB, CONTA 12311.04.02.	INFORMO QUE INFELIZMENTE NÃO FOI POSSÍVEL SANEAR COMPLETAMENTE A CONTA 402 ANTES DO FECHAMENTO DO RMB PELA DIMAT/PGR. NO ENTANTO, EM 30/12 A COLEGA DA BIBLIOTECA FEZ OS DEVIDOS TRATAMENTOS NO PERGAMUM E HOJE REGISTREI AS ENTRADAS FALTANTES NO ASI. DESSA FORMA, INFORMO O SANEAMENTO, AINDA QUE INTEMPESTIVO, DA CONTA 402.

Quadro 144 - Unidade Gestora: 200071 – Procuradoria da República – AM

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NO DIA 05, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	INFORMAMOS QUE A CONFORMIDADE DOCUMENTAL DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2016 FOI REALIZADA MANUALMENTE, PORÉM EM VIRTUDE DE FALTA DE ENERGIA NO REFERIDO DIA, NÃO PUDEMOS REALIZAR A CONFIRMAÇÃO NO SISTEMA JÁ QUE ESTAVA NO ÚLTIMO DIA DE PRAZO PARA CONFIRMAÇÃO DO MOVIMENTO

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
603	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMA, ITENS 16 E 17.	<p>DIÁRIO.</p> <p>COMPROVANTES DE LANÇAMENTOS DE REGULARIZAÇÃO ENVIADOS EM ANEXO.</p> <p>- NA CONTA 113180117- PROCESSAMENTO DE DADOS==> FOI FEITA A ENTRADA NO SISTEMA ASI NA CONTA ESTOQUE, COM SALDO DO ASI DE R\$ 25.002,32 E O SIAFI COM SALDO TOTAL DE R\$ 24.804,32, PORTANTO A DIFERENÇA É DE R\$ 198,00 A MAIS NO SALDO DA CONTA DO ASI, DEVIDO CADASTRAMENTO INCORRETO NO MÓDULO ESTOQUE, SENDO O CORRETO A SER INSERIDO SERIA CONSUMO IMEDIATO, ONDE NAS SAÍDAS MENSAS DA CONTA O VALOR TOTAL SERIA DE R\$ 1.462,73 E NO RMMA AS SAÍDAS FICARAM EM R\$1.660,73. PARA A CORREÇÃO, FOI SOLICITADO DO SETOR DE INFORMÁTICA A FAZER A REQUISIÇÃO DE MATERIAL DO ITEM PEN DRIVE-10 UNIDADES, VALOR DE R\$ 198,00, PORTANTO A DIVERGÊNCIA FICARÁ SANADA.</p> <p>- NA CONTA 113180116- MATERIAL DE EXPEDIENTE====> NÃO FOI REALIZADA A ENTRADA DA NOTA FISCAL 000.043.504, ONDE RECEBEMOS UM E-MAIL DA PGR ORIENTANDO A NÃO FAZERMOS ENTRADAS DEPOIS DA DATA DE 29/12/2016, A FIM DE GERAR O RELATÓRIO DE DEPRECIAÇÃO MENSAL E REALIZAR O FECHAMENTO DO SISTEMA ASI, POR CONTA DO FINAL DO EXERCÍCIO, DATADO DE 30/12/2016. PORTANTO, A DIFERENÇA FOI DE R\$ 384,68, FICANDO O VALOR DO SALDO NO SIAFI DE R\$ 89.073,69 E ASI VALOR TOTAL R\$ 88.689,01. PARA SANAR, A ENTRADA FOI REALIZADA DEPOIS DA ABERTURA DO SISTEMA ASI.</p> <p>1.2 - INFORMO QUE AS INCONSISTÊNCIAS OCORRIDAS NO RMB REFERENTE AO FECHAMENTO DE DEZEMBRO, SEGUEM ABAIXO E, EM ANEXO, ENVIAMOS OS COMPROVANTES DE LANÇAMENTOS DE REGULARIZAÇÃO.</p>
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMB, CONTAS 123110109, 123110125, 123110201, 123110301, 123110302, 123110303, 123110402 E 123110501.	<p>NA CONTA 123110109- MÁQUINAS,FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA ==> ENTRADA FOI REALIZADA NA CONTA 123110109, CONTA EM QUE O BEM É CADASTRADO NO ASI , PORÉM NA NOTA DE EMPENHO ELE ENCONTRA-SE NA CONTA 1231100125 -OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS, PORTANTO FOI REALIZADA A BAIXA DO ITEM NO ASI E FEITA NOVA ENTRADA NO SISTEMA NA CONTA 1231100125, PORÉM FATO ESTE QUE DIFICULTA , POIS NÃO HÁ SIMILARIDADE ENTRE O ASI E O SIAFI. NO ENTANTO, DIVERGÊNCIA JÁ SANADA.</p> <p>- NA CONTA 123110301- APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS- DIFERENÇA NA CONTA DE R\$ 2.552,00 , REFERENTE A DUAS ENTRADAS QUE NÃO FORAM FEITAS TAMBÉM POR CONTA DO FECHAMENTO DE EXERCÍCIO DO ASI E NÃO PODERMOS REALIZAR AS ENTRADAS QUE FORAM PAGAS POSTERIORMENTE. AS ENTRADAS FORAM REALIZADAS EM JANEIRO, PORTANTO SANANDO</p>

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
		<p>A DIVERGÊNCIA.</p> <p>- NA CONTA 123110201- EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS====> DIVERGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 179,80, REFERENTE À ENTRADA QUE NÃO FOI EFETUADA DEVIDO FECHAMENTO DO SISTEMA, DIVERGÊNCIA JÁ SANADA, POIS FOI FEITA A ENTRADA EM JANEIRO, POSTERIORMENTE À ABERTURA DO ASI.</p> <p>- NA CONTA 123110302- MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO----> DIFERENÇA DE R\$ 4.690,00, REFERENTE À ENTRADA QUE NÃO PUDEMOS REALIZAR DEVIDO FECHAMENTO DO SISTEMA E POSTERIOR PAGAMENTO FEITO PELO FINANCEIRO.</p> <p>- NA CONTA 123110303- MOBILIÁRIO - DIFERENÇA DE R\$ 68.114,00, REFERENTE AO PAGAMENTO FEITO POSTERIORMENTE AO FECHAMENTO DO SISTEMA.</p> <p>- NA CONTA 123110402- COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS- DIFERENÇA DE VALOR DE R\$ 189.071,61, VALOR TOTAL ASI E SIAFI VALOR TOTAL DE R\$ 190.179,46, DIFERENÇA DE R\$ 1.107,85, POIS A BAIXA NO SIAFI FOI REALIZADA POSTERIORMENTE, POIS ENCONTRAVA-SE EM PENDÊNCIA DO RELATÓRIO DE DEPRECIAÇÃO. BAIXA JÁ REALIZADA NO SIAFI, COM A NS 000010, DE 2017.</p> <p>-NA CONTA 123110501- VEÍCULOS EM GERAL- SALDO TOTAL NO SIAFI ,R\$ 7.848,36, SALDO ASI R\$ 7.509,66, DIFERENÇA DE R\$ 138,70, REFERENTE À BAIXA DO CARRINHO DE PROCESSO , CONFORME TERMO DE BAIXA EM ANEXO, POR CONTA DA GERAÇÃO DE RELATÓRIO DE DEPRECIAÇÃO NÃO TER SIDO GERADO NO MÊS DE DEZEMBRO. DIVERGÊNCIA SANADA COM A BAIXA NO ASI E NS 2017-000012, VALOR DE R\$ 138,70.</p>

Quadro 145 - Unidade Gestora: 200075 – Procuradoria da República – PA

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
603	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMA, ITEM 26.	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMA, ITEM 26 - A DIFERENÇA FOI SANADA COM A INCLUSÃO DO TERMO DE BAIXA Nº 001/2017 (HOVE O CADASTRAMENTO INDEVIDO DE NOTAS FISCAIS).
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMB, CONTA 12311.03.03.	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMB, CONTA 123110303 - FOI REGULARIZADA COM A FINALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE BAIXA PATRIMONIAL INSTAURADOS POR MEIO DOS TERMOS DE BAIXA DE NºS 2016000006, 2016000008, 2016000009.

Quadro 146 - Unidade Gestora: 200080 – Procuradoria da República – PI

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NOS DIAS 06 E 11, E REGISTRO DE	EM RELAÇÃO AO ITEM 1, O RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE DOCUMENTAL APRESENTOU JUSTIFICATIVA QUE SEGUE ANEXADA, ONDE EM

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
	RESTRIÇÃO NOS DIAS 02, 05, 07, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26 E 27, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	RESUMO, DESTACA UMA DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTO EM RELAÇÃO AO AFERIDO DO DIA 8/12/2016. JÁ NO DIA 21/12, A AUSÊNCIA FOI MOTIVADA PELO ACÚMULO DE SERVIÇOS NO SETOR, TENDO EM VISTA QUE O REERIDO SERVIDOR NÃO É EXCLUSIVO DESTA ATIVIDADE, ASSUMINDO OUTRAS ATRIBUIÇÕES(CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE DA PR/PI); EM RELAÇÃO AO ITEM 2, A CONFORMIDADE DIÁRIA FOI DADA SEM RESTRIÇÃO, PORTANTO NÃO HÁ JUSTIFICATIVA A SEREM PRESTADAS; EM RELAÇÃO AO ITEM 2, A CONFORMIDADE FOI DADA COM RESTRIÇÃO. O CHEFE DA SEOF APRESENTOU JUSTIFICATIVA ANEXADA, CONSIDERANDO QUE AS RESTRIÇÕES APONTADAS TRATAM , SEM SUA MAIORIA, DE ERRO MATERIAL, TENDO EM VISTA QUE EM TODAS AS SITUAÇÕES NÃO HOUE RECOLHMIENTO DE IMPOSTOS DE FEORMA INDEVIDA, CAPAZ DE PREJUDICAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU O PRESTADOR/FORNECEDOR DO SERVIÇO.
603	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMA, ITENS 07, 16, 17 E 21.	EM RELAÇÃO AO ITEM 4, O CHEFE DO SETOR DE LOGÍSTICA-SELOG APRESENTOU JUSTIFICATIVA QUE SEGUE ANEXADA, ONDE INFORMA QUE EM RELAÇÃO À DIVERGÊNCIA DO RAMXSIAFI, FOI REGULARIZADA APENAS NO DIA 4/01/2017, PELAS RAZÃO APONTADAS NA JUSTIFICATIVA.
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMB, CONTAS 123110105, 123110124, 123110125, 123110201, 123110301, 123110302, 123110303, 123110402, 123110405, 123110501, 123110503 E 123110801.	A SELOG CONFIRMA A EXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NOS RELATÓRIOS E QUE NÃO HOUE TEMPO NECESSÁRIO PARA REGULARIZAÇÃO IMEDIATA DO SISTEMA ASIWEB E SIAFI, DEVENDO ASSIM EM CONJUNTO A COORD.DE ADM.DA PR/PI E SEOF, BUSCAR IDENTIFICAR TODAS AS DIVERGÊNCIAS E ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA SOLUCIONAR , NA MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL, A CONCILIAÇÃO DOS SALDO INCOMPATÍVEIS EXISTENTES.

Quadro 147 - Unidade Gestora: 200085 – Procuradoria da República – RN

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NOS DIAS 01, 06 E 07, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	TAL FALHA OCORREU POR PROBLEMAS DE SOFTWARE (JAVA) E NÃO PUDEAM SER REALIZADAS APÓS A NORMALIZAÇÃO DEVIDO AO EXPIRAMENTO DO PRAZO PARA TAL. PORÉM, APESAR DA AUSÊNCIA DOS REGISTROS NO SIAFI (CONFORMIDADE FORMAL), O SETOR RESPONSÁVEL REALIZOU A CONFERÊNCIA MANUAL DE TODAS AS MOVIMENT. PATRIMONIAIS, ORÇAMENT. E FINANCEIRAS NOS REFERIDOS DIAS (CONFORM. MATERIAL), CONFORME EMAIL ANEXO.
640	DIVERGÊNCIA ENTRE RMB X SIAFI, CONTAS 142120125 E 123110301.	A EMENDA CONSTIT. Nº 95/2016 ESTABELECEU LIMITES ORÇAMENTÁRIOS PARA O EXERCÍCIO 2017 (E SEGUINTE) TENDO COMO REF.A AS DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO 2016, CONF.ART. 107 DA CONSTIT.FEDERAL.ASSIM, PARA EVITAR A

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
		INSCRIÇÃO EM RP (E RESTRIÇÃO NOS REFERIDOS LIMITES), PROCEDEMOS AO PAGTO., NO DIA 30/12/16 DE DESP.DE CAPITAL JÁ DEVIDAMENTE ATESTADAS E LIQUIDADAS À ÉPOCA, CONF. A 2016NP000801 E 2016NP000802.OCORRE, QUE, NA OCASIÃO, O RESUMO MENSAL DE BENS (RMB) JÁ HAVIA SIDO "FECHADO" PELA PGR, O QUE GEROU TAL DIVERGÊNCIA.DE TODA FORMA, O MENCIONADO SALDO DIVERGENTE JÁ FOI AJUSTADO NO MÊS DE JANEIRO/17.

Quadro 148 - Unidade Gestora: 200093 – Procuradoria da República – AL

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NO DIA 31, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	A FALTA DO REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO DO DIA 31/12/2016 SE DEU PELO FATO DE QUE, POR OCORRER NUM DIA DE SÁBADO E VÉSPERA DE FERIADO (1º DE JANEIRO), NÃO HOUE EXPEDIENTE NA PR/AL, IMPOSSIBILITANDO ASSIM, O LANÇAMENTO DO REGISTRO EM QUESTÃO.
603	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMA, ITENS 16 E 39.	INFORMO QUE O ERRO NAS CONTAS 16 E 39 FORAM IDENTIFICADOS E SERÃO AJUSTADOS NO MÊS SUBSEQUENTE.

Quadro 149 - Unidade Gestora: 200100 – Secretaria de Administração do MPF

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NOS DIAS 01, 16 E 30, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	CONFORMIDADE DE GESTÃO NÃO REGISTRADA POR INOBSERVÂNCIA AO COMANDO CONCONFREG PARA VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIAS E CONSEQUENTE LAPSO DO LANÇAMENTO PELA ÁREA RESPONSÁVEL. CONTUDO OS DOCUMENTOS EMITIDOS FORAM CONFERIDOS PELO NÚCLEO DE CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO.
316	NÃO ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA CONTÁBIL Nº 285/2016.	INFORMAMOS QUE OS LANÇAMENTOS QUE OCASIONARAM A DILIGÊNCIA CONTÁBIL 285/2016 (ANEXO) NÃO FORAM REGISTRADOS POR ESTA CEOF, DESTA FORMA, COPIAMOS A SUBLOG NESTA MENSAGEM PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

Quadro 150 - Unidade Gestora: 200102 – Procuradoria Regional da República – 4ª Região/RS

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NO DIA 07, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	A RESTRIÇÃO DO MOVIMENTO DATA 02/DEZ/16 FOI LANÇADA EM VIRTUDE DE ERRO NO VALOR DE DOCUMENTO GPS 2016GP800132 E CORRIGIDA PELO DOCUMENTO 2016GP800144 NA DATA DE 30/DEZ/16. QUANTO AO DIA 07/DEZ/16 INFORMAMOS QUE NÃO HOUE O REGISTRO DA CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO EM PRAZO HÁBIL NO SISTEMA, MAS NÃO HOUE IRREGULARIDADES NESTE MOVIMENTO.

Quadro 151 - Unidade Gestora: 380004 – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
731	INSUFICIÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS NO CAMPO OBSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS 2016NS003184, 2016NS003185 E 2016NS003200.	INICIALMENTE AO APROPRIAR O DOCUMENTO 2016FL000685 E 2016FL000692, FOMOS ORIENTADOS A UTILIZAR A SITUAÇÃO LPA301, PARA RECONHECIMENTO DO PASSIVO. APÓS O LANÇAMENTO DESSA SITUAÇÃO, COM AUXÍLIO DESSA AUDIN, FOI IDENTIFICADO QUE A SITUAÇÃO CORRETA ERA LPA330. DESSA FORMA PROCEDEMOS O CANCELAMENTO DA SITUAÇÃO LPA301 PARA ALTERAÇÃO PARA LPA330. DEVIDO A NECESSIDADE DE APROPRIAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FOLHA NO ÚLTIMO DIA DO ANO, INFORMAMOS APENAS QUE A TRANSAÇÃO FOI EFETUADA PAR ALTERAR O TIPO DE LPA. COM O REGISTRO E DEVIDO PAGAMENTO DA FOLHA, BEM COMO COM A ENTRADA DO NOVO EXERCÍCIO, NÃO FOI POSSÍVEL REGULARIZAR A RESTRIÇÃO. COM RELAÇÃO AO DOCUMENTO 2016DT000040, ALTERAMOS A FONTE DE RECURSO POIS FOI UTILIZADA A FONTE INCORRETA, DESSA FORMA CANCELAMOS A PRIMEIRA LINHA DO DOCUMENTO E LANÇAMOS UMA NOVA INFORMANDO QUE A ALTERAÇÃO ERA REFERENTE APENAS A FONTE DE RECURSOS.
768	CONTROLE PAGAMENTO AUXÍLIO MORADIA CONTA CORRENTE POR CPF.	ESSA DEMANDA JÁ FOI TRATADA ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 16/2016/GAB/SG, O QUAL ENCAMINHAMOS ANEXO.

Quadro 152 - Unidade Gestora: 380005 – Procuradoria da República – AP

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NOS DIAS 01, 02 E 05, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	TODOS OS DOCUMENTOS NOS DIAS 01,02 E 05 FORAM CONFERIDOS OS DOC. DO PRESENTE AUTO, OS QUAIS COMPROVARAM AS OPERAÇÕES NELE EXISTENTES, PORÉM NÃO FORAM ATUALIZADOS OS SEUS REGISTROS DE GESTÃO NO SIAFI, VISTO QUE DENTRO DO PRAZO ESTE SERVIDOR ESTAVA PARTICIPANDO DE CURSO INSTITUCIONAL E O SEU SUBSTITUTO DESIGNADO PERTENCIA À EXECUÇÃO FINANCEIRA, IMPEDIDO, PORTANTO, DE REALIZAR A CONFORMIDADE. ESTE CONFORMISTA, DESIGNADO EM NOV/16 PARA O ENCARGO, NÃO PASSOU POR QUALQUER CURSO DE QUALIFICAÇÃO OU RECEBEU QUALQUER ORIENTAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DA CONF.DOCUMENTAL QUE O ORIENTASSE A CONTORNAR PROBLEMAS COMO OS VENTILADOS.
640	DIVERGÊNCIA ENTRE SIAFI X RMB, CONTA 123110105.	HISTÓRICO DA SITUAÇÃO: MÊS DE DEZEMBRO/2016 NO SISTEMA SIAFI: HOUVE ENTRADA NA CONTA 123110105 - VALOR R\$ 300,00 . NO SISTEMA ASI: HOUVE A ENTRADA CONTA 123110105, MAS NÃO FOI INFORMADA A DATA DE CONTABILIZAÇÃO. ESTA SITUAÇÃO SERÁ CORRIGIDA AGORA NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017.

Quadro 153 - Unidade Gestora: 380006 – Procuradoria da República – RR

Código Ocorrência	Motivação	Justificativa da Unidade Gestora
315	FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE DE GESTÃO, NOS DIAS 05 E 06, CONFORME TRANSAÇÃO >CONCONFREG.	NÃO FOI REALIZADA NO PRAZO DE 3 DIAS ÚTEIS POR EQUÍVOCO QUANTO À NÃO INCLUSÃO DO DIA 08/12/2016, FERIADO LOCAL, NO CÁLCULO DO PRAZO, E AUSÊNCIA DO RESPONSÁVEL TITULAR NO DIA 09/12, POR USO DE BANCO DE HORAS. CERTIDÕES ENCAMINHADAS NA DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

11. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2016, foi expedido o Acórdão TCU nº 1956/2016 – 1ª Câmara, que possui três recomendações, e o Acórdão TCU nº 4398/2016 – 2ª Câmara, que julgava as contas do MPF relativas ao exercício de 2013 regulares, sem recomendação e com quitação plena aos responsáveis.

No âmbito do Ministério Público Federal (MPF), o acompanhamento de documentos oriundos do TCU é realizado pela Assessoria Técnica da Secretaria Geral (ASTEC/SG), em conformidade com o Art. 12, inciso X¹, do Regimento Interno Administrativo, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015.

No quadro a seguir estão apresentadas as informações relativas às recomendações contidas no acórdão TCU nº 1956/2016 – 1ª Câmara.

Quadro 154 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-023.690/2012-7	1956/2016 - 1ª Câmara	1.7	Ofício 0188/2016 -TCU/ Secex/Administração, de 12/04/2016	19/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério Público Federal				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Recomendar ao Ministério Público Federal que: 1.7.1. Elabore e institua, formalmente, um Código de Ética, visto que tal documento detalha valores, princípios e comportamentos esperados e define tratamento para os casos de conflitos de interesses, proibindo ou estabelecendo limites quanto ao recebimento de benefícios que possam influenciar ou pareçam influenciar as ações de seus servidores; 1.7.2. Desenvolva indicadores de gestão que permitam a eficiência, o grau de eficácia, a efetividade e a economicidade das ações sob sua responsabilidade, de modo a permitir à sociedade melhor percepção de seu desempenho; 1.7.3. Estabeleça um sistema de gestão de riscos, de modo a que os riscos considerados críticos pelo órgão sejam adequadamente identificados, permitindo a adoção de medidas mitigadoras, não olvidando a atribuição da responsabilidade pela coordenação e continuidade do mencionado sistema.				
Medidas adotadas				
As providências para atendimento à recomendação 1.7.1 estão documentadas no Processo de Gestão Administrativa (PGEA) nº 1.00.000.007151/2016-17. A Portaria PGR/MPU nº 79, de 19 de outubro de 2016, instituiu Comissão para elaboração de Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União. A referido Comissão já produziu uma primeira versão da minuta do Código, que está em fase de aprimoramento, decorrente de sugestões remetidas pela Ouvidoria do Ministério Público Federal por meio do Ofício nº 962, de 16 de dezembro de 2016. Em atenção à recomendação 1.7.2, o Procurador-Geral da República expediu o Ofício nº 374/2016/GAB/PGR, de 26 de abril de 2016, dirigido ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, comunicando que “...desde o ano de 2013, os indicadores estratégicos do Ministério Público Federal encontram-se atualizados no portal do MPF, podendo ser consultados por meio do link http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/desempenho/indicadores-estrategicos ”. O mesmo Ofício encaminhou quadro resumo dos indicadores dos indicadores estratégicos do Ministério Público Federal classificados segundo a orientação do TCU (eficiência, eficácia, efetividade e economicidade). Em relação ao item 1.7.3, as providências adotadas pelo Ministério Público Federal estão descritas no item 4.4 Gestão de Riscos e Controles Internos .				

1 X – acompanhar os processos de interesse do Ministério Público Federal em trâmite no Conselho Nacional do Ministério Público, no Tribunal de Contas da União e em outros órgãos externos.

11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O órgão de controle interno do Ministério Público Federal (MPF) é a Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU). As recomendações da AUDIN-MPU às diversas unidades gestoras que compõem o MPF totalizaram 170, das quais 166 foram consideradas acatadas ou atendidas pelo órgão de controle no exercício de 2016. O conjunto de recomendações analisado compreende aquelas expedidas nos relatórios de auditoria emitidos nos anos de 2015 e 2016.

Em complementação ao disposto no **item 11.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU**, o acompanhamento das demandas do órgão de controle interno do MPF também é desempenhado pela Assessoria Técnica da Secretaria Geral (ASTEC/SG).

Para verificar o cumprimento das recomendações da AUDIN-MPU, a ASTEC/SG analisou todas as notas de auditoria emitidas em 2016, referentes aos relatórios de auditoria de 2015 e 2016. As referidas notas consideraram não acatadas apenas 1 das 57 recomendações sobre obras e serviços de engenharia e 3 das 113 referentes à área de gestão administrativa, correspondendo a percentuais de atendimento de 98,2% e 97,3%, respectivamente. Se consideradas em seu total, as recomendações atendidas alcançaram o percentual de 97,6%.

Entre as recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 20/2015, destaca-se o item 12.5, no qual a AUDIN-MPU, em síntese, adverte que o estabelecimento de valores máximos para o Pregão Eletrônico nº 171/2014 ocorreu em desacordo com a jurisprudência do TCU, notadamente na ausência de preços públicos para composição do valor de referência. Na situação em análise, pela especificidade do objeto, a unidade gestora, apesar dos esforços empreendidos, não logrou êxito em obter preço público compatível. Em sua avaliação, a AUDIN-MPU acatou as justificativas da unidade, e ressaltou a busca da unidade pelo aprimoramento dos *“...métodos e procedimentos de controle a fim de evitar e/ou minimizar a ocorrência de situações similares.”*

11.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

No Ministério Público Federal (MPF), as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário são apuradas e acompanhadas pelas seguintes áreas: a Comissão Permanente Disciplinar (CPD) e a Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas (ASSAD).

O Regimento Interno Administrativo, aprovado pela Portaria nº 382, de 5 de maio de 2015, define, dentre outras responsabilidades, que:

- a CPD possui a competência para: apurar a responsabilidade de servidor nos casos de irregularidades no âmbito do Ministério Público Federal, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar; auxiliar e orientar as demais unidades do Ministério Público Federal sobre os procedimentos a serem tomados em casos de ocorrência de irregularidades praticadas por servidor e verificar, mediante inspeção ou por determinação da autoridade superior, a regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do Ministério Público Federal.
- a ASSAD possui a competência para: expedir ou receber representações e comunicações sobre infrações praticadas por licitantes e contratados; propor ao Secretário de Administração, de ofício ou por provocação do fiscal, a instauração de processo administrativo em face de licitantes e contratados; encaminhar relatório conclusivo com proposta de arquivamento ou aplicação de penalidades administrativas e registrar, nos sistemas pertinentes, as sanções aplicadas.

No exercício de 2016, a ASSAD atuou sobre 135 procedimentos de gestão administrativa autuados para apuração de responsabilidade por dano ao erário no MPF, dos quais 48 resultaram em ressarcimento de valores. O **Anexo ao item 11.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário** contém a situação dos 135 procedimentos supracitados.

No tocante à CPD, que executa todos os atos administrativos necessários para a realização das investigações, produção de provas de materialidade e autoria das ocorrências de irregularidades e/ou impropriedades ocorridas nos limites impostos pela Lei nº 8.112/90, informam-se nos quadros abaixo os demonstrativos sintéticos das 6 comissões de inquérito em processos administrativos disciplinares instaurados na unidade no exercício de 2016, com o intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção.

Quadro 155 - Demonstrativo de Processo—MPF/PGR Nº 1.00.000.002653/2016-43 - Dano ao Erário

Número do processo: MPF/PGR Nº 1.00.000.002653/2016-43
Ato instaurador: (X) Portaria () Ordem de Serviço () Outros
Número do Ato: SG/MPF Nº 111 Data: 18/02/2016
Irregularidade/Illegalidade: (X) Dano ao Erário () Fraude () Corrupção
Fatos: Sindicância investigativa para apuração de autoria de arranhões identificados em veículo oficial.
Situação do processo: () em andamento (x) concluído
Julgamento: () absolvição () apenação (x) Arquivado
Pena aplicada: Não foi possível identificar autoria.
Remessa dos autos: Não houve.
Recomendação de instauração de TCE? Não
Observação: Processo arquivado por falta de identificação de autoria. Valor não expresso.

Quadro 156 - Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.00.000.002749/2016-10 - Dano ao Erário

Número do processo: MPF/PGR Nº 1.00.000.002749/2016-10
Ato instaurador: (X) Portaria () Ordem de Serviço () Outros
Número do Ato: SG/MPF Nº 537 Data: 18/02/2016
Irregularidade/Ilegalidade: (X) Dano ao Erário () Fraude () Corrupção
Fatos: Recusa a pagar multas de trânsito de carro oficial sob sua responsabilidade. Durante a instrução processual o servidor pagou as devidas multas.
Situação do processo: () em andamento (x) concluído
Julgamento: () absolvição (x) apenação
Pena aplicada: Servidor pagou as devidas multas de trânsito e sofreu penalidade de suspensão de 5 dias.
Remessa dos autos: Não houve.
Recomendação de instauração de TCE? Não
Valor: Servidor pagou as multas.

Quadro 157 - Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.00.000.010378/2016-31 - Dano ao Erário

Número do processo: MPF/PGR Nº 1.00.000.010378/2016-31
Ato instaurador: (X) Portaria () Ordem de Serviço () Outros
Número do Ato: SG/MPF Nº 570 Data: 28 / 07 /2016
Irregularidade/Ilegalidade: (X) Dano ao Erário () Fraude () Corrupção
Fatos: Arranhão no teto da van oficial, Renault Master JGC 0661
Situação do processo: () em andamento (x) concluído
Julgamento: () absolvição () apenação (x) arquivamento
Pena aplicada: Arquivamento por não possibilidade de identificação de autoria do dano.
Remessa dos autos: Não houve.
Recomendação de instauração de TCE? Não
Observação: Valor do dano não informado.

Quadro 158- Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.00.000.003941/2016-15 - Dano ao Erário

Número do processo: MPF/PGR Nº 1.00.000.003941/2016-15
Ato instaurador: (X) Portaria () Ordem de Serviço () Outros
Número do Ato: SG/MPF Nº 181 Data: 04/05/2016
Irregularidade/Ilegalidade: (X) Dano ao Erário () Fraude () Corrupção
Fatos: Dano a veículo oficial.
Situação do processo: () em andamento (x) concluído
Julgamento: () absolvição (x) apenação () arquivamento
Penalidade aplicada: Portaria PGR/MPF nº 84, de 2 de fevereiro de 2017. Aplicada penalidade de advertência ao servidor responsável, e determinar o ressarcimento ao erário, na forma do art. 18, § 2º, da Portaria PGR/MPU nº 513/2003 e art. 15, § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 70/2015.
Remessa dos autos: Não houve.
Recomendação de instauração de TCE? Não.
Observação: Valor do dano ainda não informado.

Quadro 159 - Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.15.000.002204/2016-72 - Dano ao Erário

Número do processo: MPF/PGR Nº 1.15.000.002204/2016-72
Ato instaurador: (X) Portaria () Ordem de Serviço () Outros
Número do Ato: PORTARIA/GAB Nº 566 Data: 25/08/2016
Irregularidade/Ilegalidade: (X) Dano ao Erário () Fraude () Corrupção
Fato: Suposto ato de promover a contratação direta de empresa e aquisição de material acima de valor contratual. A autoridade instauradora é o Procurador-Chefe da Procuradoria do Ceará.
Situação do processo: (X) em andamento () concluído
Julgamento: Não julgado.
Penalidade aplicada: Processo em fase de instrução
Remessa dos autos: Não houve.
Recomendação de instauração de TCE? Faltam elementos para a decisão de instauração de TCE.
Observação: Valor do dano não ainda não quantificado.

Quadro 160 - Demonstrativo de Processo – MPF/PGR Nº 1.15.000.002199/2016-06 - Dano ao Erário

Número do processo: MPF/PGR Nº 1.15.000.002199/2016-06
Ato instaurador: (X) Portaria () Ordem de Serviço () Outros
Número do Ato: PORTARIA/GAB Nº 698 Data: 16/12/2016
Irregularidade/Ilegalidade: (X) Dano ao Erário () Fraude () Corrupção
Fatos: Suposta promoção de contratação direta da empresa Portobello Shop. A autoridade instauradora é o Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Ceará.
Situação do processo: (X) em andamento () concluído
Julgamento: em andamento.
Penalidade aplicada: Processo em fase de instrução.
Remessa dos autos: Não houve.
Recomendação de instauração de TCE? Faltam elementos para a decisão de instauração de TCE.
Observação: Valor do dano ainda não quantificado.

11.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

No tocante à demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, verificou-se que todas as Unidades do MPF adotaram os procedimentos previstos na Lei 8.666/1993, conforme **Anexo ao item 11.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993**.

11.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

Da análise dos dados, constatou-se que 22 Unidades do MPF realizaram a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos. As demais Unidades não realizaram por não possuírem contratos com empresas optantes pelo benefício da Lei 12.546/2011, conforme **Anexo ao item 11.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos.**

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo ao item 2.3 Organograma

Anexo ao item 2.4 Macroprocessos Finalísticos

Anexo A ao item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo B ao Item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo C ao item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo D ao Item 3.10 Informações sobre a Execução das Despesas

Anexo ao Item 3.12 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Anexo ao item 3.13 Outras Informações da Gestão Estratégica

Anexo A ao item 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

Anexo B ao item 3.6 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

Anexo ao item 3.9 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Anexo A ao Item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Anexo B ao item 5.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Anexo A ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Anexo B ao item 6.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Anexo A ao Item 8 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Anexo B ao item 8 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Anexo ao Item 8.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Anexo A ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo B ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo C ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo D ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo E ao item 10.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Anexo A ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Anexo B ao item 11.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Anexo ao item 11.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Anexo ao item 11.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos

Anexo ao item 2.3 Organograma

Unidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Superior do Ministério Público Federal	Aprovar a proposta orçamentária do MPF e regimentos internos de órgãos finalísticos. Elaborar e aprovar as normas e as instruções referentes à distribuição de inquéritos e procedimentos e à carreira de procurador da República – concursos públicos, distribuição de membros, designações, promoção na carreira, entre outros assuntos.	Rodrigo Janot Monteiro de Barros	Procurador-Geral da República	1º/1/2016 - 6/1/2016; 18/1/2016 - 29/3/2016; 5/4/2016 - 21/6/2016; 1º/7/2016 - 10/7/2016; 25/7/2016 – 31/12/2016
		Ela Wiecko Volkmer de Castilho	Vice-Procurador-Geral da República	1º/1/2016 - 19/1/2016; 1º/2/2016 - 20/3/2016; 29/3/2016 - 22/5/2016; 30/5/2016 - 19/6/2016; 8/7/2016 – 30/8/2016
		Nicolau Dino de Castro e Costa Neto	Vice-Procurador-Geral da República	5/9/2016 – 8/9/2016
		José Bonifácio Borges de Andrada	Vice-Procurador-Geral da República	1º/1/2016 - 8/8/2016 (Conselheiro); 9/9/2016 – 31/12/2016 (Vice-PGR)
		Mario Luiz Bonsaglia	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2016 – 31/12/2016
		Antônio Augusto Brandão de Aras	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2016 – 9/8/2016
		Carlos Frederico Santos	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2016 – 9/8/2016
		Mônica Nicida Garcia	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2016 – 9/8/2016
		Maria Caetana Cintra Santos	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2016 – 9/8/2016
		Eitel Santiago de Brito Pereira	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2016 – 9/8/2016
		Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira	Subprocurador-Geral da República	1º/1/2016 – 9/8/2016
		Raquel Elias Ferreira Dodge	Subprocurador-Geral da República	10/8/2016 – 31/12/2016
		Lindora Maria Araujo	Subprocurador-Geral da República	10/8/2016 – 31/12/2016
		Maria Hilda Marsiaj Pinto	Subprocurador-Geral da República	9/9/2016 – 31/12/2016
Corregedoria do Ministério Público Federal	Fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público Federal.	Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho	Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	1º/1/2016 - 29/5/2016; 19/6/2016 - 24/7/2016; 14/8/2016 – 31/12/2016
		José Adonis Callou de Araújo Sá	1º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	30/5/16 - 18/6/16; 31/7/16 – 13/8/16
		Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho	2º Suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal	25/7/2016 – 30/7/2016
Gabinete do Procurador-Geral da República	Prestar suporte direto ao procurador-geral da República no exercício de suas funções institucionais.	Rodrigo Janot Monteiro de Barros	Procurador-Geral da República	1º/1/2016 - 6/1/2016; 18/1/2016 - 29/3/2016; 5/4/2016 - 21/6/2016; 1º/7/2016 - 10/7/2016; 25/7/2016 – 31/12/2016
		José Bonifácio Borges de Andrada	Vice-Procurador-Geral da República	9/9/2016 – 31/12/2016
		Ela Wiecko Volkmer de Castilho	Vice-Procurador-Geral da República	7/1/2016 - 17/1/2016; 30/3/2016 - 4/4/2016; 30/5/2016 - 19/6/2016; 8/7/2016 – 30/8/2016
		Nicolau Dino de Castro e Costa Neto	Vice-Procurador-Geral da República	22/6//2016 – 30/6/2016
Secretaria-Geral do Ministério Público Federal	Planejar, coordenar e executar as atividades referentes ao suporte administrativo do Ministério Público Federal.	Lauro Pinto Cardoso Neto	Secretário-Geral	1º/1/2016 - 6/1/2016; 17/1/2016; 28/1/2016 – 19/6/2016
		Flávio Oliveira Barbosa	Secretário-Geral Adjunto	1º/1/2016 - 8/5/2016; 6/6/2016 – 19/6/2016
		Blal Yassine Dalloul	Secretário-Geral	20/6/2016 - 4/12/2016; 8/8/2016 - 22/9/2016; 26/9/2016 - 17/10/2016; 1º/11/2016 – 31/12/2016
		Wilson Rocha de Almeida Neto	Secretário-Geral Adjunto	20/6/2016 – 31/12/2016

Anexo ao item 2.4 Macroprocessos Finalísticos

Órgão Interno	Macroprocesso	Temas	Descrição	Produtos e Serviços no período do relatório	Principais Clientes
1ª CCR	Defesa dos Interesses da Sociedade	Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em geral	Atua nos feitos cíveis relativos à educação, à saúde, à moradia, à mobilidade urbana, à previdência (inclusive as complementares pública e privada) e assistência social, aos conflitos fundiários, bem como na fiscalização dos atos administrativos em geral.	5 Grupos de Trabalho 5.709 procedimentos deliberados 16 enunciados 93 recomendações 15 orientações Administrativo (acompanhamento de sessões)	Sociedade
2ª CCR		Criminal	Atua na área criminal, excetuados os temas de atuação das 4ª, 5ª e 7ª Câmaras (crimes contra o patrimônio e ambientais, corrupção e controle externo da atividade policial e sistema prisional).	6 Grupos de Trabalho 12.988 procedimentos deliberados 14 enunciados 11 orientações Administrativo (acompanhamento de sessões)	Sociedade
3ª CCR		Consumidor e Ordem Econômica	Atua na defesa do consumidor, da concorrência e da regulação da atividade econômica, acompanhando as respectivas políticas públicas.	7 Grupos de Trabalho 4.203 procedimentos deliberados 14 enunciados 5 recomendações Administrativo (acompanhamento de sessões)	Sociedade
4ª CCR		Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	Atua na área de meio ambiente e patrimônio cultural, tratando especificamente dos temas relacionados à flora, à fauna, às áreas de preservação, à gestão ambiental, às reservas legais, à zona costeira, à mineração, aos transgênicos, aos recursos hídricos e à preservação do patrimônio cultural, entre outros.	15 Grupos de Trabalho 5.129 procedimentos deliberados 37 enunciados alterados e 5 novos 11 recomendações Administrativo (acompanhamento de sessões)	Sociedade
5ª CCR		Combate à Corrupção	Atua no combate à corrupção e nos feitos relativos aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, nos crimes praticados por funcionário público ou por particulares (arts. 332, 333 e 335 do Código Penal) contra a administração em geral, inclusive contra a administração pública estrangeira, bem como nos crimes de responsabilidade de prefeitos e de vereadores e nos previstos na Lei de Licitações.	6 Grupos de Trabalho 21.309 procedimentos deliberados 9 enunciados 3 orientações Administrativo (acompanhamento de sessões)	Sociedade
6ª CCR		Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	Atua especificamente nos temas relacionados às populações indígenas e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas, ciganos).	6 Grupos de Trabalho 1851 procedimentos revisados 1 recomendação Administrativo (acompanhamento de sessões)	Sociedade
7ª CCR		Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional	Atua nas matérias concernentes ao controle externo da atividade policial e sistema prisional. O objetivo é velar pela regularidade, adequação e eficiência da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das polícias, com vistas ao aprimoramento da persecução penal e melhor atendimento do interesse público. Além disso, pretende garantir à sociedade a efetiva e correta execução da pena, tendo em vista suas finalidades e a preservação dos direitos e garantias do sancionado, nos termos da lei e da Constituição Federal.	4 Grupos de Trabalho 2.333 procedimentos deliberados 5 enunciados Administrativo (acompanhamento de sessões)	Sociedade

Anexo A ao item 3.10 Informações sobre a execução das despesas

Quadro – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Ministério Público Federal		Código UO: 34101		UGO: 200097	
Modalidade de Contratação	Despesas empenhadas		Despesas pagas		
	2016	2015	2016	2015	
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	353.486.312,92	442.229.802,08	254.831.461,14	267.558.322,53	
a) Convite	138.865,00	34.951,70	106.000,00	24.062,60	
b) Tomada de Preços	1.551.626,77	2.475.970,21	136.717,09	282.570,00	
c) Concorrência	32.972.290,26	99.336.993,96	13.339.499,21	29.010.173,02	
d) Pregão	318.823.530,89	340.381.886,21	241.249.244,84	238.241.516,91	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	143.610.288,47	159.523.494,91	135.999.130,86	142.037.417,35	
h) Dispensa	80.788.894,92	94.114.787,14	75.832.926,62	80.555.057,27	
i) Inexigibilidade	62.821.393,55	65.408.707,77	60.166.204,24	61.482.360,08	
3. Regime de Execução Especial	384.744,63	485.407,46	384.744,63	485.407,46	
j) Suprimento de Fundos	384.744,63	485.407,46	384.744,63	485.407,46	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.572.630.761,16	2.394.794.352,66	2.568.234.783,48	2.394.791.921,06	
k) Pagamento em Folha	2.554.936.657,57	2.364.276.328,99	2.550.540.679,89	2.364.276.328,99	
l) Diárias	17.694.103,59	30.518.023,67	17.694.103,59	30.515.592,07	
5. Outros	262.489.025,70	269.918.637,76	260.532.837,25	256.620.747,60	
6. Total (1+2+3+4+5)	3.332.601.132,88	3.275.682.047,59	3.219.982.957,36	3.061.493.816,00	

Anexo B ao Item 3.10 Informações sobre a execução das despesas

Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Ministério Público Federal			Código da UO: 34.101				UGO: 200097	
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processado		Valores Pagos	
1. Despesa de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR. MILITAR	259.506.194,51	239.189.100,54	259.119.028,08	238.807.222,52	387.166,43	381.878,02	259.119.028,08	238.807.222,52
PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	72.435.330,39	68.247.367,48	72.341.543,48	68.097.367,48	93.786,91	150.000,00	72.341.543,48	68.097.367,48
OUTROS BENEF. PREV. DO SERVIDOR OU DO MILITAR	11.661,36	11.661,36	11.661,36	11.661,36			11.661,36	11.661,36
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	2.326.807,89	1.164.623,41	2.316.807,89	1.138.708,84	10.000,00	25.914,57	2.316.807,89	1.138.708,84
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.823.873.818,34	1.709.081.946,91	1.823.669.955,32	1.705.647.577,52	203.863,02	3.434.369,39	1.823.669.955,32	1.705.647.577,52
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	25.171.690,16	23.167.389,53	22.996.249,59	20.143.521,35	2.175.440,57	3.023.868,18	22.996.249,59	20.143.521,35
SENTENCAS JUDICIAIS	69.636,36	29.914,74	69.636,36	29.914,74			69.636,36	29.914,74
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.700.020,40	7.934.998,65	27.700.020,40	7.934.998,65			27.700.020,40	7.934.998,65
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	5.200.692,28	4.130.028,53	3.989.585,80	3.158.958,76	1.211.106,48	971.069,77	3.989.585,80	3.158.958,76
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	338.481.878,35	320.001.093,69	338.167.264,08	319.255.409,30	314.614,27	745.684,39	338.167.264,08	319.255.409,30

Anexo B ao Item 3.10 Informações sobre a execução das despesas

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	158.927,53	50.988,47	158.927,53	50.988,47			158.927,53	50.988,47
Demais Elementos do Grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida (não se aplica)								
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	22.760.171,10	20.683.224,90	22.733.630,57	20.253.780,31	26.540,53	429.444,59	22.733.630,57	20.253.780,31
DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	17.694.103,59	30.510.728,87	17.694.103,59	30.510.728,87			17.694.103,59	30.510.728,87
MATERIAL DE CONSUMO	13.255.318,21	16.060.529,16	8.960.764,33	10.799.689,53	4.294.553,88	5.260.839,63	8.949.703,36	10.796.795,73
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS		520,80		520,80				520,80
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST. GRATUITA	3.220,00	214.659,36	3.220,00	200.556,17		14.103,19	3.220,00	200.556,17
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.719.169,23	10.388.235,71	6.405.660,19	9.786.750,99	313.509,04	601.484,72	6.405.660,19	9.786.750,99
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	233.433,57	6.050,88	6.873,00	6.050,88	226.560,57		6.873,00	6.050,88
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. FÍSICA	36.302.091,62	42.401.054,62	35.318.387,85	41.222.380,67	983.703,77	1.178.673,95	35.306.628,74	41.141.632,23
LOCACAO DE MÃO DE OBRA	172.194.578,30	172.691.502,16	166.435.490,26	159.103.872,30	5.759.088,04	13.587.629,86	165.701.640,18	156.707.045,35
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ – OP.INT.ORC.	224.091.126,35	236.167.233,40	197.500.169,89	193.644.388,12	26.590.956,46	42.522.845,28	196.979.406,39	192.558.823,40
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	116.104.156,20	104.125.370,00	116.026.624,70	103.688.875,86	77.531,50	436.494,14	116.026.624,70	103.688.875,86
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.183.202,06	1.877.960,28	1.125.240,07	1.783.303,36	57.961,99	94.656,92	1.124.694,74	1.783.300,32

Anexo B ao Item 3.10 Informações sobre a execução das despesas

E CONTRIBUTIVAS								
AUXILIO-TRANSPORTE	4.208.160,47	4.993.748,00	4.191.160,47	4.933.808,69	17.000,00	59.939,31	4.191.160,47	4.933.808,69
PENSÕES ESPECIAIS	10.560,00	9.456,00	10.560,00	9.456,00			10.560,00	9.456,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.891.162,36	10.052.268,56	2.890.417,64	10.036.580,47	744,72	15.688,09	2.890.417,64	10.036.099,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.099.559,91	61.835.930,24	69.120.045,86	60.684.534,23	979.514,05	1.151.396,01	69.120.045,86	60.684.506,68
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	217.256,28	51.632,42	172.477,63	51.632,42	44.778,65		172.477,63	51.632,42
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processado		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
MATERIAL DE CONSUMO		12.565,69		6.976,80		5.588,89		6.976,80
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – P. FÍSICA								
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	105.902,21		104.076,14		1.826,07		104.076,14	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ – OP.INT.ORC.	5.493.554,77	10.220.273,09	1.034.732,29	2.021.969,60	4.458.822,48	8.198.303,49	1.034.732,29	2.021.969,60
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0							
OBRAS E INSTALAÇÕES	34.345.408,53	100.322.088,71	10.337.087,96	25.948.437,62	24.008.320,57	74.373.651,09	10.337.087,96	25.948.437,62
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	48.217.185,52	61.200.986,32	9.114.378,99	21.639.823,96	39.102.806,53	39.561.162,36	9.114.378,99	21.639.823,96
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85.155,03	194.534,11	85.155,03	194.534,11			85.155,03	194.534,11

Anexo B ao Item 3.10 Informações sobre a execução das despesas

AQUISICAO DE IMÓVEIS	1.450.000,00	12.400.000,00	1.450.000,00	0,00		12.400.000,00	1.450.000,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		381,00		381,00				381,00
5. Inversões Financeiras								
AQUISICAO DE IMÓVEIS		4.382.000,00		4.255.000,00		127.000,00		4.255.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES								
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		1.870.000,00				1.870.000,00		

Anexo C ao item 3.10 Informações sobre a execução das despesas

Quadro – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200097	090002	34101.03.062.0581.4264			10.206,14
	200097	110407	34101.03.062.0581.4264			5.810,70
	200097	170009	34101.03.062.0581.4264			41.089,73
	200097	050001	34101.03.122.0581.20TP	69.429,45		
	200097	050001	34101.03.062.0581.4264			1.557,12
Recebidos	200097	135019	34101.03.062.0581.4264			19.946,00
	590001	200097	59101.03.301.2100.2004			1.115.798,19
	170156	200053	25103.04.122.2110.2000			10.950,22
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Anexo D ao Item 3.10 Informações sobre a execução das despesas

Quadro - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200097	200234	34101.03.062.0581.4264			754.463,00
Recebidos	200234	200100	34105.03.122.0581.20HP			337.443,07
	200234	200100	34105.09.301.0581.2004			220.520,00
	200234	380004	34105.03.122.0581.20HP			258.120,97
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	200234	200023	34105.03.122.0581.20HP	293.207,99		

Anexo ao Item 3.12 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Denominação	Índice Observado em 2015	Índice Previsto	Índice Observado em 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Implantação do Planejamento Estratégico	100%	100% em 2016	93,75%	Semestral	(Nº de unidades gestoras, Câmaras, PFDC e Secretarias com Painel de Contribuição implantado / Nº total de unidades) * 100
Cumprimento da estratégia	84,13%	100% em 2020	61,11%	Trimestral	(Nº de metas cumpridas / Nº de metas do Planejamento Estratégico Institucional) * 100
Capacitação estratégica	34,44%	50% em 2016	40%	Semestral	(Nº de ações diretamente relacionadas ao planejamento estratégico / Nº de ações realizadas) * 100
Rotatividade de membros (evasão)	0,27% em 2015	Abaixo de 1% ao ano	0,18%	Semestral	(Número de membros que se desligaram do MPF/ Número de membros do quadro efetivo do MPF no final do período)*100
Rotatividade de servidores (evasão)	2,62%	Abaixo de 5% ao ano	1,52%	Semestral	(Número de servidores que se desligaram do MPF/ Número de servidores do quadro efetivo do MPF no final do período)*100
Satisfação institucional (membros)	-	80% até 2020	Mensuração em reformulação	Anual	(Número de membros satisfeitos com a instituição / Número de respondentes da pesquisa) * 100
Satisfação institucional (servidores)	-	80% até 2020	Mensuração em reformulação	Anual	(Número de servidores satisfeitos com a instituição / Número de respondentes da pesquisa) * 100
Planejamento estratégico de TI	72,73%	75% em 2016	77,27%	Trimestral	(Número de metas cumpridas / Número de metas do PETI) * 100
Cumprimento da Lei Orçamentária Anual (LOA)	76,57%	95% em 2016	98,96%	Semestral	(Total de despesas liquidadas + restos a pagar / Provisão recebida) * 100
Planejamento orçamentário	99,31%	97,5% em 2016	98,61%	Semestral	(Total provisionado / Total planejado) * 100
Repercussão na mídia	93,50%	90% ao ano	100%	Mensal	Número de publicações espontâneas na mídia que citam o MPF ou suas unidades no período.
Comunicação interna	44%	50% em 2016	87,35%	Semestral	(Nº de membros e servidores satisfeitos com as ações de comunicação / Nº de membros e servidores que avaliaram as ações) * 100
Gestão ambiental	-	100% até 2020	Mensuração em reformulação	Trimestral	(Número de unidades adequadas / Número de unidades) * 100
Transparência	96,60%	100% até 2020	95,80%	Trimestral	(Número de usuários satisfeitos com a transparência / Número de respondentes da pesquisa) * 100
Apoio de pesquisa e análise à investigação	80%	80% em 2016	84%	Semestral	(Número de unidades adequadas / Total de unidades do MPF)*100
Segurança institucional	26,89%	50% em 2016	50,75%	Semestral	(ATS realizadas x 100 /total de Unidades PRs, PRRs, PRMs) + (PSO em conformidade com o PSI x 100/total de unidades PRs, PRRs e PRMs) / 2
Demandas periciais reprimidas	26,64%	25% em 2016	10,17%	Semestral	(Quantidade de perícias pendentes há 6 meses / Perícias solicitadas) * 100
Acessibilidade	4,95%	50% até 2016	4,95%	Anual	(Número de Unidades adequadas / Total de Unidades) * 100
Quantitativo de membros	60,55%	75% em 2016	98,04%	Semestral	(Quantidade de ofícios ocupados / Total de ofícios do MPF) * 100
Quantitativo de servidores	97,09%	90% em 2016	96,37%	Semestral	(Número de servidores existentes / Número de servidores definido a partir dos critérios fixados pelas instâncias competentes) * 100
Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs)	24	32 em 2016	36	Semestral	Número de enunciados aprovados pelo Colegiado da Câmara, publicados e divulgados.
Arquivamento definitivo	-	Meta em estudo	Mensuração em reformulação	Semestral	(Número de arquivamentos por solução do problema / Número de processos extrajudiciais no período, excluídos arquivamentos por declínio de competência e os em virtude de prescrição) * 100
Acatamento de recomendações	-	Meta em estudo	89,32%	Semestral	(Recomendações acatadas no período / Total de recomendações expedidas no período) * 100

Anexo ao Item 3.12 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Denominação	Índice Observado em 2015	Índice Previsto	Índice Observado em 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Percentual de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) cumpridos	173	Semestral	Mensuração em reformulação	Semestral	$(\text{TACs cumpridos no período} / \text{Total de TACs expedidos no período}) * 100$
Prescrição de procedimentos extrajudiciais	-	Meta em estudo	Mensuração em reformulação	Semestral	$(\text{Número de PICs, IPLs e ICPs prescritos} / \text{Número de PICs, IPLs e ICPs finalizados}) * 100$
Recebimento de denúncias	93,63%	75% ao ano	94,11%	Semestral	$(\text{Denúncias aceitas pelo Judiciário} / \text{Denúncias encaminhadas ao Judiciário}) * 100$
Favorabilidade das ações judiciais	75,76%	75% ao ano	76,67%	Semestral	$(\text{Número de ciências favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF} / \text{Total de ciências favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF}) * 100$
Favorabilidade das ações de improbidade	78,80%	75% ao ano	74,26%	Semestral	$(\text{Número de ciências em ações de improbidade favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF} / \text{Total de ciências em ações de improbidade favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF}) * 100$
Favorabilidade das ações criminais	79,79%	75% ao ano	77,53%	Semestral	$(\text{Número de ciências em ações criminais favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF} / \text{Total de ciências em ações criminais favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF}) * 100$
Favorabilidade das ações cíveis/tutela	72,85%	75% ao ano	72,56%	Semestral	$(\text{Número de ciências em ações cíveis e de tutela favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF} / \text{Total de ciências em ações cíveis e de tutela favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF}) * 100$
Favorabilidade das ações eleitorais	89,10%	75% ao ano	85,89%	Semestral	$(\text{Número de ciências em ações eleitorais favoráveis e parcialmente favoráveis ao encaminhamento do MPF} / \text{Total de ciências em ações eleitorais favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis ao encaminhamento do MPF}) * 100$
Prescrição em processos judiciais	1,45%	Meta em estudo	1,26%	Semestral	$(\text{Número de ações judiciais extintas pela prescrição} / \text{Número de ações encaminhadas ao MPF pelo Judiciário}) * 100$
Participação legislativa	--	80% em 2016	80%	Semestral	$(\text{Participações em audiências públicas de interesse do MPF} / \text{Total de audiências públicas com convite de participação do MPF}) * 100$
Percepção de imagem do MPF	70% até 2016	70% até 2016	Mensuração em reformulação	Bienal	$(\text{Número de respondentes satisfeitos} / \text{Número de respondentes}) * 100$
		90% até 2020			
Ressarcimento de danos monetários	--	Meta em estudo	R\$ 8.510.297,86	Semestral	Valor total do montante recuperado pelo MPF.
Quantitativo de condenações	--	Meta em estudo	Mensuração em reformulação	Semestral	Quantidade de condenações.
Proximidade física com o cidadão	81,70%	73%	81,70%	Anual	$(\text{Número de unidades com SAC} / \text{Número de unidades}) * 100$

Anexo ao item 3.13 Outras informações da gestão estratégica

Portfólio do Escritório de Projetos do MPF	Situação	Início	Término	Custo total Planejado
Implantação de Ferramenta e Acompanhamento de Inspeção de IPLS/FIPOL	Encerrado	12/05/2014	20/08/2015	R\$ 25.410,05
Novo Sinasspa	Encerrado	20/05/2013	01/12/2013	R\$ 12.038,17
Informações Gerenciais da Ouvidoria	Encerrado	09/03/2015	06/07/2015	R\$ 31.524,96
Atuação entre o MPF e as instituições de autorregulação e autofiscalização do Mercado de Capitais	Encerrado	20/02/2014	01/12/2014	R\$ 0,00
SiGeo - Fase I	Encerrado	06/03/2014	17/12/2014	R\$ 89.695,17
Combate ao desvio de verbas emergenciais	Encerrado	17/03/2014	31/03/2015	R\$ 0,00
Mineração Legal	Execução	04/12/2014	15/04/2016	R\$ 56.199,18
O aprimoramento da representação (fiscal ou não) para fins penais da Receita Federal	Execução	01/08/2016	18/12/2017	R\$ 49.481,44
Aprimoramento da fiscalização do FNDE	Encerrado	02/03/2015	02/03/2016	R\$ 21.355,62
Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas	Execução	01/06/2016	01/10/2017	R\$ 0,00
Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas - Fase II	Execução	01/06/2016	01/09/2017	R\$ 123.984,02
Ministério Público Pela Educação - MPEDUC Fase III	Execução	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 242.562,67
Fornecedor Irregular	Execução	15/06/2015	31/12/2016	R\$ 13.343,03
Sisconta Eleitoral	Encerrado	10/02/2014	30/12/2014	R\$ 131.772,33
Dez Medidas Contra a Corrupção	Execução	05/08/2015	09/12/2016	R\$ 0,00
Diligências Externas	Encerrado	08/01/2015	30/05/2015	R\$ 32.414,78
Ranking Nacional dos Portais de Transparência de Estados e Municípios	Execução	06/05/2015	09/12/2015	R\$ 17.934,52
Sistema Nacional de Cálculo do MPF	Encerrado	01/08/2014	30/11/2015	R\$ 93.251,34
Congresso e Revista "Pensar MPF"	Encerrado	01/04/2013	06/09/2013	R\$ 0,00
MPF Contra a Escravidão Contemporânea	Encerrado	01/11/2015	01/11/2015	R\$ 0,00
Rede Nacional de Atuação Emergencial da PFDC/MPF na Temática da Epidemia de Vírus Transmitido pelo aedes aegypti (dengue, chicungunha e zica) - PFDC/RENAEDCZ	Execução	01/02/2016	31/01/2017	R\$ 30.110,74
Sistema Pericial Nacional - Aprimoramento do Suporte Pericial	Execução	29/06/2015	31/05/2016	R\$ 27.802,14
Aperfeiçoamento da Ferramenta de Inquéritos Policiais da 7ª CCR (FIPOL)	Execução	20/06/2016	30/06/2017	R\$ 133.533,48
Acompanhamento da implantação do Sistema Nacional de Informações Territoriais - ASINTER	Execução	15/05/2015	19/12/2016	R\$ 71.051,79
Aptus 4.0	Execução	14/08/2014	22/08/2015	R\$ 28.461,74
Tabela Parametrizada para a Dosimetria da Pena	Encerrado	01/11/2014	01/11/2015	R\$ 0,00
Sistema Pericial Nacional	Encerrado	20/01/2014	01/09/2014	R\$ 21.083,17
MPEDUC	Encerrado	01/11/2013	01/06/2014	R\$ 24.941,01
Portal do Cidadão v3	Encerrado	22/09/2014	21/09/2015	R\$ 68.763,55
Ministério Público Pela Educação - Fase II	Encerrado	01/08/2014	31/12/2015	R\$ 21.272,90
SITTEL v2.0	Execução	15/12/2015	31/12/2016	R\$ 117.317,88
Ministério Público Federal na Rua	Iniciação	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 70.988,78
Comunidades Tradicionais - Projeto Ribeirinhos do São Francisco - RSF	Execução	22/05/2015	22/05/2016	R\$ 0,00
Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas	Execução	02/03/2015	05/11/2015	R\$ 0,00
Congresso e Revista "Pensar MPF" - 1ª Edição	Encerrado	04/04/2013	01/11/2013	R\$ 0,00
BI Fraudes Previdenciárias - Fase 1	Iniciação	20/11/2016	20/11/2017	R\$ 140.509,96
SISCONTA ELEITORAL - Pleito 2016	Execução	01/02/2016	20/12/2017	R\$ 169.334,85
Ministério Público Federal pelo Gerenciamento Costeiro - MPFGERCO	Execução	15/09/2014	28/02/2018	R\$ 88.797,20
Qualidade da Água	Planejamento	01/09/2014	31/05/2017	R\$ 112.006,99
Modernização do Conselho Superior do MPF	Encerrado	11/08/2014	30/09/2015	R\$ 0,00
Portal do Cidadão	Encerrado	26/02/2013	25/02/2014	R\$ 102.034,01
Radar 2.0	Encerrado	26/03/2013	01/12/2013	R\$ 0,00
Efetivação das Condenações por Ato de Improbidade Administrativa	Iniciação	24/11/2016	15/09/2017	R\$ 0,00
Cruzamento de dados relativos a beneficiários do Programa Bolsa Família - BI-PBF	Execução	04/05/2015	28/02/2017	R\$ 55.454,87
Sistema de Alerta Precoce e Resposta Rápida de Conflitos Sociais	Iniciação	01/12/2016	01/12/2017	R\$ 0,00
Projeto de Gestão do Conhecimento da 6ª CCR	Iniciação	01/10/2016	01/04/2018	R\$ 83.454,50
Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas	Execução	02/08/2015	15/03/2017	R\$ 49.089,33
Mapeamento de Ofícios e Funções da 7ª CCR	Execução	06/07/2016	31/03/2017	R\$ 30.261,49
Sistemática de Monitoramento do Direito ao Início do Tratamento do Câncer	Execução	01/08/2016	31/08/2017	R\$ 69.454,37
MPEDUC 2.0 - Novo Sistema de Gestão dos Projetos do MPEDUC	Planejamento	30/11/2015	26/01/2017	R\$ 125.448,23
MPF na Comunidade	Execução	29/01/2015	29/11/2016	R\$ 0,00
Escritório Geo do MPF	Encerrado	18/05/2015	18/11/2015	R\$ 0,00
Diagnóstico das Condições de Conservação do Patrimônio Arqueológico existente nas Reservas Técnicas - MPF - Arq	Execução	06/04/2015	06/04/2016	R\$ 29.264,22
Sistema Cidadão Móvel	Execução	02/10/2014	01/06/2015	R\$ 33.810,08
Aldeia da Memória - Biblioteca Virtual do MPF	Encerrado	05/12/2014	19/04/2016	R\$ 0,00
Projeto Maxakali	Planejamento	10/03/2015	10/07/2017	R\$ 0,00
Fortalecimento Estrutural do Controle Interno da Administração Federal - FNDE,CGU e DENASUS	Execução	09/04/2015	09/09/2016	R\$ 23.376,37
Memória e Verdade - Repositório Digital	Execução	21/01/2016	30/08/2017	R\$ 148.125,97
Aldeia da Memória - Biblioteca Virtual do MPF - Fase 2	Iniciação	24/10/2016	23/10/2017	R\$ 67.783,88
Sistema de Pedidos de Tradução da SCI	Execução	26/02/2015	14/09/2016	R\$ 904,50
Sistema Cidadão - Etapa 4	Execução	30/11/2015	23/08/2016	R\$ 57.947,98
Projeto Reforma Agrária	Execução	22/05/2015	31/03/2017	R\$ 42.711,24
SITTEL	Encerrado	07/02/2012	09/10/2013	R\$ 0,00
Fluxo dos Feitos Criminais	Encerrado	02/06/2014	22/08/2014	R\$ 6.713,08
Produção de Campanhas Publicitárias do MPF	Encerrado	01/03/2013	15/02/2014	R\$ 27.983,58
MOGAB - Modernização dos Gabinetes do MPF	Encerrado	18/09/2014	30/10/2015	R\$ 0,00
Ouvidoria (Sistema)	Encerrado	29/10/2012	04/02/2013	R\$ 0,00
Salas de Atendimento ao Cidadão	Encerrado	24/02/2012	31/12/2015	R\$ 0,00
MPF em Defesa da Escola Indígena	Execução	02/02/2015	30/04/2015	R\$ 7.207,78
Sistema de Gestão Eletrônica de Jornada	Execução	10/11/2016	09/11/2017	R\$ 258.423,07

Anexo ao item 3.13 Outras informações da gestão estratégica

Portfólio do Escritório de Projetos do MPF	Situação	Início	Término	Custo total Planejado
Escritório de Processos do MPF	Encerrado	01/10/2012	31/12/2013	R\$ 0,00
Processo eletrônico - Fase I	Encerrado	03/06/2013	02/12/2013	R\$ 0,00
Atendimento da Etapa 1 de Acessibilidade na PGR, PRRs e PRs	Execução	01/10/2015	14/12/2016	R\$ 737.642,43
Aplicativo de Publicações	Iniciação	01/11/2016	29/09/2017	R\$ 15.413,72
Sistema Único - Implantação do Judicial - PGR	Encerrado	14/07/2014	30/04/2015	R\$ 146.728,78
GCONS Administrativo	Encerrado	30/08/2013	11/04/2014	R\$ 50.836,50
MPF Digital e Base Legis	Encerrado	01/03/2014	22/12/2015	R\$ 0,00
Atitudes de Segurança	Encerrado	01/06/2012	31/12/2014	R\$ 0,00
Implantação das Unidades de Gestão Estratégica (UGE)	Encerrado	30/08/2013	23/05/2014	R\$ 0,00
Reestruturação da Biblioteca Digital do MPF	Encerrado	02/02/2015	30/09/2015	R\$ 6.516,57
Nova Rede Sem Fio da PGR	Execução	18/03/2015	18/07/2016	R\$ 59.230,15
SIGOV - Sistema de Governança Institucional do MPF - Fase 1	Execução	04/09/2015	28/09/2016	R\$ 21.561,81
Implantação do GLPI - Fase 1	Encerrado	19/04/2012	10/05/2012	R\$ 0,00
Sistema de Controle Eletrônico do Teletrabalho do MPF	Execução	15/08/2016	30/06/2017	R\$ 43.215,19
Atendimento da Etapa 1 de Acessibilidade na PGR, PRRs e PRs/Acessibilidade - Fase 2	Iniciação	15/12/2016	14/12/2017	R\$ 1.393.632,32
Sistema Nacional de Pedidos do MPF / SNP 2.0	Execução	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 190.125,20
Padronização de Ementas	Execução	08/08/2016	18/08/2017	R\$ 48.782,69
Sistema de Seleção Automatizada de Membros - SISAM	Execução	22/02/2016	20/12/2016	R\$ 128.321,56
Sistema de Solicitação Eletrônica de Capacitação - SEC	Planejamento	30/11/2015	19/12/2016	R\$ 64.629,96
Concurso de Remoção do Ministério Público da União	Execução	07/01/2016	13/06/2016	R\$ 8.768,29
Sistema Nacional de Pedidos de TIC - SNP	Execução	14/09/2015	13/09/2016	R\$ 2.555,95
Portal do MPF - Comunicação	Encerrado	01/06/2013	31/05/2014	R\$ 135.485,03
Gestão do Clima Organizacional	Encerrado	07/02/2013	30/06/2013	R\$ 0,00
Desenvolver	Encerrado	02/10/2012	19/12/2014	R\$ 0,00
Sistema Único v. PRRs Judicial - Escopo Comum	Encerrado	20/08/2010	30/06/2011	R\$ 0,00
Certificação na norma ISO 9001:2015 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão	Execução	12/05/2016	30/06/2017	R\$ 62.173,38
Carona Solidária	Execução	01/09/2016	01/04/2017	R\$ 19.153,83
Sistema de Controle de Telefonia / CONTEL	Execução	14/09/2016	13/09/2017	R\$ 128.662,27
Projeto Examinat 2.0	Planejamento	14/12/2016	23/11/2017	R\$ 109.075,78
Projeto Desenvolver - Programa de Desenvolvimento Gerencial - Líder Coach	Iniciação	04/06/2016	30/11/2017	R\$ 218.371,38
Implantação da Metodologia Building Information Modeling nos Processos de Trabalho de Elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura / BIM	Iniciação	17/10/2016	31/10/2017	R\$ 129.039,59
Processo Eletrônico - Fase 4	Execução	25/04/2016	19/12/2016	R\$ 126.619,13
Certificação dos Gabinetes	Iniciação	01/10/2016	30/08/2017	R\$ 0,00
Sistema Eletrônico de Informações- SEI	Execução	18/11/2015	24/08/2016	R\$ 500.557,94
Sistema de Pannel de Controle de Procedimentos da 1ª CCR - Parte 1	Execução	01/08/2016	01/08/2017	R\$ 84.208,72
Sistema de Controle e Gerenciamento de Férias - Fase 2	Execução	01/04/2015	31/05/2016	R\$ 82.687,17
Processo eletrônico	Encerrado	11/07/2013	19/12/2013	R\$ 0,00
Sistema Único - Ampliação do Envelopamento e Arquivamento de Expedientes	Encerrado	01/11/2013	31/10/2014	R\$ 132.072,35
Implantação do GLPI - Fase 2	Encerrado	01/02/2014	30/09/2014	R\$ 31.793,56
Wiki do MPF	Encerrado	01/08/2013	30/09/2013	R\$ 0,00
Modelo de Gestão de Pessoas por Competência	Encerrado	01/06/2013	31/05/2014	R\$ 22.511,22
SIGOV - Sistema de Governança Institucional do MPF - Fase 2	Execução	01/09/2016	29/09/2017	R\$ 56.473,09
PNTI 02/2011 - GCONS - Fase 1	Encerrado	01/01/2012	04/11/2013	R\$ 0,00
Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF	Encerrado	11/10/2016	22/10/2016	R\$ 0,00
Certificação na Norma ISO 9001:2008 dos Gabinetes do PGR e do Secretário-Geral	Execução	23/03/2015	30/07/2017	R\$ 0,00
Plataforma de Ensino à Distância	Encerrado	30/10/2012	30/03/2013	R\$ 0,00
BI da Revisão da 3ª CCR	Execução	01/09/2016	31/03/2017	R\$ 24.975,00
Gestão Socioambiental	Execução	10/10/2012	30/10/2015	R\$ 0,00
Projeto e-MPF	Execução	01/03/2015	18/03/2016	R\$ 301.504,96
Oráculo - Versão 2: Base Centralizada de Informações Cadastrais e Financeiras do MPU	Execução	03/08/2015	24/06/2016	R\$ 13.872,44
Plano Diretor de Gestão de Pessoas	Execução	16/09/2016	28/04/2017	R\$ 2.301,60
Modernização do Sistema Pericial	Iniciação	19/09/2016	31/10/2017	R\$ 291.541,86
Banco de Talentos	Encerrado	18/09/2013	17/01/2014	R\$ 31.738,60
Certificação na norma ISO 9001:2015 do Escritório de Projetos	Execução	01/09/2016	15/11/2017	R\$ 28.535,15
Sistema de Gestão de Eventos	Execução	01/10/2015	24/02/2017	R\$ 93.036,03
Mapeamento de Processos da Programação e Execução Orçamentária	Encerrado	09/06/2014	31/12/2014	R\$ 15.023,58
Sistematização do Tratamento das Demandas Decorrentes das Inspeções do CNMP, correções da Corregedoria do MPF e auditorias da Audin/MPU	Encerrado	18/05/2015	11/12/2015	R\$ 0,00
Centralização da infraestrutura e do domínio de correio eletrônico do MPF	Encerrado	21/11/2012	19/12/2014	R\$ 94.787,91
Sistema Nacional de Férias	Encerrado	31/03/2014	30/12/2014	R\$ 56.591,95
Política de Comunicação	Encerrado	12/03/2015	06/03/2016	R\$ 0,00
Processo eletrônico - Fase II	Encerrado	10/02/2014	10/06/2014	R\$ 39.470,91
Manualização dos Processos de Trabalho de Manutenção Predial	Encerrado	15/03/2013	15/03/2014	R\$ 70.710,01
Medida Certa	Iniciação	30/06/2016	01/11/2016	R\$ 0,00
Sistema de Gerenciamento de Certificados do MPF	Execução	01/09/2016	06/03/2017	R\$ 45.675,20
Procedimento Extrajudicial Eletrônico	Execução	04/07/2016	19/12/2016	R\$ 112.626,11
Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Iniciação	03/10/2016	30/06/2017	R\$ 171.048,24
Extractus	Execução	03/08/2015	29/07/2016	R\$ 62.200,28
Projeto Saúde Financeira	Encerrado	01/08/2012	31/07/2014	R\$ 0,00
Certificação ISO 9001:2015 da Secretaria de Administração	Execução	01/09/2016	16/02/2017	R\$ 13.872,43
Plano Diretor de Saúde	Execução	12/08/2016	12/12/2016	R\$ 3.648,30
Fortalecimento Nacional da Segurança do Ministério Público Federal	Execução	25/07/2016	25/04/2017	R\$ 71.472,01

Anexo ao item 3.13 Outras informações da gestão estratégica

Portfólio do Escritório de Projetos do MPF	Situação	Início	Término	Custo total Planejado
Elaboração de Guia de Contratações Sustentáveis	Execução	09/02/2015	21/08/2015	R\$ 35.564,32
Desenvolvimento de Aplicações Descentralizadas (MDD)	Encerrado	03/09/2012	31/05/2013	R\$ 0,00
Implantação da AVA para Acompanhamento de Obras e Projetos de Engenharia no MPF	Encerrado	01/08/2014	30/11/2014	R\$ 0,00
Auto Judicial Eletrônico	Execução	12/09/2016	19/12/2016	R\$ 53.309,76
Saúde em Rede	Execução	19/09/2016	18/09/2017	R\$ 248.142,45
Plano Diretor de Segurança	Iniciação	01/12/2016	30/05/2017	R\$ 948,78
Sistema de Controle de Frequência de Estagiários	Execução	12/09/2016	08/09/2017	R\$ 147.562,15
Novo Sistema de Concurso de Procurador da República / CPR 2.0	Planejamento	31/10/2016	31/10/2017	R\$ 100.117,45
Certificação na norma ISO 9001:2015 da Ouvidoria do MPF	Execução	12/04/2016	30/12/2016	R\$ 25.372,04
Preparação para a Aposentadoria	Encerrado	01/08/2012	31/07/2014	R\$ 0,00
SIG1 - Sistema de Informações Gerenciais - Fase 1	Encerrado	15/04/2013	01/08/2013	R\$ 16.593,81
Adaptação dos sistemas GPS, Hórus, Grifo e SGV para o CNMP	Encerrado	13/03/2015	07/03/2016	R\$ 0,00
Acessibilidade	Encerrado	02/01/2013	24/02/2014	R\$ 0,00
Certificação na Norma ISO 9001:2008 da 1ª e 3ª Câmara de Coordenação e Revisão	Execução	23/03/2015	30/07/2017	R\$ 0,00
Relatórios Gerenciais da Secretaria de Gestão de Pessoas	Execução	01/06/2015	04/06/2016	R\$ 77.812,65
Novo Portal da Transparência do MPF- Fase 1	Execução	16/05/2016	22/12/2016	R\$ 12.740,49
Painel de Indicadores da Secretaria Geral	Execução	01/10/2016	14/04/2017	R\$ 0,00
Implantação do Procedimento Eletrônico	Iniciação	15/09/2016	31/07/2017	R\$ 647.928,93
Gestão por Competências (GPC)	Execução	15/03/2016	31/10/2017	R\$ 255.069,89
VITAE - Sistema de Assentamentos Funcionais Digitais	Execução	18/05/2015	30/09/2016	R\$ 39.619,35
Processo eletrônico - Fase III	Encerrado	15/07/2014	01/12/2014	R\$ 16.828,96

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

(Ações vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, visto que o Ministério Público da União não é contemplado com programas temáticos do PPA)

Identificação da Ação						
Código	03.331.0581.00M1.0001		Tipo: Operação Especial			
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
803.916,00	656.916,00	656.916,00	638.636,07	638.636,07	0	18.279,93
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
183.746,11	54.156,70	4.507,10				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	09.272.0089.0181.0001		Tipo: Operação Especial			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código: 0089		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.495.000,00	347.215.981,00	347.215.981,00	346.735.027,66	346.735.027,66	0	480.953,34
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.283.772,95	558.691,01	0				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	09.274.0909.0536.0001		Tipo: Operação Especial			
Título	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		Código: 0909	Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.000,00	12.000,00	10.560,00	10.560,00	10.560,00	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.09HB.0001		Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
324.057.264,00	330.624.372,00	328.416.200,02	328.111.585,75	328.111.585,75	0	304.614,27
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
1.125.879,64	217.556,49	397.689,03				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.110E.0238			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista – RR					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	3	3	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
8.142.169,32	4.302.409,08	0	Edifício construído	% de execução física	11	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.11SD.0269			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém – PA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.940.000,00	2.940.000,00	2.940.000,00	983.589,05	983.589,05	0	1.956.410,95
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	12	12	3
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
5.200.000,00	1.500.000,00	3.700.000,00	Edifício construído	% de execução física	4	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.1203.5027			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre – RS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.696.000,00	7.246.000,00	7.246.000,00	5.454.239,95	5.454.239,95	0	1.791.760,05
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	7	7	10
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
37.701,07	15.080,00	0	Edifício construído	% de execução física	1	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.058.139B.1751			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Arapiraca – AL					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.296.000,00	2.296.000,00	2.296.000,00	1.288.415,30	1.288.415,30	0	1.007.584,70
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	16	16	16
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
974.992,15	974.047,15	945,00	Edifício construído	% de execução física	12	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Crédito Especial (Lei nº 13.209, de 22/12/2015), reaberto em 2016 pela Portaria PGR nº 4, de 25/1/2016

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.13A2.5296		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Cáceres – MT					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	1.200.000,00	1.200.000,00	53.000,00	53.000,00	0	1.147.000,00
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	0	0	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício construído	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.13BX.0363		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém – PA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
240.000,00	240.000,00	240.000,00	0	0	0	240.000,00
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	3	3	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
4.500.000,00	2.247.107,97	1.500.000,00	Edifício construído	% de execução física	27	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.14PJ.3341			Tipo: Projeto		
Título	Aquisição de Imóveis para o Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro – RJ					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Imóvel adquirido			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Imóvel adquirido	Unidade	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.14ZR.0600		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias - MA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
240.000,00	240.000,00	240.000,00	0	0	0	240.000,00
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	8	8	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.798.607,10	906.469,62	0	Edifício construído	% de execução física	32	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.14ZS.3132		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Sete Lagoas – MG					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
480.000,00	480.000,00	480.000,00	0	0	0	480.000,00
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	9	9	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
898.809,44	838.821,22	59.988,22	Edifício construído	% de execução física	12	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.14ZT.0421			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína – TO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.104.000,00	3.514.243,00	3.514.243,00	361.829,41	361.829,41	0	3.152.413,59
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	16	16	5
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
2.231.779,90	2.219.153,90	0	Edifício construído	% de execução física	31	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.14ZU.3341			Tipo: Projeto		
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro – RJ					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.100.835,00	8.400.835,00	8.400.835,00	350.125,30	350.125,30	0	8.050.709,70
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício reformado			% de execução física	32	32	4
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
24.131.920,60	7.785.796,87	0	Edifício reformado	% de execução física	32	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15AM.0211			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Manaus – AM					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	951.350,00	14.750,00	14.750,00	0	936.600,00
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	2	2	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício reformado	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Crédito Especial (Lei nº 13.209, de 22/12/2015), reaberto em 2016 pela Portaria PGR nº 4, de 25/1/2016

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15AS.5401		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Sinop – MT					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	800.000,00	800.000,00	66.100,00	66.100,00	0	733.900,00
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	0	0	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício construído	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15AU.3310			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Macaé – RJ					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	10	10	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
88.861,12	61.623,95	0	Edifício reformado	% de execução física	2	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15AW.0542			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Palmas – TO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.350.000,00	139.757,00	120.022,23	120.022,23	120.022,23	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	5	5	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
19.733,82	19.733,82	0	Edifício reformado	% de execução física	1	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Crédito Especial (Lei nº 13.209, de 22/12/2015), reaberto em 2016 pela Portaria PGR nº 4, de 25/1/2016

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15DH.2056		Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Município de Feira de Santana – BA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	1.800.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício ampliado			% de execução física	0	0	100
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício ampliado	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15IK.3341		Tipo: Projeto			
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro – RJ					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
240.000,00	240.000,00	212.040,26	0	0	0	212.040,26
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	8	8	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício reformado	% de execução física	0	

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.7W24.0116		Tipo: Projeto		
Título	Aquisição de Terreno Destinado à Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Velho - RO				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.500.000,00	3.500.000,00	0	Terreno adquirido	Unidade	1

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Crédito Especial (Lei nº 13.220, de 23/12/2015), reaberto em 2016 pela Portaria PGR nº 4, de 25/1/2016

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15L7.0238		Tipo: Projeto			
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista – RR					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	800.000,00	717.848,31	0	0	0	717.848,31
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício reformado			% de execução física	0	0	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício reformado	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Crédito Especial (Lei nº 13.376, de 20/12/2016)

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.15LC.2589		Tipo: Projeto			
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Divinópolis – MG					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	800.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício reformado			% de execução física			
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício reformado	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.1E30.0001			Tipo: Projeto		
Título	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.592.518,00	18.092.518,00	17.473.425,58	321.822,94	321.822,94	0	17.151.602,64
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Instalação modernizada			Unidade	41	41	27
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
3.984.587,43	2.051.159,26	1.571.550,67	Instalação modernizada	Unidade	23	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.301.0581.2004.0001		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
67.104.744,00	60.529.744,00	60.521.533,99	60.138.320,33	60.090.469,78	47.850,55	383.213,66
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.968.944,87	1.779.536,00	189.408,87				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.331.0581.2010.0001			Tipo: Atividade		
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.791.304,00	22.116.304,00	22.116.304,00	22.107.344,40	22.107.344,40	0	8.959,60
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
251.538,33	48.152,21	0				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.331.0581.2011.0001		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
720.000,00	947.000,00	947.000,00	945.049,07	945.049,07	0	1.950,93
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
48.044,01	10.887,84	17.565,78				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.331.0581.2012.0001			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
102.227.256,00	116.212.556,00	116.212.556,00	116.115.024,50	116.115.024,50	0	97.531,50
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
978.531,18	28.971,22	541.009,13				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.20TP.0001			Tipo: Atividade		
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.875.494.318,00	1.879.373.906,00	1.879.373.906,00	1.875.763.495,93	1.875.694.066,48	0	3.610.410,07
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
7.847.411,47	7.773.320,65	38.067,34				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.216H.0001			Tipo: Atividade		
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos – Nacional					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.533,00	51.052.533,00	49.780.666,36	49.684.356,30	49.684.356,30	0	96.310,06
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.125.0581.2508.0001			Tipo: Atividade		
Título	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
56.763.056,00	56.763.056,00	56.729.253,52	50.581.434,84	50.570.695,29	10.739,55	6.147.818,68
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade Aparelhada			Unidade	87	87	87
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
5.734.557,00	5.730.210,00	4.347,00	Unidade Aparelhada	Unidade	1	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.131.0581.2549.0001			Tipo: Atividade		
Título	Comunicação e Divulgação Institucional					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.839.400,00	8.871.520,00	8.429.606,05	6.886.949,85	6.882.253,56	4.696,29	1.542.656,20
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Matéria veiculada			Unidade	76.787	76.787	97.057
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
6.465.348,35	2.293.729,58	1.903.387,30	Matéria veiculada	Unidade	1.481	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.3752.0001		Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Procuradorias nas Varas Federais					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.917.500,00	3.797.500,00	3.040.092,89	153.999,58	153.999,58	0	2.886.093,31
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Procuradoria implantada			Unidade	4	4	3
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
2.450.039,28	1.677.260,29	746.631,13	Procuradoria implantada		Unidade	8

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.062.0581.4264.0001			Tipo: Atividade		
Título	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
503.212.322,00	418.600.202,00	404.995.261,89	350.161.908,67	348.947.216,07	1.214.692,60	54.833.353,22
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Parecer elaborado			Unidade	1.996.933	1.996.933	2.025.412
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
121.898.975,86	92.482.846,95	16.362.551,15	Parecer elaborado	Unidade	527.788	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.7E53.1436			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa – PB					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.092.000,00	3.362.000,00	3.362.000,00	1.738.318,38	1.738.318,38	0	1.623.681,62
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	7	7	5
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
10.076.399,04	10.076.399,04	0	Edifício construído	% de execução física	27	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.7J45.3273			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória – ES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.120.000,00	800.000,00	674.126,76	142.521,05	142.521,05	0	531.605,71
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	6	6	1
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
6.737.892,56	0	5.641.687,34	Edifício construído	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.7W41.3923		Tipo: Projeto			
Título	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em São José dos Campos – SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
750.000,00	750.000,00	191.190,00	0	0	0	191.190,00
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	10	10	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício construído	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.7W44.2589			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Divinópolis – MG					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000,00	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	10	10	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Edifício construído	% de execução física	0	

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Ações de outras unidades orçamentárias executadas parcialmente pelo MPF

Identificação da Ação						
Código	04.122.2110.2000.0001		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade - Nacional					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		Código: 2110		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	25103					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	10.950,22	10.950,22	10.950,22	10.950,22	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
						0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0				

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.20HP.0001			Tipo: Atividade		
Título	Gestão e Administração da Escola Superior do Ministério Público da União					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34105					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	888.772,03	888.772,03	258.120,97	258.120,97	0	630.651,06
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Apoio realizado			% de execução			0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
379.314,93	360.571,88	15.492,74	Apoio realizado	% de execução		

Anexo ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação						
Código	03.062.0581.4262.0001		Tipo: Atividade			
Título	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público do Trabalho					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	663,92	663,92	663,92	663,92	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Parecer elaborado			Unidade	1.488.320		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
258.462,24	0	258.462,24	Parecer elaborado		Unidade	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.10TY.1853			Tipo: Projeto	
Título	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju – SE				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
33.323.617,75	0	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.1132.3166			Tipo: Projeto	
Título	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia – MG				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
667.978,21	352.888,48	152.225,59	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.114S.0101			Tipo: Projeto	
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo – SP				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
54.928,60	0	0	Edifício reformado	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.11KE.0101			Tipo: Projeto	
Título	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre – RS				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
882.500,58	683.241,14	69.378,54	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.12A0.0101			Tipo: Projeto	
Título	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu – PR				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
179.876,56	0	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.12B6.0981			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina – PI				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
147.103,54	131.409,36	15.694,18	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.139G.2261			Tipo: Projeto	
Título	Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Salvador – BA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
8.900.000,00	6.150.927,00	0	Terreno adquirido	Unidade	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.139R.2056			Tipo: Projeto	
Título	Reforma do Edifício – Sede da Procuradoria da República em Feira de Santana – BA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
4.067,29	0	4.067,29	Edifício reformado	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.139V.0101			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Mossoró – RN				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
552.545,34	469.399,06	83.146,28	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.139W.2056			Tipo: Projeto	
Título	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal – RN				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
500.000,00	321.725,29	0	Edifício reformado	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.139X.3356			Tipo: Projeto	
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Resende – RJ				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
674.846,42	674.782,11	64,31	Edifício reformado	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.13A6.3351			Tipo: Projeto	
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Pedro da Aldeia – RJ				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
643.539,08	624.993,85	18.545,23	Edifício reformado	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.13BH.3756			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Ourinhos – SP				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
28.513,80	18.330,30	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.13BI.3914			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São João da Boa Vista – SP				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
27.624,00	0	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.13BS.3346			Tipo: Projeto	
Título	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo – RJ				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.093.410,32	277.311,65	0	Edifício reformado	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.153A.1048			Tipo: Projeto	
Título	Aquisição de Imóvel – Anexo III da Procuradoria da República em Fortaleza – CE				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
767.000,00	767.000,00	0	Imóvel adquirido	Unidade	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.153T.3341			Tipo: Projeto	
Título	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro – RJ				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
6.440.000,00	0	0	Imóvel adquirido	Unidade	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.15AN.1964			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Barreiras – BA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
5.921.836,09	153.620,13	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.15B0.3341			Tipo: Projeto	
Título	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro – RJ				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.870.000,00	0	0	Imóvel adquirido	Unidade	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.1146.4798			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul – RS				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
300.472,02	133.236,12	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.1067.1721			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada – PE				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
631.974,25	546.995,92	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.3106.0166			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco – AC				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
256.735,89	256.684,12	51,77	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.128.0581.4091.0001			Tipo: Atividade	
Título	Capacitação de Recursos Humanos				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
5.200,00	150,00	5.050,00	Servidor capacitado	Unidade	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.7U76.1883			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Lagarto – SE				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
752.099,24	0	2.099,24	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.7U88.1869			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Estância – SE				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.193.195,03	29.811,06	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo B ao item 3.6 Execução física e financeira das ações da LOA

Identificação da Ação					
Código	03.122.0581.7U89.0734			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício Sede da Procuradoria da República em São Luís – MA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	34101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
294.213,63	73.553,41	0	Edifício construído	% de execução física	0

Anexo ao item 3.9 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados						
Ano de Inscrição	Montante 1/1/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d)=(a-b-c)		
2015	3.566.545,75	3.554.828,29	650,30	11.067,16		
2014	119.205,06	96.000,97	1.202,77	22.001,32		
2013	2.581,75			2.581,75		
2012	11.276,67		983,25	10.293,42		
2011	17.386,75		3.184,12	14.202,63		
2010	13.518,31		13.518,31			
2009	10.119,76		10.119,76			
2008	943.658,64			943.658,64		
Restos a Pagar Não Processados						
Ano de Inscrição	Montante 1/1/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i)=(e-g-h)	
2015	210.621.685,84	147.783.750,75	147.735.659,66	13.128.914,34	49.757.111,84	
2014	35.183.658,95	11.874.095,90	11.874.095,90	14.218.905,30	9.090.657,75	
2013	21.516.470,44	1.195.110,46	1.195.110,46	1.861.247,98	18.460.112,00	
2012	20.031.196,18	315.693,00	315.693,00	2.514.483,77	17.201.019,41	
2011	1.544.799,79	10.775,89	10.775,89	1.405.376,01	128.647,89	
2010	251.139,37	150,00	150,00	67.442,53	183.546,84	
2009	335.641,00	286.350,00	286.350,00	49.291,00		
2008	368.812,60			313.884,00	54.928,60	

Anexo A ao Item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

UNIDADE MPF	Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)
	TOTAL DE CONTRATOS
PGR	18
PRR-1ªR	10
PRR-2ªR	9
PRR-3ªR	14
PRR-4ªR	6
PRR-5ªR	17
PR/AC	11
PR/AL	5
PR/AM	8
PR/AP	4
PR/BA	8
PR/CE	21
PR/DF	24
PR/ES	11
PR/GO	30
PR/MA	17
PR/MG	9
PR/MS	9
PR/MT	8
PR/PA	9
PR/PB	18
PR/PE	6
PR/PI	4
PR/PR	7
PR/RJ	13
PR/RN	11
PR/RO	3
PR/RR	10
PR/RS	8
PR/SC	27
PR/SE	11
PR/SP	23
PR/TO	10

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República				CNPJ: 26.989.715/0050-90		
UG/Gestão: 200100						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
23/2016	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de som e imagem	Matos e Rangel Ltda. – ME (38.055.117/0001-45)	18/07/16	17/07/17	Nível fundamental e médio (depende do cargo)	A
22/2016	Prestação de serviços de copeiragem	Cidade Serviços e Mão de Obra Especializada Ltda. (26.414.755/0001-26)	06/06/16	05/06/17	Nível Fundamental	A
37/2013	Prestação de serviços de jardinagem e paisagismo, incluindo manutenção e conservação das áreas verdes internas e externas, bem como dos vasos de plantas ornamentais	CAP Paisagismo, Urbanismo e Comércio Ltda. – ME (06.998.221/0001-87)	01/08/13	31/07/17	Nível Superior, Fundamental e Alfabetizado (depende do cargo)	P
35/2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços	Cidade Serviços e Mão de Obra Especializada Ltda. (26.414.755/0001-26)	09/05/14	08/05/17	Nível fundamental e médio (depende do cargo)	P
28/2013	Prestação de serviços de faturamento, processamento das contas médicas e auditoria técnica, relativa à rede credenciada ao convênio com a Gama Saúde, a serem executadas de forma centralizada na rede do Plan-Assiste/MPF em Brasília	Audicare Consultoria, Auditoria e Gestão em Saúde Ltda. (05.285.983/0001-73)	10/06/13	09/06/17	Nível Médio e Superior (Depende do Cargo)	P
47/2015	Prestação de serviços de apoio administrativo, transporte de mobiliário e afins, operação de fotocópia, operação de telemarketing, serviços de ascensorista, operação de mesa telefônica, mecânica automotiva e lavagem de veículos oficiais	Works Construção e Serviços Eireli (56.419.492/0001-09)	10/08/15	09/08/17	Nível Fundamental	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

36/2013	Prestação de serviços de manutenção nos sistemas de ar-condicionado, refrigeração, ventilação mecânica e ar comprimido com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata mediante ressarcimento, nos termos do contrato	DLF Engenharia Comércio e Representação Ltda. (03.591.509/0001-44)	07/08/13	06/08/17	Nível Médio e Superior (Depende do Cargo)	P
56/2015	Prestação de serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante de marceneiro, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo	DLF Engenharia Comércio e Representação Ltda. (03.591.509/0001-44)	04/11/15	03/11/17	Nível fundamental e médio (depende do cargo)	P
79/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hidrossanitários, gás liquefeito de petróleo (GLP), irrigação automatizada, poço semiartesiano, sistema de combate a incêndio constituído por hidrantes e chuveiros automáticos e sistema fixo de Dióxido de Carbono CO ₂ , com fornecimento de material de consumo, máquinas e equipamentos necessários da execução dos serviços e fornecimento de peças e componentes mediante ressarcimento	Proclima Engenharia Ltda. (00.578.617/0001-99)	09/12/14	08/12/17	Nível Superior, Médio e Fundamental (depende do cargo)	P
20/2014	Prestação de serviços de manutenção predial, com mão de obra de marceneiro, pintor, pedreiro, ajudante, encarregado, vidraceiro, serralheiro e fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários para a execução dos serviços	Megaluz Engenharia e Representação Ltda. (06.200.377/0001-70)	14/04/14	13/04/17	Nível fundamental e médio (depende do cargo)	P
15/2015	Prestação de serviços de adequação e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, com fornecimento de material de consumo, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços e fornecimento de peças e componentes mediante ressarcimento	RCS Tecnologia Ltda. (08.220.952/0001-22)	24/03/15	23/03/17	Nível Superior, Médio e Fundamental (depende do cargo)	P
42/2015	Prestação de serviços técnicos de operação de áudio no estúdio de rádio da PGR	Matos e Rangel Ltda. – ME (38.055.117/0001-45)	16/07/15	15/07/17	Nível Médio	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

60/2014	Prestação dos serviços técnicos especializados na área de comunicação social, nas categorias de revisor de texto e Programador Visual para auxiliar a Secretaria de Comunicação Social do MPF	Prime Consultoria e Serviços Especializados Ltda. (12.978.443/0001-30)	22/10/14	21/10/17	Nível Superior	P
22/2012	Prestação de serviços de Vigilância Armada – com arma de fogo e arma não letal – e Desarmada	Agroservice Segurança Ltda. (03.602.646/0001-37)	20/07/12	19/07/17	Nível Médio	P
39/2015	Prestação de serviços de gerenciamento e execução de atividades para atender ao berçário da PGR, compreendendo atividades relacionadas ao cuidado e à educação de crianças em faixa etária de 3 a 14 meses, tais como psicopedagogia, execução de serviços administrativos, limpeza/desinfecção, preparo de alimentação/cozinha exceto lactário, fornecimento de gêneros alimentícios, utensílios e eletrodomésticos de pequeno e médio porte para copa e cozinha, materiais pedagógicos, material de consumo, máquinas e equipamentos necessários aos serviços de limpeza, conservação e higienização	Apecê – Serviços Gerais Ltda. (00.087.163/0001-53)	19/06/15	18/06/17	Nível Médio e Superior (Depende do Cargo)	P
25/2012	Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva da rede estruturada de dados e voz, sem o fornecimento de peças e com locação de mão de obra residente, a serem executados nas dependências da PGR, seus anexos I e II e nas dependências das representações do MPF ao Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade), Câmara dos Deputados – Anexo II, STF, STJ e TSE	Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda. (00.308.141/0001-76)	15/08/12	14/08/17	Nível Médio	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

45/2013	Prestação dos serviços técnicos de operação dos sistemas de sonorização e comunicação audiovisual e captação de imagens em padrão <i>broadcasting</i> da PGR	Matos e Rangel Ltda. – ME (38.055.117/0001-45)	26/09/13	26/09/17	Nível Médio	P
41/2015	Prestação de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de brigada de bombeiros particulares, visando atender demandas da Procuradoria-Geral da República (PGR)	Asbibop – Serviços de Bombeiro Brigadista Particular Civil Ltda. (10.811.374/0001-40)	16/07/15	15/07/17	Nível Médio	P
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 1ª Região						
UG/Gestão: 200208			CNPJ: 26.989.715/0064-96			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços de gerenciamento e manutenção do berçário	12.978.443/0001-30 – Prime Consultoria e Serviços Especializados Ltda.	08/06/11	07/06/16	Cozinheiro – Fundamental Aux. de Desenvolvimento Infantil – Médio Pedagoga – Superior	E
2011	Prestação dos serviços de segurança contra Incêndio e pânico (Bombeiro Civil)	00.478.727/0001-89 – Agroservice Empreiteira Agrícola Ltda.	13/09/11	11/11/16	Nível Fundamental	E
2015	Prestação dos serviços de impressão corporativa (emergencial)	07.432.517/0001-07 – Simpress Comércio, Locação e Serviços S.A.	27/10/15	25/04/16	Não há exigência	E
2016	Prestação dos serviços de impressão corporativa (emergencial)	07.432.517/0001-07 – Simpress Comércio, Locação e Serviços S.A.	26/04/16	22/10/16	Não há exigência	E
2013	Prestação dos serviços de vigilância armada e desarmada	03.602.646/0001-37 – Agroservice Segurança Ltda.	01/12/13	30/11/17	4º Ano do Nível Fundamental	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2014	Prestação de serviços de copeiragem, garçom, recepcionista e contínuo	01.708.458/0001-62 – Visão Administração e Construção Ltda.	01/11/14	31/10/17	Copeira – 5º Ano do Nível Fundamental Garçom – 5º Ano do Nível Fundamental Recepcionista – Médio Contínuo – 5º Ano do Nível Fundamental	P
2014	Prestação de serviços de limpeza, de lavagem de automóveis, de transporte de móveis, de serviços reprográficos e de respectivo encarregado	09.370.244/0001-30 – Defender Conservação e Limpeza Ltda.	01/11/14	31/10/17	Lavador de Auto – 5º Ano do Nível Fundamental Carregador de móveis – 5º Ano do Nível Fundamental Operador de Reprografia – 5º Ano do Nível Fundamental Encarregado Geral – Médio	P
2015	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva com fornecimento de mão de obra e equipamentos essenciais	06.926.324/0001-31 – Adtel Tecnologia Ltda.	14/11/15	13/11/17	Não há exigência	P
2016	Prestação de serviços de gerenciamento e manutenção do berçário	12.978.443/0001-30 – Prime Consultoria e Serviços Especializados Ltda.	08/06/16	07/06/17	Cozinheiro – Fundamental Aux. de Desenvolvimento Infantil – Médio Pedagoga – Superior	A
2016	Prestação dos serviços de segurança contra Incêndio e pânico (Bombeiro Civil)	05.020.143/0001-89 – Gold Serviços de Monitoramento e Limpeza Ltda.	12/11/16	11/11/17	Nível Fundamental	A

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria Rerional da República da 2ª Região

UG/Gestão: 200045

CNPJ: 26.989.715/0066-58

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Vigilância	BMC Vigilância e Segurança Ltda. – EPP	24/02/14	23/02/18	Nível Médio	P
2014	Copeiragem	FB Terceirização Ltda. ME	03/02/14	02/02/18	Nível Fundamental	P
2014	Limpeza	Update Comércio e Serviços de Manutenção e Tecnologia Ltda. ME	03/02/14	02/02/18	Nível Fundamental	P
2014	Brigadista	S.M. 21 Engenharia e Construções Ltda.	24/02/14	23/02/18	Nível Médio	P
2014	Reprografia	Ultrapel Locação e Serviços Ltda.	27/08/14	26/08/17	Nível Médio	P
2015	Suporte Operacional	Appa Serviços Temporários e Efetivos Ltda.	07/07/15	06/07/17	Nível Fundamental Nível Médio	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2015	Menor Aprendiz	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE Rio de Janeiro	01/10/15	30/09/17	Nível Médio	A
2016	Receptionistas	Appa Serviços Temporários e Efetivos Ltda.	18/07/16	17/08/17	Nível Médio	P
2016	Manutenção Predial	Mitra Engenharia e Montagens Industriais Ltda.	22/08/16	21/08/19	Nível Médio	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 3ª Região						
UG/Gestão: 200204			CNPJ: 26.989.715/0058-48			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço de copeiragem	Arcolimp Serviços Gerais Ltda. (05.576.482/0001-46)	20/11/12	19/11/17	Curso específico ou experiência comprovada em CTPS	P
2015	Apoio administrativo de recepção e mensageria	A. Frugoni Locação de Mão de Obra Ltda. (10.189.253/0001-09)	18/01/16	17/01/18	Ensino Médio completo	P
2015	Manutenção predial	Galápagos Construções e Instalações Ltda. (02.912.440/0001-40)	01/04/15	31/03/17	A depender do cargo: ensino fundamental completo, ensino médio completo, curso específico ou comprovação de experiência	P
2016	Serviços de limpeza e conservação	Totalcob Serviços Terceirizados Ltda. – ME (10.398.338/0001-05)	20/01/17	19/01/18	Curso específico ou experiência comprovada em CTPS	A
2015	Manutenção e conservação de áreas ajardinadas	Ray Tony Serviço de Limpeza e Portaria Ltda. (10.643.999/0001-40)	10/04/15	09/04/17	Não inferior a 4ª série do 1º grau e experiência mínima de 06 meses	P
2015	Serviço de brigada de incêndio	Sempre Vidas Serviços Ltda. – EPP (18.407.444/0001-01)	01/12/15	30/11/17	Curso específico	P
2014	Vigilância e segurança	Security Vigilância Patrimonial Ltda. (00.332.087/0001-02)	01/04/14	31/03/18	Curso específico ou experiência comprovada em CTPS	P
2012	Serviços de limpeza e conservação	Ray Tony Serviço de Limpeza e Portaria Ltda. (10.643.999/0001-40)	21/01/12	19/01/17	Curso específico ou experiência comprovada em CTPS	E
2012	Impressão corporativa	Simpres Comércio, Locação e Serviços S/A	26/01/15	25/01/16	-	E
2016	Impressão corporativa	Simpres Comércio, Locação e Serviços S/A	26/01/16	27/07/16	-	E

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Impressão corporativa	Simpres Comérci, Locação e Serviços S/A	28/07/16	23/01/17	-	E
2014	Reprografia e digitalização	Docprint Service Tecnolia Ltda.	06/03/14	05/03/16	Curso específico ou experiência comprovada em CTPS	E
2014	Apoio administrativo de recepção e mensageria	Atto Recursos Humanos Ltda. – ME	03/02/14	17/01/16	Ensino médio completo	E
2015	Adolescente aprendiz	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE	29/09/15	13/10/16	De 14 a 18 anos incompletos, cursando no mínimo o 5º ano do nível fundamental ou o nível médio, em instituição formal de ensino	E
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 4ª Região						
UG/Gestão: 200102			CNPJ: 94.953.767/0001-89			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de vigilância armada diurna e noturna, com fornecimento de equipamentos, EPIs e ferramentas necessárias	10.364.152/0002-08	01/12/14	30/11/17	Ensino Fundamental completo	P
2015	Prestação de serviços de manutenção nos sistemas de ar-condicionado, refrigeração, ventilação mecânica e ar comprimido, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata	04.689.066/0001-91	20/05/15	19/05/17	Engenheiro mecânico: superior completo; Mecânico de ar-condicionado: ensino médio ou equivalente e curso técnico profissionalizante; Eletricista de Comandos e Auxiliar de manutenção: ensino médio ou equivalente e curso técnico profissionalizante	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2015	Prestação de serviços técnicos de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata	01.211.015/0001-61	11/06/15	10/06/17	Técnico em eletricidade: curso técnico em eletricidade ou eletrotécnica, registro e regularidade no Crea; Auxiliar de oficial técnico em eletricidade: ensino fundamental completo; Técnico em eletrônica ou telecomunicações: curso técnico; Bombeiro hidráulico: ensino médio completo; Auxiliar de bombeiro hidráulico: ensino fundamental completo; Supervisor/Encarregado geral: curso técnico em edificações completa; Engenheiro civil: superior completo; Engenheiro eletricista: superior completo	P
2015	Prestação de serviços de manutenção, monitoramento e operação do sistema de automação predial que compreende os sistemas BMS, detecção e alarme de incêndio e controle de acesso, com fornecimento de material de consumo, máquinas, equipamentos e fornecimento de peças e componentes	16.669.312/0001-22	03/11/15	02/11/17	Profissional de nível superior: engenheiro, arquiteto ou outro profissional de nível superior legalmente habilitado para a execução do serviço; Técnico em eletrônica ou eletrotécnico, eletricista de manutenção, ou equivalente: curso profissionalizante	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2015	Prestação de serviços de Copeiragem, com fornecimento <i>de</i> materiais, de Garçom, de Limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos; e de Telefonista.	94.851.250/0001-89	01/12/15	30/11/17	<i>Copeiragem</i> – Curso de formação específico ou prática profissional de, no mínimo, 06 (seis) meses registrada na CTPS. <i>Garçom</i> - Curso de formação específico ou prática profissional de, no mínimo, 06 (seis) meses registrada na CTPS. <i>Limpeza</i> – Ensino Fundamental ou prática profissional de, no mínimo, 06 (seis) meses registrada na CTPS; <i>Telefonista</i> - Habilitação como telefonista ou prática profissional de, no mínimo, 06 (seis) meses registrada na CTPS.	P
2015	Prestação de serviços de Auxiliar de Serviços Gerais e de Serviços de Recepcionistas	04.350.057-0001-71	01/12/12	30/11/17	Auxiliar de Serviços Gerais: ensino fundamental ou prática profissional de 06 (seis) meses comprovada na CTPS; Recepcionista: ensino médio completo e curso de formação específico ou prática profissional de 06 (seis) meses registrada na CTPS	P

Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República – 5ª Região

UG/Gestão: 200207

CNPJ: 26.989.715/0059-29

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Servente	Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.	15/12/11	14/12/16	Não exigido	E
2011	Copeira	Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.	15/12/11	14/12/16	Não exigido	E
2011	Recepcionista	Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.	15/12/11	14/12/16	Não exigido	E
2011	Operador de Copiadora	Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.	15/12/11	14/12/16	Não exigido	E

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2011	Auxiliar de S. Gerais	Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.	15/12/11	14/12/16	Não exigido	E
2011	Encarregado	Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.	15/12/11	14/12/16	Não exigido	E
2014	Telefonista	Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCT)	14/12/14	13/12/16	Não exigido	E
2015	Vigilantes	Famaseg Segurança Privada Ltda. – EPP	20/09/15	19/09/17	Ensino Médio	p
2015	Manutenção Predial	F Neto Engenharia	01/07/15	30/06/16	Ensino Médio	p
2016	Servente	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Fundamental completo	A
2016	Copeira	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Fundamental completo	A
2016	Garçom	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Médio completo	A
2016	Recepcionista	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Médio completo	A
2016	Auxiliar de S. Gerais	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Fundamental completo	A
2016	Telefonista	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Médio completo	A
2016	Operador de Copiadora	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Fundamental completo	A
2016	Encarregado	Glauber Henrique Nascimento Terceirização – ME – Glauserv Terceirização	15/12/16	14/12/17	Ensino Médio completo	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Acre						
UG/Gestão: 200069				CNPJ: 26.989.715/0006-17		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância Armada PRM/CZS	Inviacre Segurança – Ltda Eireli – EPP (07.134.755/0001-28)	09/12/13	08/12/17	Ensino Médio	P
2013	Serviços Diversos PR/AC	Conceitos Limpeza e Conservação Ltda. (10.631.537/0001-03)	09/12/13	08/01/19	Ensino Fundamental	P
2014	Copeiro e Garçom PR/AC	Comlimp Conservação e Limpeza (08.785.473/0001-53)	11/09/14	10/01/18	Ensino Fundamental	P
2014	Operador de Reprografia PR/AC	Comlimp Conservação e Limpeza (08.785.473/0001-53)	03/09/14	02/01/18	Ensino Fundamental	P
2016	Limpeza PR/AC	C E Z Vasconcelos & Cia Ltda – ME (07.533.627/0001-57)	01/06/16	31/01/18	Ensino Fundamental	A
2016	Mensageiro e Recepcionista PR/AC	Comlimp Conservação e Limpeza (08.785.473/0001-53)	10/07/16	09/03/18	Ensino Fundamental	A
2014	Telefonista PR/AC	Conceitos Limpeza e Conservação Ltda. (10.631.537/0001-03)	16/12/14	15/08/17	Ensino Fundamental	P
2016	Jardinagem PR/AC	D. S Maia Lima (13.286.217/0001-51)	05/09/16	04/09/17	Ensino Fundamental	A
2015	Vigilância Armada PR/AC	Inviacre Segurança – Ltda Eireli – EPP (07.134.755/0001-28)	12/05/15	25/09/18	Ensino Médio	P
2016	Limpeza PRM/CZS	C E Z Vasconcelos & Cia Ltda – ME (07.533.627/0001-57)	07/10/16	06/10/17	Ensino Fundamental	A
2016	Recepcionista	Maximus Empresarial Ltda. (03.927.476/0001-60)	14/10/16	13/10/17	Ensino Fundamental	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Alagoas						
UG/Gestão: 200093				CNPJ: 26.989.715/0007-06		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2010	Prestação de serviços de vigilância armada patrimonial para a PR/AL Sede e PRM Arapiraca	Preserve Segurança e Transporte de Valores Ltda. CNPJ nº 11.179.264/0007-66	20/11/10	19/11/16	4ª série do ensino fundamental	E
2016	Prestação de serviços de vigilância armada patrimonial para a PR/AL Sede e PRM Arapiraca	Preserve Segurança e Transporte de Valores Ltda. CNPJ nº 11.179.264/0007-66	20/11/16	19/11/17	4ª série do ensino fundamental	A
2011	Prestação de serviços de reprografia para a PR/AL Sede e PRM Arapiraca	K2M Comércio e Serviços Ltda. CNPJ nº 07.502.722/0001-93	23/08/11	22/08/16	Ensino Médio	E
2016	Prestação de serviços de reprografia para a PR/AL Sede e PRM Arapiraca	BSF Locação de Máquinas e Serviços Ltda. CNPJ nº 10.969.324/0001-96	05/09/16	04/09/17	Ensino Médio	A
2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação, copeiragem, auxiliar de carga e descarga, auxiliar de serviços gerais, jardinagem e recepção para a PR/AL Sede e PRM Arapiraca	W.E. Administradora de Serviços Ltda. CNPJ nº 00.977.166/0001-62	10/10/12	09/10/17	Ensino fundamental para os cargos de limpeza e conservação, copeiragem, auxiliar de serviços gerais e jardinagem e ensino médio para os cargos de auxiliar de carga e descarga e recepção	A

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Amazonas

UG/Gestão: 200071/00001

CNPJ: 26.989.715/0008-89

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Apoio Administrativo	06.291.321/0001-79	03/10/16	02/10/17	Ensino Médio Completo	A
2015	Copeiragem	09.172.237/0001-24	26/08/15	25/08/17	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Manutenção Predial	04.465.383/0001-24	11/08/14	11/08/17	Ensino Fundamental Completo*	P
2013	Mensageria	13.183.508/0001-14	17/06/13	16/06/17	Ensino Fundamental Completo	P
2013	Operador de Reprografia	13.183.508/0001-14	10/04/13	09/04/17	Ensino Médio Completo	P
2015	Recepcionista	06.291.321/0001-79	06/11/15	05/11/17	Ensino Médio Completo	P
2016	Vigilância	09.406.386/0001-00	07/11/15	06/11/17	Ensino Médio Completo	P
2015	Limpeza e conservação	02.595.192/0001-51	03/08/15	11/01/17	Ensino Fundamental Completo*	E

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Amapá						
UG/Gestão: 380005				CNPJ: 26.989.715/0009-60		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	PR/AP 08/2015 – Serviços Técnicos de Manutenção Preventiva, Corretiva e de Restauração ou Readequação das Características das Instalações Elétricas e Prediais	10.686.604/0001-97	21/09/15	21/06/17	Ensino Médio	P
2015	PR/AP – 06/2015 – Serviços de Limpeza, Conservação, Higienização, Artificies, Serviços Gerais, Garçonagem, Copeiragem, Recepção e Contínuos/Mensageria	03.044.791/0001-40	01/06/15	31/06/16	Ensino Fundamental	P
2015	PR/AP – 09/2015 – Vigilância Armada	12.753.624/0001-69	11/11/15	10/11/17	Ensino Médio	P
2015	PR/AP Nº 07/2015 – Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Eventual em Aparelhos Condicionadores de Ar	10.843.518/0001-40	07/08/15	06/08/17	Ensino Médio	P
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República na Bahia						
UG/Gestão: 200031				CNPJ: 26.989.715/0010-01		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Manutenção Predial	CCS Serviços Especializados Ltda. ME (11.756.919/0001-26)	02/09/13	30/06/16	Ensino Fundamental	E
2013	Digitalização	LPG Soluções Ltda. EPP (03.454.049/0001-02)	02/12/13	01/12/16	Ensino Médio	E
2014	Faturista	Brasilmed Auditoria Médica e Serviços S/S Ltda. (00.706.148/0001-46)	18/08/14	17/08/17	Ensino Médio	P
2015	Vigilância	MAP Serviços de Segurança – Ltda. (00.435.781/0001-47)	1º/11/15	31/10/17	Ensino Fundamental	P
2015	Conservação, Limpeza e Outros Serviços de Apoio Administrativo de Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo, Copeira, Garçom, Recepcionista, Telefonista e Supervisor de Serviços	Niltek Serviços Ltda. Eireli – ME (02.544.972/0001-72)	1º/08/15	31/07/17	Ensino Fundamental para Servente e Auxiliar de Serviços Gerais e Médio para os demais postos.	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Manutenção Predial	AS Engenharia Eireli – EPP (17.700.934/0001-39)	1º/07/16	30/06/17	Ensino Superior para Engenheiro, Técnico para Técnico de Manutenção e Fundamental para os demais postos.	A
2016	Reprodução e Digitalização	URPASA – Obras, Conservação e Serviços Eireli – EPP (14.387.146/0001-46)*	14/11/16	13/11/17	Ensino Médio	A
2016	Adolescente Aprendiz	CIEE – Centro de Integração Empresa Escola (61.600.839/0005-89)	08/01/16	07/01/17	Ensino Fundamental	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Ceará						
UG/Gestão: 200082/00001				CNPJ: 26.989.715/0011-84		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
02/2017	Vigilância armada PRMs Crateús, Sobral, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Itapipoca	17.551.327/0001-54	03/02/17	02/08/17	-	A
03/2012	Copeiragem PR/CE	09.019.150/0001-11	21/06/12	20/06/17	-	P
04/2012	Jardinagem PR/CE	09.019.150/0001-11	21/06/12	20/06/17	-	P
07/2013	Conservação e Limpeza PRMs Sobral e Limoeiro do Norte	09.019.150/0001-11	01/04/13	31/03/18	ensino fundamental completo	P
09/2012	Auxiliar de Escritório PRMs Sobral e Juazeiro do Norte	09.019.150/0001-11	10/10/12	09/10/17	ensino médio completo	P
13/2016	Auxiliar de Escritório PR/CE e PRM/Limoeiro do Norte	04.393.639/0001-35	15/08/16	14/08/17	ensino médio completo	A
12/2015	Recepcionista e Telefonista PR/CE	06.234.467/0001-82	02/08/15	01/08/17	ensino médio completo	P
14/2013	Auxiliar de Escritório PRM/Crateús	06.234.467/0001-82	17/10/13	16/10/17	ensino médio completo	P
16/2015	Conservação e Limpeza PR/CE e PRM/Juazeiro do Norte	06.234.467/0001-82	13/10/15	12/10/17	ensino fundamental completo	P
14/2016	Jardinagem PRM/Juazeiro do Norte	10.491.127/0001-04	13/10/16	12/10/17	-	A
06/2015	Conservação e Limpeza PRM/Itapipoca	14.828.536/0001-04	03/03/15	02/03/18	ensino médio completo	P
07/2015	Copeiragem PRM/Itapipoca	14.828.536/0001-04	03/03/15	02/03/18	ensino médio completo	P
08/2015	Auxiliar de Escritório PRM/Itapipoca	14.828.536/0001-04	03/03/15	02/03/18	ensino médio completo	P
15/2015	Copeiragem PRM/Limoeiro do Norte	15.150.504/0001-65	13/10/15	12/10/17	-	P
06/2013	Copeiragem PRMs Sobral e Juazeiro do Norte	41.305.228/0001-77	01/04/13	31/03/17	ensino fundamental completo	P
08/2013	Copeiragem PRM/Crateús	41.305.228/0001-77	17/06/13	16/06/17	ensino fundamental completo	P
09/2013	Conservação e Limpeza PRM/Crateús	41.305.228/0001-77	17/06/13	16/06/17	ensino fundamental completo	P
16/2013	Vigilância Armada PR/CE e PRM/Itapipoca	04.808.914/0001-34	05/12/13	04/12/17	-	P
12/2011	Vigilância Armada PR/CE e PRMs Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte, Sobral e Crateús	04.808.914/0001-34	05.12.11	04.12.16	-	E

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

11/2011	Jardinagem PRM/Juazeiro do Norte	05.485.352/0001-06	13/10/11	12/10/16	-	E
02/2012	Bombeiro e Eletricista PR/CE	09.019.150/0001-11	21/06/12	15/02/16	ensino fundamental completo	E
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal						
UG/Gestão: 200023/00001			CNPJ: 26.989.715/0012-65			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Apoio Administrativo	G&E Serviços Terceirizados Ltda. (08.744.139/0001-51)	10/05/16	09/05/18	Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	ativo
2016	Manutenção de CFTV e Cancelas Eletrônicas	Monitora Comércio e Serviço de Sistemas Eletrônicos Ltda. – ME (06.147.541/0001-23)	20/01/16	19/01/18	-	ativo
2016	Vigilância Armada	Multserv Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda. (04.689.445/0001-81)	30/06/16	29/06/17	-	ativo
2016	Manutenção Predial	Manced Engenharia e Serviços de Manutenção, Conservação e Segurança Patrimonial – ME (10.578.768/0001-09)	19/02/16	18/02/18	Ensino Médio Completo ou equivalente	
2016	Instalação de Divisórias	Espaço e Forma Móveis e Divisórias Ltda. (37.977.691/0007-83)	15/01/16	08/02/17	-	Ativo
2016	Telefonia Móvel	Claro S/A (40.432.544/0001-47)	24/06/16	23/06/21	-	Ativo
2016	Consultoria Especializada em Contratos e Licitações	Zênite Informação e Consultoria S/A. (86.781.069/0001-15)	07/04/16	06/04/17	-	Ativo
2016	Jardinagem	Florart Paisagismo Ltda. (36.831.212/0001-68)	01/04/16	31/03/17	-	Ativo
2016	Manutenção de Nobreaks	Leitung Comércio e Serviços de Sistemas de Energia Ltda. (00.306.524/0001-05)	26/10/16	25/10/17	-	Ativo
2016	Manutenção Automotiva	Ticket Soluções HDFGT S/A (03.506.307/0001-57)	15/12/16	14/12/17	-	Ativo
2016	Impressão Corporativa	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A (07.432.517/0001-07)	19/12/16	18/12/20	-	Ativo

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Soluções DOINET	BPGR Tecnologia e Informação Ltda. – EPP (00.885.818/0001-39)	21/12/16	20/12/17	-	Ativo
2016	Retrofit dos CPD'S	Task Engenharia e Infraestrutura Ltda. – ME (07.280.176/0001-93)	11/01/17	10/01/18	-	Ativo
2012	STFC – Longa Distância Nacional	OI S/A (76.535.764/0001-43)	02/02/12	01/02/18	-	Ativo Prorrogado
2016	Apoio Administrativo	G&E Serviços Terceirizados Ltda. (08.744.139/0001-51)	09/01/17	01/01/18	Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	Ativo
2014	Rede Wireless	Redisul Informática Ltda. (78.931.474/0001-44)	22/12/14	21/12/17	-	Ativo
2015	Impermeabilização do Subsolo	Comimper Serviços de Impermeabilização Ltda. – ME (07.122.755/0001-08)	19/11/15	31/03/17	-	Ativo Prorrogado
2012	Manutenção de Raio X	Smiths Detection Brasil Comércio de Equipamentos Ltda. (13.099.243/0001-70)	21/01/13	20/01/18	-	Ativo Prorrogado
2012	Link de Contingência	OI S/A (76.535.764/0001-43)	09/02/12	08/02/17	-	Ativo Prorrogado
2011	Impressão Corporativa	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A (07.432.517/0001-07)	16/02/12	15/02/17	-	Ativo Prorrogado
2015	Manutenção do GMG	Power Engenharia Comércio de Serviços Ltda. – EPP (72.588.080/0001-59)	21/07/15	20/07/17	-	Ativo Prorrogado
2014	STFC – Local	OI S/A (76.535.764/0001-43)	01/08/14	31/07/17	-	Ativo Prorrogado
2015	Bombeiro Civil	Brasfort Administração e Serviços Ltda. (36.770.857/0001-38)	21/10/15	20/10/17	-	Ativo Prorrogado
2015	Aquisição e Instalação de Elevadores	Thyssenkrupp Elevadores S/A (90.347.840/0006-22)	08/01/16	07/01/18	-	Ativo

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Espírito Santo

UG/Gestão: 200038

CNPJ: 26.989.715/0013-46

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância e segurança patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra e equipamentos	Visel Vigilância e Segurança Ltda.	31/08/11	30/08/16	Não há exigência	E
2013	Terceirização da vigilância armada da PRM de Linhares	Visel Vigilância e Segurança Ltda.	07/01/14	06/01/17	Não há exigência	E

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2015	Limpeza, conservação e higienização, com mão de obra e fornecimento de materiais e equipamentos necessários	Servinorte Serviços Ltda. – EPP	01/06/15	31/12/16	Não há exigência	E
2015	Serviços de recepcionista, auxiliar de escritório, copeiragem, operador de máquina copiadora, auxiliar de serviços gerais e artífice, com mão de obra	Viva Terceirização e Serviços Eireli – ME	05/11/15	04/02/17	Nível Médio	P
2016	Limpeza, conservação e higienização, com mão de obra e fornecimento de materiais e equipamentos necessários	Adservicon – Administração, Serviços e Contabilidade Ltda. – EPP	01/01/17	31/12/17	Não há exigência	A
2016	Serviços de recepcionista, copeiragem, contínuo e artífice, com mão de obra	JRQ Master Consultores Associados Ltda. – EPP	05/02/17	04/02/18	Nível Médio	A iniciar
2016	Prestação de Serviço de vigilância e segurança patrimonial armada para PRM/Colatina	Hopevig Vigilância e Segurança Ltda.	31/08/16	30/08/17	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Prestação de serviço de vigilância e segurança patrimonial armada para PRES, PRM/CIT e PRM/SAM	Visel Vigilância e Segurança Ltda.	31/08/16	30/08/17	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de portaria e limpeza nas dependências do canteiro de obras da nova sede da PRES	Servilimp Serviços de Conservação e Limpeza de Vitória Ltda.	28/10/16	27/10/17	Ensino Fundamental	A
2016	Prestação de serviços de portaria e de limpeza com fornecimento de equipamentos e materiais a ser executado no canteiro de obras da nova sede da PRES	LimpSERVICE	03/10/16	17/10/16	Não há exigência	E
2016	Prestação de serviço de vigilância e segurança patrimonial armada para PRM/Linhares	Hopevig Vigilância e Segurança Ltda.	07/01/17	06/01/17	Ensino Fundamental Completo	A

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República em Goiás

UG/Gestão: 200066

CNPJ: 26.989.715/0014-27

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Artífice de Manutenção Predial	17.856.676/0001-84	04/05/16	04/05/17	M	A
2016	Limpeza e Conservação	17.847.301/0001-58	01/07/16	01/07/17	F / M	P
2015	Manutenção Predial Preventiva e Corretiva	17.856.676/0001-84	16/04/15	16/04/17	M / S	P
2016	Copeiragem e Garçom	15.715.620/0001-84	08/08/16	08/08/17	M	A
2015	Telefonista e Recepcionista	15.718.607/0001-89	03/08/15	03/08/17	M	P
2015	Contínuo	03.470.083/0001-70	26/10/15	26/10/17	M	P
2012	Manutenção de Ar-Condicionado	02.787.548/0001-59	09/07/12	09/07/17	M / S	P
2014	Jardinagem	36.831.212/0001-68	23/12/14	23/12/17	M / S	P
2013	Carregadores	16.962.460/0001-30	16/08/13	16/08/17	M	P
2013	Vigilância Armada	03.154.566/0001-66	22/11/13	22/11/17	M	P
2016	Limpeza de Conservação	08.656.318/0001-37	12/12/16	12/12/17	F	A
2015	Contínuo	15.718.607/0001-89	24/08/15	24/08/17	M	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2012	Vigilância Armada	03.154.566/0001-66	14/09/12	14/09/17	M	P
2014	Vigilância Armada	04.701.639/0001-55	22/04/14	22/04/17	M	P
2014	Limpeza e Conservação	04.829.840/0001-12	26/05/14	26/05/17	F	P
2016	Recepcionista	03.169.846/0001-48	14/10/16	14/10/17	M	A
2015	Contínuo	15.718.607/0001-89	06/08/15	06/08/17	M	P
2014	Copeiragem	11.108.001/0001-70	12/12/14	12/12/17	M	P
2016	Copeiragem e Limpeza	17.847.301/0001-58	18/07/16	18/07/17	F / M	A
2016	Vigilância Armada	01.193.606/0001-53	17/12/16	17/12/17	M	A
2013	Recepcionista	13.714.479/0001-70	30/04/13	30/04/17	M	P
2014	Contínuo	06.308.467/0001-80	24/11/14	24/11/17	M	P
2013	Copeiragem e Recepcionista	16.962.460/0001-30	17/04/13	17/04/16	M	E
2014	Limpeza e Conservação	04.829.840/0001-12	08/10/14	09/12/16	F	E
2014	Recepcionista	13.163.706/0001-16	13/10/14	13/10/16	M	E
2013	Copeiragem e Limpeza	16.962.460/0001-30	15/03/13	15/07/16	F / M	E
2013	Vigilância Armada	03.154.566/0001-66	16/12/13	16/12/16	M	E
2014	Limpeza e Conservação	11.381.182/0001-04	23/05/14	30/06/16	F / M	E
2011	Menor Aprendiz	33.583.592/0051-30	27/07/11	27/07/16	M	E
2013	Copeiragem	11.381.182/0001-04	06/08/13	06/08/16	M	E
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: PRMA – Procuradoria da República no Maranhão						
UG/Gestão: 200078				CNPJ: 26.989.715/0015-08		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de limpeza e conservação e outros executados nas dependências da PRMA	LG Serviços Profissionais Ltda.	06/05/13	06/07/16	Ensino Fundamental Completo	E
2013	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação, Recepção, Artífice e Office-Boy nas PRM/Caxias e PRM/Imperatriz	CSG Conservação e Serviços Gerais Ltda.	21/10/13	22/04/17	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Prestação de serviços especializados nos serviços continuados de vigilância armada para serem executados nas dependências da PRM/Caxias	S H Vigilância e Segurança Ltda. - EPP	16/02/14	16/02/17	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Prestação de serviços especializados nos serviços continuados de vigilância armada para serem executados nas dependências da PRM/Imperatriz	Tecseg Tecnologia em Segurança Privada Ltda. – EPP	01/06/14	01/06/17	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação e outros para serem executados nas dependências da PRM/Bacabal	Igor A. Aguiar Comércio e Serviços – ME	01/12/14	01/12/16	Ensino Fundamental Completo	E

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2015	Prestação de serviços especializados nos serviços continuados de vigilância armada para serem executados nas dependências da Procuradoria da República no Maranhão (PRMA)	Tecseg Tecnologia em Segurança Privada Ltda. – EPP	01/02/15	01/02/17	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, necessários para execução dos serviços na sede da Procuradoria da República no Estado do Maranhão	Eletrosystem Engenharia de Instalações Ltda.	01/06/15	31/10/16	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Prestação de serviços especializados nos serviços continuados de vigilância armada para serem executados nas dependências da PRM/Balsas	Tecseg Tecnologia em Segurança Privada Ltda. – EPP	10/02/16	10/02/17	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo e limpeza e conservação para serem executados nas dependências da PRM/Balsas	CSG Conservação e Serviços Gerais Ltda.	08/07/16	07/07/17	Ensinos Fundamental e Médio Completos	A
2016	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo e limpeza e conservação para serem executados nas dependências da Procuradoria da República no Maranhão (PRMA)	Saram Serviços Especializados Ltda.	07/07/16	07/07/17	Ensinos fundamental e médio completos	A
2016	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo e limpeza e conservação para serem executados nas dependências da PRM/Imperatriz	CSG Conservação e Serviços Gerais Ltda.	22/10/16	22/10/17	Ensinos Fundamental e Médio Completos	A
2016	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, necessários para execução dos serviços na sede da Procuradoria da República no Maranhão (PRMA)	Conaat Empreendimentos Ltda. – EPP	01/11/16	31/10/17	Ensinos Fundamental e Médio Completos	A
2016	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, necessários para execução dos serviços na sede da PRM/Imperatriz	Conaat Empreendimentos Ltda. – EPP	14/11/16	14/11/17	Ensino Médio Completo	A

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, necessários para execução dos serviços na sede da PRM/Balsas	Conaat Empreendimentos Ltda. – EPP	14/11/16	14/11/17	Ensino Médio Completo	A
2016	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo e limpeza e conservação para serem executados nas dependências da PRM/Bacabal	CSG Conservação e Serviços Gerais Ltda.	02/12/16	02/12/17	Ensinos Fundamental e Médio Completos	A
2016	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, necessários para execução dos serviços na sede da PRM/Bacabal	Conaat Empreendimentos Ltda. – EPP	02/12/16	02/12/17	Ensino Médio Completo	A
2016	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, mediante ressarcimento, do Sistema de Climatização tipo VRF (<i>Variable Refrigerant Flow</i>) instalado na PRMA	Siat – Sociedade Industrial de Aplicações Técnicas Ltda. – EPP	24/12/16	24/12/17	Ensinos Fundamental e Médio Completos	A

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da Republica em Minas Gerais

UG/Gestão: 200035/0001

CNPJ: 26.989.715/0016-99

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
54/2013	Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema de Ar-Condicionado na Sede da PRMG	Acomar Reforma e Refrigeração Ltda. – ME – CNPJ: 00.062.861/0001-02	13/11/13	12/11/14	Nada a Declarar	P
26/2014	Prestação de Serviços de Operador de Máquina Copiadora para Atender à Sede da PRMG	Prestcon – Prestação de Serviços Contagem Eireli – ME – CNPJ: 13.192.004/0001-60	16/06/14	15/06/15	Curso Profissionalizante	P
28/2014	Prestação de Serviços de Serviços de Contínuo/Messageiro para Atender à PRMG e Unidades Municipais	Britânica Administração e Terceirização – Ltda. EPP – CNPJ: 02.908.313/0001-78	01/08/14	31/07/15	Ensino Médio Incompleto	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

30/2014	Prestação de Serviços de Serviços de Copeiragem, Portaria e Garçom para Atender à PRMG e Unidades Municipais	Gestservi – Gestão e Terceirização de Mão de Obra Ltda. - ME – CNPJ: 13.892.384/0001-46	19/08/14	18/08/15	Copeiro – Ensino Médio Incompleto; Porteiro – 2º Grau Completo; Garçom – Ensino Fundamental Completo	P
35/2014	Prestação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada 24 Horas/Dia para Atender à PRMG e Unidades Municipais	TBI Segurança Ltda. – CNPJ: 07.534.224/0001-22	15/09/14	14/09/15	Curso Profissionalizante	P
15/2015	Prestação de Serviços Continuados de Manutenção Predial, com Cessão de Mão de Obra e Fornecimentos de Ferramentas e Equipamentos para Atender à PRMG	Serta – Serviços Técnicos e Administrativos Ltda. EPP – CNPJ: 01.548.339/0001-90	03/05/15	02/05/16	Bombeiro Hidráulico e Eletricista – Ensino Fundamental completo; Auxiliar de Serviços – Ensino Fundamental Completo	P
18/2015	Prestação de Serviços de Serviços de Limpeza e Conservação, Jardinagem, Limpeza de Veículos Oficiais e Encarregado para Atender à PRMG e Unidades Municipais	Britânica Administração e Terceirização – Ltda. EPP – CNPJ: 02.908.313/0001-78	19/08/15	18/08/16	Serventes e Auxiliar de Serviços Gerais e Jardineiro – 4ª série do Ensino Fundamental; Encarregado – Ensino Fundamental Completo	P
25/2015	Contratação de Instituição para Selecionar e Encaminhar Aprendizes de Auxiliar de Serviços Administrativos para Atender à PRMG	Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de Minas Gerais – CNPJ: 06.974.176/0001-20	21/12/15	20/12/16	Mínimo 5º ano do Ensino Fundamental ou Nível Médio	P
26/2015	Prestação de Serviços de Telefonista, a Ser Realizado por Pessoas com Necessidades Especiais na Sede da PRMG	HK Serviços Terceirizados Ltda. – EPP – CNPJ: 15.781.607/0001-89	01/12/15	30/11/16	Ensino Fundamental Completo	P
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul – PR/MS						
UG/Gestão: 200040/00001			CNPJ: 26.989.715/0017-70			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação do seguinte serviço de natureza contínua: limpeza e conservação na PRMS em Campo Grande e nas PRMs de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí (CONTRATO 01/2015)	Servplan – Serviços Auxiliares Ltda. (CNPJ 26.852.970/0001-09)	01/01/15	31/12/17	Não Exige	P
2015	Prestação do seguinte serviço de natureza contínua: vigilância armada na PRMS em Campo Grande e nas PRMs de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí (CONTRATO 07/2015)	SJT – Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda. – EPP (CNPJ nº 15.712.329/0002-33)	21/05/15	20/05/17	Não Exige	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2015	Prestação dos seguintes serviços de natureza contínua: manutenção predial, englobando manutenção preventiva e corretiva e serviços de engenharia de pequena monta, com fornecimento de mão de obra e materiais, nas instalações dos prédios que abrigam as sedes da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul e das Procuradorias nos municípios (CONTRATO 05/2015)	Gomes e Azevedo Ltda. EPP (CNPJ nº 03.688.640/0001-24)	15/04/15	14/05/17	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Prestação do seguinte serviço de natureza contínua: copeiragem na PRMS em Campo Grande e nas PRMs de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí, e recepção na PRMS em Campo Grande e na PRM Naviraí (CONTRATO 05/2016)	L. F. Prestadora de Serviços e Decorações Ltda. (CNPJ nº 02.401.411/0001-14)	01/07/16	30/06/17	Não Exige	A
2015	Prestação do seguinte serviço de natureza contínua: copeiragem na PRMS em Campo Grande e nas PRMs de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí, e recepção na PRMS em Campo Grande e na PRM Naviraí (CONTRATO 02/2016)	Bispo's Serviços Gerais – Eirelli, (CNPJ nº 03.652.046/0001-83)	04/01/16	30/06/16	Não Exige	E
2016	Prestação do seguinte serviço de natureza contínua: auxiliar administrativo, garçom e telefonista na PRMS em Campo Grande, e recepção nas PRMs de Dourados, Corumbá e Ponta Porã (CONTRATO 10/2016)	Brilhar Serviços Terceirizados Ltda. – EPP (CNPJ nº 10.648.254/0001-74)	01/12/16	30/11/17	Não Exige	A
2011	Contratação de entidade sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de atividades conjuntas que propiciem a formação e integração de aprendizes ao mercado de trabalho, em atenção ao Programa Adolescente Aprendiz, instituído pela Portaria PGRIMPU nº 625/2010, no âmbito do MPU (CONTRATO 06/2011)	Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária (CNPJ 15.452.212/0001-87)	01/08/11	31/07/16	Não Exige	E
2012	Prestação do seguinte serviço de natureza contínua: prestação de serviço de telefonista para atendimento ao público interno e externo na PR/MS (CONTRATO 02/2012)	Silvia Helena Fernandes Juca ME (CNPJ nº 09.484.770/0001-21)	01/01/12	31/12/16	Não Exige	E

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2013	Prestação dos seguintes serviços de natureza contínua: serviços de contínuo, garçom e artífice de serviços gerais para a Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, e recepção nas Procuradorias da República nos Municípios de Corumbá, Dourados e Ponta Porã/MS (CONTRATO 03/2013)	Guatós Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ nº 03.703.179/0001-31)	07/01/13	31/12/16	Artífice: Ensino Básico Completo; Demais Categorias Não Exigem	E
------	--	---	----------	----------	--	---

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: PRMT

UG/Gestão: 200064/0001

CNPJ: 26.989.715/018-50

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Estafetas PRM-Barra do Garças	Ribeiro dos Santos & CIA Ltda. ME 08.900.850/0001-58	26/08/13	25/08/17	Cursando Nível Médio	P
2013	Estafetas PRMT e PRMs Sinop e Cáceres	Ribeiro dos Santos & CIA Ltda. ME 08.900.850/0001-58	02/01/14	01/01/18	Cursando Nível Médio	P
2013	Estafetas PRM – Rondonópolis	Ribeiro dos Santos & CIA Ltda. ME 08.900.850/0001-58	02/07/14	01/07/17	Cursando Nível Médio	P
2014	Vigilância Armada	Universal Segurança Ltda. 08.830.513/0001-31	23/05/14	22/05/17	Nível Fundamental	P
2014	Recepção PRM – Rondonópolis	A A Araújo Brasil Serviços ME 10.230.958/0001-22	28/07/14	27/07/17	----	P
2014	Recepção PRMT e PRMS: Sinop, Cáceres e Barra do Garças	A A Araújo Brasil Serviços ME 10.230.958/0001-22	02/11/14	01/11/17	----	P
2015	Copeiragem e Garçom PRMT e PRMS	A A Araújo Brasil Serviços ME 10.230.958/0001-22	17/10/15	16/10/17	----	P
2017	Limpeza PRMT e PRMs	Fortes Comércio e Prestadora de Serviços de Limpeza e Conservação Ltda. – EPP 21.250.438/0001-06	20/01/17	19/04/17	----	A

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: PRPA

UG/Gestão: 200075/00001

CNPJ: 26.989.715/0019-31

Informações sobre os contratos

Período Contratual de Execução das	Nível de Escolaridade
------------------------------------	-----------------------

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Atividades Contratadas		Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Recepcionista	T. B. Figueiredo Nunes Serviços Gerais	01/11/13	04/11/17	Médio	P
2016	Serviço de Copeiragem	Saram Serviços Especializados Ltda. – ME	01/04/16	01/04/17	Fundamental	A
2016	Serviço de Mensageiro	Saram Serviços Especializados Ltda. – ME	01/04/16	01/04/17	Fundamental	A
2016	Serviço de Limpeza e Conservação	LIFE Tecnologia e Consultoria Ltda.	14/11/16	14/11/17	Fundamental	A
2016	Serviço de Auxiliar Administrativo	Saram Serviços Especializados Ltda. – ME	28/11/16	28/11/17	Médio	A
2015	Serviço de Vigilância Armada	Polo Segurança Especializada Ltda.	01/08/15	01/08/17	Médio	P
2015 ¹	Serviço de Limpeza	Susipe – Superintendência do Sistema Penal	06/04/15	06/04/17	-	A
2013	Menor Aprendiz	CIEE – Centro Integrado Empresa Escola	01/08/13	04/08/17	Médio	P
2016	Motoboy	People RH Serviços Terceirizados Eireli – EPP	13/09/16	16/12/16	Fundamental	E

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República na Paraíba

UG/Gestão: 200087

CNPJ: 26.989.715/0020-75

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
08/2013	Objeto: Prestação do serviço de limpeza, conservação e higienização e copeiragem, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa)	17.982.526/0001-17	01/09/13	31/08/17	Fundamental	P
13/2013	Objeto: Prestação de serviço de recepcionista (01), com fornecimento de mão de obra e material necessário à sua execução, para a Procuradoria da República em Sousa	14.601.896/0001-79	01/10/13	30/09/17	Médio	P
16/2013	Objeto: Prestação do serviço de carrego e descarrego, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República em Patos.	14.601.896/0001-79	07/10/13	11/10/17	Médio	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

18/2014	Objeto: Prestação do serviço de operação de fotocopiadora, com fornecimento de mão de obra necessária à execução dos serviços, para a Procuradoria da República na Paraíba, e Procuradorias da República em Campina Grande, Sousa, Patos e Monteiro.	10.339.944/0001-41	01/06/14	31/05/17	Médio	P
32/2014	objeto: Contrato MPF/PB nº 32/2014 - contratação de serviços de recepcionista e auxiliar administrativo PRM/Monteiro, limpeza PRM/Patos e limpeza PRM/Sousa - Akylls Sousa do Nascimento (Alliança Terceirização de Serviços), CNPJ 14.601.896/0001-79	14.601.896/0001-79	07/01/15	06/01/18	Fundamental	P
35/2014	Objeto: Prestação do serviço continuado de dedicação exclusiva de mão de obra, de vigilância armada, e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa) e Procuradoria da República em Campina Grande, Sousa, Patos, Monteiro e para a futura sede, em Guarabira	09.377.459/0001-83	07/02/15	31/01/18	Fundamental	P
15/2015	Objeto: Prestação de Serviço continuado de Recepcionista, copeira, operador de fotocopiadora, limpeza e conservação e auxiliar administrativo para a Procuradoria da República em Guarabira	07.369.073/0001-02	01/09/15	31/08/17	Médio	P
16/2015	Objeto: Prestação de serviços continuados de contínuo e garçom para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa) e copeira, limpeza e conservação para a PRM/Campina Grande	10.774.803/0001-57	22/07/15	21/07/17	Médio	P
27/2015	Objeto: Prestação do serviço de manutenção predial, de dedicação exclusiva de mão de obra para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa) e para as Procuradorias da República em Campina Grande e Sousa	14.601.896/0001-79	01/10/15	30/09/17	Médio	P
28/2015	Objeto: Prestação de serviços de recepcionista, auxiliar administrativo e auxiliar de carga e descarga para a PR/PB (João Pessoa), recepcionista e auxiliar de carga e descarga para a PRM/Campina Grande e recepcionista para a PRM/Patos	14.601.896/0001-79	01/10/15	30/09/17	Médio	P
29/2015	Contrato MPF/PB Nº 29/2015 (Defesa Service) – Contratação de serviços de em substituição ao Contrato 13/2014 (Infinity)	13.940.738/0001-80	01/10/15	30/09/17	Médio	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

30/2015	Objeto: Prestação de serviços continuados de auxiliar administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a unidade de João Pessoa	14.601.896/0001-79	19/10/15	18/10/17	Médio	P
10/2013	Objeto: Prestação de serviço de Telefonista (01), c/ fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República em Campina Grande	14.601.896/0001-79	01/09/13	31/08/16	Médio	E
12/2013	Objeto: Prestação do serviço de Telefonista, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa)	17.982.526/0001-17	01/10/13	20/02/16	Médio	E
15/2013	Objeto: Prestação do serviço de Telefonista, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República em Patos	14.601.896/0001-79	01/10/13	06/05/16	Médio	E
17/2013	Objeto: Prestação do serviço de Telefonista, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República em Sousa	17.982.526/0001-17	02/12/13	20/02/16	Médio	E
13/2014	Objeto: Prestação do serviço de limpeza, conservação e higienização e copeiragem, com fornecimento de mão de obra e material necessário à execução dos serviços, para a Procuradoria da República em Monteiro-PB	14.237.134/0001-35	07/05/14	06/05/16	Médio	E
17/2015	Objeto: Prestação do serviço de Auxiliar administrativo para a Procuradoria da República no município de Patos	02.215.262/0001-07	22/07/15	21/07/16	Médio	E
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República em Pernambuco						
UG/Gestão: 200090 / 00001			CNPJ: 26.989.715/0021-56			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Realização de manutenção predial preventiva e corretiva nas instalações elétricas, hidrossanitárias, telefônica e lógica com alocação de mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços	Jenec Construções & serviços Ltda. (CNPJ: 05.153.669/0001-37)	18/06/12	17/06/17	F	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2015	Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e monitoramento dos circuitos fechados de TV nas dependências nas Unidades de 1ª instância do MPF-PE	Interfort Segurança de valores Ltda. (CNPJ: 04.008.185/0002-12)	14/12/15	13/12/17	F	P
2015	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio diário nas dependências das Unidades da 1ª Instância do MPF-PE	Ética Empreendimentos e Serviços Terceirizados Ltda. – EPP (CNPJ: 09.422.042/0001-95)	16/11/15	15/11/17	F	P
2016	Contratação de serviços de manutenção, preventiva e corretiva, do sistema central de ar-condicionado (<i>chiller</i>) e dos equipamentos de ar-condicionado das Unidades de 1ª instância do MPF-PE	Hipermar serviços refrigeração Ltda. – ME (CNPJ: 14.149.808/0001-40)	18/08/16	17/08/17	M	A
2016	Prestação de serviço terceirizado de operador de PABX com alocação de mão de obra a ser prestado nas dependências na Procuradoria da República em Pernambuco	Poll Recife Empreendimentos e Serviços Eirelli - EPP (CNPJ: 02.951.247/0001-19)	01/07/16	30/06/17	M	A
2016	Prestação de diversos serviços terceirizados com alocação de mão de obra a serem prestados nas dependências nas Unidades de 1ª instância do MPF-PE	Sercoserv Serviços Terceirizados Ltda. – EPP (CNPJ: 08.717.223/0001-86)	01/07/16	30/06/17	M	A

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Piauí

UG/GESTÃO -200080/00001

CNPJ: 26.989.715/0022-37

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Prestação de serviço continuado de servente de limpeza, telefonista, recepcionista, auxiliar de serviços gerais, copeiragem, garçom e auxiliar administrativo	Absoluta Ltda. (10.820.620/0001-20)	21/10/16	20/10/17	Auxiliar Administrativo: ensino médio; Copeiragem: ensino fundamental ou prática no posto de trabalho; Garçom: ensino médio e curso específico na área de execução do serviço; Limpeza e conservação: ensino fundamental ou prática profissional; Recepção: ensino médio e conhecimentos de informática em nível básico; Serviços Gerais: ensino fundamental; Telefonista: ensino médio e curso de telefonista	A
2016	Prestação de serviço de vigilância armada	PIVSEG – Piauí Vigilância e Segurança Ltda. (10.674.819/0001-98)	02/06/16	01/06/17	Ensino médio	A
2015	Manutenção preditiva, preventiva e corretiva do sistema de climatização do Edifício-Sede da PR/PI	Newair Refrigeração Ltda. (00.468.89/0001-02)	06/07/16	05/07/17	Eletricista de comandos: ensino médio e curso técnico; Auxiliar de Eletricidade: 5º ano ensino fundamental; Mecânico de Ar-Condicionado: curso técnico; Auxiliar de Mecânico: 5º ano ensino fundamental; Engenheiro Mecânico: Nível superior e experiência	P
2016	Manutenção preditiva, preventiva e corretiva, monitoramento e operação dos sistemas elétricos	Energiza Engenharia Ltda. – ME (17.856.676/0001-84)	22/06/16	21/06/17	Técnico em Eletricidade e técnico em Eletrônica: ensino médio e curso técnico profissionalizante; Artífice em Manutenção Geral: prática em serviços; Auxiliar de Manutenção: 5º ano ensino fundamental; Engenheiro Eletricista e Engenheiro Civil: nível superior com experiência mínima de 06 (seis) meses	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Paraná						
UG/Gestão: 200053/00001			CNPJ: 26.989.715/0023-18			

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza	08.431.911/0001-85	05/02/14	04/02/17	Fundamental Completo	E
2012	Copeiragem, Recepcionista, Telefonista e Auxiliar de Serviços Gerais	08.431.911/0001-85	09/01/13	08/01/17	Ensino Médio Completo para Telefonista e Fundamental Completo para os Demais	E
2013	Vigilância Armada	77.998.912/001-29	01/08/13	31/07/17	Ensino Médio Completo	P
2013	Adolescente Aprendiz	76.586.585/0001-35	01/02/13	18/03/16	Ensino Médio Incompleto	E
2012	Manutenção Predial	09.438.067/0001-87	20/10/12	19/10/16	Ensino Médio Completo para Telefonista e Fundamental Completo para os Demais	E
2012	Manutenção de Ar-Condicionado	09.438.067/0001-87	09/10/12	19/10/16	Ensino Médio Completo para Telefonista e Fundamental Completo para os Demais	E
2016	Manutenção Predial	00.192.707/0001-47	20/10/16	19/10/17	Ensino Médio Completo para Telefonista e Fundamental Completo para os Demais	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro						
UG/Gestão: 200043			26.989.715/0024-07			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Vigilância	Nº 33.746.207/0001-69	30/11/12	28/02/17	5ª Série do EF-I e Curso Específico	P
2012	Recepcionista	Nº 10.413.205/0001-52	11/06/12	10/06/17	Ensino Médio Completo	A
2012	Aux. Serviços Gerais	Nº 10.413.205/0001-52	11/06/12	11/06/17	5ª Série do EF-I	A
2012	Copeira	Nº 10.413.205/0001-52	02/08/12	01/04/17	5ª Série do EF-I e 1 Ano Experiência	P
2012	Brigadista Civil	Nº 02.566.106/0001-82	09/04/12	08/04/17	Ensino Médio Completo	A
2014	Operador Fotocopia	Nº 27.859.008/0001-64	16/07/14	15/07/17	5ª Série do EF-I	A
2014	Operador Elevador Carga	Nº 09.060.537/0001-11	01/09/14	31/08/17	5ª Série do EF-I	A
2016	Impressão Corporativa	Nº 07.432.517/0001-07	10/09/16	08/12/16	Ensino Medio	E
2016	Manutenção de Ar	Nº 18.640.770/0001-64	16/11/16	15/11/18	5ª serie do EF-I e curso técnico	A
2016	Manutenção Predial	Nº 10.578.768/0001-09	04/02/16	04/04/17	1º Grau; Experiencia Profissional de 06 Meses; Curso na Área	A
2016	Digitalização	Nº 19.621.646/0001-14	01/11/16	01/11/18	Ensino Médio Completo	A
2016	Limpeza	Nº 10.413.205/0001-52	22/03/2016	21/03/17	-	A
2016	Ascensoristas	Nº 05.213.468/0001-88	06/06/16	05/06/17	-	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte				CNPJ: 2698715/0025-80		
UG/Gestão: 200085				CNPJ: 2698715/0025-80		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Reprografia	13.312.604/0001-15	01/03/13	28/02/17	Médio	P
2014	Vigilância	07.573.987/0001-82	01/08/14	31/07/17	Médio	P
2014	Menor Aprendiz	24.192.643/0001-42	22/12/14	31/05/16	Médio	E
2015	Copa	14.725.699/0001-61	18/05/15	17/05/17	Fundamental	P
2015	Carrego e Descarrego	13.312.604/0001-15	01/10/15	30/09/17	Fundamental	P
2015	Recepção	11.569.395/0001-64	03/11/15	02/11/17	Médio	P
2015	Telefonia	09.131.378/0001-07	05/11/15	04/11/17	Médio	P
2016	Manutenção Predial	09.171.533/0001-00	03/12/12	24/01/16	Fundamental	E
2016	Manutenção Predial	13.312.604/0001-15	25/01/16	24/01/18	Fundamental	P
2016	Limpeza e Conservação	13.312.604/0001-15	01/02/13	30/04/16	Fundamental	E
2016	Limpeza e Conservação	07.187.088/0001-41	02/05/16	01/05/17	Fundamental	A
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Rondônia				CNPJ: 26.989.715/0026-60		
UG/Gestão: 200046/00001				CNPJ: 26.989.715/0026-60		
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza e Conservação	Eletrporto Serviços Ltda. (04.844.192/0001-73)	30/04/15	29/4/17	Ensino Fundamental	P
	Recepção				Incompleto	
	Telefonista				Ensino Médio Completo	
	Copeiragem				Ensino Médio Completo	
	Garçonaria				Ensino Fundamental	
	Contínuo				Incompleto	
	Artífice				Ensino Médio Completo	
2014	Limpeza e Conservação	R.E.D. Pontes-ME (03.417.593/0001-84)	15/05/14	14/5/17	Ensino Fundamental Completo	P
	Recepção				Ensino Médio Completo	
	Copeiragem				5ª série do antigo Ensino Fundamental	
	Contínuo				Ensino Médio Completo	
2015	Vigilância Armada	Estação VIP Segurança Privada Ltda. (09.228.233/0002-00)	29/1/15	28/1/18	4ª série do Ensino Fundamental	P
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Roraima				CNPJ: 26.989.715/0027-41		
UG/Gestão: 380006 / 00001				CNPJ: 26.989.715/0027-41		

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Recepcionista	ND Comércio e Serviços Eireli EPP (05.567.810/0001-48)	05/05/16	04/05/17	Médio	A
2016	Copeira	SAN Comércio e Serviços Ltda. – EPP – ME (10.282.449/0001-43)	01/09/16	31/08/17	Fundamental	A
2014	Limpeza e Conservação	Vittoria Construções E Comércio Ltda. – ME (10.631.850/0001-41)	03/11/14	05/05/17	Fundamental	AP
2014	Vigilância	Transporte de Valores e Segurança (17.428.731/0171-00)	01/10/14	30/04/17	Fundamental	AP
2016	Operador de Copiadora	New Solutions Comércio e Serviços Ltda. (01.832.691/0001-52)	01/09/16	31/08/17	Médio	A
2016	Manutenção Predial	Isolu Service Ltda. – ME (12.720.960/0001-05)	15/08/16	14/08/17	Fundamental	A
2017	Contínuo	Queiroz e Lamy Ltda. – ME (14.117.810/0001-37)	18/01/17	17/01/18	Fundamental	A
2011	Copeira e Recepcionista	INOVE COMERCIAL E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (08.940.297/0001-87)	01/02/11	31/01/16	Fundamental/Médio	E
2015	Copeiragem e Auxiliar de Reprografia	INOVE COMERCIAL E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (08.940.297/0001-87)	22/06/15	31/08/16	Fundamental/Médio	E
2015	Manutenção Predial	Exact Comercio e Serviços Técnicos Ltda. – ME (06.167.150/0001-70)	22/04/15	01/01/16	Fundamental	E
Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)						
Unidade Contratante						
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul						
UG/Gestão: 200061			CNPJ: 26.989.715/0022-28			
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
17/2012	Serviço de Limpeza	Uniserv – União de Serviços Ltda.	01.09.2012	31.08.2017	Sem Exigência	P
01/2013	Serv. Manut. Predial	Braserv Ltda.	25.01.2013	25.01.2018	Formação Técnica	P

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

29/2013	Vigilância Armada	Portalsul Empresa de Vigilância S/S Ltda.	21/10/13	21/10/17	Sem Exigência	P
31/2013	Recepção e Copeiragem	Uniserv – União de Serviços Ltda.	07/11/13	06/11/17	Médio e Fundamental	P
13/2015	Vigilância Armada	Lince Segurança Patrimonial Ltda.	22/06/15	22/06/17	Sem Exigência	P
14/2015	Vigilância Armada	Lince Segurança Patrimonial Ltda.	21/05/15	21/05/17	Sem Exigência	P
28/2015	Menor Aprendiz	Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente (MDCA)	05/11/15	05/11/17	Último Per. Fundamental	P
26/2016	Análise Contas Médicas	Brasilmed Auditoria Médica e Serviços S/S Ltda. (00.706.148/0001-46)	03/10/16	03/10/17	Nível Médio	A

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República em Santa Catarina

UG/Gestão: 200058

CNPJ: 26.989.715/0029-03

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância Armada	10.364.152/0001-27	10/01/16	09/01/18	2º grau	P
2016	Vigilância Armada	10.364.152/0001-27	15/01/16	14/01/18	2º grau	P
2016	Vigilância Armada	87.134.086/0002-04	15/01/16	14/01/18	2º grau	P
2016	Vigilância Armada	87.134.086/0002-04	18/04/16	17/04/17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	10.364.152/0001-27	01/05/16	30/04/17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	05.497.780/0001-40	05/06/16	04/06//17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	77.998.912/0008-03	05/06/16	04/06//17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	77.998.912/0008-03	01/09/16	31/08/17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	05.449.286/0001-00	01/06/16	31/05/17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	05.449.286/0001-00	01/06/16	31/05/17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	05.497.780/0001-40	01/07/16	30/06/17	2º grau	A
2016	Vigilância Armada	05.497.780/0001-40	05/06/16	04/06/17	2º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	79.283.065/0001-41	03/10/16	02/10/17	1º grau*	A
2016	Limpeza e Conserv.	79.283.065/0001-41	03/10/16	02/10/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	79.283.065/0001-41	01/11/16	31/10/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	79.283.065/0001-41	03/10/16	02/10/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	78.533.312/0001-58	24/10/16	23/10/17	1º grau**	A
2016	Limpeza e Conserv.	78.533.312/0001-58	24/10/16	23/10/17	1º grau*	A
2016	Limpeza e Conserv.	78.533.312/0001-58	01/11/16	31/10/17	1º grau*	A
2016	Limpeza e Conserv.	78.533.312/0001-58	03/10/16	31/10/16	1º grau*	E
2016	Copeiragem	05.793.882/0001-03	29/11/16	28/11/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	05.793.882/0001-03	01/11/16	31/10/17	1º grau*	A

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Limpeza e Conserv.	05.793.882/0001-03	01/11/16	31/10/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	05.793.882/0001-03	01/11/16	31/10/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	05.793.882/0001-03	01/11/16	31/10/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	11.967.535/0001-52	01/11/16	31/10/17	1º grau	A
2016	Limpeza e Conserv.	11.967.535/0001-52	01/11/16	31/10/17	1º grau*	A

Observações: * O contrato contempla recepcionista, que se exige 2º grau. ** O contrato contempla recepcionista e encarregado, que se exigem 2º grau

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República em Sergipe

UG/Gestão: 200022/0001

CNPJ: 26.989.715/0030-47

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Auxiliar de Serviços Gerais	Plansul	18/12/13	17/12/17	Fundamental	P
2013	Copeira	Plansul	18/12/13	17/12/17	Fundamental	P
2013	Garçom	Plansul	18/12/13	17/12/17	Fundamental	P
2013	Recepcionista	Plansul	18/12/13	17/12/17	Médio	P
2013	Telefonista	Plansul	18/12/13	17/12/17	Médio	P
2013	Operador de Equipamento Multifuncional	Plansul	18/12/13	17/12/17	Médio	P
2013	Eletricista	Plansul	18/12/13	17/12/17	Médio	P
2013	Bombeiro Hidráulico	Plansul	18/12/13	17/12/17	Médio	P
2013	Encarregado	Plansul	18/12/13	17/12/17	Médio	P
2013	Servente	Plansul	18/12/13	17/12/17	Fundamental	P
2013	Vigilante	N.C. Vigilância Ltda. – EPP	04/10/13	03/10/17	Médio	P

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo

UG/Gestão: 200049/00001

CNPJ: 26.989.715/0031-28

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Limpeza/Copeiragem	05.576.482/0001-46 – Arcolimp Serviços Gerais Ltda.	18/02/11	31/07/16	Não há	E
2012	Limpeza/Copeiragem	02.907.432/0001-06 – Visa Clean Portaria e Higienização Ltda.	01/01/12	31/12/17	Não há	P
2012	Limpeza/Copeiragem	50.400.407/0001-84 – Provac Serviços Ltda	11/02/12	31/07/16	Não há	E
2016	Limpeza	08.439.717/0001-46 – VL Terceirização Ltda.	01/08/16	31/07/17	Não há	A

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Limpeza	03.767.254/0001-28 – Agile Terceirização Ltda. - ME	01/08/16	31/07/17	Não há	A
2016	Limpeza	04.544.668/0001-50 – RCA Serviços Gerais Ltda.	01/08/16	31/07/17	Não há	A
2016	Limpeza	05.576.482/0001-46 – Arcolimp Serviços Gerais Ltda.	01/08/16	31/07/17	Não há	A
2015	Vigilância	00.332.087/0001-02 – Security Vigilância Patrimonial	18/11/15	17/11/17	Não há	P
2013	Manutenção Predial	15.108.349/0001-19 – Rodoserv Engenharia Ltda.	28/01/13	09/01/17	Fundamental e Médio	A
2014	Manutenção Predial	01.211.015/0001-61 – Cibam Engenharia Eirelli	04/09/14	03/09/16	Não há	E
2012	Manutenção Predial	50.400.407/0001-84 – Provac Serviços Ltda.	24/06/13	23/06/16	Não há	E
2014	Apoio Logístico e Operacional	02.738.552/0001-27 – Plataforma Terceirização de Serviços Ltda.	09/09/14	02/09/17	Fundamental (auxiliar) e Médio (encarregado)	P
2011	Apoio Administrativo	64.917.818/0001-56 – Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais	01/09/11	31/08/16	Não há	E
2012	Apoio Administrativo	64.917.818/0001-56 – Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais	01/06/12	31/05/17	Não há	P
2015	Apoio Administrativo	64.917.818/0001-56 – Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais	13/05/15	12/05/17	Não há	P
2016	Apoio Administrativo	64.917.818/0001-56 – Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais	01/09/16	31/08/17	Não há	A
2016	Apoio Administrativo	64.917.818/0001-56 – Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais	19/12/16	18/12/17	Não há	A
2010	Menor Aprendiz	61.600.839/0001-55 – Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)	12/07/10	11/07/16	Fundamental	E
2010	Auditoria Médica	02.250.951/0001-20 – RC e C Consultoria e Gestão Hospitalar Ltda.	28/06/10	16/01/16	Médio e Superior	E

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

2016	Auditoria Médica	00.706.148/0001-46 – Brasilmed Auditoria Médica e Serviços S/C	18/01/16	17/01/17	Médio e Superior	A
2012	Informática – Impressão Corporativa	07.432.517/0001-07 – Simpres Comercio, Locação e Serviços S/A	27/07/12	26/07/16	Não há	E
2016	Informática – Impressão Corporativa	07.432.517/0001-07 – Simpres Comercio, Locação e Serviços S/A	27/07/16	26/01/17	Não há	A
2015	Reprografia	00.783.573/0001-39 – Ricohlor Comercio e Sistemas Reprográficos Eirelli – EPP.	04/05/15	03/05/17	Não há	P

Item 5.4 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Tocantins – PR/TO

UG/Gestão: 200201/0001

CNPJ: 26.989.715/0056-86

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância – PRTO	Confederal – 31.546.484/0005-26	13/12/11	12/12/16	Ensino Médio	E
2013	Vigilância - Araguaína	Confederal – 31.546.484/0005-26	23/01/13	22/01/16	Ensino Médio	E
2013	Carregadores	Máxima – 16.962.460/0001- 30	09/12/13	19/04/17	Ensino Médio	A
2013	Limpeza e Conservação – Araguaína	Global – 09.384.382/0001-79	28/01/13	28/01/17	Ensino Fundamental	P
2014	Vigilância – Gurupi	Confederal – 31.546.484/0005-26	10/01/14	09/01/17	Ensino Médio	E
2014	Limpeza e Conservação – Palmas	Seiton – 10.295.964/0001-68	13/02/14	12/10/16	Ensino Fundamental	E
2014	Limpeza e Conservação – Araguaína	Seiton – 10.295.964/0001-68	28/02/14	31/10/16	Ensino Fundamental	E
2016	Limpeza e Conservação – Palmas	FENIX GESTÃO E ASSESSORIA EMPRESARIAL 04.795.101/0001-57	13/10/16	12/04/17	Ensino Fundamental	A
2016	Limpeza e Conservação – Gurupi	FENIX GESTÃO E ASSESSORIA EMPRESARIAL 04.795.101/0001-57	01/11/16	30/04/17	Ensino Fundamental	A
2016	Prestação de Serviços Continuados	Pieer Service 02.563.740/0001-61	29/07/16	28/07/17	Ensino Médio	A

Observações:

Anexo B ao item 5.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

LEGENDA:

Ano do contrato: Ano em que foi celebrado o contrato de prestação de serviços pela unidade contratante;

Objeto: Objeto da contratação;

Empresa Contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada;

Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas: Datas de início e fim do contrato;

Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados: Indicação do grau de escolaridade mínimo exigido para o cargo contratado;

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Anexo A ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

UNIDADE MPF	ITEM 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	
	ESPAÇOS CEDIDOS	QTD.
PGR	SIM	5
PRR-1ªR	SIM	3
PRR-2ªR	NÃO	0
PRR-3ªR	SIM	1
PRR-4ªR	SIM	3
PRR-5ªR	NÃO	0
PR/AC	SIM	1
PR/AL	SIM	1
PR/AM	NÃO	0
PR/AP	NÃO	0
PR/BA	SIM	1
PR/CE	SIM	2
PR/DF	SIM	3
PR/ES	NÃO	0
PR/GO	NÃO	0
PR/MA	NÃO	0
PR/MG	SIM	1
PR/MS	NÃO	0
PR/MT	NÃO	0
PR/PA	NÃO	0
PR/PB	NÃO	0
PR/PE	NÃO	0
PR/PI	NÃO	0
PR/PR	SIM	1
PR/RJ	SIM	3
PR/RN	NÃO	0
PR/RO	NÃO	0
PR/RR	NÃO	0
PR/RS	SIM	3
PR/SC	NÃO	0
PR/SE	NÃO	0
PR/SP	SIM	3
PR/TO	SIM	1

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República		
UG/Gestão: 200100		CNPJ: 26.989.715/0050-90
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 115
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.679.308/0001-05
	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (ASMPF)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decreto-Lei nº 9.760/1946; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 3.725/2001.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso, precária e onerosa, da sala 115 do bloco B do Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, com 63,60m ² , para funcionamento da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal.
	Prazo da Cessão	30/5/2016 a 29/5/2021
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.870,27

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 1.011,83 por meio de GRU código 18.822-0

Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República		
UG/Gestão: 200100		CNPJ: 26.989.715/0050-90
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 107
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto bancário.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decreto-Lei nº 9.760/1946; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 3.725/2001.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso, onerosa, da sala 107, do bloco B, do Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, com 76,60m ² , para funcionamento de posto avançado, bem como cinco vagas de terminais de autoatendimento, sendo três no 1º andar do bloco B, uma no 3º andar do bloco A e uma no 2º subsolo do Anexo I (SAF Sul Qd. 2 Lt. 9).
	Prazo da Cessão	18/8/2015 a 17/8/2017
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.382,28
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 863,36 por meio de GRU código 18.822-0

Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República		
UG/Gestão: 200100		CNPJ: 26.989.715/0050-90
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 109
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/2660-58
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto bancário.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decreto-Lei nº 9.760/1946; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 3.725/2001.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso, onerosa, da sala 109 do bloco B, do Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, com 45,12m ² , para funcionamento de posto bancário, bem como três vagas de terminais de autoatendimento, sendo uma no 1º andar do bloco B, uma no 3º andar do bloco A e uma no 2º subsolo do Anexo I (SAF Sul Qd. 2 Lt. 9).
	Prazo da Cessão	11/2/2015 a 10/2/2017
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.038,99
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 598,71 por meio de GRU código 18.822-0

Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República		
UG/Gestão: 200100		CNPJ: 26.989.715/0050-90
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 108
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto bancário.
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Presencial nº 5/2015.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso, precária e onerosa, da sala 108 do bloco B do Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, com 33,90m ² , para funcionamento de agência bancária, bem como duas vagas de terminais de autoatendimento, sendo uma no 1º andar do bloco B e uma no 3º andar do bloco A. Primeiro Termo Aditivo de prorrogação de vigência e de reajuste do rateio das despesas foi assinado em 7/6/2016.
	Prazo da Cessão	3/7/2015 a 2/7/2017
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.170,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 594,40 por meio de GRU código 18.822-0

Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República		
UG/Gestão: 200100		CNPJ: 26.989.715/0050-90
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17399.500-6
	Endereço	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Espaços no 1º andar do bloco B e no 3º andar do bloco A.
Identificação do Cessionário	CNPJ	60.701.190/0001-04
	Nome ou Razão Social	ITAÚ UNIBANCO S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Terminal bancário.
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Presencial nº 5/2015.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso, precária e onerosa, de duas vagas de terminais de autoatendimento, sendo uma no 1º andar do bloco B e uma no 3º andar do bloco A, com 2,00m ² cada.
	Prazo da Cessão	14/9/2015 a 13/9/2016

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Caracterização do Espaço Cedido	Espaços
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 228,65
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Código 28.803-9
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Guia de Recolhimento da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	R\$ 45,07 por meio de GRU código 18.822-0
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 1ª Região		
UG/Gestão: 200208		CNPJ: 26.989.715/0064-96
QUADRO 1		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21417.500-8
	Endereço	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, sala 102, CEP: 70070-911
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.487.714/0001-15
	Nome ou Razão Social	CRYSTAL ALIMENTAÇÃO LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de restaurantes
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade de Tomada de Preços
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial dos serviços de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses (2/2/2016 a 1/2/2017) Prorrogado por mais 12 meses (2/2/2017 a 1/2/2018)
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala no primeiro andar do edifício, com aproximadamente (34 m²) trinta e quatro metros quadrados, compreendendo cozinha e área de atendimento.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de ocupação mensal no valor de R\$ 2.163,76 (dois mil cento e sessenta e três reais e setenta e seis centavos). O valor mensal da taxa de ocupação poderá sofrer desconto de até 100% (cem por cento), conforme o desempenho da CESSIONÁRIA quanto à qualidade dos serviços prestados.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária recolhe os valores ao Tesouro Nacional por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União. UG / Gestão: 200208/00001

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos não são utilizados pela UJ cedente, visto que são recolhidos ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, 0,4 % (porcentagem aproximada da área cedida em relação à área total do edifício) do valor dos contratos de Vigilância e das contas de água e energia elétrica.

QUADRO 2

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21417.500-8
	Endereço	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, sala 102, CEP: 70070-911
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.00.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de 1 (um) Terminal de Autoatendimento Eletrônico (TAE)
	Prazo da Cessão	60 meses (27/8/2016 a 26/8/2021)
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de aproximadamente 1m ² , localizada no térreo do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não é cobrada taxa de ocupação, a cessionária apenas recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, sua participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária recolhe os valores ao Tesouro Nacional por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União. UG / Gestão: 200208/00001
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos não são utilizados pela UJ cedente, visto que são recolhidos ao Tesouro Nacional.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, à título de participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica, o equivalente ao consumo médio mensal do equipamento eletrônico: 247,14 kWh (duzentos e quarenta e sete vírgula quatorze quilowatts hora), considerando que o terminal ficará em funcionamento pleno das 6:00 às 22:00 horas de segunda a sexta, e ficará no modo <i>stand-by</i> aos fins de semana, feriados e das 22:01 às 05:59 horas nos dias úteis. O preço do kWh (quilowatt hora) considerado para o cálculo é o pago pela CEDENTE no mês.
--	---	--

QUADRO 3		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21417.500-8
	Endereço	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, sala 102, CEP: 70070-911
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de 1 (um) Terminal de Autoatendimento Eletrônico (TAE)
	Prazo da Cessão	60 meses (3/2/2016 a 2/2/2021)
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de aproximadamente 1m ² , localizada no térreo do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não é cobrada taxa de ocupação, a cessionária apenas recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, sua participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária recolhe os valores ao Tesouro Nacional por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União. UG / Gestão: 200208/00001
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos não são utilizados pela UJ cedente, visto que são recolhidos ao Tesouro Nacional.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária recolhe ao Tesouro Nacional, mensalmente, à título de participação proporcional no rateio de despesas com energia elétrica, o equivalente ao consumo médio mensal do equipamento eletrônico: 332,64 kWh (trezentos e trinta e dois vírgula sessenta e quatro quilowatts hora). O preço do kWh (quilowatt hora) considerado para o cálculo é o pago pela CEDENTE no mês.
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 3ª Região		
UG/Gestão: 200204		CNPJ: 26.989.715/0058-48
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	00772500-2
	Endereço	Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 2.020 – 15º Andar
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.359.783/0002-85
	Nome ou Razão Social	FABIANO AUGUSTO CALCIOLARI MARIN – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete / Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão 20/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão onerosa do uso da área, a título precário, para exploração de serviços de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	45 m² do 15º andar do edifício-sede da PRR/3ª Região, situado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2.020, Bela Vista, São Paulo/SP
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A título de ocupação de área, o valor é de R\$ 292,16, correspondente a ¼ da média do valor de mercado para locações próximas ao edifício da Concessora.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RA – GRU 18822-0 – outros recolhimentos
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,24% (área da lanchonete em relação à área total da concessionária) incidente sobre os contratos vigentes de serviços terceirizados de manutenção predial, segurança e bombeiros. Soma do valor de custo unitário de sacos de lixos gerados pela lanchonete, conforme custo do contrato vigente da empresa responsável pela coleta. Custo mensal de gás natural, água e luz, calculados multiplicando-se o consumo conferido nos medidores individuais instalados na lanchonete, multiplicados pelas respectivas tarifas vigentes à época do cálculo, acrescidos dos impostos legais.
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 4ª Região		
UG/Gestão: 200102		CNPJ: 94.953.767/0001-89
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00018.500.3
	Endereço	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3712-54
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminal eletrônico de autoatendimento bancário.
	Prazo da Cessão	5 ANOS, DE 9/7/2015 A 8/7/2020
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 1.08m², localizada no andar térreo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	NÃO SÃO RECEBIDOS VALORES OU BENEFÍCIOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	NÃO SE APLICA
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	NÃO SE APLICA
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	NÃO SE APLICA	
Caracterização do imóvel Objeto	RIP	8801.00018.500.3

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS
	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Identificação do Cessionário	Atividade ou Ramo de Atuação	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminal eletrônico de autoatendimento bancário.
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	60 MESES, DE 28/7/2015 A 27/7/2020
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 2,5m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	NÃO SÃO RECEBIDOS VALORES OU BENEFÍCIOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	NÃO SE APLICA
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	NÃO SE APLICA
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	NÃO SE APLICA
	RIP	8801.00018.500.3
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS
	CNPJ	11.418.228/0001-12
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	JOSIANE ROSA RESTAURANTE – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e similares
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão eletrônico PRR4 nº 02/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial de fornecimento de refeições – restaurante e cafeteria – por empresa do ramo.
	Prazo da Cessão	12(doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses. Vigência: 22/2/2016 a 21/2/2017. O contrato será prorrogado, por meio de Termo Aditivo de Prorrogação, o qual aguarda aprovação da Chefia da Unidade.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Caracterização do Espaço Cedido	O espaço está localizado no 10º andar, na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 800, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS. Descrição: – Refeitório 232,71m²; – Hall de entrada do restaurante (onde ficarão os balcões térmicos e caixa) 67,92m²; – Cafeteria 9,04m²; – Cozinha 47,33m²; – Recebimento de louças 5,53m²; – Administração e nutricionista 3,55m²; – Depósito e aquecedor de passagem 2,44m²; – Área de preparo alimentos 11,24m²; – Estoque utensílios descartáveis 3,64m²; – Estoque seco e despensa 4,34m²; – Circulação interna da cozinha 18,51m²; – Depósito de material de limpeza 2,35m²; – Circulação de acesso depósito de lixo 2,37m²; – Lixo orgânico 1,91m²; – Lixo inorgânico 1,91m²; – Circulação do acesso aos vestiários 8,37m²; – Vestiário Masculino 2,75m²; – Vestiário Feminino 2,75m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	NÃO SÃO RECEBIDOS VALORES OU BENEFÍCIOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	NÃO SE APLICA
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	NÃO SE APLICA
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A Concessionária deverá ressarcir mensalmente o valor relativo à utilização da linha telefônica, água e energia elétrica da cozinha e demais ambientes do restaurante, com exceção do consumo de energia elétrica da iluminação e sistema de ar condicionado central do refeitório e hall de entrada do restaurante, que será pago pela Contratante. O valor relativo à despesa com a linha telefônica será calculado com base na informação contida na conta telefônica discriminada enviada pela empresa operadora da linha. valor relativo à despesa com água será calculado a partir do registro constante em medidor específico. O valor relativo à despesa com energia elétrica da cozinha e demais ambientes do restaurante será calculado com base no consumo mensal indicado pelo medidor específico, podendo, caso necessário, ser estimado com base em parâmetros de consumo.
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Acre		

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

UG/Gestão: 200069		CNPJ: 26.989.715/0006-17
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0139 00337.500-7
	Endereço	Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340, Br 364, km – 2, Centro Administrativo de Rio Branco, bairro Portal da Amazônia, Rio Branco – Acre – CEP 69.915-632
Identificação do Cessionário	CNPJ	26.989.715/0045-23
	Nome ou Razão Social	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – AC
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ministério Público do Trabalho
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	N/A
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento da Procuradoria do Trabalho no município de Rio Branco – AC
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis.
	Caracterização do Espaço Cedido	03 Gabinetes com respectivas salas de secretaria e assessoria
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	N/A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	N/A
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	N/A
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade do cessionário com a manutenção da limpeza e conservação do 3º andar do edifício sede da PR/AC, onde estão localizados as salas e os gabinetes cedidos.
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Alagoas		
UG/Gestão: 200093		CNPJ: 26.989.715/0007-06
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	278500401.500-7 Uso da parte superior (laje) do edifício sede da PR/AL, para uso de equipamento de internet pela empresa Veloo Net.
	Endereço	Avenida Juca Sampaio, 1800, Barro Duro, Maceió – Alagoas

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Identificação do Cessionário	CNPJ	08.059.661/0001-02
	Nome ou Razão Social	VELOO NET LTDA-EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de comunicação multimídia – SCM Provedores de acesso às redes de comunicações Provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Quando houve a aquisição do edifício sede da PR/AL a empresa já estava com os equipamentos instalados e em funcionamento
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Viabilização de internet banda larga para bairros carentes da região (inclusive escolas); Fornecimento de um <i>link</i> de contingência à disposição do órgão para suprir falhas técnicas eventualmente existentes no <i>link</i> principal, de sorte a impedir que os servidores da PR/AL se privem do acesso à internet.
	Prazo da Cessão	Até 30/12/2016 (situação em 31/12/2016: Termo de Cessão Expirado)
	Caracterização do Espaço Cedido	Parte superior (laje)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não há valores envolvidos, apenas os benefícios citados no item “Finalidade do Uso do Espaço Cedido”
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	não se aplica
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República na Bahia		
UG/Gestão: 200031		CNPJ: 26.989.715/0010-01
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3849.00764.500-7
	Endereço	Rua Ivonne Silveira, 243 Loteamento Centro Executivo – Doron. CEP 41.194-015. Salvador – Ba.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Identificação do Cessionário	CNPJ	02.279.292/0001-78
	Nome ou Razão Social	Rita de Cassia Nascimento Brito – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviço de lanchonete.
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogáveis.
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 75m ² localizada no pavimento térreo da sede da PR/BA.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de ocupação de R\$ 2.483,63.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	18822-0 – STN outras receitas
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recursos destinados à Secretaria do Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio mensal das despesas com serviços comuns: água/esgoto, energia elétrica, vigilância e manutenção, proporcional ao percentual da área ocupada, que é de 0,77% do imóvel.	
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Ceará		
UG/Gestão: 200082/00001		CNPJ: 26.989.715/0011-84
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1389.00481.500-5
	Endereço	Rua João Brígido, 1.260 – Joaquim Távora – Fortaleza-CE
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/2459-76
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
	Forma de Seleção do Cessionário	Não se aplica
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação, por parte do Permissionário, de um terminal de saque de numerário e outros serviços.
	Prazo da Cessão	20/4/2012 a 19/4/2017

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Caracterização do Espaço Cedido	Uma área de 5m ² (cinco metros quadrados) do pavimento térreo do Edifício Sede da Procuradoria da República no Estado do Ceará.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A outorga é gratuita
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Ceará		
UG/Gestão: 200082/00001		CNPJ: 26.989.715/0011-84
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1389.01306.500-5
	Endereço	Rua João Brígido, 1.230, Joaquim Távora, Fortaleza-CE
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.940.979/0001-31
	Nome ou Razão Social	Bombom Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda.- ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico 01/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial das atividades de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	1/8/2016 a 31/7/2017
	Caracterização do Espaço Cedido	Pavimento térreo das dependências do Anexo III da Procuradoria da República do Estado do Ceará (correspondente a uma área de aproximadamente 50% do espaço físico do imóvel).
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Está previsto em contrato o pagamento do valor mensal de R\$ 3.503,50, referente à taxa de utilização do espaço, bem como o recolhimento mensal de 10% das contas de luz e telefone.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores deverão ser recolhidos por meio de GRU.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são destinados ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-	

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal		
UG/Gestão: 200023/00001		CNPJ:26.989.715/0012-65
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	970122327.500-1
	Endereço	Av. L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, Asa Sul, Brasília/DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.604.378/0001-92
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO PROCURADOR PEDRO JORGE DE MELO E SILVA – FPJ
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fundação sem fins lucrativos.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de uso de bem público.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Execução exclusiva das atividades previstas em Estatuto.
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala T-27
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 15.161,37
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU, Código de recolhimento: 18822-0 – Tesouro Nacional.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recolhido ao Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	1,3% do total referente às despesas com serviços comuns no Edifício-Sede da PR/DF – manutenção predial, água/esgoto, rede de dados e voz, energia elétrica e manutenção de elevadores.

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal		
UG/Gestão: 200023/00001		CNPJ:26.989.715/0012-65
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	970122327.500-1
	Endereço	Av. L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, Asa Sul, Brasília/DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	38.069.126/0001-95
	Nome ou Razão Social	M.P.V de Azeredo – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite 01/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete
	Prazo da Cessão	36 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	34,05 m ² – 1º subsolo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 13.937,26
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU, Código de recolhimento: 18822-0 – Tesouro Nacional
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recolhido ao Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,34% do total referente às despesas com serviços comuns no Edifício-Sede da PR/DF – manutenção predial, vigilância, água/esgoto e energia elétrica

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal		
UG/Gestão: 200023/00001		CNPJ:26.989.715/0012-65
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	970122327.500-1
	Endereço	Av. L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, Asa Sul, Brasília/DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3147-06
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não se aplica.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminais eletrônicos para saques, consultas, transferências de valores e emissão de comprovantes diversos do Banco do Brasil S/A.
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	2m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	não se aplica

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	não se aplica
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais		
UG/Gestão: 200035/0001		CNPJ: 26.989.715/0016-99
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4123 00355.500-0
	Endereço	Avenida Brasil, nº 1877, Pilotis, Funcionários, Belo Horizonte/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.964.945/0001-40
	Nome ou Razão Social	Bar e Restaurante Teriyaki LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante/Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Cessão 26/2016, referente ao Pregão nº 06/2016.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial dos serviços de lanchonete e restaurante, com fornecimento de alimentos preparados.
	Prazo da Cessão	02/12/2016 a 01/12/2017 – Podendo ser prorrogado até 60 meses.
	Caracterização do Espaço Cedido	Espaço para restaurante/lanchonete: cozinha (10,5m²), balcão interno (16,34m²), extensão do balcão interno (5,2m²), 2 depósitos (1,52m²- cada) e sistema de exaustão instalado na cozinha.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de Ocupação mensal de: R\$1.135,00, perfazendo total anual de: R\$13.620,00. Além da taxa de ocupação, há o recolhimento do valor correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor total das faturas mensais de energia elétrica, de água e dos serviços de vigilância, todos da sede da Procuradoria da República em Minas Gerais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento de GRU – Conta Única do Tesouro Direto da União
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento de GRU – Conta Única do Tesouro Direto da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Recolhimento de GRU – Conta Única do Tesouro Direto da União
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República do Estado do Paraná		
UG/Gestão: 200053		CNPJ: 26.989.715/0023-18
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	753500344500-6
	Endereço	Rua XV de Novembro, 608, Centro, Curitiba-PR
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	Delegacia da Receita Federal do Brasil – 9º Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Orgão Público Federal – Ministério da Fazenda
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Provisória até a ratificação do termo definitivo
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço Público Federal
	Prazo da Cessão	30/9/2017 (podendo ser renovado)
	Caracterização do Espaço Cedido	Prédio/condomínio
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00 – Cessão sem ônus ao cessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há nada para informar
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não há nada para informar
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há nada para informar

Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Paraná		
UG/Gestão: 200053		CNPJ: 26.989.715/0023-18
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	753500344500-6
	Endereço	Rua XV de Novembro, 608, Centro, Curitiba-PR
Identificação do Cessionário	CNPJ	CNPJ: 00.394.460/0136-34
	Nome ou Razão Social	Delegacia da Receita Federal do Brasil – 9º Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Orgão Público Federal – Ministério da Fazenda
	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Provisória até a ratificação do termo definitivo.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço Público Federal

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	30/09/2017 (podendo ser renovado)
	Caracterização do Espaço Cedido	Prédio/condomínio
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00 – Cessão sem ônus ao cessionário.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há nada para informar
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não há nada para informar
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há nada para informar

Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro		
UG/Gestão: PR/RJ		26.989.715/0024-07
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.04901.500-2
	Endereço	Hall dos elevadores do 4º andar do prédio da PR/RJ na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	BANCO SANTANDER (BRASIL) SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Necessidade dos servidores da PR/RJ
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Auto Atendimento Eletrônico (PAE)
	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Hall dos elevadores do 4º andar do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 40,67 (quarenta reais e sessenta e sete centavos) referente à taxa de uso e R\$ 33,26 (trinta e três reais e vinte e seis centavos) da taxa de rateio – valores referentes à dezembro de 2016.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU no código 18822 (STN OUTRAS RECEITAS). Espécie de ingresso: Receita Primária Fonte Tesouro.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Crédito direto à Conta do Tesouro Nacional.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,0111% dos seguintes contratos: de limpeza; de vigilância; manutenção de elevadores; manutenção predial; luz; água e esgoto e brigada de incêndio.
--	---	---

Obs: Preencher 01 (um) quadro por cessão de espaço

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.04901.500-2
	Endereço	Sala 10, localizada na sobreloja e <i>hall</i> dos elevadores do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Necessidade dos servidores da PR/RJ
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Auto Atendimento Bancário (PAB) e Eletrônico (PAE)
	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala 10, localizada na sobreloja e <i>hall</i> dos elevadores do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 689,71 (seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos) referente à taxa de uso e R\$ 606,01 (seiscentos e seis reais e um centavo) referente ao rateio de despesas – valores referentes a dezembro de 2016.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU no código 18822 (STN OUTRAS RECEITAS). Espécie de ingresso: Receita Primária Fonte Tesouro.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Crédito direto à Conta do Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,2013% dos seguintes contratos: de limpeza; de vigilância; manutenção de elevadores; manutenção predial; luz; água e esgoto e brigada de incêndio.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.04901.500-2
	Endereço	Sala 02, localizada na sobreloja do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
Identificação do Cessionário	CNPJ	40.260.218/0001-08
	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA PR/RJ
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Solicitação da Associação / Necessidade dos servidores
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento aos Servidores
	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala 2, localizada na sobreloja do prédio da PR/RJ, na Avenida Nilo Peçanha, 31, Rio de Janeiro.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 523,37 (quinhentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos), valor da taxa de uso e R\$ 417,69 (quatrocentos e dezessete reais e sessenta e nove centavos) da taxa de rateio – dados de dezembro de 2016.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU no código 18822 (STN OUTRAS RECEITAS). Espécie de ingresso: Receita Primária Fonte Tesouro.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Crédito direto à Conta do Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,197% dos seguintes contratos: de limpeza; de vigilância; manutenção de elevadores; manutenção predial; luz; água e esgoto e brigada de incêndio.
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul		
UG/Gestão: 200061	CNPJ: 26.989.715/0022-28	

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00438.500-7
	Endereço	Praça Rui Barbosa. 57 – Porto Alegre
Identificação do Cessionário	CNPJ	95.156.899/0001-42
	Nome ou Razão Social	Associação dos Servidores do MPF/RS
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades de natureza associativa de interesse dos servidores da PR-RS.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Avaliação de conveniência e oportunidade da cessão, de acordo com os seguintes critérios: (1) Utilidade e necessidade das atividades desenvolvidas pela entidade para a promoção dos interesses dos servidores associados. (2) Disponibilidade do espaço físico. (3) Solicitação formal do interessado e celebração de Termo de Cessão de Uso, de acordo com o exarado pelo CNMP no processo nº 0.00.000.000095/2008-27.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento aos associados.
	Prazo da Cessão	14.9.2016 à 14.9.2017
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala com 25,84m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valores Recolhidos (Janeiro/Junho 2016): R\$ 2060,46. Valores Pendentes (Julho/Dezembro 2016): R\$ 2060,46.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento por meio de GRU
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são recolhidos ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor das despesas por m² x área utilizada.
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul		
UG/Gestão: 200061		CNPJ: 26.989.715/0022-28
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00438.500-7
	Endereço	Praça Rui Barbosa. 57 – Porto Alegre
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.206.941/0008-15
	Nome ou Razão Social	SINASEMPU – Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União
	Atividade ou Ramo de Atuação	Sindicato dos Servidores

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Avaliação de conveniência e oportunidade da cessão, de acordo com os seguintes critérios: (1) Utilidade e necessidade das atividades desenvolvidas pela entidade para a promoção dos interesses dos servidores filiados. (2) Disponibilidade do espaço físico. (3) Solicitação formal do interessado e celebração de Termo de Cessão de Uso, de acordo com o exarado pelo CNMP no processo nº 0.00.000.000095/2008-27.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimentos aos associados
	Prazo da Cessão	21.6.2016 à 20.6.2017
	Caracterização do Espaço Cedido	sala com 20,16 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valores Recolhidos (Jan./Abr. 2016): R\$ 1071,72. Valores Pendentes (Maio/Dez. 2016): R\$ 2854,73.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento por meio de GRU
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor das despesas por m ² x área utilizada.
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul		
UG/Gestão: 200061		CNPJ: 26.989.715/0022-28
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8801.00438.500-7
	Endereço	Praça Rui Barbosa. 57 – Porto Alegre
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.770.041/0001-06
	Nome ou Razão Social	EVANDRO LEONAN BATISTA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de cafeteria, com fornecimento de alimentos preparados.
	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão Remunerada de Uso, mediante Licitação (Tomada de Preços nº 03/2015).
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	A Cessão do espaço possui a finalidade de melhor atender às necessidades de alimentação/refeição de Membros e Servidores da PR/RS, haja vista a facilidade e economia de tempo em deslocamentos e a relativa escassez de opções de alimentação/refeição de qualidade, nas proximidades do prédio.
	Prazo da Cessão	27.10.2015 a 26.10.2017

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Caracterização do Espaço Cedido	Área de 36,35 m ² localizada no 13º e ½ andar.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valores Recolhidos (Jan./Abr. 2016): R\$ 5.172,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento por meio de GRU.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são recolhidos ao Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor das despesas por m ² x área utilizada.
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo		
UG/Gestão: 200049/00001		CNPJ: 26.989.715/0031-28
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107.01632.500-3
	Endereço	Rua Frei Caneca, nº 1360, São Paulo-SP, CEP: 01307-002
Identificação do Cessionário	CNPJ	15.295.212/0003-82
	Nome ou Razão Social	R dos Santos Prestação de Serviços – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares
	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 1/14 – Contrato de cessão onerosa 49/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de Cafeteria
	Prazo da Cessão	1/11/2014 a 31/10/2017
	Caracterização do espaço cedido	O espaço cedido possui área de aproximadamente 51,40m ² , sendo todo construído em alvenaria, e dotado de bancadas para atendimento ao público usuário dos serviços a serem prestados.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O CESSIONÁRIO deverá recolher, mensalmente, em favor da CONCESSORA, a título de taxa de uso das dependências, instalações, equipamentos, água e luz, o percentual de 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre os valores totais das contas mensais de água e luz relativas ao Edifício-sede da PR/SP. Além disso, o cessionário deverá recolher: custo mensal de gás natural (100%), a partir da fatura emitida pela Comgas, referente ao consumo efetuado pelo cessionário e a soma do valor do custo unitário de sacos de lixo gerados pela lanchonete, conforme o custo do contrato vigente da empresa responsável pela coleta.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento mensal em favor da PR/SP.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento à Conta Única.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Caso haja a individualização das contas de água e luz na vigência do contrato, o custo mensal desses serviços serão cobrados de acordo com as faturas emitidas pelas empresas responsáveis, com os valores referentes ao uso nas dependências da Lanchonete. O cessionário deverá recolher: custo mensal de gás natural (100%) a partir da fatura emitida pela Comgas, referente ao consumo efetuado pelo cessionário e soma do valor do custo unitário de sacos de lixo gerados pela lanchonete, conforme o custo do contrato vigente da empresa responsável pela coleta.
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo		
UG/Gestão: 200049/00001		CNPJ: 26.989.715/0031-28
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107.01632.500-3
	Endereço	Rua Frei Caneca, nº 1360, São Paulo-SP CEP: 01307-002
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.679.308/0001-05
	Nome ou Razão Social	Associação dos Servidores do Ministério Público Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades de associações de defesa de direitos sociais.
	Forma de Seleção do Cessionário	Art. 17, inciso I, Lei nº 8.666/93 – Está em tratativa a formalização do termo de cessão
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	Não está definido – Está em tratativa a formalização do termo de cessão
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala no 8º andar do edifício-sede da PR/SP, com 13,84 m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Está em tratativa a formalização do termo de cessão – A cessionária deverá ressarcir as despesas mensais de energia elétrica, água, limpeza e vigilância.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Está em tratativa a formalização do termo de cessão – Recolhimento mensal em favor da PR/SP.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Está em tratativa a formalização do termo de cessão – Recolhimento à Conta Única.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Está em tratativa a formalização do termo de cessão – A cessionária deverá ressarcir as despesas mensais de energia elétrica, água, limpeza e vigilância.

Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de São Paulo		
UG/Gestão: 200049/00001		CNPJ: 26.989.715/0031-28
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107.01632.500-3
	Endereço	Rua Frei Caneca, nº 1360, São Paulo-SP CEP: 01307-002
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancos múltiplos, com carteira comercial.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Está em tratativa a formalização do termo de cessão.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de 2 terminais de autoatendimento.
	Prazo da Cessão	Está em tratativa a formalização do termo de cessão.
	Caracterização do Espaço Cedido	Área de aproximadamente 4m² no 1º subsolo do edifício-sede da PR/SP.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.

Anexo B ao item 6.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Está em tratativa a formalização do termo de cessão que incluirá o rateio dos gastos.
Item 6.4 – Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas		
Unidade Contratante		
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Tocantins		
UG/Gestão: 200201		CNPJ: 26.989.715/0056-86
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	938500132.500-8
	Endereço	Rua Deputado José de Assis, Lote 16-A, Quadra 17, Centro, Gurupi/TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	26.989.715/0041-08
	Nome ou Razão Social	Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Órgão público que integra o MPT.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não houve seleção, apenas atendimento do pedido de cessão do espaço pela PRT 10ª Região, em razão do fechamento da sede do MPT naquele município causado pelo contingenciamento imposto pelo Governo Federal.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Servir de posto de apoio da Procuradoria do Trabalho no Município de Gurupi/TO, visando promover a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, a fiscalização da aplicação das leis, a defesa do patrimônio público e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos naquela localidade.
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	72,50 m² composto por sala de assessoria jurídica, antessala e gabinete de membro no 2º piso da sede da PRM Gurupi.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	nenhum
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	nenhum
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	nenhum
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	nenhum

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação de 2016

Código	Projeto	Descrição	Resultados esperados	Planejamento Estratégico e Planejamento de TI	Valores orçados (Planejado)	Valores Despendidos (Realizado)	Prazo de início	Prazos de conclusão
P0017	Projeto e-MPF	O objetivo do projeto é dar celeridade ao trâmite dos procedimentos, proporcionando agilidade na instrução processual e, consequentemente, otimização do fluxo de trabalho.	A utilização do meio eletrônico na abertura e tramitação dos processos do MPF resultará em economia de recurso e em uma maior agilidade para o alcance dos objetivos institucionais que lhe são incumbidos. Após o término do projeto será possível a manipulação de procedimentos administrativos e procedimentos extrajudiciais de forma eletrônica no Sistema Único.	OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 286.981,78	R\$ 251.000,07	01/03/15	18/03/16
P0055.1	Sistema de Controle e Gerenciamento de Férias - Fase 2	Desenvolvimento de novas funcionalidades para o Sistema de Gerenciamento de Férias (Cancelamento com Reembolso, Solicitação de Acumulação de Férias e Solicitação de Interrupção e Suspensão), no âmbito do Ministério Público Federal.	Por meio do sistema, espera-se que os processos sejam realizados eletronicamente, com maior celeridade e segurança e que ocorra adaptações às novas regras de abono pecuniário.	P0103 - VITAE - Sistema de Assentamentos Funcionais Digitais P0149 - Sistema de Gestão Eletrônica de Jornada	R\$ 128.039,73	R\$ 125.514,11	01/04/15	31/05/16

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

P0102	Extractus	Desenvolver aplicação para extração de informações de qualquer base de dados de sistemas transacionais, promovendo a criação de relatórios operacionais com maior usabilidade, disponibilidade, acessibilidade, responsividade e desempenho. Apesar da proposta generalizada da aplicação com relação ao seu uso em qualquer sistema que demande a criação e execução de relatórios transacionais pelo usuário, este projeto será restrito às bases de dados dos sistemas que compreendem informações do ÚNICO e Gestão de Viagens.	Disponibilização de relatórios que atendam às diretrizes e pontos de atenção estabelecidos pelo MOGAB – Projeto de Modernização de Gabinetes e extração de relatórios para o Projeto de Modernização de Gabinetes com informações em tempo real.	OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 113.030,17	R\$ 74.203,02	03/08/15	29/07/16
P0103	VITAE - Sistema de Assentamentos Funcionais Digitais	Necessidade de uma solução para o cadastro de documentos digitalizados referentes a assentamentos funcionais de	Armazenamento e recuperação digital das informações e documentos referentes a assentamentos funcionais, conforme especificados e categorizados na legislação, agilizando o acesso e preservação das informações neles constantes.	OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 101.094,44	R\$ 95.935,28	18/05/15	30/09/16

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

		<p>membros e servidores, de modo que as pastas físicas e a redundância de informações possam ser eliminadas (respeitados os limites da legislação vigente).</p>	<p>Redução (ou até mesmo eliminar, se a legislação assim o permitir) o volume de documentos armazenados em pastas físicas.</p>					
P0109	<p>Sistema Nacional de Pedidos de TIC - SNP</p>	<p>Padronizar a forma de solicitação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação em todo o MPF</p>	<p>Padronização da forma de solicitação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação em todo o MPF; Padronização dos tipos de serviços disponíveis aos membros e servidores do MPF, com base no Catálogo Nacional de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; Redução do retrabalho e o esforço das unidades no desenvolvimento/manutenção de inúmeros sistemas de registros e acompanhamento de solicitações, substituindo-os por uma única solução; Redução do tempo de resolução de incidentes e problemas, por meio do uso de uma base de conhecimentos de toda a TI do MPF. Implantação de política de acordo de nível de serviço.</p>	<p>OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p>	<p>R\$ 135.046,64</p>	<p>R\$ 101.651,95</p>	<p>14/09/15</p>	<p>13/09/16</p>

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

P0112	Sistema Cidadão - Etapa 4	<p>À medida que o Portal do Cidadão foi sendo utilizado, desde 2012, novas demandas surgiram por parte das áreas gestoras e usuários. A Etapa 3 do projeto implementou 35 novas funcionalidades. Para a Etapa 4 há um conjunto de 27 novas demandas, priorizadas e solicitadas em conjunto pelas áreas gestoras. Essas novas funcionalidades aprimorarão a acessibilidade, usabilidade, interoperabilidade, segurança e abrangência de serviços prestados pelo sistema cidadão.</p>	<p>Disponibilização de 34 novas funcionalidades do Sistema Cidadão. Essas funcionalidades agregarão valor tanto para o cidadão quanto para os atendentes, dentre elas podemos destacar: o acompanhamento de processo no sistema Único via push e o acompanhamento do andamento dos processos via sistema cidadão.</p>	<p>OE24 - Aproximação com o cidadão OE09 - Fomentar relacionamento com públicos de interesse</p>	R\$ 59.390,26	R\$ 56.041,74	30/11/15	23/08/16
P0114	MPEDUC C 2.0 - Novo Sistema de Gestão dos Projetos do MPEDUC C	<p>Os registros atuais das informações de diagnóstico, acompanhamento e recomendações contidos nos projetos de melhoria da educação são realizados em ferramentas que já não atendem mais às necessidades de controle nem abarcam</p>	<p>Evolução do sistema MPEDUC atual no que diz respeito aos módulos de acesso, questionário e gestão, de forma a aperfeiçoar o armazenamento e recuperação digital das informações e documentos referentes aos projetos do MPEDUC. Implementação de melhorias no armazenamento dos dados, a fim de facilitar a publicação das informações dos projetos no site e na plataforma de Business</p>	<p>OE24 - Aproximação com o cidadão OE23 - Atuação preventiva OE22 - Proteção ao regime democrático dos direitos fundamentais</p>	R\$ 125.448,23	R\$ 83.077,51	30/11/15	26/01/17

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

		o volume de informações atualmente manipulados. Portanto, busca-se com o projeto em foco a evolução das ferramentas já existentes para abarcar as necessidades atuais, assim como prever uma plataforma mais segura de continuidade dos avanços futuros do MPEduc.	Intelligence (BI).					
P0121	Sistema Eletrônico de Informações- SEI (Projeto Cancelado)	Nos dias atuais, ainda é uma realidade em vários órgãos públicos a tramitação de milhares de processos administrativos em meio físico, utilizando assim uma quantidade considerável de papel, toneres, cartuchos, energia elétrica e outros insumos. A necessidade do uso de papel na maioria dessas instituições, mesmo com toda tecnologia disponível, se deve ainda à desconfiança no uso das novas tecnologias disponíveis e pelas	Celeridade processual no âmbito administrativo do MPF, bem como modernização e redução de custos para a instituição por meio da implantação do sistema SEI.	OE12 - Fortalecer a segurança institucional OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia OE01 - Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	R\$ 500.557,94	R\$ 216.926,59	18/11/15	24/08/2016 (Projeto Cancelado)

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

		<p>peculiaridades dos processos de trabalho que foram há muito estruturados dessa forma. Neste cenário, verificou-se a oportunidade de redução de gastos e maior agilidade no processo de trabalho com a virtualização desses processos administrativos.</p>						
P0125	Processo Eletrônico - Fase 4	<p>Os métodos clássicos de instauração e tramitação de processos judiciais requerem um grande esforço de gerenciamento. Conforme cresce o número de processos, o tempo e o esforço despendidos para gerenciá-los aumentam na mesma proporção. Os ganhos advindos da integração do Sistema Único com os sistemas de Processos Judiciais Eletrônicos, no STJ e no TSE, nas operações de (i) Consulta processual, (ii) Intimação eletrônica e (iii) Envio de Manifestações, por</p>	<p>Celeridade no trâmite dos processos judiciais junto aos Tribunais Regionais Federais e Superiores, proporcionando agilidade na instrução processual, diminuição de retrabalho com o uso apenas do Sistema Único e, consequentemente, otimização do fluxo de trabalho.</p>	<p>OE17 - Aperfeiçoar a atuação judicial OE18 - Garantir o pleno exercício do poder investigatório OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia OE01 – Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados</p>	R\$ 126.619,13	R\$ 107.583,20	25/04/16	19/12/16

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

		<p>exemplo, diminuíram o tempo de tramitação dos processos judiciais no MPF e, principalmente, permitiram aos usuários utilizarem apenas o Sistema Único para manipulação dos processos, sem necessidade de acesso ao sistema do tribunal. Com isso, o trabalho duplicado deixou de existir, uma vez que a manipulação dos processos via Sistema Único também é refletida nos sistemas dos tribunais.</p>						
P0129	Sistema de Controle de Frequências de Estagiários	<p>Disponibilizar um sistema nacional, a ser hospedado em um único servidor de aplicações em infraestrutura nacional do MPF, otimizando os recursos humanos, eliminando retrabalho bem como custos redundantes de desenvolvimento e manutenção de sistemas locais para o controle de frequência dos estagiários.</p>	<p>Padronização, racionalização, gerenciamento e controle do registro de frequências dos estagiários do MPF, adicionando celeridade, segurança da informação e transparência do processo.</p>	<p>OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p>	R\$ 147.562,15	R\$ 29.188,96	12/09/16	08/09/17

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

P0130	Sistema de Controle de Telefonia / CONTEL	<p>O projeto CONTEL foi concebido com a finalidade de apoiar a gerência dos contratos de telefonias fixas e móveis do Ministério Público Federal junto às respectivas operadoras, controlando as linhas telefônicas e dispositivos adquiridos ou fornecidos em regime de comodato dos contratos.</p>	<p>Auditoria das contas telefônicas, verificando a conformidade contratual, rateio das despesas (quando forem identificadas ligações particulares ou excedendo valores permitidos) de telefonia entre os membros e servidores usuários do serviço, através de emissão e controle de GRU, bem como a geração de informação para subsidiar glosas em faturas, em caso de cobranças indevidas, gerando economia de recursos financeiros para o MPF.</p>	<p>OE05 - Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p>	R\$ 128.662,27	R\$ 0,00	14/09/16	13/09/17
P0131	Procedimento Extrajudicial Eletrônico	<p>Para atender às demandas do Ministério Público Federal, principalmente no que tange aos autos extrajudiciais, faz-se necessária a implementação de uma solução de tecnologia da informação, para Peticionamento Eletrônico que otimize e acelere o fluxo da tramitação, reduzindo os custos, além de proporcionar maior controle durante a tramitação, sendo sustentável ambientalmente e</p>	<p>Procedimento Administrativo Extrajudicial em sua forma eletrônica no Sistema Único, para melhorar a sua usabilidade e, consequentemente, agilizar os processos de trabalho.</p>	<p>OE16 - Fortalecer a atuação extrajudicial OE18 - Garantir o pleno exercício do poder investigatório OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p>	R\$ 112.626,11	R\$ 80.516,04	04/07/16	19/12/16

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

economicamente, bem como evoluir o módulo de colegiado eletrônico.

P0134	Sistema de Gerenciamento de Certificados do MPF	Atualmente, o Ministério Público Federal possui uma Autoridade Certificadora (AC) baseada em ambiente Novell, sendo utilizada para emissão de certificados digitais para uso de VPN, máquinas servidoras internas e assinatura digital de documentos não críticos. Para documentos críticos, o MPF possui contrato com a SERASA para emissão de certificados na cadeia ICP-Brasil, entretanto esses certificados possuem um custo alto e por isso não são usados para todas as finalidades.	Esperam-se, como melhorias, resultados e/ou benefícios dos serviços: 1- Suporte aos padrões de segurança em conformidade com as melhores práticas; 2- Isolamento da raiz para maior segurança; 3- Validação online de certificados revogados; 4- Provimento de uma solução com alta disponibilidade para maior nível de disponibilidade; 5 - Geração de relatórios gerenciais a partir de registros executados pelo sistema; 6 - Provimento de modelos de certificados que contenham dados que serão usados em todas as emissões de certificados de uma determinada AC, diminuindo o esforço repetitivo do operador; 7 - Emissão de certificados para máquinas; 8 - Documentação da solução e dos procedimentos de administração da solução; 9 - Automação e integração com ferramentas de automação através de Interface de Programação de	OE14 - Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 45.675,20	R\$ 26.662,28	01/09/16	06/03/17
-------	---	---	--	---	---------------	---------------	----------	----------

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Aplicação (Application
Programming Interface – API).

P0135	Auto Judicial Eletrônico	O sistema Único ainda tem muitos procedimentos atrelados aos processos físicos, conforme foi idealizado há mais de dez anos. Portanto, faz-se necessário que se evolua o Sistema Único com o objetivo de potencializar ainda mais os ganhos citados, principalmente em relação à agilidade do processo de trabalho.	Auto Judicial em sua forma eletrônica no Sistema Único para melhorar a sua usabilidade, agilização da instrução processual, diminuição do retrabalho com o uso apenas do Sistema Único e, conseqüentemente, otimização do fluxo de trabalho.	OE17 - Aperfeiçoar a atuação judicial OE18 - Garantir o pleno exercício do poder investigatório OE10 - Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 53.309,76	R\$ 37.641,31	12/09/16	19/12/16
-------	--------------------------	---	--	---	---------------	---------------	----------	----------

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

P0148	Novo Sistema de Concurso de Procurador da República / CPR 2.0	Busca-se com o projeto em foco a evolução das ferramentas já existentes e a implementação de novas funcionalidades para abarcar as necessidades atuais, assim como prever uma plataforma mais segura de continuidade dos avanços futuros do Sistema de Concurso de Procurador da República.	Gerenciamento do processo de seleção de Procuradores da República, com módulos integrados e compatibilidade de acesso via dispositivos móveis (tablets e celulares).	OE14 - Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia OE01 - Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	R\$ 100.117,45	R\$ 0,00	31/10/16	31/10/17
P0149	Sistema de Gestão Eletrônica de Jornada	Projeto de desenvolvimento de um novo Sistema de Gestão Eletrônica de Jornada, no âmbito do Ministério Público Federal.	Padronização, racionalização, gerenciamento e controle do registro de frequência dos usuários, além de permissão da atualização da linguagem de desenvolvimento e banco de dados, possibilitando flexibilidade e agilidade de adaptações e desenvolvimento de novas funcionalidades.	OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	R\$ 258.423,07	R\$ 28.369,19	10/11/16	09/11/17

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

P0150	<p>Sistema Nacional de Pedidos do MPF / SNP 2.0</p> <p>O projeto “Sistema Nacional de Pedidos de TIC”, está nacionalizando a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no Ministério Público Federal, implementando a informatização do Catálogo Nacional de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.</p>	<p>Implementação e informatização dos Catálogos Nacionais de Serviços das secretarias e assessorias nacionais para uma melhor gestão dos pedidos efetuados pelos usuários do MPF às respectivas secretarias e assessorias nacionais, capacitando as equipes de atendimento na utilização do Sistema Nacional de Pedidos do MPF / SNP;</p> <p>Padronização da forma de solicitação de serviços das secretarias e assessorias nacionais envolvidas neste projeto;</p> <p>Padronização dos tipos de serviços disponíveis aos membros e servidores do MPF, com base nos Catálogos Nacionais de Serviços das secretarias e assessorias nacionais envolvidas neste projeto;</p> <p>Redução do tempo de resolução de incidentes e problemas, por meio do uso de uma base de conhecimentos das secretarias e assessorias nacionais envolvidas neste projeto;</p> <p>Implantação de política de acordo de nível de serviço.</p>	<p>OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p>	<p>R\$ 190.125,20</p>	<p>R\$ 12.328,21</p>	<p>01/11/16</p>	<p>31/10/17</p>
-------	--	--	--	-----------------------	----------------------	-----------------	-----------------

Anexo A ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

P0162	<p>Implantação do Procedimento Eletrônico</p> <p>Promover a mudança cultural e fomentar a correta utilização do sistema com suporte para o procedimento administrativo e extrajudicial eletrônico no MPF.</p>	<p>Adequação do processo de trabalho, hoje efetuado em meio físico, ao modus operandi em meio eletrônico;</p> <p>Elaboração de normatização de forma a padronizar e guiar os usuários quanto às novas rotinas de trabalho que sejam comuns às áreas afetadas;</p> <p>Levantamento de infraestrutura física, pessoal e de necessidade de maquinário junto aos setores;</p> <p>Capacitação de servidores e multiplicadores a informação;</p> <p>Endomarketing de forma a divulgar o andamento e resultado do projeto, bem como mostrar as vantagens de se adotar o procedimento eletrônico no órgão;</p> <p>Implantação do procedimento eletrônico através de palestras motivacionais e acompanhamento do trabalho nos diversos setores, sanando dúvidas, realizando o atendimento local para fazer acontecer o procedimento eletrônico.</p>	<p>E12 - Fortalecer a segurança institucional</p> <p>OE04 - Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia</p> <p>OE01 - Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados</p>	R\$ 647.928,93	R\$ 0,00	15/09/16	31/07/17
-------	---	--	---	----------------	----------	----------	----------

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

Treinamentos dos Servidores de TIC do MPF em 2016

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
2016	"ONDE INVESTIR EM 2016: ESTRATÉGIAS ATUAIS PARA AUMENTAR SEU PATRIMÔNIO COM SEGURANÇA"	Ciências Economicas	Economia	1,5	6
2016	13ª CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE SOFTWARE LIVRE	Informática	Software/ Aplicativos	27	1
2016	16º ENCONTRO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	16	1
2016	17º FÓRUM INTERNACIONAL DE SOFTWARE LIVRE - FISL 17	Informática	Software/ Aplicativos	36	6
2016	PLANTÃO - TRILHAS DE APRENDIZAGEM	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	4,5	2
2016	A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SUA VIDA	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	1	1
2016	AÇÃO 3 - TRILHAS DE APRENDIZAGEM - TREINAMENTO PARA PUBLICAÇÃO EM AMBIENTE WIKI	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	12	1
2016	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA - ETAPA 1 - RIO DE JANEIRO	Arquitetura	Arquitetura	12	2
2016	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA - ETAPA 1 (EM MACEIÓ/AL)	Arquitetura	Arquitetura	12	1
2016	ADMINISTRAÇÃO DE SERVIDORES PLONE 4 - MÓDULO AVANÇADO	Administração	Pública	16	10
2016	AGILE TRENDS GOV 2016	Informática	Governança de TI	16	5
2016	AMBIENTAÇÃO ONLINE	Institucional	Ambientação	60	4
2016	ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO (MÓDULO AVANÇADO)	Informática	Software/ Aplicativos	16	8
2016	APRESENTAÇÃO DE TRILHAS DE APRENDIZAGEM PARA GESTORES	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	3	1
2016	APROFUNDANDO NO LIBREOFFICE CALC	Informática	Software/ Aplicativos	60	15
2016	AS NOVAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA E-PROC	Institucional	Sistemas	2	1
2016	ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	3	3
2016	ASTERISK	Informática	Comunicação (Telefonia Voip)	20	2
2016	ATENDIMENTO AO CIDADÃO	Atendimento	Ao Público	20	1
2016	ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE	Atendimento	Ao Público	60	2
2016	ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO	Saúde	Qualidade de Vida	2,5	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
2016	ATUALIZAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Direito	Processual Civil	60	4
2016	AUDITORIA DE CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Auditoria e Controle	Interno	20	6
2016	BPM - BUSINESS PROCESS MANAGEMENT	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	60	7
2016	BRIGADA DE INCÊNDIO	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	16	1
2016	BRIGADA DE INCÊNDIO DA PR/SP	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	8	4
2016	CAPACITAÇÃO ANGULAR/BOOTSTRAP	Informática	Software/ Aplicativos	35	10
2016	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE CSC (DO SISTEMA NACIONAL DE PEDIDOS DE TIC - SNP)	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	20	8
2016	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE ATENDIMENTO (SPN 2.0)	Informática	Análise de Sistemas	20	1
2016	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE IMPLANTAÇÃO SPN 2.0	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	20	5
2016	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE PARA DESENVOLVIMENTO DE FUNCIONALIDADES DO MÓDULO CONTEL	Informática	Informação e Comunicação	20	2
2016	CAPACITAÇÃO EM AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO PADRÃO MPF	Informática	Informação e Comunicação	20	18
2016	CAPACITAÇÃO EM AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO PADRÃO MPF	Informática	Software/ Aplicativos	21	5
2016	CENÁRIO ATUAL DA PESQUISA CIENTÍFICA COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - PRÓS E CONTRAS	Direito	Ambiental	4	2
2016	CERTIFIED SCRUM MASTER	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	16	1
2016	CIBERCRIMES	Direito	Penal	4	7
2016	CICLO DE DEBATES DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - DIREITO À MORADIA, OCUPAÇÕES E REMOÇÕES FORÇADAS NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS	Direito	Administrativo	2	1
2016	CICLO DE DEBATES DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA	Direito	Penal	2	3
2016	CICLO DE DEBATES DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - ATIVIDADE POLICIAL:	Direito	Penal	2	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
	CONTROLE SOB CONTROLE?				
2016	CICLO DE DEBATES DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Direito	Penal	2	1
2016	CICLO DE DEBATES DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - FALSAS MEMÓRIAS E SEUS IMPACTOS NA PERSECUÇÃO PENAL	Direito	Penal	2	2
2016	CICLO DE DEBATES DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - LINHAS FUNDAMENTAIS DO NOVO CPC	Direito	Administrativo	2	1
2016	CICLO DE DEBATES DIÁLOGOS COM A ACADEMIA - NOTAS SOBRE O DISCURSO DE ÓDIO HOMOFÓBICO NO BRASIL	Direito	Penal	2	1
2016	CINECOACHING - ASSÉDIO MORAL (PR/MS)	Qualidade no Serviço Público	Ouvidoria	2	1
2016	CINECOACHING - FEEDBACK	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	3	5
2016	COLABORAÇÃO PREMIADA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO	Direito	Processual Penal	2	1
2016	COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	Direito	Geral	17	1
2016	COMO SER FELIZ MESMO NA CRISE	Saúde	Qualidade de Vida	1	2
2016	COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL	Comunicação	Interpessoal	60	9
2016	COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA: COMO OS LÍDERES E OS GESTORES DO MPF DEVEM UTILIZAR A COMUNICAÇÃO DE TRABALHO NO DIA A DIA	Gestão de Pessoas	Gestão do conhecimento	40	17
2016	CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Administração	Pública	60	8
2016	CORREIO ELETRÔNICO	Informática	Computação	30	125
2016	CRIANDO APLICAÇÕES WEB COM SPRING E ANGULAR JS - TURMA 2	Informática	Software/ Aplicativos	32	15
2016	CRIANDO APLICAÇÕES WEB COM SPRING MVC E ANGULAR JS	Informática	Software/ Aplicativos	32	15
2016	CRIMES AMBIENTAIS	Direito	Ambiental	30	1
2016	CRIMES PRATICADOS NA INTERNET E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	Direito	Tecnologia da Informação	2	2
2016	CURSO - GESTÃO DAS EMOÇÕES	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	1,5	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
2016	CURSO 10747- ADMINISTERING SYSTEM CENTER 2012	Informática	Análise de Suporte	40	1
2016	CURSO BÁSICO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - NÍVEL 1	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	30	1
2016	CURSO BÁSICO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL III	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	30	4
2016	CURSO BÁSICO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL IV	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	30	3
2016	CURSO BÁSICO DO SEI	Arquivologia	Gestão de documentos	4	1
2016	CURSO BÁSICO DO SEI	Institucional	Sistemas	10	15
2016	CURSO BÁSICO DO SEI - TURMA 01	Institucional	Sistemas	3	65
2016	CURSO BÁSICO DO SEI (ASSIS) - TURMA 1	Institucional	Sistemas	4	1
2016	CURSO BÁSICO DO SEI NAS PRM'S	Institucional	Sistemas	4	1
2016	CURSO BRIGADA DE INCÊNDIO	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	10	1
2016	CURSO DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - MÓDULO VI	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	5	1
2016	CURSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO SEI	Informática	Software/ Aplicativos	6	7
2016	CURSO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA	Gestão de Pessoas	Motivação	5	3
2016	CURSO DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	Administração	Pública	12	1
2016	CURSO DE PESQUISA - NÍVEL I - MÓDULO I	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	10	1
2016	CURSO DE PESQUISA - NÍVEL I - MÓDULO II	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	10	1
2016	CURSO DE PESQUISA - NÍVEL I - MÓDULO III	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	10	1
2016	CURSO DE PESQUISA - NÍVEL I - MÓDULO IV	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	10	1
2016	CURSO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	2	4
2016	CURSO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Qualidade no Serviço Público	Consultoria Interna	4	2
2016	CURSO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	2	6
2016	CURSO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E BEM-ESTAR	Gestão Estratégica	Planejamento Estratégico	2	2
2016	CURSO FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO SISTEMA	Gestão Pública	Sistemas de Informação	6	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
	ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI				
2016	CURSO INVESTIMENTOS: NOÇÕES GERAIS	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	2	3
2016	CURSO MICROSTRATEGY WEB: RELATÓRIOS & DASHBOARDS	Informática	Informação e Comunicação	40	2
2016	CURSO MICROSTRATEGY WEB: RELATÓRIOS E DASHBOARDS	Informática	Software/ Aplicativos	40	3
2016	CURSO O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Direito	Processual Civil	4	1
2016	CURSO PRÁTICO DE INVESTIMENTOS	Saúde	Qualidade de Vida	22	12
2016	CURSO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Qualidade de Vida	10	12
2016	CURSO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Saúde	Psicologia	2	2
2016	CURSO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - PR/MS	Saúde	Qualidade de Vida	2	9
2016	CURSO SUPERIOR DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA 2016	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	630	1
2016	CURSO VISÃO PANORÂMICA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	4	1
2016	CURSO: QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	5
2016	CURSO: REGULAÇÃO ECONÔMICA	Ciências	Perícia	20	1
2016	DAS COMPETÊNCIAS ÀS TRILHAS DE APRENDIZAGEM	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	40	5
2016	DAY COACHING	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	4	61
2016	DEFESA PESSOAL E PROTEÇÃO CONTRA TERCEIROS	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	30	2
2016	DESENVOLVENDO APLICAÇÕES WEB COM ORACLE APPLICATION EXPRESS 5.0-ORACLE APEX	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	40	5
2016	DESENVOLVIMENTO WEB COM HTML, CSS E JAVASCRIPT	Informática	Programação WEB	40	1
2016	DIA INTERNACIONAL DA MULHER - DEBATES COM GESTORES	Saúde	Qualidade de Vida	2	1
2016	DIA INTERNACIONAL DA MULHER - PROTAGONISTAS DA PRÓPRIA HISTÓRIA - MULHERES INSPIRADORAS	Saúde	Qualidade de Vida	2	4
2016	DICAS PARA ADQUIRIR IMÓVEL OU MANTER-SE NO ALUGUEL - PARALELO ENTRE FINANCIAMENTO	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	2	2

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
E CONSÓRCIO					
2016	DICAS PARA VOCÊ CUIDAR DA SUA SAÚDE FINANCEIRA	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2016	DIREITO DO CONSUMIDOR E RESPONSABILIDADE CIVIL NO SECULO XXI	Direito	Consumidor	6	2
2016	DOCÊNCIA ONLINE	Educação	Educação a Distância	60	17
2016	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA	Engenharia	Elétrica	1,5	2
2016	ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS	Direito	Processual Civil	60	1
2016	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	60	3
2016	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA	Licitação e Contratos	Elaboração de Editais e termos de referência	16	2
2016	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA COM FOCO NA ESPECIALIZAÇÃO DO OBJETO E NA PESQUISA DE PREÇOS	Licitação e Contratos	Elaboração de Editais e termos de referência	16	2
2016	ETAPA 1 - CAPACITAÇÃO DOS COORDENADORES DAS TRILHAS DE APRENDIZAGEM	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	3,5	3
2016	ETAPA 2 -CAPACITAÇÃO DOS COORDENADORES DAS TRILHAS DE APRENDIZAGEM	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	21,5	3
2016	ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	Gestão Pública	Ética/Cidadania	60	1
2016	EVENO DE LANÇAMENTO DA VERSÃO 3.0 DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	8	1
2016	EXCELÊNCIA DO ATENDIMENTO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE	Administração	Pública	8	1
2016	FEIRA INTERNACIONAL DE SEGURANÇA ELETRÔNICA	Informática	Análise de Segurança	21	2
2016	FORMAÇÃO - MULTIPLICADORES DO SEI	Informática	Informação e Comunicação	11	10
2016	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO VOLUNTÁRIA	Engenharia	Segurança do Trabalho	16	2
2016	FORMAÇÃO DE MEMBROS PARA COMISSÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	Direito	Administrativo	27	1
2016	FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES - FIPOL	Institucional	Sistemas	30	4
2016	FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES	Institucional	Sistemas	40	34

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
	DO SEI				
2016	FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO SEI (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES)	Gestão Pública	Sistemas de Informação	12	8
2016	FORMAÇÃO INTERNACIONAL EM PROFESSIONAL & SELF COACHING	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	180	2
2016	FRAUDES EM LICITAÇÕES, CONTRATOS DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS	Licitação e Contratos	Licitações, Contratos e Convênios	60	2
2016	FUNDAMENTOS DE GOVERNANÇA DE TI	Informática	Governança de TI	16	11
2016	GATE	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	20	2
2016	GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	30	3
2016	GERENCIAMENTO DE PROJETOS COM ÊNFASE EM RESULTADOS INSTITUCIONAIS	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	60	19
2016	GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	60	12
2016	GERENCIAMENTO DO SISTEMA PERICIAL	Informática	Software/ Aplicativos	16	2
2016	GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	24	1
2016	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	60	5
2016	GESTÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS	Arquivologia	Gestão de documentos	60	2
2016	GESTÃO DE MUDANÇAS	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	60	3
2016	GESTÃO DE PROJETOS APLICADA A ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CIVIL	Engenharia	Civil	30	1
2016	GESTÃO DE PROJETOS-CURSO PRÁTICO	Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	12	5
2016	GESTÃO DE RISCOS E AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	Gestão Estratégica	Administração	40	3
2016	GESTÃO DE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Licitação e Contratos	Licitações, Contratos e Convênios	60	1
2016	GESTÃO DO DESEMPENHO	Gestão de Pessoas	Gestão de Desempenho	30	6
2016	GESTÃO E FISC. DE CONT. DE SERV. CONTÍNUOS C/ MÃO DE OBRA	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	60	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
	EXCLUSIVA-DE ACORDO C/ IN 02 E ALTER. DA 06/MPOG E ENT. DO TCU				
2016	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	16	5
2016	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	16	2
2016	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA ESMPU	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	4	1
2016	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	60	5
2016	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	60	1
2016	GESTÃO POR PROCESSOS - MÓDULO PRÁTICO	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	40	10
2016	GESTÃO POR PROCESSOS - MÓDULO TEÓRICO	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	20	9
2016	GESTÃO PÚBLICA, ÉTICA E CIDADANIA	Gestão Publica	Ética/Cidadania	40	9
2016	GESTÃO SUSTENTÁVEL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Administração	Pública	60	1
2016	GRANDES INCÊNDIOS, PEQUENOS INTERESSES	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	1	1
2016	HEART SAVE DEA	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	4	1
2016	HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	Informática	Programação WEB	10	1
2016	I ENCONTRO ESTRATÉGICO DA SGP 2016	Gestão Estratégica	Administração	6	3
2016	I FÓRUM DE SECRETÁRIOS REGIONAIS E ESTADUAIS	Gestão Estratégica	Administração	13	5
2016	I SEMINÁRIO DE GESTÃO DA PR/CE	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	8	5
2016	II SIMPÓSIO DO SITTEL	Pesquisa	Sistemas	8	4
2016	INTERNET E INFORMAÇÃO: TÉCNICAS DE PESQUISA E SEGURANÇA NA INTERNET	Informática	Segurança da Informação	60	11
2016	INTRODUÇÃO À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	3
2016	INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Informática	Segurança da Informação	60	12
2016	INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS	Informática	Segurança da Informação	16	1
2016	INVESTIMENTOS: RENDA FIXA E TESOUREIRO DIRETO	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	3	4
2016	LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO EM	Saúde	Gestão	24	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
GOVERNO: CRIAÇÃO E OPERAÇÃO					
2016	LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS: AQUISIÇÃO, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E PROCESSO DE DESFAZIMENTO DE BENS	Orçamento e Finanças	Orçamento Público	12	1
2016	LEI 9.784 - PROCESSO ADMINISTRATIVO	Direito	Administrativo	40	3
2016	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Orçamento e Finanças	Orçamento Público	60	2
2016	LIBREOFFICE	Informática	Software/ Aplicativos	60	2
2016	LIBREOFFICE - UTILIZANDO O LIBREOFFICE COM PRODUTIVIDADE NO TEXTO, PLANILHA E APRESENTAÇÕES	Informática	Computação	60	36
2016	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Direito	Ambiental	2	1
2016	LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	60	3
2016	LICITAÇÕES, CONTRATOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	16	1
2016	LICITAÇÕES, CONTRATOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	Licitação e Contratos	Gestão de contratos	16	1
2016	LIDERANÇA	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	60	3
2016	LINHAS GERAIS DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL NO MPF-MG	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	2	3
2016	MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB	Informática	Programação WEB	6	1
2016	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	60	2
2016	MEDIAÇÃO ESCOLAR	Educação	Ciências da Educação	60	2
2016	METODOLOGIAS PARA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - TURMA I	Educação	Educação a Distância	19	1
2016	MÉTODOS ÁGEIS: INTRODUÇÃO	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	12	1
2016	MICROSTRATEGY - MPEDUC 2.0	Informática	Informação e Comunicação	40	15
2016	MICROSTRATEGY WEB: RELATÓRIOS & DASHBOARDS	Informática	Informação e Comunicação	20	3
2016	MICROSTRATEGY WEB: RELATÓRIOS E DASHBOARDS	Informática	Software/ Aplicativos	40	1
2016	MOODLE 3X - AVANÇADO	Educação	Educação a Distância	30	1
2016	NOÇÕES BÁSICAS PARA ATUAÇÃO	Ciências	Perícia	40	5

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
DO PERITO NA SEAP					
2016	NOÇÕES DE ORÇAMENTO E DESPESA PÚBLICA	Orçamento e Finanças	Orçamento Público	40	6
2016	NOSSA ESCOLA	Educação	Educação a Distância	40	3
2016	NOSSA ESCOLA	Administração	Pública	40	12
2016	O HOMEM TRANSFORMADO - DAS FRAGILIDADES ÀS FORTALEZAS	Saúde	Qualidade de Vida	2	1
2016	O QUE É SER MULHER NO BRASIL NO SÉC XXI?	Gestão de Pessoas	Motivação	3	1
2016	OFICINA CINE COACHING - FEEDBACK	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	3	6
2016	OFICINA CINECOACHING - ASSÉDIO MORAL	Direito	Humano	2	4
2016	OFICINA DE APROVEITAMENTO INTEGRAL DE ALIMENTO	Agricultura	Gestão Ambiental	2	4
2016	OFICINA DE FEEDBACK	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	3	2
2016	OFICINA DE FEEDBACK	Comunicação	Interpessoal	3,5	4
2016	ORIENTAÇÃO FINANCEIRA	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	2	1
2016	OS DESAFIOS DA OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS NA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA	Comunicação	Comunicação	14	1
2016	PALESTRA AQUI ESTÁ O MEU DIA... E AGORA?	Comunicação	Interpessoal	1	5
2016	PALESTRA COMEMORE - VIVENDO A GRATIDÃO	Gestão de Pessoas	Motivação	1,5	3
2016	PALESTRA DECISÕES ECONÔMICAS: VOCÊ JÁ PAROU PARA PENSAR? - 3ª SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	33
2016	PALESTRA MOTIVAÇÃO - EXPERIÊNCIAS PELO MUNDO	Gestão Estratégica	Planejamento Estratégico	1,3	9
2016	PALESTRA NOÇÕES DE INVESTIMENTO- 3ª SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.	Saúde	Qualidade de Vida	1	3
2016	PALESTRA SOBRE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS, ACIDENTES DOMÉSTICOS, EVACUAÇÃO E ESCAPE.	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	3	1
2016	PALESTRA TRANSGÊNICOS: MITO X REALIDADE	Saúde	Nutrição	2	1
2016	PALESTRA: CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO- 3ª SEMANA	Saúde	Qualidade de Vida	1	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
	NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA				
2016	PALESTRA: TEMA ENERGIA- EM COMEMORAÇÃO AO DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE	Ciências	Geografia	4	1
2016	PALESTRA:O PAPEL DOS PAIS PARA O SUCESSO FINANCEIRO DOS FILHOS.	Saúde	Qualidade de Vida	1	1
2016	PLANEJAMENTO DO TEMPO	Gestão Estratégica	Administração	60	4
2016	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL I - CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA NOMINAL	Letras	Língua Portuguesa	30	14
2016	PORTUGUÊS IV - COLOCAÇÃO PRONOMINAL	Letras	Língua Portuguesa	15	26
2016	PORTUGUÊS JURÍDICO	Comunicação	Língua Portuguesa	60	2
2016	PRÁTICO DA LEGISLAÇÃO DE PESSOAL	Direito	Trabalhista	60	3
2016	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS: TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO APLICADAS A BENS GRÁFICOS	Arquivologia	Conservação	8	1
2016	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO - CURSO "PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS"	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança no Trabalho	16	1
2016	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - MÓDULO I	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	1
2016	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - MÓDULO II	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	1
2016	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - MÓDULO III	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	1
2016	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - MÓDULO IV	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	1
2016	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - MÓDULO V	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	1
2016	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - MÓDULO VI	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	3	1
2016	PROGRAMA NA PONTA DO LÁPIS: CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	Saúde	Qualidade de Vida	20	3
2016	PROGRAMA TREINAMENTO CONTÍNUO DE ROTINAS SETORIZADAS - MÓDULO 4 - PRMT	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	3	1
2016	PROGRAMA TREINAMENTO CONTÍNUO EM ROTINAS SETORIZADAS MÓDULO 3 - PRMT	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	3	1
2016	PROGRAMA TREINAMENTO CONTÍNUO EM ROTINAS SETORIZADAS MÓDULO 6 - PRMT	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	3	1

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
2016	PROGRAMA TREINAMENTO CONTÍNUO ROTINAS SETORIZADAS MÓDULO 8 - PRMT	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	3	1
2016	PROGRAMA TREINAMENTO CONTÍNUO SETORIZADAS MÓDULO 7 - PRMT	Gestão Estratégica	Gestão da Informação / Conhecimento	3	1
2016	PROJETO LÍDER COACH	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	14	45
2016	PROJETO MEDITAR	Saúde	Qualidade de Vida	3	2
2016	PROTEÇÃO À CONCORRÊNCIA	Direito	Consumidor	13	1
2016	PUBLICAÇÃO DAS TRILHAS DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE WIKI	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	6	1
2016	QLIKVIEW BÁSICO	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	60	4
2016	QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO - PRM'S	Saúde	Qualidade de Vida	2	2
2016	QUALIDADE DE VIDA E ENVELHECIMENTO - PALESTRA	Saúde	Qualidade de Vida	1,5	8
2016	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	Saúde	Psicologia	2	1
2016	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT (SEDE)	Saúde	Qualidade de Vida	2	4
2016	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	Saúde	Qualidade de Vida	3	2
2016	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	Línguas	Inglês	2	1
2016	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT E BEM-ESTAR	Saúde	Qualidade de Vida	6	23
2016	REDAÇÃO OFICIAL - COM ÊNFASE NO MANUAL DE REDAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MPF	Letras	Língua Portuguesa	40	11
2016	REDES SOCIAIS DIGITAIS	Comunicação	Mídias Sociais	30	19
2016	REFORMA ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA	Comunicação	Língua Portuguesa	20	29
2016	RESPONSIVE WEBDESIGN	Informática	Programação WEB	21	2
2016	SAIBA MAIS SOBRE SUA PELE	Saúde	Qualidade de Vida	2	2
2016	SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	10	1
2016	SEGURANÇA DE AUTORIDADES E COMBOIO	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	20	2
2016	SEGURANÇA DE BARRAGEM, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA. AS LIÇÕES DE MARIANA/MG	Direito	Ambiental	8	1
2016	SEGURANÇA EM REDES SEM FIO	Informática	Análise de Redes	16	11

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
2016	SEGURANÇA INSTITUCIONAL	Segurança	Pré-requisito para GAS/Patrimonial	2	2
2016	SEI - MULTIPLICAÇÃO NA PR-RR	Informática	Informação e Comunicação	3	6
2016	SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO	Institucional	Sistemas	3	1
2016	SEMANA DA SEGURANÇA - NOÇÕES DE SEGURANÇA URBANA	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	2,5	1
2016	SEMANA DO SERVIDOR NA PGR	Saúde	Qualidade de Vida	2	20
2016	SEMINÁRIO: "O NOVO CPC - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"	Direito	Processual Civil	12	1
2016	SEMINÁRIO: "SISTEMA NACIONAL DE PEDIDOS DE TI (SNP)"	Informática	Análise de Sistemas	1	2
2016	SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI! USAR- TURMA 01/2016	Gestão Estratégica	Gestão de Processos	20	13
2016	SISTEMA PERICIAL PARA GABINETES	Ciências	Perícia	30	2
2016	SISTEMA ÚNICO - COLEGIADO	Institucional	Sistemas	20	9
2016	SISTEMA ÚNICO - EXTRAJUDICIAL COJUD	Institucional	Sistemas	30	7
2016	SISTEMA ÚNICO - EXTRAJUDICIAL GABINETE	Institucional	Sistemas	30	7
2016	SISTEMA ÚNICO - INTRODUTÓRIO	Institucional	Sistemas	20	8
2016	SISTEMA ÚNICO EXTRAJUDICIAL GABINETE - TURMA 2	Institucional	Sistemas	30	2
2016	SISTEMA ÚNICO INTRODUTÓRIO (TURMA 2)	Institucional	Sistemas	20	9
2016	SISTEMA ÚNICO JUDICIAL COJUD	Institucional	Sistemas	30	6
2016	SISTEMAS DA JUSTIÇA FEDERAL: PJE E CRETA	Direito	Atualização	3	1
2016	SPRING MVC 1: CRIANDO APLICAÇÕES WEB	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	16	1
2016	TABELAS UNIFICADAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - TURMA I	Gestão Estratégica	Administração	60	1
2016	TÉCNICAS BÁSICAS PARA OS PERITOS DA SEAP	Ciências	Perícia	30	4
2016	TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE PARECERES	Comunicação	Português Jurídico	60	2
2016	TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO	Gestão de Pessoas	Clima Organizacional	60	6
2016	TÉCNICAS DE SECRETARIADO	Secretariado	Secretariado	60	1
2016	TESOURO DIRETO - ALTO RETORNO PARA O PEQUENO INVESTIDOR	Gestão de Pessoas	Motivação	2	1
2016	TESOURO GERENCIAL	Orçamento e Finanças	Orçamento Público	60	2

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
2016	TRANSFORMANDO SONHOS EM REALIDADE	Orçamento e Finanças	Finanças Pessoais	4	3
2016	TRANSMISSÃO DO CURSO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E BEM-ESTAR NA PGR	Saúde	Qualidade de Vida	3	4
2016	TREINAMENTO - GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SEI	Informática	Informação e Comunicação	6	4
2016	TREINAMENTO ANGULAR SPRING MVC REST FULL 24 HORAS	Informática	Rede	24	10
2016	TREINAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO	Segurança	Pré-requisito para GAS/Patrimonial	5	1
2016	TREINAMENTO DE MODELAGEM MULTIDIMENSIONAL DE DADOS - BI / DW	Informática	Informação e Comunicação	24	1
2016	TREINAMENTO E RECICLAGEM DA BRIGADA DE EMERGÊNCIA DA PR/PR	Segurança	Pré-requisito para GAS/Patrimonial	8	1
2016	TREINAMENTO EM BRIGADA DE INCÊNDIO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS	Segurança	Pré-requisito para GAS/Patrimonial	8	3
2016	TREINAMENTO EM SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	Institucional	Sistemas	3	10
2016	TREINAMENTO INTRODUTÓRIO DO SEI - TURMA I	Institucional	Sistemas	1	5
2016	TREINAMENTO INTRODUTÓRIO SEI - TURMA II	Institucional	Sistemas	1	2
2016	TREINAMENTO PARA INTEGRANTES DA BRIGADA DE EMERGÊNCIA	Segurança	Pré-requisito para GAS/Segurança	16	2
2016	TREINAMENTO SEI PR/BA	Gestão Pública	Sistemas de Informação	3	5
2016	TREINAMENTO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	Gestão Pública	Sistemas de Informação	3	2
2016	TRILHAS DE APRENDIZAGEM	Educação	Educação Corporativa	3	2
2016	TURMA 2 - CAPACITAÇÃO DOS COORDENADORES DAS TRILHAS DE APRENDIZAGEM - CONTINUAÇÃO	Gestão de Pessoas	Gestão por Competência	3,5	2
2016	UM CAMINHO: APRENDEDO A SER HOMENS COM HOMENS	Saúde	Qualidade de Vida	3	1
2016	UNIDADES DE PESQUISA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO DO MPF: AVANÇOS E LIMITES DOS SERVIÇOS DISPONÍVEIS	Pesquisa	Sistemas	4	3
2016	V SIMPÓSIO DOS GESTORES DO SIMBA	Pesquisa	Sistemas	8	4

Anexo B ao Item 7 Gestão da Tecnologia da Informação

ANO	NOME DO TREINAMENTO	AREA	SUBAREA	CH	QTD_PARTICIPANTES
2016	WORKSHOP DE ADMINISTRAÇÃO ORACLE 12C	Informática	Desenvolvimento de Sistemas	60	2
2016	WORKSHOP DE DESCENTRALIZAÇÃO DO SIGOV PARA AS SECRETARIAS NACIONAIS	Gestão Pública	Governança	3	3
2016	WORKSHOP DE DESIGN DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Qualidade no Serviço Público	Consultoria Interna	12	1
2016	WORKSHOP DESENVOLVENDO LIDERANÇAS - HABILIDADES DE LIDERANÇA E GESTÃO	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Gerencial	4	5
TOTAL				6.433,80	1520

Anexo B ao item 8 Gestão ambiental e sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	ITEM 8 – Visão Geral da Política de Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PGR	200100	26.989.715/0050-90	Desde 2004 há grupo de trabalho voltado para análise de políticas de sustentabilidade. Em 2007, com a edição da Portaria 638/2007, criou-se o Programa de Gestão Ambiental da PGR, com o intuito de instituir medidas tendentes a alcançar a gestão sustentável. Em 2010, por meio do Termo de Adesão 27-MMA-A3P/2010, a PGR aderiu à A3P. Para dar efetividade ao previsto no art. 3º da Lei 8666/93, no que diz respeito ao desenvolvimento nacional sustentável, foi instituído em 2013, o Sistema de Gestão Socioambiental, com o objetivo de definir requisitos mínimos de atuação e estabelecer um modelo de gestão institucional. Após diversas tratativas, encontra-se em fase final de elaboração, o manual do referido sistema, o qual estabelece as orientações necessárias à construção do Programa de Gestão Socioambiental das Unidades, que guarda correlação com documento instituído pelo art. 16 do Decreto 7.746/2012. Cumpre salientar que a gestão de resíduos no MPF foi regulamentada pela Portaria PGR/MPF n.º 599/2010 e que as contratações seguem as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF que pode ser consultado por meio do link http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/16_006_Guia_de_contratacoes_sustentaveis.pdf
PRR-1ªR	200208	26.989.715-0064/96	Embora esta Unidade Regional não possua um plano de gestão de logística sustentável, no ano de 2016, a Secretaria de Administração da Procuradoria Geral da República, criou o "Guia de Contratações Sustentáveis do Ministério Público Federal" (adotado por todas as unidades do MPF), que atende quase que completamente o Decreto 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 10/2012. Ademais, boa parte das ações elencadas no art. 16 do referido decreto já vem sendo praticadas por esta Procuradoria.
PRR-2ªR	200045	26.989.715/0066-58	Em que pese a Unidade não possuir um PLS, estamos envidando, ao máximo, esforços no sentido de estabelecer práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Ressalte-se também que as determinações do art. 16, do Decreto 7746/2012, são parcialmente atendidas, havendo intensas deliberações no âmbito de nossa Comissão de Gestão Ambiental.
PRR-3ªR	200204	26.989.715/0058-48	A Comissão de Gestão Socioambiental da PRR3, constituída pela Portaria PRR/3ª Região n.º 130, de 29 de abril de 2015, realiza, desde 2009, ações monitoramento de recursos, acompanhamento da gestão de resíduos e ações/campanhas de conscientização. Recentemente, por meio da Portaria n.º 168, de 22 de junho de 2016, foi constituída comissão com a finalidade de implementação, acompanhamento e gestão do Plano de Logística Sustentável da PRR3.
PRR-4ªR	200102	94.953.767/0001-89	A Unidade instituiu, por meio da Portaria PRR4 n.º 54, de 03 de junho de 2011, o Programa de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – ProGEAS, e criou a Comissão de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – COMGEAS, encarregada do planejamento, divulgação, implementação, manutenção e supervisão da execução do referido programa. O ProGEAS tem como objetivo implementar a gestão ambiental apoiada em ações transversais de sustentabilidade socioambiental, organizacional, educacional e jurídica, desenvolvendo projetos e planos de ação com esse objetivo. Os projetos executados desde então são os seguintes: Projeto Gerenciamento de Resíduos, Projeto Educação Ambiental, Projeto Consumo Consciente, Projeto Diretrizes de Sustentabilidade da Nova Sede, Projeto Diagnóstico, Projeto Redução do Consumo de Copos, Projeto Semana do Meio Ambiente. A PRR4 optou por aderir a um programa do próprio MPF, denominado de Sistema de Gestão Socioambiental do Ministério Público Federal (SGS), firmando o termo de adesão em 05 de junho de 2014, conforme estipulado pela Portaria PGR/MPF n.º 923/2013. O Sistema abrange os seguintes pilares estabelecidos no Manual de Gestão Socioambiental do MPF: consciência e educação, contratações sustentáveis, consumo consciente, construções sustentáveis, acessibilidade, qualidade de vida, responsabilidade social. Informações sobre o Programa estão disponíveis na intranet do órgão: http://intranet.prr4.mpf.mp.br/intranet2/servicos-1/pr4-sustentavel . Na unidade, ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, sendo que, atualmente, a gestão de resíduos vem sendo orientada por meio do subprojeto PRR4-Sustentável – Gerenciamento de Resíduos, autorizado pela Portaria PRR4 n.º 167, de 25 de setembro de 2015. Por fim, as contratações da Unidade observam, além da legislação pertinente, o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, publicado em 2016, o qual pode ser conferido em http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/16_006_Guia_de_contratacoes_sustentaveis.pdf e o percentual de licitações sustentáveis da Unidade é acompanhado e mensurado por meio do indicador <i>Percentual de licitações com critérios de sustentabilidade</i> , previsto no Painel de Contribuição da PRR4, vinculado ao Planejamento Estratégico do MPF.
PRR-5ªR	200207	26.989.715/0059-29	Existe a separação de resíduos recicláveis, entretanto atualmente são recolhidos pelo sistema de coleta seletiva da Prefeitura do Recife, que faz chegar às cooperativas de catadores. São observadas, sempre que cabível, algumas das diretrizes de sustentabilidade indicadas no art. 4º do Decreto 7746/2012.
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	A PR/AC até o momento tem atendido às determinações do Decreto 7.746/2012. Foi estabelecida na unidade uma Comissão de Gestão Ambiental que está responsável por apresentar, dentro dos parâmetros legais, sugestões para o estabelecimento do Plano de gestão de logística sustentável (PLS), para posteriormente submeter tal plano à aprovação e posterior publicação.
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	A unidade está se empenhando para adoção de medidas de sustentabilidade ambiental, tais quais: licitações com critérios de sustentabilidade; coleta seletiva de lixo; campanhas de descarte de lixo eletrônico; descarte de lâmpadas e reatores; campanha interna de conscientização de uso racional de água e energia; economia no consumo de energia (algo em torno de 40% de redução); disponibilização de coletora de óleo de cozinha usado e de pilhas/baterias; substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED (impacto tanto na economia de energia quanto na redução de resíduos sólidos); incentivo ao uso de bicicletas (instalação de bicicletário); incentivo ao uso de escadas (realização de campanhas); plantação de diversas espécies de árvores nativas; política de economia de papel, além do aumento da quantidade de digitalizações; compra de copos em acrílico personalizados para redução do consumo de copos descartáveis, além do controle na disponibilização dos copos descartáveis; eliminação de agrotóxicos no combate às pragas no trato dos jardins.
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	A Unidade não possui um plano formal de gestão de logística sustentável, porém adota os procedimentos descritos no art. 16 do Decreto 7.746/2012.
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	Apesar de essa Unidade não possuir plano de gestão de logística sustentável (PLS), adotamos as seguintes práticas de gestão ambiental: a) Dos dois elevadores disponíveis, utilizamos apenas um; b) priorizamos o uso de copos de vidro e xícaras em detrimento ao uso de copos descartáveis; c) adotamos medidas de economicidade de uso de energia, principalmente no que tange ao uso dos aparelhos de ar-condicionado. Este ano empreenderemos esforços para elaboração do nosso PLS.
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	A unidade não possui PLS, mas aderiu à A3P e ao Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (Portaria PGR/MPF N.º 923, de 18 de dezembro de 2013). O Manual do Sistema de Gestão Socioambiental mencionado nesta portaria existe apenas no formato de minuta. Apesar disso, a unidade utilizou o manual como referência para estabelecer 4 indicadores, a partir do início de 2014, para acompanhá-los e tornar a unidade mais sustentável. Foram eles: consumo de água per capita, consumo de energia per capita, consumo de copos plásticos per capita e consumo de papel (normal e reciclado) per capita. Depois disso, a PGR acrescentou um indicador para acompanhar as licitações sustentáveis e outro para acompanhar a implantação da coleta seletiva. O PLS da PGR está em processo de elaboração e, posteriormente, será utilizado como referência para criação do PLS da unidade. A unidade conseguiu alguns avanços, como implantação da coleta de material eletrônico dos frequentadores da PRBA; coleta de óleo e coleta de baterias. Mas como é uma Comissão que cuida da Gestão Socioambiental, percebe-se uma lentidão maior no alcance dos objetivos. O MPU deve avaliar se não é prioritário criar um setor em cada unidade que cuide exclusivamente dos aspectos socioambientais. OBS: Ressaltamos que o Manual do Sistema de Gestão Socioambiental foi objeto de consulta pública recente.
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84	Ser referência na adoção de práticas sustentáveis nas diversas áreas de atuação da Procuradoria da República no Estado do Ceará em seus setores administrativos e finalísticos, que adotem rotinas que implementem matrizes de responsabilidade e trabalhos educativos voltados para a conscientização da importância da preservação dos recursos materiais e humanos na unidade. Em janeiro de 2015 foi constituída uma Comissão de Gestão Socioambiental por meio da Portaria GAB/CHEFIA n.º 77, de 27/01/2015, que realizou todo o levantamento para implementação do Plano de Ação da A3P, realizando diagnóstico ambiental da instituição, envolvendo os servidores e membros em pesquisas e definindo projetos e atividades prioritárias. Desta forma, com base nas informações levantadas, foram propostos planos de atuação que estão em andamento.
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	É importante destacar que, embora não haja um PLS, a Procuradoria da República no Distrito Federal e a Escola Superior do Ministério Público têm em conjunto um grupo chamado Gesto (Grupo de Gestão Socioambiental) o qual tem como objetivo o alcance dos 5Rs (repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar), consumo consciente, educação ambiental, redução dos impactos ambientais em geral, qualidade de vida e cidadania. Assim, integrando o social e ambiental, o gesto integra todos os setores dos dois órgãos, dissipa a educação ambiental na sociedade. Vale ressaltar que o MPF possui um manual de sustentabilidade que atende aos requisitos do art. 16 do Decreto 7.746/2012, e que esta PRDF segue as orientações do manual.

Anexo B ao item 8 Gestão ambiental e sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	ITEM 8 – Visão Geral da Política de Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	A unidade tem se esforçado para que todos os contratos, as rotinas de trabalho, as definições e as diretrizes tenham como alicerce princípios e orientações de Política de Sustentabilidade Ambiental. Tivemos uma comissão específica para estudo e participação da política de sustentabilidade ambiental, porém a servidora que tinha conhecimentos sobre o assunto foi removida, ficando prejudicados os trabalhos em razão da falta de pessoal com conhecimento e com tempo de trabalho para dedicação a essa atividade extra. Contudo, estamos retornando a comissão, como uma meta para 2017, bem como servidores estão participando de cursos e de palestras sobre o assunto, com o fim de entendermos e praticarmos melhor as políticas de sustentabilidade ambiental.
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	<p>Ao iniciar suas atividades, o GT constituído em 2011 definiu que a elaboração dos projetos Sustentabilidade e Reciclar deveria ser precedida do Diagnóstico Ambiental da PR/GO. Era importante identificar e dimensionar os aspectos ambientais relevantes que seriam tratados no estudo, para dar sustentação a propostas consistentes, capazes de, efetivamente, introduzir e ampliar critérios de consumo mais sustentáveis e práticas para a destinação mais adequada aos resíduos gerados na unidade. Dessa forma, o Grupo realizou reuniões setoriais para se inteirar de temas relativos à limpeza e conservação do prédio, ao consumo de papéis, à destinação de resíduos, aos equipamentos e insumos da área de informática, à compra de bens e materiais e à contratação de serviços. Na sequência, deu-se início a dois levantamentos que compõem o Diagnóstico Ambiental da PR/GO: um relativo à estrutura física da unidade (áreas, instalações, equipamentos, veículos, resíduos sólidos) e da população fixa e flutuante do edifício, e outro relacionado a compras, consumo e à contratação de serviços realizados pela Procuradoria a partir de 2010. Deu-se atenção especial à análise dos procedimentos administrativos relativos às compras e contratações de serviços. Após a definição dos temas que seriam objeto de estudo pelo GT, fez-se a seleção dos processos a eles relacionados e de cada um desses extrairam-se dados e informações para o diagnóstico e a apresentação de proposições para tornar as compras e contratações mais adequadas aos critérios de sustentabilidade. Nesta fase, cada tema foi cotejado com normas jurídicas e técnicas que alcançam questões ambientais: leis, decretos, instruções normativas, portarias e resoluções. Tais normas são de origens diversas: MMA, MME, MPOG, CONAMA, IBAMA, ABNT, INMETRO, ANVISA. Para análise dos temas, os autores também acessaram discussões jurídicas, técnicas e científicas relativas à adoção de práticas sustentáveis; inteiraram-se de experiências de gestão ambiental realizadas por diversas instituições; participaram do curso Sustentabilidade e Compras Públicas, do seminário Construções Sustentáveis e do workshop Procel EPP – Eficiência Energética nos Prédios Públicos, eventos promovidos pelo Programa de Gestão Ambiental da PGR. Os membros do GT, após, vieram a compor o GGSA Grupo de (Gestão Socioambiental), instituído pela Portaria nº 29/2013.</p> <p>Ações adotadas na Unidade: - criação do Grupo de Gestão Socioambiental para apresentação do Plano de Gestão Socioambiental da PR-GO (2011); - contribuição do GGSA na elaboração do Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (2013); - participação de quatro integrantes do GGSA no Curso de Gestão Socioambiental da PGR (2013); - elaboração, revisão e atualização do Plano de Gestão Socioambiental da PR-GO pelo GGSA. A primeira parte do Plano (diagnóstico) teve seu texto preliminar finalizado em 2012 e revisado em 2013, estando a segunda parte em construção (2012/2013); - indicação de inserção de algumas medidas com critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência relativos à contratação dos serviços de copeiragem e dos serviços de limpeza, manutenção e conservação predial (em fase de licitação) (2013).</p>
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	A Unidade segue, dentro das limitações de seus quadros, às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746/2012. Com a recente edição do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF (em dezembro/2016), esta Procuradoria aplicará as diretrizes lá apontadas.
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99	A Administração da PR/MG tem tomado diversas medidas de redução de gastos com características e objetivos de melhorar a sustentabilidade. Exemplos: Coleta seletiva, uso de papel reciclado, troca sistemática de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED, troca dos acionamentos de água dos vasos sanitários pelo tipo de 2 teclas, opção de licitações com registro de preços e participação de outras unidades do MPF e órgãos federais, exigência – quando cabível – de logística reversa, entre outras. Acreditamos que falta maior apoio, capacitação e melhores estudos para evolução das iniciativas e melhoria de parâmetros de contratações de serviço ou aquisições de material.
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	A PR/MS aderiu ao Sistema de Gestão Ambiental do Ministério Público Federal, em 20/10/2014, por meio do Ofício nº 273/2014/GABPC, bem como elaborou o Diagnóstico de Sustentabilidade Socioambiental da PR/MS, faltando porém a elaboração do diagnóstico para as Procuradorias da República nos Municípios do Estado. Ainda, possui a Comissão de Gestão Ambiental, instituída pela Portaria nº 107/2016, de 12 de maio de 2016. A Unidade separa os resíduos recicláveis descartados, porém a sua destinação não ocorre nos moldes do Decreto nº 5.940/2010, ainda que no exercício de 2016 tivesse tentado por meios de chamamento público, que restou fracassado por ausência de interessado. Até o exercício de 2016, a PR/MS incluiu, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental nos Termos de Referência das contratações de serviços e aquisições de bens. A partir do exercício de 2017, seguirá as orientações constantes no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF. A Unidade incluiu critérios de sustentabilidade no seu planejamento estratégico, com seus respectivos indicadores e metas. Realiza monitoramento mensal do consumo de energia elétrica e água tratada encanada em todas as localidades do Estado, bem como o consumo de insumos (copo descartável, papel branco e reciclado, água engarrafada), incentivando o consumo consciente desses itens. Divulga na intranet e no informativo da Unidade as iniciativas, ações e orientações pertinentes ao tema socioambiental.
PR/MT	200064	26.989.715/018-50	A unidade não possui Política de Sustentabilidade Ambiental devidamente instituída. Contudo, a gestão da unidade adota ações pontuais voltadas à promoção da sustentabilidade, como a destinação adequada de resíduos recicláveis, ações de economia de energia elétrica e água, além da inclusão de requisitos sustentáveis nas licitações, sempre que possível.
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31	Atualmente, não há políticas de sustentabilidade efetivamente adotadas nesta unidade ministerial, em função de a sede provisória da PR/PA estar localizada em prédio comercial, o que impossibilita, sobremaneira, a adoção de práticas de sustentabilidade. Destaco que outrora, na sede provisória, foi implementado o uso de canecas, para diminuir o consumo de copos descartáveis e havia também a coleta seletiva de lixo, contando com um PEV (Posto de entrega voluntária) para o lixo reciclado, que atendia o bairro, já que não há ações dessa natureza por parte do governo.
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	A PR/PB adota critérios de sustentabilidade, conforme orientações da Portaria SG nº 151, de 6 de fevereiro de 2013.
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	<p>A Comissão de Gestão Ambiental (COGEA) da unidade foi instituída pela Portaria MPF/PRPE/C. Adm./53, de 05 de junho de 2008. A unidade incluiu critérios de sustentabilidade no seu planejamento estratégico, com seus respectivos indicadores e metas, cujas medições são publicadas na internet e podem ser acessadas no endereço eletrônico: http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/desempenho/estrategia-do-mpf-nos-estados. Ao longo dos anos, o conceito de gestão ambiental utilizado por esta unidade foi ficando cada vez mais abrangente e, embora a COGEA tenha permanecido com a mesma nomenclatura inicial, suas atividades têm objetivado o desenvolvimento socioambiental da instituição, abarcando conceitos como acessibilidade e qualidade de vida no trabalho.</p> <p>A seguir serão listadas algumas das atividades desenvolvidas ou sugeridas pela COGEA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanhas periódicas de descarte adequado do lixo; - Palestra com cooperativa de catadores de lixo; - Exibição de vídeos educativos em datas comemorativas; - Sorteios de brindes aos participantes das ações, como plantas ornamentais e “ecobags”. - Construção do bicicletário; - Construção do vestiário; - Campanha de redução do consumo de copos descartáveis, papéis brancos, energia e água; - Compra de canecas para substituição, pelos servidores, dos copos descartáveis; - Feira semanal de orgânicos; - Mini horta para atender aos funcionários terceirizados da unidade. Este ano, com o objetivo de realizar o descarte adequado de lâmpadas fluorescentes, a PR/PE contratou a empresa Ecopere para realizar o recolhimento do material na unidade. A unidade separa os resíduos recicláveis descartados, bem como destina-os a catadores. Entretanto esta destinação não se dá nos moldes do Decreto nº 5.940/2006, uma vez que nem sempre é possível certificar que os catadores de materiais recicláveis têm a catção como única fonte de renda. A unidade não possui um plano de logística sustentável (PLS) vinculado à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, entretanto aderiu ao Programa de Gestão Ambiental (PGA) da Procuradoria Geral da República, e elaborou o Diagnóstico de Sustentabilidade Socioambiental da PR/PE.

Anexo B ao item 8 Gestão ambiental e sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	ITEM 8 – Visão Geral da Política de Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	O Plano de Logística Sustentável da PR/PI foi elaborado recentemente, em razão da sua instalação em sede própria, encontrando-se pendente de aprovação da chefia da instituição. Criado em consonância com o Sistema de Gestão Socioambiental (SGS) do MPF, estabelecido pela Portaria PGR nº 923, de 18 de dezembro de 2014, como modelo institucional de atuação sustentável de forma integrada por todas as unidades da instituição, o plano foi elaborado pelo ECOTIME, constituído no 2º semestre de 2015, para diagnosticar as necessidades nas diversas áreas da unidade, e compatibilizar com os novos padrões de sustentabilidade para administração pública. Como ferramenta de planejamento que possibilita estabelecer práticas de sustentabilidade organizacional e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos, caracterizando uma agenda estruturante para uma atuação ambientalmente correta, embora formalmente pendente de aprovação pela chefia da instituição, efetivamente já são adotadas na prática as suas ações. Ao elaborar o seu PLS, a PR/PI reforça seu compromisso com a sustentabilidade, somando esforços na implementação de ações efetivas que promovam a conciliação de economia de recursos financeiros e recursos naturais em sua atuação, incorporando em suas rotinas administrativas a preocupação socioambiental. Tão logo aprovado o PLS, serão adotadas as medidas pertinentes à sua publicação semestral no <i>sítio</i> da unidade na <i>Internet</i> , conforme estabelece o art. 13 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012.
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18	A unidade conta com rotinas básicas de sustentabilidade, entre as quais está a constante preocupação com a redução no consumo de energia, água, copos descartáveis, entre outros. Ainda, nas licitações, preocupa-se em exigir das empresas participantes requisitos de sustentabilidade para os bens a serem fornecidos.
PR/RJ		26.989.715/0024-07	A unidade mantém uma comissão instituída pela Portaria PR/RJ nº 1121/10/2014 para cuidar do Programa de Gestão Socioambiental, que tem como objetivo o aperfeiçoamento do desempenho sustentável e a definição de requisitos mínimos de atuação socioambiental a serem atendidos pela unidade. Com isso, mediante a realização de reuniões, foram estabelecidas diversas medidas em prol de uma atuação mais sustentável da unidade em questões como o consumo de água, energia, copos descartáveis, papel, além do incentivo na utilização de coleta seletiva de lixo, incentivo na adoção de biocombustível pela frota de veículos, realização de campanhas e palestras, entre outras medidas voltadas ao tema. A comissão tem um caráter permanente e não se esgota com a adoção das ações acima citadas, havendo sempre o estabelecimento de outras metas e iniciativas a serem seguidas em prol de uma política constante de sustentabilidade ambiental.
PR/RN	200085	2698715/0025-80	Embora a Unidade PR/RN não tenha um PLS formalmente constituído, tem adotado medidas para gestão de práticas sustentáveis, de acordo com a realidade/necessidade da Unidade.
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60	Há pequenas iniciativas na unidade, como distribuição de canecas para todos servidores, membros e terceirizados para redução da compra de copos descartáveis; Previsão de Logística Reversa na compra de suprimentos de TI. A grande maioria de papel de impressão é do tipo reciclado.
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41	A PR/RR não tem medido esforços nas ações de sustentabilidade ambiental a exemplo concreto do mérito dado à iniciativa intitulada como “Economia com Sustentabilidade” (PR-RR-00023585/2016), honrosamente apropriado com o segundo lugar no saudável concurso interno do servidor exemplar 2016 – Portaria PR-RR nº 008, de 18 de janeiro de 2017 (PR-RR-00000853/2017), que consolidou as diretrizes implantadas e os resultados alcançados pelas iniciativas solo da unidade na visão de reduzir custos com energia elétrica em toda a PR-RR e ao mesmo tempo atender às diretrizes de sustentabilidade ambiental nacional e internacional, consoante o artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como atender o previsto no Artigo 225 c/c com o art. 23, VI e 170, VI da CFB/88, alinhando a atuação da PR-RR ao proposto pelo Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é signatário, com fulcro alicerçado no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012 e balizado pelo Acordo de Paris contra a mudança climática em nosso planeta.
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	A PR/RS possui Comissão designada pela Portaria Nº 373, de 08 de outubro de 2013, responsável pelo estudo e adoção de medidas que visam a promover práticas ambientais na Unidade. Entre as ações adotadas, destacamos: <ul style="list-style-type: none"> - aquisição de equipamentos de baixo consumo de energia elétrica (Selo Procel A); - substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas de LED; - utilização de reatores para lâmpadas com tecnologia de baixo consumo de energia; - monitoramento diário do gasto de energia elétrica e água, a fim de identificar de forma praticamente instantânea qualquer aumento de consumo que possa ser gerado em instalações e equipamentos, promovendo eficiência na correção do problema; - orientação para uso das impressoras no modo econômico e utilizando os dois lados do papel; - substituição quase integral de uso de copos descartáveis. Além disso, foi criada Comissão para Elaboração do 3º dia do Descarte da PR/RS, pela Portaria Nº 745, de 21 de outubro de 2015, com os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> - colaborar com a proteção do meio ambiente, com o combate à poluição em qualquer de suas formas e com a preservação das florestas (CF, arts. 23, VI e VII); - implementar uma das funções institucionais do Ministério Público, a proteção do meio ambiente (CF, art. 129, III; Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, III, d); - observar o disposto no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como o estabelecido na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que define a Política de Resíduos Sólidos e a Portaria MPF/PGR nº 599, de 03 de dezembro de 2010; - reduzir o acúmulo de materiais inflamáveis que possam colocar em risco a segurança.
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03	A PR/SC instituiu em janeiro de 2013, por meio da Portaria PRSC nº 2, de 9 de janeiro de 2013, o Comitê de Gestão Socioambiental - ECOTIME no âmbito da PR/SC. Nesse tempo foi realizado levantamento do cenário em que a procuradoria se encontrava nos temas relativos à sustentabilidade ambiental, entre esses: reciclagem; consumo de água e energia elétrica; adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações, entre outros. No fim do ano de 2014 foi realizado pregão eletrônico específico para aquisição de itens próprios às finalidades de uma política de gestão ambiental, como: lixeiras para papeis; coletores de lixo, lâmpadas e pilhas, lixeiras de separação de lixo, etc. Nos últimos dois anos, no entanto, as ações que visam a uma atuação mais efetiva dos pilares do programa de sustentabilidade têm encontrado obstáculo em suas ações em razão do número reduzido de servidores que atuam principalmente na área administrativa da instituição. Sendo impossível a destinação de um servidor para que atue de forma exclusiva, ou mesmo, de forma voluntária cedendo parte de seu tempo de labor para as atividades do tema. Espera-se para 2017, contando com a nomeação de novos servidores, que se possa avançar nas ações e buscar alinhamento com a política institucional.
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47	Embora a Unidade não possua o PLS, ela possui a Comissão de Gestão Ambiental e adota medidas com foco na sustentabilidade ambiental, tais como: realização de controle diário do consumo de água e semanal do consumo de energia elétrica; aquisição de equipamentos energéticos com a exigência do selo PROCEL; aquisição de papel reciclado; distribuição de cestos específicos para lixos seco e úmido, para possibilitar a reciclagem.

Anexo B ao item 8 Gestão ambiental e sustentabilidade

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	ITEM 8 – Visão Geral da Política de Sustentabilidade Ambiental adotada pela Unidade
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	<p>Embora esta PR/SP não possua Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) próprio, a PR/SP aderiu ao Sistema de Gestão Socioambiental do MPF (Portaria PGR nº 923/2013). Em 2014 foi criada a Comissão de Gestão Socioambiental no âmbito da Procuradoria da República no Estado de São Paulo por meio da Portaria nº 1071/2014, de 20/05/2014, cujas atribuições são planejar, propor e zelar pela implementação de ações voltadas à gestão socioambiental na PR/SP e PRMs. Com relação à gestão ambiental em 2016, temos a destacar que: a administração da PR/SP envidou esforços para reduzir as contas e o consumo de luz nas unidades do MPF no Estado e, na capital, desde março, o horário de funcionamento do ar-condicionado foi limitado, sendo desligado às 17h30, e algumas lâmpadas dos corredores foram desativadas, sem impactos sobre a luminosidade; foram feitas vistorias pelo prédio para verificar o funcionamento dos sensores de presença, com a troca daqueles que apresentavam defeito; também foi lançada campanha de conscientização para a economia de energia, as peças de comunicação trouxeram dicas para otimizar o consumo no uso do ar-condicionado, computadores e iluminação; a Portaria PR/SP nº 236, de 12 de abril de 2016, restringiu o horário de funcionamento de todas as unidades da Procuradoria no Estado, que passaram a iniciar o expediente às 9h e encerrar as atividades às 19h, de segunda a sexta-feira; já foi licitada e está em execução a automação dos quatro <i>chillers</i> (sistema central de refrigeração e climatização) existentes na capital, com vistas a garantir melhorias nesses equipamentos voltadas para a economia energética e com redução de custos; existe a determinação de se realizar a lavagem de veículos apenas esporadicamente, e em caso de necessidade, utilizando-se de serviço de estabelecimentos que utilizem água comprovadamente de reúso; em todas as torneiras da capital, foram colocadas fitas <i>hellermann</i>, diminuindo o temporizador para redução de consumo de água por meio da redução de vazão das torneiras; sempre que a boteira da caixa acoplada dos vasos sanitários apresenta defeito, é substituída pelo modelo <i>dual flush</i>, que permite o acionamento total ou parcial do volume da água da caixa acoplada. Com relação à separação do lixo, no edifício-sede da PR/SP na capital, existem, ao lado das estações de trabalho, lixeiras para coleta de papel e lixeiras para o lixo comum; nas copas foram colocados recipientes para a coleta de copos plásticos e no hall dos elevadores existem lixeiras de coleta seletiva de papel, plástico, metal e vidro. Os resíduos recicláveis são coletados diariamente e armazenados separadamente do lixo comum. Os resíduos recicláveis são destinados à Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério, conforme termo de Cooperação nº 1/2015. Nas PRMs, 26 Unidades realizam a separação do lixo reciclável e 6 possuem termos de compromisso formalizado com cooperativa de catadores de lixo. Nas demais Unidades, é a prefeitura que realiza a coleta dos resíduos recicláveis, a qual, em geral, possui convênio com cooperativas de catadores de lixo. Apenas uma Unidade não realiza a separação do lixo reciclável.</p>
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	<p>A Comissão de Gestão Ambiental do MPF/TO tem trabalhado com o objetivo de criar e manter plano com ações relacionadas à gestão do programa socioambiental da unidade, sistematizando uma série de medidas e ações que já vêm sendo executadas há alguns anos. Dentre essas, destacamos a coleta de materiais recicláveis, que se efetiva a partir de uma parceria com a Cooperan (Cooperativa de Produção de Recicláveis no Tocantins), a tentativa de disponibilizar instrumentos para propiciar a logística reserva de pilhas, lâmpadas e outros resíduos e medidas com o objetivo de reduzir o consumo de água e energia elétrica. Anualmente, a comissão tem objetivado elaborar diagnóstico administrativo socioambiental do MPF/TO, conforme exemplo no documento anexo, concluído no final de 2016. Por fim, têm sido realizadas ações alusivas à Semana do Meio Ambiente, como palestras e oficinas voltadas aos servidores da unidade, já estando em planejamento as atividades do presente ano.</p>

Anexo ao Item 8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	1. É realizada na Unidade a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras?		2. Qual a quantidade de contratos que possuem critérios de sustentabilidade feitos em 2016?
			Avaliação		
			Sim	Não	
PGR	200100	26.989.715/0050-90	X		13
PRR-1ªR	200208	26.989.715/0064/96	X		13
PRR-2ªR	200045	26.989.715/0066-58	X		9
PRR-3ªR	200204	26.989.715/0058-48	X		3
PRR-4ªR	200102	94.953.767/0001-89	X		4
PRR-5ªR	200207	26.989.715/0059-29	X		3
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	X		12
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	X		29
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	X		34
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	X		8
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	X		10
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84	X		10
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	X		17
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	X		4
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	X		9
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	X		14
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99	X		6
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	X		3
PR/MT	200064	26.989.715/018-50	X		4
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31	X		8
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	X		20
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	X		7
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	X		9
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18	X		17
PR/RJ	200043	26.989.715/0024-07	X		7
PR/RN	200085	26.98.715/0025-80	X		15
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60	X		0
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41	X		24
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	X		22
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03	X		12
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47	X		2
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	X		7
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	X		8

Anexo A ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.953.982,00	3.953.982,00	21.312.360,14	17.358.378,14
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	423.457,00	423.457,00	1.055.419,12	631.962,12
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	423.457,00	423.457,00	1.055.419,12	631.962,12
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	3.510.000,00	3.510.000,00	3.781.054,68	271.054,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.510.000,00	3.510.000,00	3.781.054,68	271.054,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	20.525,00	20.525,00	16.475.886,34	16.455.361,34
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	20.525,00	20.525,00	1.744.839,52	1.724.314,52
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	5.785.717,83	5.785.717,83
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	8.945.328,99	8.945.328,99
RECEITAS DE CAPITAL	76.782,00	76.782,00	-	-76.782,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	76.782,00	76.782,00	-	-76.782,00
Alienação de Bens Móveis	76.782,00	76.782,00	-	-76.782,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.030.764,00	4.030.764,00	21.312.360,14	17.281.596,14
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	4.030.764,00	4.030.764,00	21.312.360,14	17.281.596,14
DÉFICIT	-	-	3.311.288.772,74	3.311.288.772,74
TOTAL	4.030.764,00	4.030.764,00	3.332.601.132,88	3.328.570.368,88
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	9.200.000,00	9.200.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	4.600.000,00	4.600.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	4.600.000,00	4.600.000,00	-

Anexo A ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.225.932.238,00	3.260.107.400,00	3.242.903.926,82	3.199.135.505,94	3.197.857.526,95	17.203.473,18
Pessoal e Encargos Sociais	2.500.046.582,00	2.557.214.259,00	2.554.936.657,57	2.550.540.679,89	2.550.540.679,89	2.277.601,43
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	725.885.656,00	702.893.141,00	687.967.269,25	648.594.826,05	647.316.847,06	14.925.871,75
DESPESAS DE CAPITAL	91.639.728,00	92.547.543,00	89.697.206,06	22.125.430,41	22.125.430,41	2.850.336,94
Investimentos	91.339.728,00	92.547.543,00	89.697.206,06	22.125.430,41	22.125.430,41	2.850.336,94
Inversões Financeiras	300.000,00	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.317.571.966,00	3.352.654.943,00	3.332.601.132,88	3.221.260.936,35	3.219.982.957,36	20.053.810,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.317.571.966,00	3.352.654.943,00	3.332.601.132,88	3.221.260.936,35	3.219.982.957,36	20.053.810,12
TOTAL	3.317.571.966,00	3.352.654.943,00	3.332.601.132,88	3.221.260.936,35	3.219.982.957,36	20.053.810,12

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20.930.686,36	74.085.980,01	60.032.388,92	60.029.806,67	19.083.288,53	15.903.571,17
Pessoal e Encargos Sociais	1.524.279,74	8.732.784,32	8.549.568,15	8.549.568,15	435.756,37	1.271.739,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.406.406,62	65.353.195,69	51.482.820,77	51.480.238,52	18.647.532,16	14.631.831,63
DESPESAS DE CAPITAL	58.301.031,97	136.535.705,83	101.433.537,08	101.388.028,24	14.476.256,40	78.972.453,16
Investimentos	51.221.031,97	134.538.705,83	100.666.537,08	100.621.028,24	14.476.256,40	70.662.453,16
Inversões Financeiras	7.080.000,00	1.997.000,00	767.000,00	767.000,00	-	8.310.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	79.231.718,33	210.621.685,84	161.465.926,00	161.417.834,91	33.559.544,93	94.876.024,33

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.009.734,81	3.667.862,13	3.650.829,26	29.658,51	997.109,17
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.009.734,81	3.667.862,13	3.650.829,26	29.658,51	997.109,17
DESPESAS DE CAPITAL	6.695,75	-	-	-	6.695,75
Investimentos	6.695,75	-	-	-	6.695,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.016.430,56	3.667.862,13	3.650.829,26	29.658,51	1.003.804,92

Anexo B ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	21.312.360,14	10.125.395,09	Despesas Orçamentárias	3.332.601.132,88	3.275.682.047,59
Ordinárias	16.561.472,04	7.035.683,58	Ordinárias	3.029.908.565,92	2.976.848.386,01
Vinculadas	4.780.042,57	3.122.128,17	Vinculadas	302.692.566,96	298.833.661,58
Seguridade Social (Exceto RGPS)	77,77	133,32	Seguridade Social (Exceto RGPS)	300.717.981,00	271.078.750,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.779.964,80	3.121.994,85	Operação de Crédito		26.000.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-29.154,47	-32.416,66	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.965.500,07	1.754.911,58
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	9.085,89	
Transferências Financeiras Recebidas	9.180.111.086,81	8.955.296.612,42	Transferências Financeiras Concedidas	5.836.535.059,83	5.673.221.811,22
Resultantes da Execução Orçamentária	9.179.100.247,73	8.954.994.805,21	Resultantes da Execução Orçamentária	5.821.754.783,78	5.668.099.724,69
Cota Recebida	5.847.640.155,43	5.692.371.931,70	Repasse Concedido	1.217.449,14	2.525.030,83
Repasse Recebido	1.115.798,19	1.088.456,61	Sub-repasse Concedido	5.816.592.475,03	5.665.274.693,76
Sub-repasse Recebido	3.313.701.194,88	3.258.840.766,93	Valores Diferidos - Baixa		300.000,10
Valores Diferidos - Baixa		2.693.649,97	Sub-repasse Devolvido	3.944.859,61	
Sub-repasse Devolvido	16.643.099,23		Independentes da Execução Orçamentária	14.780.276,05	5.122.086,53
Independentes da Execução Orçamentária	1.010.839,08	301.807,21	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	486.590,00	280.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	984.130,22	284.176,63	Demais Transferências Concedidas		317,41
Demais Transferências Recebidas		317,41	Movimento de Saldos Patrimoniais	14.293.686,05	4.841.769,12
Movimentação de Saldos Patrimoniais	26.708,86	17.313,17	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	114.095.686,50	214.803.934,16	Despesas Extraorçamentárias	168.810.952,07	152.314.597,41
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.277.978,99	3.566.545,75	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.650.829,26	3.453.457,48
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	111.340.196,53	210.621.685,84	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	161.417.834,91	143.180.877,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.474.093,35	393.342,81	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.219.975,77	540.325,73
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.417,63	222.359,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.522.312,13	5.139.936,39
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.417,63		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		3,75
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0,90	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		310.868,41
Demais Recebimentos		222.358,86	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	2.522.312,13	4.829.064,23
Saldo do Exercício Anterior	369.384.222,22	290.376.736,77	Saldo para o Exercício Seguinte	346.956.210,89	369.384.222,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	369.384.222,22	290.376.736,77	Caixa e Equivalentes de Caixa	346.956.210,89	369.384.222,22
TOTAL	9.684.903.355,67	9.470.602.678,44	TOTAL	9.684.903.355,67	9.470.602.678,44

Anexo C ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 ÓRGÃO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	360.278.904,17	452.327.306,79	PASSIVO CIRCULANTE	3.064.329,43	467.608.127,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	346.956.210,89	369.384.222,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	826,26
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.644.767,59	74.058.609,80	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.618.423,69	4.591.054,41
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	9.227.457,23	8.861.657,38	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	450.468,46	22.817,39	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	445.905,74	463.016.247,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.452.709.626,55	1.389.606.062,67	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	46.184,00	40.116,09
Ativo Realizável a Longo Prazo	722.900,00	750.223,72	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	722.900,00	750.223,72	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	46.184,00	40.116,09
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.110.513,43	467.648.243,87
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	1.425.493.541,26	1.371.400.519,00			
Bens Móveis	231.313.264,44	218.327.946,07			
Bens Móveis	377.299.054,38	331.642.870,08			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-145.985.789,94	-113.314.924,01			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	1.194.180.276,82	1.153.072.572,93			
Bens Imóveis	1.203.325.957,96	1.155.872.971,69			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-9.145.681,14	-2.800.398,76			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	26.493.185,29	17.455.319,95			
Softwares	26.493.185,29	17.455.319,95			
Softwares	26.495.673,14	17.455.319,95			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.487,85	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.812.988.530,72	1.841.933.369,46	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.812.988.530,72	1.841.933.369,46

Anexo C ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 ÓRGÃO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	346.956.210,89	439.343.241,49	PASSIVO FINANCEIRO	208.979.587,62	757.490.701,71
ATIVO PERMANENTE	1.466.032.319,83	1.402.590.127,97	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	1.604.008.943,10	1.084.442.667,75

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.150.895,72	4.608.118,57	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	989.959.322,17	896.484.535,63
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.150.895,72	4.608.118,57	Execução dos Atos Potenciais Passivos	989.959.322,17	896.484.535,63
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.150.895,72	4.608.118,57	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	99.916,35	171.145,63
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	989.859.405,82	896.313.390,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	5.150.895,72	4.608.118,57	TOTAL	989.959.322,17	896.484.535,63

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	131.914.182,10
Recursos Vinculados	6.062.441,17
Seguridade Social (Exceto RGPS)	457.049,29
Operação de Crédito	2.349.017,55
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.256.374,33
TOTAL	137.976.623,27

Anexo D ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 ORGÃO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.390.231.266,29	9.257.990.812,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.636.170,33	631.527,67
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.636.170,33	631.527,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	14.889,81	4.140,63
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	14.889,81	4.140,63
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	9.231.678.587,42	9.035.607.425,41
Transferências Intragovernamentais	9.180.111.086,81	8.955.296.612,42
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	51.567.500,61	80.310.812,99
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	139.747.245,88	217.063.988,35
Reavaliação de Ativos	75.408.194,52	26.290.208,06
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	214.107,53	47.900.868,16
Ganhos com Desincorporação de Passivos	64.124.943,83	142.872.912,13
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	14.154.372,85	4.683.730,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	14.154.372,85	4.683.730,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.321.438.439,74	9.417.554.142,23
Pessoal e Encargos	2.426.444.968,64	2.239.584.494,64
Remuneração a Pessoal	1.877.645.595,24	1.727.745.428,74
Encargos Patronais	340.769.158,73	320.471.901,70
Benefícios a Pessoal	202.584.661,04	187.382.361,27
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.445.553,63	3.984.802,93

Anexo D ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 ORGÃO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	306.604.103,04	308.017.728,27
Aposentadorias e Reformas	239.111.956,80	239.329.565,86
Pensões	66.787.692,11	68.043.701,26
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	704.454,13	644.461,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	530.449.307,67	530.560.677,72
Uso de Material de Consumo	13.087.465,98	12.575.779,09
Serviços	473.572.751,26	482.839.482,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	43.789.090,43	35.145.415,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.123,30	24.594,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.064,05	7.228,87
Variações Monetárias e Cambiais	8,15	4,13
Descontos Financeiros Concedidos	1.051,10	17.361,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.849.075.400,94	5.704.978.564,82
Transferências Intragovernamentais	5.836.535.059,83	5.673.221.811,22
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	12.540.341,11	31.756.753,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	201.735.905,48	628.028.960,68
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	1,69
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	11.394,18	1.371.218,69
Incorporação de Passivos	70.295.677,50	529.331.682,86
Desincorporação de Ativos	131.428.833,80	97.326.057,44
Tributárias	1.175.207,30	1.801.837,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	267.451,71	220.680,89
Contribuições	907.755,59	1.581.156,51
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.948.423,37	4.557.284,70
Premiações	-	520,80
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.948.423,37	4.556.763,90
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	68.792.826,55	-159.563.329,92

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Anexo E ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 ÓRGÃO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	101.085.447,32	226.034.879,19
INGRESSOS	9.202.897.540,30	8.965.964.480,08
Receitas Derivadas e Originárias	21.312.360,14	10.052.165,09
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.055.419,12	521.538,92
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	3.781.054,68	2.817.605,63
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	16.475.886,34	6.713.020,54
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	9.181.585.180,16	8.955.912.314,99
Ingressos Extraorçamentários	1.474.093,35	393.342,81
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	0,90
Transferências Financeiras Recebidas	9.180.111.086,81	8.955.296.612,42
Demais Recebimentos	-	222.358,86
DESEMBOLSOS	-9.101.812.092,98	-8.739.929.600,89
Pessoal e Demais Despesas	-2.920.218.581,81	-2.738.059.807,67
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-56.817,53
Essencial à Justiça	-2.572.906.770,55	-2.429.523.671,82
Administração	-10.950,22	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-347.304.278,67	-308.479.314,57
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.417,63	-3,75
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-341.316.163,44	-322.967.723,63
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-341.316.163,44	-322.967.723,63
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-5.840.277.347,73	-5.678.902.069,59
Dispêndios Extraorçamentários	-1.219.975,77	-540.325,73
Transferências Financeiras Concedidas	-5.836.535.059,83	-5.673.221.811,22
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-310.868,41
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-2.522.312,13	-4.829.064,23

Anexo E ao item 10.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 ÓRGÃO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-123.513.458,65	-147.027.393,74
INGRESSOS	-	73.230,00
Alienação de Bens	-	73.230,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-123.513.458,65	-147.100.623,74
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-10.004.358,97	-6.585.389,60
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-22.428.011,33	79.007.485,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	369.384.222,22	290.376.736,77
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	346.956.210,89	369.384.222,22

Anexo A ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

UNIDADE MPF	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário		
	NÚMERO DE PROCESSOS AUTUADOS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	PROCESSOS PAGOS	PROCESSOS NÃO PAGOS
PGR	13	1	12
PRR-1ªR	3	3	0
PRR-2ªR	0	0	0
PRR-3ªR	1	0	1
PRR-4ªR	1	0	1
PRR-5ªR	2	2	0
PR/AC	0	0	0
PR/AL	0	0	0
PR/AM	0	0	0
PR/AP	0	0	0
PR/BA	1	1	0
PR/CE	2	2	0
PR/DF	20	4	16
PR/ES	7	2	5
PR/GO	0	0	0
PR/MA	1	1	0
PR/MG	3	0	3
PR/MS	2	0	2
PR/MT	0	0	0
PR/PA	0	0	0
PR/PB	7	0	7
PR/PE	0	0	0
PR/PI	4	4	0
PR/PR	22	6	16
PR/RJ	4	2	2
PR/RN	10	4	6
PR/RO	5	0	5
PR/RR	4	2	2
PR/RS	6	5	1
PR/SC	0	0	0
PR/SE	4	4	0
PR/SP	7	4	3
PR/TO	6	1	5

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria-Geral da República – PGR				
UG/Gestão: 200100			CNPJ: 26.989.715/0050-90	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
57/2011 e 57/2013	Serviços de implantação de uma solução integrada de rede de comunicações, com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as Unidades que compõem os Ramos do Ministério Público da União, a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU e serviços de implantação de uma solução integrada de rede de comunicações, com capacidade para transportar inclusive tráfego de voz e vídeo entre as unidades que compõem o Ministério Público Federal - MPF, em todo o território nacional, bem como a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, incluindo serviços de “ <i>datacenter e internet</i> ”.	33.530.486/0001-29	R\$ 167.095,18	NP
20/2013	Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, com fornecimento de mão de obra e materiais mediante ressarcimento, no edifício sede da PGR.	02.104.437/0001-09	R\$ 39.055,43	NP
73/2014	Prestação de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de brigada de bombeiros particulares, visando atender demandas da PGR.	07.675.984/0001-50	R\$ 19.068,72	NP

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erario

73/2014	Prestação de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de brigada de bombeiros particulares, visando atender demandas da PGR.	07.675.984/0001-50	R\$ 14.129,99	NP
73/2014	Prestação de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de brigada de bombeiros particulares, visando atender demandas da PGR.	07.675.984/0001-50	R\$ 14.129,99	NP
73/2014	Prestação de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de brigada de bombeiros particulares, visando atender demandas da PGR.	07.675.984/0001-50	R\$ 14.129,99	NP
73/2014	Prestação de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de brigada de bombeiros particulares, visando atender demandas da PGR.	07.675.984/0001-50	R\$ 11.762,12	NP
Termo de Garantia 7/2014	Aquisição de atualização do software Atlassian Jira e da extensão Agile, de 50 para usuários ilimitados, e a aquisição de 500 licenças para as extensões Confluence e Balsamiq for Confluence.	07.766.545/0001-52	R\$ 10.091,43	NP
ARP n 132/2014	Aquisição de materiais de manutenção civil: tintas e revestimentos	01.514.533/0001-54	R\$ 6.737,63	NP
71/2015	Serviços de alpinismo industrial para recuperação do forro de gesso da PGR	11.471.936/0001-17	R\$ 6.700,00	NP
22/2009	Prestação de serviços de brigada de incêndio nas dependências da Procuradoria-Geral da República.	00.478.727/0001-89	R\$ 1.832,22	NP
Termo de Garantia 141/2009	Aquisição de scanner de mesa	61.797.924/0011-27	R\$ 1.289,81	NP

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

58/2011	Prestação dos serviços profissionais de fotografia, filmagem e edição de imagens, por demanda, e de mão de obra residente especializada de repórter-fotográfico para atender às necessidades da Procuradoria-Geral da República.	72.638.372/0001-59	R\$ 1.253,15	P
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 1ª Região				
UG/Gestão: 200208			CNPJ: 26.989.715-0064/96	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
01/2015	Adequação do sistema de prevenção e combate à incêndio do Edifício-Sede da PRR 1ª Região	COMANDO EXTINTOR LTDA – EPP / CNPJ: 04.985.849/0001-12	R\$ 2.000,00 (dois mil reais)	P
2015NE000428	Fornecimento de material de expediente	ART STILO PAPELARIA, COMÉRCIO E INFORMÁTICA LTDA / CNPJ: 16.731.837/0001-40	R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais)	P
19/2015	Prestação dos serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva	TEL TECNOLOGIA LTDA / CNPJ: 06.926.324/0001	R\$ 1.403,40 (mil quatrocentos e três reais e quarenta centavos)	P
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria Regional da República da 3ª Região				
UG/Gestão: 200204			CNPJ: 26.989.715/0058-48	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

01/2014	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas modalidades de recepcionista e mensageiro	ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA. - ME	R\$ 19.990,00	NP
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Procuradoria Regional da República da 4ª Região				
200102			94953767/0001-89	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão Eletrônico 21/2015	Aquisição de televisores para a sede da PRR4	Infotec Magazine Erelí CNPJ 23586149/0001-08	R\$ 7.435,00	NP
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 5ª REGIÃO				
UG/Gestão: 200207			CNPJ: 26.989.715/0059-29	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
04/2011	Vigilância armada	09.081.459/0001-31	R\$ 5.787,34	P
04/2011	Vigilância armada	09.081.459/0001-31	R\$ 1.929,12	P
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República na Bahia				
UG/Gestão: 200031			CNPJ: 26.989.715/0010-01	

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
29/2013	Manutenção Predial	CCS Serviços Especializados Ltda.	R\$ 11.083,08	P
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Ceará				
UG/Gestão: 200082/0001			CNPJ: 26.989.715/0011-84	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Sem contrato	Fornecimento de equipamentos e acessórios para CFTV	Lima e Cavalcante Distribuidora (09.721.235/0001-47)	R\$ 1.101,77	P
Sem contrato	Fornecimento de equipamentos e acessórios para CFTV	Lima e Cavalcante Distribuidora (09.721.235/0001-47)	R\$ 577,47	P
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Distrito Federal				
UG/Gestão: 200023/00001			CNPJ: 26.989.715/0012-65	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	10.956.539/0001-72	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	PAGO

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erario

Pregão Eletrônico N° 12/2015	Paisagismo e Jardinagem	13.230.124/0001-05	R\$ 2.568,59 (Dois mil e quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Contrato N° 10/2016	Manutenção predial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra residente.	10.578.768/0001-09	R\$ 6.192,48 (Seis mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos)	Cancelamento da multa
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almoxarife	12.879.878/0001-28	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almoxarife	13.066.331/0001-76	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico N° 12/2015	Paisagismo e Jardinagem	01.588672/0001-22	R\$ 2.568,59 (Dois mil e quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)	Cancelamento da multa
Pregão Eletrônico N° 04/2016	Aquisições de Materiais de Copa e Cozinha	38.019.360/0001-08		Prazo para defesa prévia
Pregão Eletrônico N° 12/2015	Paisagismo e Jardinagem	12.273.752/0001-05	R\$ 2.568,59 (Dois mil e quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almoxarife	01.321.743/0001-26	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almoxarife	15.152.055/0001-94	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erario

Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	13.153.640/0001-83	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	PAGO
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	26.414.755/0001-26	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	PAGO
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	06.350.074/0001-34	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	PAGO
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	41.305.228/0001-77	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	15.121468/0001-01	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	12.130.668/0001-32	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Solicitada a inclusão na D.A.U.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	05.204.100/0001-53	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Não foi pago o GRU. Chamamento da empresa por edital.
Pregão Eletrônico N° 02/2016	Telefonistas, Recepcionistas, Assistentes Administrativos e Almojarife	72.588.650/0001-00	R\$ 3.791,16 (Três mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos)	Informado decisão por edital. Aguardado prazo para manifestação da empresa sobre recurso.

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Pregão Eletrônico N° 03/2016	Prestação de serviços de vigilância armada, com mão de obra residente	10.423.421/0001-89	R\$ 10.295,29 (Dez mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos)	Não foi pago o GRU. Foi encaminhado ofício à PGR sugerindo a aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF. Será enviado ofício solicitando a inclusão na DAU.
Contrato N° 09/2016	prestação de serviços de telecomunicações de voz e dados	40.432.544/0001-47	R\$ 6.579,65 (seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)	Em fase de recurso.

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO

UG/Gestão: 200038

CNPJ: 26.989.715/0013-46

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Pregão Eletrônico 8/2015-MPF/ES(PGEA do Contrato Administrativo 1.17.000.001109/2015-04)	Contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar condicionado e ventilação mecânica, com reposição de peças de todo o sistema de condicionamento de ar do edifício-sede da PR-ES (PGEA de aplicação de penalidade 1.17.000.001430/2015-81)	WILLIAN DE ANDRADE BULLERJAHN(CNPJ: 18.165.087/0001-12)	R\$ 537,50	NP
Contrato 15/2014-PR/ES (PGEA do Contrato Administrativo 1.17.000.000498/2013-81)	Execução da segunda etapa da obra de edificação do edifício-sede da PR/ES, em terreno localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n. 1401, Ilha de Santa Maria, Vitória/ES(PGEA de aplicação de penalidade 1.17.000.002929/2015-13)	ACTA ENGENHARIA LTDA(CNPJ: 27.240.266/0001-68)	\$2.531.636,21	NP

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Contrato 15/2014-PR/ES (PGEA do Contrato Administrativo 1.17.000.000498/2013-81)	Execução da segunda etapa da obra de edificação do edifício-sede da PR/ES, em terreno localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n. 1401, Ilha de Santa Maria, Vitória/ES(PGEA de aplicação de penalidade 1.17.000.000321/2016-27)	ACTA ENGENHARIA LTDA(CNPJ: 27.240.266/0001-68)	R\$ 3.565.684,80	NP
Contrato 15/2014-PR/ES (PGEA do Contrato Administrativo 1.17.000.000498/2013-81)	Execução da segunda etapa da obra de edificação do edifício-sede da PR/ES, em terreno localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n. 1401, Ilha de Santa Maria, Vitória/ES(PGEA de aplicação de penalidade 1.17.000.000715/2016-85)	ACTA ENGENHARIA LTDA(CNPJ: 27.240.266/0001-68)	R\$ 142.627,39	NP
Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n. 15/2014, Ata 05/2014-PR/MG(PGEA do Contrato Administrativo 1.17.000.003622/2014-41)	Aquisição de papel A4 branco, dimensões 210 x 297 mm, gramatura 75g/m, pacote com 500 folhas, acondicionados em caixas, para atender a PR-ES e PRM's.(PGEA de aplicação de penalidade 1.17.000.000405/2015-80)	RAQUEL SILVIA DE ARAÚJO - ME(CNPJ: 18.469.827/0001-04)	R\$ 1.090,00	NP
Contrato Administrativo 007/2015-MPF/ES(PGEA do Contrato Administrativo 1.17.000.003598/2014-40)	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra e de todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços.(PGEA de aplicação de penalidade 1.17.000.001205/2016-25)	SERVINORTE SERVIÇOS LTDA-EPP(CNPJ: 07.122.586/0001-06)	R\$ 1,022.59	P
Contrato Administrativo MPF/ES n. 1/2014(PGEA do Contrato Administrativo 1.17.000.000545/2012-13)	Modernização tecnológica das instalações de 02 (duas) unidades de transporte vertical (elevadores).(PGEA de aplicação de penalidade 1.17.000.000358/2016-55)	ELEVADORES NACIONAL DO BRASIL LTDA - EPP(CNPJ: 28.168.052/0001-90)	R\$ 13.648,00	P

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PRMA – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO				
UG/Gestão: 200078			CNPJ: 26.989.715/0015-08	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

14/2013	Prestação de serviços especializados de Limpeza, Conservação, Recepção, Artífice e Office-Boy	CSG Conservação e Serviços Gerais Ltda. – EPP	R\$ 8.212,66	Pago
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPUBLICA EM MINAS GERAIS				
UG/Gestão: 200035/0001			CNPJ: 26.989.715/0016-99	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
2/2016	Fornecimento de carimbos à PRMG para o exercício de 2016.	PAIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELIO – ME CNPJ:22.086.002/0001-88	R\$ 11,22	NP
38/2014	Prestação de serviço de engenharia para ampliação da sede da PRM Pouso Alegre.	SANTO EXPEDITO INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELETRICA LTDA – EPP. CNPJ:11.122.064/0001-81	R\$ 20.882,70	NP
7/2013	Prestação de serviço de execução da obra para construção do edifício sede da PRM Uberlândia.	ELGLOBAL CONSTRUTORA LTDA - CNPJ:05.743.389/0001-89	R\$ 234.233,23	NP
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – PR/MS				
UG/Gestão: 200040/00001			CNPJ: 26.989.715/0017-70	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

02/2016	Prestação dos seguintes serviços de natureza contínua: copeiragem na PRMS em Campo Grande e nas PRM's de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí, e recepção na PRMS em Campo Grande e na PRM Naviraí – (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000346/2016-06.	Bispo's Serviços Gerais – Eirelli (03.652.046/0001-83)	19.199,36	NP
02/2016	Prestação dos seguintes serviços de natureza contínua: copeiragem na PRMS em Campo Grande e nas PRM's de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí, e recepção na PRMS em Campo Grande e na PRM Naviraí – (PGEA PENALIDADE 1.21.000.000685/2016-84.	Bispo's Serviços Gerais – Eirelli (03.652.046/0001-83)	3.389,10	NP

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República na Paraíba

UG/Gestão: 200087

CNPJ: 26.989.715/0020-75

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
ARP nº. 17/2014-A, Pregão Eletrônico Nº. 17/2014	Aquisição de pneus para os veículos oficiais da PR/PB	Limpcom Comércio e Serviços de Limpeza e Conservação LTDA – ME, CNPJ Nº. 10.897.859/0001-07	R\$ 358,35	(NP)
Contrato MPF/PB Nº. 26/2014	Prestação de serviços de recepcionista e auxiliar administrativo para a PR/PB em João Pessoa/PB e recepcionista para a PR/PB e Campina Grande/PB	Infinity Service Conservação e Limpeza LTDA – ME, CNPJ Nº. 14.237.134/0001-35	R\$ 1.191,68	(NP)
Contrato MPF/PB Nº. 24/2014	Prestação de serviços de carregamento e descarregamento de documentos, móveis, equipamentos e afins, para a PR/PB em João Pessoa/PB e Campina Grande/PB	Infinity Service Conservação e Limpeza LTDA – ME, CNPJ Nº. 14.237.134/0001-35	R\$ 1.136,00	(NP)
Contrato MPF/PB Nº. 13/2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e copeiragem para a PR/PB em Monteiro/PB	Infinity Service Conservação e Limpeza LTDA – ME, CNPJ Nº. 14.237.134/0001-35	R\$ 748,68	(NP)
Contrato MPF/PB Nº. 05/2015	Prestação de serviços de manutenção predial para a PR/PB em João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Sousa/PB	Infinity Service Conservação e Limpeza LTDA – ME, CNPJ Nº. 14.237.134/0001-35	R\$ 2.416,60	(NP)

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Contrato MPF/PB N°. 28/2014	Prestação de serviços de recepcionista para a PR/PB em Patos/PB	Infinity Service Conservação e Limpeza LTDA – ME, CNPJ N°. 14.237.134/0001-35	R\$ 390,54	(NP)
Contrato MPF/PB N°. 04/2012	Fornecimento e assistência técnica enquanto durar o período de garantia de equipamentos de informática diversos	Fênix Eletrônicos e Comércio em Geral LTDA – EPP, CNPJ N°. 07.804.978/0001-55	R\$ 468,00	(NP)

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

UG/Gestão: 200080/000001

CNPJ: 26.989.715/0022-37

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
20/2015	Prestação de serviços continuados de: recepção, copeiragem, limpeza e conservação, serviços gerais, garçom e telefonia	Havaí Comércio e Serviços Ltda.	21.212,92	P
23/2015	Prestação de serviços continuados de: recepção, copeiragem, limpeza e conservação,	Havaí Comércio e Serviços Ltda.	12.643,24	P
24/2015	Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hidrossanitários, pluviais e de combate a incêndio e serviços por demanda, com fornecimento de mão de obra de marceneiro, pintor, gesseiro, pedreiro, vidraceiro e serralheiro	Santos e Araújo Construções Ltda.	3.276,87	P
25/2015	Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, monitoramento e operação dos sistemas elétricos, de automação e de detecção e alarme de incêndio	Santos e Araújo Construções Ltda.	4.130,97	P

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Paraná

UG/Gestão: 200053/00001

CNPJ: 26.989.715/0023-18

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erario

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
1.25.000.000677/2016-99	Aquisição de material de informática	10.779.027/0001-88	R\$ 114,00	NP
1.25.000.000948/2016-14	aquisição de biblioteca de fitas para backup de rede	81.433.039/0001-02	R\$ 5.000,00	P
1.25.000.001478/2016-06	Aquisição de materiais de expediente	15.731.267/0001-26	R\$ 242,90	NP
1.25.000.001477/2016-53	Aquisição de materiais de copa e cozinha	17.846.708/0001-60	R\$ 535,90	NP
1.25.015.000021/2016-15	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 369,21	NP
1.25.015.000019/2016-38	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 369,21	NP
1.25.000.002216/2016-51	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 9.260,60	
1.25.000.002215/2016-14	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 3.641,35	
1.25.000.002855/2016-16	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 2.411,80	NP
1.25.000.002851/2016-38	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 1.436,66	NP
1.25.000.002850/2016-93	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 803,93	NP
1.25.000.002860/2016-29	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 4.042,45	NP
1.25.015.000021/2016-15	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 243,36	NP
1.25.000.002985/2016-38	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 9.432,37	NP
1.25.000.002979/2016-00	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 5.627,54	NP
1.25.009.000385/2016-76	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 69,24	NP
1.25.000.003998/2016-45	Aquisição de biblioteca de fitas para backup de rede	81.433.039/0001-02	R\$ 5.000,00	NP
1.25.000.004623/2016-01	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 4.446,32	NP
1.25.000.004621/2016-11	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 2.297,92	NP

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

1.25.009.000103/2016-31	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 32,16	P
1.25.009.000336/2015-52	Prestação de Serviços de Copeiragem, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Telefonista	08.431.911/0001-85	R\$ 831,72	P
1.25.015.000032/2016-97	Serviços de Limpeza, conservação e higienização	08.431.911/0001-85	R\$ 55,00	P

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UG/Gestão: 200043

CNPJ: 26.989.715/0024-07

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
10/2015	Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar para a PR/RJ	EXAIR Comércio e Construções EIRELI-ME	R\$ 992,67 R\$ 661,78	Não Pago
01/2016	Execução de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva para a PR/RJ e suas unidades municipais	MANCED Engenharia E Serviços de Manutenção Conservação e Segurança Patrimonial LTDA	R\$ 300,86	Pago
19/2012	Prestação de serviços de recepcionista nas dependências da PR/RJ e das PRM's a ela vinculadas.	GRAUPP Conservadora LTDA	R\$ 660,22	Pago
26/2012	Contratação de empresa especializada na a prestação de serviços de vigilância armada e segurança patrimonial nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e de suas Unidades Municipais	VIGBAN - Empresa de Vigilância Bancária, Comercial e Industrial LTDA.	R\$ 65.651,28	Não Pago

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte

UG/Gestão: 200085

CNPJ: 2698715/0025-80

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

--	--	--	--	--

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
PRRN nº 01/2014	Execução da Obra de Construção do edifício-sede da Procuradoria da República no município de Mossoró/RN	40.974.921/0001-80	R\$ 11.134,40	P
PRRN nº 12/2014	Implantação do Programa Adolescente Aprendiz na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte	24192643/0001-42	R\$ 175,38	P
PRRN nº 12/2014	Implantação do Programa Adolescente Aprendiz na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte	24192643/0001-42	R\$ 191,34	P
PRRN nº 09/2016	Contrato para Fornecimento de carimbos automáticos, resinas e refis.	19.087.611/0001-47	R\$ 10,41	P
2015NE000849	Aquisição de 14 aparelhos de ar condicionado	66.110.404/0001-46	R\$ 364,98	NP
ARP PRRN Nº 28/2015	Fornecimento de Material Gráfico	14.382.542/0001-80	R\$ 899,40	NP
Pregão Eletrônico PRRN nº 22/2015.	Fornecimento de bens de uso duradouro	12.141.829/0002-74	R\$ 1.575,00	NP
PRRN nº 09/2016	Contrato para Fornecimento de carimbos automáticos, resinas e refis.	19.087.611/0001-47	R\$ 27,15	NP
ARP PRRN Nº 03/2015	Gêneros Alimentícios e Copos Descartáveis	21.472.903/0001-45	R\$ 271,70	NP
2015NE000849	Aquisição de 14 aparelhos de ar condicionado	66.110.404/0001-46	R\$ 395,00	NP

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Rondônia

UG/Gestão: 200046/00001

CNPJ: 26.989.715/0026-60

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
08/2014	Serviço de vigilância armada	Fortesul Serviços Especiais de Vigilância Armada e Segurança LTDA. (02.576.238/0004-38)	R\$ 122.500,00	NP
10/2011	Serviços de limpeza e conservação, copeiragem e contínuo	Ivan Oliveira de Carvalho-ME (84.580.141/0001-10)	R\$ 8.232,84	NP

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

07/2014	Serviços continuados de recepção, copeiragem, garçonaria, limpeza e conservação e contínuo	R.E.D. Pontes-ME (03.417.593/0001-84)	Em fase de apuração	NP
02/2015	Serviço de vigilância armada	Estação VIP Segurança Privada Ltda. (09.228.233/0002-00)	Em fase de apuração	NP
07/2015	Serviços continuados de recepção, telefonista, copeiragem, garçonaria, limpeza e conservação, contínuo e artífice	Eletroporto Serviços LTDA. (04.844.192/0001-73)	Em fase de apuração	NP

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado de Roraima

UG/Gestão: 380006 / 00001

CNPJ: 26.989.715/0027-41

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
2015NE000436	Aquisição de Poltronas Tipo Diretor	72.426.141/0001-81	464,88	NP
2014NE000441	Aquisição de Centrais de Ar Tipo Inverter	05.665.702/0001-08	555,89	P
2015NE000492	Webcam, Headphone, gravador de voz	05.665.702/0001-08	344,00	P
2015NE000454	Materiais de Copa e Cozinha	21.230.954/0001-60	100,00	NP

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República no Rio Grande do Sul

UG/Gestão: 200061

CNPJ: 26.989.715/0022-28

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
27/2014	Manutenção de elevadores	Linx Elevadores Ltda. (17.277.737/0001-59)	R\$ 6.399,00	P

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

22/2014	Serviços de copeiragem	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda. (11.057.118/0001-72)	R\$ 1.114,15	P
17/2012	Serviços de limpeza	Uniserv – União de Serviços Ltda. (02.294.475/0001-63)	R\$ 1.369,66	P
ARP 01/2015	Aquisição de condicionadores de ar	Ecoplus Ar Condicionados Ltda – ME (20.894.265/0001-98)	R\$ 3.032,00	P
02/2015	Serviços de copeiragem	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda. (11.057.118/0001-72)	R\$ 12.389,65	P
04/2011	Construção ed. sede PRM/Caxias do Sul-RS	Oros Engenharia Ltda. (80.315.278/0001-97)	R\$ 342.701,28	NP

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: Procuradoria da República em Sergipe

UG/Gestão: 200022/0001

CNPJ: 26.989.715/0030-47

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
2015NE000596	Pregão Eletrônico nº 06/2015	Gusa Comércio Representações e Serviços Ltda. <i>CNPJ n.º 04.801.838/0001-35</i>	586,75	P
2015NE000599	Pregão Eletrônico nº 175/2014	Renault do Brasil S.A. CNPJ 00.913.443/0001-73	7.200,00	P
2015NE000600	Pregão Eletrônico nº 175/2014	General Motors do Brasil Ltda CNPJ 59.275.792/0001-50	9.350,00	P
2016NE000108	Cotação Eletrônica nº 02/2015	Marcos e Berta Ltda CNPJ 09.035.549/0001-96	99,00	P

Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Unidade Contratante

Unidade do MPF: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

UG/Gestão: 200049/0001

CNPJ: 26.989.715/0031-28

Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erario

Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
Contrato nº 11/2011	Prestação de serviços de conservação e limpeza, higienização e copeiragem, com fornecimento dos materiais necessários, para a Procuradoria da República no Estado de São Paulo – Nos seguintes municípios: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Guaratinguetá, Guarulhos, Jales, Jaú, Marília, Piracicaba, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté e Tupã, englobando as categorias profissionais conforme relação a seguir: a) Servente; b) Limpador de vidro; c) Copeira.	ARCOLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA. (05.576.482/0001-46)	842,00	pago
Contrato nº 40/2013	Locação instalação, abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de máquinas automáticas “self-service” de café e bebidas quentes a serem instaladas nas Unidades da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos Municípios abaixo listados, em conformidade com o descrito no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico o 01/13. Municípios: São Paulo, Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Jales, Jaú, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Itapeva, Jundiaí, Caraguatatuba.	GRAN COFFEE COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (08.736.011/0001-46)	6.989,06	pago

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erario

<p>Contrato nº 40/2013</p>	<p>Locação instalação, abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de máquinas automáticas “self-service” de café e bebidas quentes a serem instaladas nas Unidades da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos Municípios abaixo listados, em conformidade com o descrito no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico o 01/13. Municípios: São Paulo, Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Jales, Jaú, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Itapeva, Jundiaí, Caraguatatuba.</p>	<p>GRAN COFFEE COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (08.736.011/0001-46)</p>	<p>3.089,67</p>	<p>pago</p>
<p>Ata de Registro de Preços nº 24/2014</p>	<p>Registrar os preços para o fornecimento de material impresso para a Procuradoria da República no Estado de São Paulo – PR/SP</p>	<p>BUREAUCARDS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME (08.993.492/0001-75)</p>	<p>4.045,00</p>	<p>Encaminhada cópia dos autos para a Procuradoria Regional da União 3º Região, em 20/01/17, para cobrança da multa.</p>
<p>Ata de Registro de Preços nº 59/2014</p>	<p>Registrar os preços para a aquisição, com instalação e prestação de assistência técnica, de equipamentos de segurança, destinados à Procuradoria da República no Estado de São Paulo e suas Unidade no interior do Estado</p>	<p>MKS DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP (10.231.616/0001-27)</p>	<p>3.645,00</p>	<p>P</p>
<p>Pregão Eletrônico nº 18/2014</p>	<p>Registrar os preços para a aquisição de equipamentos de informática para a Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Itens 3, 4 e 15</p>	<p>Império BR Distribuidora Ltda. - ME (01.114.326/0001-02)</p>	<p>2.547,70</p>	<p>Encaminhada cópia dos autos para a Procuradoria Regional da União 3º Região, em 23/06/16, para cobrança da multa. Não temos notícias do pagamento.</p>

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Pregão Eletrônico nº 59/2015	Registrar os preços para a aquisição de equipamentos de informática para a Procuradoria da República no Estado de São Paulo.	SP Climatisa Ltda. - ME (19.623.756/0001-15)	1.289,00	Encaminhada cópia dos autos para a Procuradoria Regional da União 3º Região, em 20/01/17, para cobrança da multa. Não temos notícias do pagamento.
Item 11.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário				
Unidade Contratante				
Unidade do MPF: Procuradoria da República no Estado do Tocantins – PR/TO				
UG/Gestão: 200201/0001			CNPJ: 26.989.715/0056-86	
Aplicação de sanção (multa) às Empresas Contratadas				
Número do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Valor	Sit.
14/2011	Vigilância Armada	CONFEDERAL – 31.546.484/0005-26	R\$ 28.457,30	NP
03/2015	Construção PRM	LL CONSTRUTORA – 05.090.305/0001-55	R\$ 12.626,00	P
11/2013	Carregadores	MÁXIMA – 16.962.460/0001-30	R\$ 1.488,09	NP
06/2014	Limpeza	SEITON – 10.295.964/0001-68	R\$ 29.588,99	NP
06/2014	Limpeza	SEITON – 10.295.964/0001-68	R\$ 11.835,60	NP
01/2016	Manutenção predial	MARTIN CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA 12.320.992/000-13	R\$ 1.475,77	NP

Anexo B ao item 11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erario

LEGENDA:

Número do Contrato: Número atribuído ao contrato;

Objeto: Objeto da contratação;

Empresa Contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada;

Valor: valor da multa atribuída à empresa;

Sit.: Situação do pagamento, podendo ser Pago (P) ou Não Pago (NP).

Anexo ao item 11.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993						
Unidade Contratante						
Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	1. A Unidade adota os procedimentos previstos no art. 5º da Lei 8.666/93?		2. A Unidade adota o procedimento de pagamento conforme fluxo da Secretaria de Administração, com as adaptações necessárias às suas características?	
			Avaliação		Avaliação	
			Sim	Não	Sim	Não
PGR	200100	26.989.715/0050-90	X		X	
PRR-1ªR	200208	26.989.715/0064/96	X		X	
PRR-2ªR	200045	26.989.715/0066-58	X		X	
PRR-3ªR	200204	26.989.715/0058-48	X		X	
PRR-4ªR	200102	94.953.767/0001-89	X		X	
PRR-5ªR	200207	26.989.715/0059-29	X		X	
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	X		X	
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	X		X	
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	X		X	
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	X		X	
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	X		X	
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84	X		X	
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	X		X	
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	X		X	
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	X		X	
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	X		X	
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99	X		X	
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	X		X	
PR/MT	200064	26.989.715/018-50	X		X	
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31	X		X	
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	X		X	
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	X		X	
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	X		X	
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18	X		X	
PR/RJ	200043	26.989.715/0024-07	X		X	
PR/RN	200085	26.989.715/0025-80	X		X	
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60	X		X	
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41	X			X
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	X		X	
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03	X		X	
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47	X		X	
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	X		X	
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	X		X	

Anexo ao item 11.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos

Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento				
Contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento				
Unidade MPF	UG/Gestão	CNPJ	1. A Unidade declara que nas contratações realizadas no exercício de 2016, bem como nos contratos vigentes, as planilhas das empresas optantes pelo benefício da Lei 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012 já se encontram com os percentuais de seus insumos adequados à desoneração da folha de pagamento?	
			Avaliação	
			Sim	Não
PGR	200100	26.989.715/0050-90		X
PRR-1ºR	200208	26.989.715/0064/96		X
PRR-2ºR	200045	26.989.715/0066-58	X	
PRR-3ºR	200204	26.989.715/0058-48	X	
PRR-4ºR	200102	94.953.767/0001-89	X	
PRR-5ºR	200207	26.989.715/0059-29		X
PR/AC	200069	26.989.715/0006-17	X	
PR/AL	200093	26.989.715/0007-06	X	
PR/AM	200071	26.989.715/0008-89	X	
PR/AP	380005	26.989.715/0009-60	X	
PR/BA	200031	26.989.715/0010-01	X	
PR/CE	200082	26.989.715/0011-84		X
PR/DF	200023	26.989.715/0012-65	X	
PR/ES	200038	26.989.715/0013-46	X	
PR/GO	200066	26.989.715/0014-27	X	
PR/MA	200078	26.989.715/0015-08	X	
PR/MG	200035	26.989.715/0016-99		X
PR/MS	200040	26.989.715/0017-70	X	
PR/MT	200064	26.989.715/018-50		X
PR/PA	200075	26.989.715/0019-31	X	
PR/PB	200087	26.989.715/0020-75	X	
PR/PE	200090	26.989.715/0021-56	X	
PR/PI	200080	26.989.715/0022-37	X	
PR/PR	200053	26.989.715/0023-18		X
PR/RJ	200043	26.989.715/0024-07		X
PR/RN	200085	2698715/0025-80		X
PR/RO	200046	26.989.715/0026-60	X	
PR/RR	380006	26.989.715/0027-41	X	
PR/RS	200061	26.989.715/0022-28	X	
PR/SC	200058	26.989.715/0029-03		X
PR/SE	200022	26.989.715/0030-47		X
PR/SP	200049	26.989.715/0031-28	X	
PR/TO	200201	26.989.715/0056-86	X	